

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LUNA DALLA ROSA CARVALHO

**VITALIDADES TERRITORIAIS EMERGENTES NUM PAMPA EM
TRANSFORMAÇÃO: ASSOCIAÇÕES SOCIOMATERIAIS E CONTRA-
DESENVOLVIMENTO**

Porto Alegre

2023

LUNA DALLA ROSA CARVALHO

**VITALIDADES TERRITORIAIS EMERGENTES NUM PAMPA EM
TRANSFORMAÇÃO: ASSOCIAÇÕES SOCIOMATERIAIS E CONTRA-
DESENVOLVIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª Dra. Flávia Charão-Marques
Coorientador: Prof. Dr. Alberto Arce

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Luna Dalla Rosa
Vitalidades territoriais emergentes num Pampa em
transformação: associações sociomateriais e
contra-desenvolvimento / Luna Dalla Rosa Carvalho. --
2023.
228 f.
Orientador: Flávia Charão-Marques.

Coorientador: Alberto Arce.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Transformações territoriais. 2. Relações
sociomateriais. 3. Extrativismo. 4.
Contra-desenvolvimento. I. Charão-Marques, Flávia,
orient. II. Arce, Alberto, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUNA DALLA ROSA CARVALHO

**VITALIDADES TERRITORIAIS EMERGENTES NUM PAMPA EM
TRANSFORMAÇÃO: ASSOCIAÇÕES SOCIOMATERIAIS E CONTRA-
DESENVOLVIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 9 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Flávia Charão-Marques – Orientadora
PGDR – Agronomia – UFRGS

Profª Dra. Flávia Maria Silva Rieth
PPGAnt - UFPel

Dra. Ângela Camana
Pesquisadora de pós-doutorado IRD/École de Hautes Études em Sciences Sociales

Profª Dra. Gabriela Peixoto Coelho de Souza
PGDR - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Depois de um processo longo como a escrita de uma tese, agradecer às pessoas que contribuíram para sua realização não é exatamente fácil. Começo agradecendo aos meus pais, por sempre darem o apoio necessário para que eu pudesse estudar e garantiram que nunca me faltasse nada. Vocês são inspirações e exemplos de pessoas e de profissionais que eu levo comigo.

Em segundo lugar agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, que me acolheu e proporcionou anos de muito aprendizado e trocas afetuosas e descontraídas mesmo dentro do constrangido espaço acadêmico. Agradeço assim a todos os professores e professoras, funcionários e funcionárias e colegas que tive o prazer de conhecer ao longo desses anos.

Um agradecimento especial à minha orientadora Flávia Charão-Marques que entrou nessa aventura comigo e sempre de forma cuidadosa e comprometida contribuiu muito para o trabalho realizado. Agradeço ao meu coorientador Alberto Arce pela leitura atenta, pelas provocações e contribuições na escrita da tese e na minha formação como pesquisadora. Agradeço ainda à professora Renata Menasche que foi minha coorientadora durante um tempo e contribuiu muito para o trabalho.

Agradeço ao Grupo de pesquisa Inovação, Sociedade e Eco-territorialidades (GRIST) que passei a fazer parte junto com a professora Flávia e todos os colegas que hoje o compõe. Foram muitos momentos de troca, compartilhamento de ideias, vinhos e risadas que contribuíram muito para meu aprendizado. Agradeço também à minha turma do doutorado de 2018 que foi fundamental para que eu conseguisse viver esse processo acadêmico de forma alegre. Obrigada pelas reuniões, encontros e festas, me senti muito querida junto de vocês. Espero que nossa amizade perdure.

Ao longo da pesquisa foram muitas pessoas que contribuíram, que abriram suas casas e disponibilizaram seu tempo para que eu pudesse compreender as questões que eu estava me debruçando. Algumas tive mais contato e outras menos, mas todas foram fundamentais. Agradeço assim a Mário Witt, a Márcia e Vera Collares, Bruno Pedrotti, Jane Mara Machado de Souza, Luciano Jardim, Laís de Moraes, Fabiani Franco e sua família, Fernando Aristimunho, Juliana Mazurana, Anabela Silveira, Flávia Rieth, Alice Prestes, Teresinha Dutra, família Batista, e todas as artesãs da lã e todos as outras pessoas que foram entrevistadas, que me mostraram seus trabalhos e me deixaram conhecer suas vidas. Sem vocês essa tese não seria possível.

Agradeço ainda a minha prima Denise Carvalho que me recebeu em sua casa em Lavras do Sul, durante algumas das pesquisas de campo. Ao meu ex-companheiro Tiago Vargas com quem dividi muitas das minhas inquietações e questionamentos. A todos os amigos e camaradas da Africanamente Escola de Capoeira Angola e ao Mestre Guto Obafemi por terem me recebido em sua casa durante o período em que estive em Porto Alegre. Foram anos difíceis e certamente sem vocês seriam ainda mais.

Também é preciso agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por garantirem que eu tivesse condições materiais de estudar e realizar a pesquisa. Assim como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que financiou o projeto de pesquisa “Cooperação, criatividade e sociobiodiversidade: uma questão de gênero” e possibilitou a realização de algumas das saídas de campo.

Por fim agradeço ao Pampa, essa terra, esse povo, esse chão, que anda tão ameaçado e que é um dos personagens principais dessa tese. Espero que esse trabalho contribua para sua conservação e para a vida daqueles que o habitam e o preservam.

*Solo un inmenso mar pudo detener su geografía inconmensurable
Un límite de barrancas profundas, de duras rocas golpeadas por oleajes sin
tregua
Altas peñas mangruyando siglos de soledad azul y furias blancas
Todo esto fue necesario para fijar la frontera de esa llanura infinita que los
criollos llamamos con el nombre más indiano, más hermoso, pampa
La pampa es como una guitarra verde que nunca calla su voz
Casi dos siglos acunaron sus danzas ejemplares, el dolor
Y la gracia cabían en las coplas mientras la cruz del sur marca
El rumbo a los viajeros sin brújula
Y el corazón del gaucho galopa siempre adelante
Del caballo en la esperanza o detrás del caballo en el adiós
Cambian las formas, se desgastan, se renuevan y el alma de la pampa serena
Y pensativa mantiene su jagüel sensible para no perder El verdadero
color de su espíritu
Sufre etapas de confusión, de desesperanza
Corren a veces aires de extranjería insubstancial, pero llegan las furias del
viento pampero y se alejan los nubarrones y el cielo queda limpio
El alma de la tierra es luz permanente presente en la flor del cardo
En el aire que dialoga con los trebolares
En la soledad de los últimos ombúes
En el paisano que cruza silencioso la distancia como arreando
Una tropilla de leyendas sobre ese mar de yerbas Que
nosotros llamamos con el nombre más indiano
Y más hermoso, pampa*

Atahualpa Yupanqui – “Elogio a la Pampa”

RESUMO

Desde a década de 1980 o bioma Pampa vem passando por transformações, desencadeadas pela chegada de novas atividades econômicas, como a silvicultura de eucalipto, as lavouras de soja e recentemente por novos projetos de mineração. A tese busca investigar como vem se dando as transformações territoriais e como os atores estão interferindo no curso das mudanças a partir de seus agenciamentos e dos novos relacionamentos que passam a estabelecer com a materialidade dos seus territórios. A partir de uma perspectiva sociomaterial busca-se dar foco para como as transformações modificam os arranjos construídos entre humanos, não humanos e certos materiais nos territórios. Inicia-se apresentando como, a partir de diferentes relações sociomateriais e práticas territoriais, se dá a construção de territórios de vida no Pampa. Em seguida adentra-se nos processos de territorialização das atividades extrativas, revelando misturas, conflitos e interfaces que estabelecem com os mundos de vida locais, provocando desterritorializações. Como desdobramento de tais processos e a partir da criatividade dos atores surgem alianças sociomateriais onde novos valores passam a ser dados para certos seres e materiais que estavam presentes nos territórios como rios, rochas, capões de mato, vestígios arqueológicos, animais silvestres etc. São diferentes processos de re-territorialização e contra-desenvolvimento que surgem como resultado inesperado dos processos de desenvolvimento extrativista no Pampa. Como resposta ao avanço dos projetos de megamineração no bioma surge um território de contestação, formado por diferentes atores mobilizados e seus agenciamentos. Tal território se constrói a partir das arenas em que a questão da mineração é debatida e passa a formar diferentes campos de atuação onde a contestação à mineração passa a estar em interface com outras questões já debatidas como a questão da conservação e sustentabilidade do bioma, dos povos e comunidades tradicionais pampeanos e do patrimônio imaterial vinculado à vida campeira. Sugere-se que a partir dos debates suscitados pelo avanço da megamineração amplia-se o que pode ser entendido enquanto um “Pampa público”. Por fim descrevem-se as relações sociomateriais que constroem um território da lã no Pampa, formado por diferentes tramas de cooperação entre mulheres, lãs, ovelhas, plantas nativas, pecuaristas etc. Os resultados da tese apontam que as transformações territoriais no Pampa não se resumem à substituição da pecuária e implantação de novas atividades econômicas. Reconhecendo a agência dos atores e os variados movimentos de criação e recriação de territórios existenciais percebem-se as disputas cosmopolíticas envolvidas nos processos de desenvolvimento, que atualizam o bioma e apontam para diferentes cursos de ação, para além do caminho aparentemente inescapável do extrativismo contemporâneo.

Palavras-chave: Transformações territoriais. Relações sociomateriais. Extrativismo. Contra-desenvolvimento.

RESUMEN

Desde la década de 1980, el bioma pampeano ha experimentado transformaciones, desencadenadas por la llegada de nuevas actividades económicas, como la silvicultura de eucalipto, el cultivo de soja y recientemente por nuevos proyectos mineros. La tesis busca investigar cómo se vienen produciendo transformaciones territoriales y cómo los actores están interfiriendo en el curso de los cambios a partir de sus agencias y las nuevas relaciones que están estableciendo con la materialidad de sus territorios. Desde una perspectiva sociomaterial, buscamos centrarnos en cómo las transformaciones modifican los arreglos construidos entre humanos, no humanos y ciertos materiales en los territorios. Se inicia presentando cómo, a partir de diferentes relaciones sociomateriales y prácticas territoriales, se produce la construcción de territorios de vida en la Pampa. Luego profundiza en los procesos de territorialización de las actividades extractivas, revelando mezclas, conflictos e interfaces que establecen con los mundos de vida locales, provocando su desterritorialización. Como desarrollo de tales procesos y desde la creatividad de los actores, surgen alianzas sociomateriales donde se comienzan a otorgar nuevos valores a ciertos seres y materiales que estuvieron presentes en los territorios como ríos, rocas, matorrales de bosques, restos arqueológicos, animales salvajes, etc. Existen diferentes procesos de reterritorialización y contradesarrollo que surgen como resultado inesperado de los procesos de desarrollo extractivo en la Pampa. Como respuesta al avance de los proyectos megamineros en el bioma, emerge un territorio contestatario, formado por diferentes actores movilizados y sus agenciamientos. Tal territorio se construye a partir de los espacios en los que se debate el tema minero y comienza a configurar diferentes campos de acción donde el desafío de la minería hace interfaces con otros temas ya debatidos, como el tema de la conservación y sostenibilidad del bioma, los pueblos y comunidades tradicionales pampeanos y el patrimonio inmaterial vinculado a la vida rural. Se sugiere que a partir de los debates suscitados por el avance de la megaminería se amplía lo que puede entenderse como un “Pampa público”. Finalmente, se describen las relaciones sociomateriales que construyen un territorio lanero en la Pampa, formado por diferentes redes de cooperación entre mujeres, lanas, ovinos, plantas nativas, creadores de ovejas, etc. Los resultados de la tesis señalan que las transformaciones territoriales en la Pampa no se limitan a la sustitución de la ganadería y la implementación de nuevas actividades económicas. Reconociendo la agencia de los actores y los variados movimientos de creación y recreación de territorios existenciales, se perciben las disputas cosmopolíticas involucradas en los procesos de desarrollo, que actualizan el bioma y apuntan a diferentes cursos de acción, más allá del camino aparentemente ineludible del extractivismo contemporáneo.

Palabras clave: Transformaciones territoriales. Relaciones sociomateriales. Extractivismo. Contradesarrollo.

ABSTRACT

Since the 1980s, the Pampa biome has been undergoing transformations, triggered by the arrival of new economic activities, such as eucalyptus forestry, soybean crops and recently by new mining projects. The thesis seeks to investigate how the territorial transformations are taking place and how the actors are interfering in the course of the changes from their agencies and the new relationships that they start to establish with the materiality of their territories. From a socio-material perspective, we seek to focus on how transformations modify the arrangements built between humans, non-humans and certain materials in territories. It begins by presenting how, based on different socio-material relations and territorial practices, the construction of life territories in the Pampa takes place. Then, it enters into the processes of territorialization of extractive activities, revealing mixtures, conflicts and interfaces that they establish with the local lifeworlds, causing deterritorializations. As a result of such processes and based on the creativity of the actors, socio-material alliances emerge where new values are given to certain beings and materials that were present in the territories such as rivers, rocks, bushes, archaeological remains, wild animals, etc. There are different processes of re-territorialization and counter-development that emerge as an unexpected result of extractive development processes in the Pampa. As a response to the advance of megamining projects in the biome, a contestation territory emerges, formed by different mobilized actors and their agencies. Such a territory is built from the arenas in which the issue of mining is debated and begins to form different fields of action where the challenge to mining interfaces with other issues already debated, such as the issue of conservation and sustainability of the biome, the “pampeano” traditional peoples and communities and the intangible heritage linked to rural life. It is suggested that from the debates raised by the advance of megamining, what can be understood as a “public Pampa” is expanded. Finally, the socio-material relations that build a wool territory in the Pampa are described. It’s formed by different webs of cooperation between women, wool, sheep, native plants, ranchers, etc. The results of the thesis point out that the territorial transformations in the Pampa are not limited to the replacement of livestock and the implementation of new economic activities. Recognizing the agency of the actors and the varied creation and recreation movements of existential territories, the cosmopolitical disputes involved in the development processes are perceived, which update the biome and point to different courses of action, beyond the seemingly inescapable path of contemporary extractivism.

Keywords: Territorial transformations. Socio-material relations. Extractivism. Counter-development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul com os municípios de Lavras do Sul e Bagé em destaque	21
Figura 2 - Rebanho à frente e plantio de milho ao fundo	49
Figura 3 - Campos dobrados na região do Taquarembó.....	51
Figura 4 - Pequena “sanga” descendo em meio ao campo na região do Taquarembó	52
Figura 5 - Gado sendo levado de um campo a outro, região do Taquarembó.....	53
Figura 6 - Linha de trem em meio ao plantio de eucaliptos em Três Estradas.....	54
Figura 7 - Laís e Luciano no rodeio aplicando medicação em terneiro	56
Figura 8 - Laís levando suas ovelhas para a mangueira.	58
Figura 9 - Luciano e Laís aplicando medicamento em casco de ovelha junto com o filho.....	59
Figura 10 - Luciano no galpão preparando cavalo para a lida.....	60
Figura 11 - Carro utilizado por Laís quando precisa levar o filho junto para o campo.....	61
Figura 12 - No “interior” de um capão de mato na Fazenda Ouro Verde	63
Figura 13 - Visão panorâmica do distrito de Palmas.....	66
Figura 14 - Campos ao fundo da casa de Vera	68
Figura 15 - Vera com cachorros pastoreando ovelhas.....	69
Figura 16 - Vera alimentando cabritas “guachas”	71
Figura 17 – Lajedo de pedra no Rincão do Inferno.....	73
Figura 18 - Casa de pau-a-pique no Rincão do Inferno.....	74
Figura 19 - O casal Alcíbio e Onélia com seus cachorros.....	75
Figura 20 - Seu Nildo com a árvore que a irmã plantou quando era criança.	77
Figura 21 - Agricultura de cercado no Rincão dos Alves.....	79
Figura 22 - Cabritas no Rincão dos Alves.....	81
Figura 23 - Paisagem do Rincão dos Alves	82
Figura 24 - Uso do solo no bioma Pampa em 1985.....	92
Figura 25 - Uso do solo no bioma Pampa em 2002.....	92
Figura 26 - Uso do solo no bioma Pampa em 2022.....	93
Figura 27 - Série histórica de uso do solo em Lavras do Sul de 1985 a 2022.....	94
Figura 28 - Plantio de soja no trecho entre Caçapava do Sul e Lavras do Sul.....	96
Figura 29 - Área de lavoura sendo preparada para o plantio de soja.....	98
Figura 30 - Palestra no Seminário o Pampa e o Gado.	101
Figura 31 - Mapa da mineração no Rio Grande do Sul	103

Figura 32 - Aba “Comunidade” do site do Projeto Fosfato Três Estradas.....	108
Figura 33 - Publicidade da empresa Águia Fertilizantes.....	109
Figura 34 - Grupo da expedição “Caminho da Alma” em Cristal/RS.....	118
Figura 35 - Mobilização pelo Rio Camaquã e contra a mineração de chumbo no Rincão do Inferno	119
Figura 36 - Complexo de rochas da Casa de Pedra no distrito de Palmas.	120
Figura 37 - Foto de Tamanduá-mirim exposta no grupo UPP – Camaquã em setembro de 2016.	122
Figura 38 - Placa colocada num limite de propriedade na localidade de Três Estradas.....	125
Figura 39 - Imagem de satélite mostrando a “mangueira de valo”.	127
Figura 40 - Cartaz/montagem do projeto Querência da Água Boa, com fotografias de Mário Witt.....	136
Figura 41 - Cenas do filme “Dossiê Videntes: o Pampa viverá”.....	138
Figura 42 - Cenas do filme “O sabiá”.....	139
Figura 43 - Edegar Franco com ovelha maneada fazendo esquila “à martelo”.....	186
Figura 44 - Família Batista durante gravação do filme "Pampa da lã"	190
Figura 45 - Zenaide Batista fiando no fuso e atrás dela uma manta de lã tingida com plantas e raízes.....	191
Figura 46 - Pannels em fogão à lenha para tingimento dos fios de lã na casa de André Batista.	192
Figura 47 - Ateliê de Dona Teresinha	194
Figura 48 - Dona Teresinha e Dona Elza mostrando o processo da cardagem.	195
Figura 49 - Dona Teresinha tecendo no tear de pente liço	196
Figura 50 - Dona Elza e Alice selecionando as lãs para serem lavadas.	198
Figura 51 - Dona Nilza e Dona Elza lavando as lãs.	199
Figura 52 - Dona Clair em seu ateliê.....	201
Figura 53 - Peças feitas por Dona Clair a partir da técnica da feltragem.	202
Figura 54 - Dona Cleusa durante entrevista na Casa de Cultura Pedro Wayne	203
Figura 55 - Peças artesanais produzidas por dona Cleusa, expostas na casa de Cultura Pedro Wayne em Bagé.....	204
Figura 56 - Palas e ponchos feitos por dona Nilva.....	205
Figura 57 - Dona Nilva vestindo um xale com a renda frivolité	206

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA	Área Diretamente Afetada
ADAC	Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã
AGM	Associação Gaúcha de Montanhismo
AGRUPA	Associação para Grandeza e União de Palmas
ALASRU	Associação Latino-Americana de Sociologia Rural
ANM	Agência Nacional de Mineração
APATUR	Associação Pampa Gaúcho de Turismo
APP	Área de Preservação Permanente
ARCO	Associação Brasileira dos Criadores de Ovinos
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CBC	Companhia Brasileira do Cobre
CCM-RS	Comitê de Combate à Mega Mineração do Rio Grande do Sul
CEDH-RS	Comissão Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Bagé
COMERGS	Comitê de Planejamento de Mineração do Estado do Rio Grande do Sul
COMIN	Conselho de Missão entre Povos Indígenas
COOPERALTO	Cooperativa Agropecuária do Alto Camaquã
COVID-19	<i>Corona Virus Disease-19</i>
CPCTP	Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DANF	<i>Direct Application Natural Fertilizer</i>
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EMATER-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEPAM/RS	Fundação de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LSO	Licença Social para Operar
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MPF	Ministério Público Federal
MPF-RS	Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul
MTA	Movimento Tradicionalista Aceguaense
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
UPP Camaquã	União pela Proteção do Rio Camaquã
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UnB	Universidade Federal de Brasília
URCAMP	Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DESCREVENDO A ENTRADA EM CAMPO E A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA	24
2.1	ADENTRANDO O TERRENO: O PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM O CAMPO DE PESQUISA.....	24
2.2	O ESCOPO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	30
2.2.1	Partindo dos atores sociais	31
2.2.2	A entrada das materialidades e dos não humanos	33
2.2.3	Território, territorialidades e cartografia.....	35
2.2.4	Ontologia do ator social, o sociomaterial e as práticas territoriais	37
2.3	A PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UMA ABORDAGEM SOCIOMATERIAL	39
2.4	AS IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS DA PESQUISA	43
3	TERRITÓRIOS DE VIDA PAMPEANOS: DIFERENTES FORMAS DE HABITAR E CRIAR O BIOMA	46
3.1	A ASSEMBLAGEM TERRITORIAL DO TAQUAREMBÓ	48
3.2	AS RELAÇÕES CONSTITUTIVAS DA PECUÁRIA DO “GADO DE CRIA” NA FAZENDA OURO VERDE.....	54
3.3	O DISTRITO DE PALMAS.....	64
3.3.1	As relações familiares “mais que humanas” na casa de Vera.....	67
3.3.2	A Palmas quilombola	72
3.4	AS RELAÇÕES VITAIS NOS TERRITÓRIOS.....	82
4	DESTERRITORIALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PAMPA	89
4.1	DESTERRITORIALIZAÇÕES: O EUCALIPTO E A SOJA	90
4.2	OS NOVOS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PAMPA.....	102
4.2.1	A empresa Águia Fertilizantes e a busca por uma licença social para operar	106
4.3	OS ENTRECruzamentos ENTRE AS ATIVIDADES EXTRATIVAS E AS SOCIOMATERIALIDADES LOCAIS	110

4.4	EXPERIMENTANDO AS TRANSFORMAÇÕES: A ATUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	112
5	ALIANÇAS SOCIOMATERIAIS, PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DE CONTRA-DESENVOLVIMENTO	116
5.1	A ALIANÇA COM O RIO CAMAQUÃ, AS ROCHAS E OS ANIMAIS SILVESTRES 117	
5.2	A RESISTÊNCIA AO PROJETO FOSFATO E A ALIANÇA COM A “MANGUEIRA DE VALO”	123
5.3	A PATRIMONIALIZAÇÃO E O PAMPA	129
5.4	O PAMPA AMEAÇADO EM CENA: O AUDIOVISUAL COMO CONTRA-DESENVOLVIMENTO	135
5.5	O CONTRA-DESENVOLVIMENTO NO PAMPA E A AMPLIAÇÃO DO PÚBLICO A PARTIR DA ENTRADA DOS NÃO HUMANOS	140
6	A EMERGÊNCIA DO TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO À MINERAÇÃO NO PAMPA	144
6.1	AS ARENAS SOCIAIS ONDE EMERGE O TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO... 145	
6.1.1	As reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica	145
6.1.2	As audiências públicas	150
6.2	OS CAMPOS DE AÇÃO DO TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO	158
6.2.1	O campo da conservação da biodiversidade e da sustentabilidade do bioma Pampa	158
6.2.2	O campo dos povos e comunidades tradicionais do Pampa e a mineração	164
6.2.3	O campo do patrimônio imaterial	171
6.3	O TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO À MINERAÇÃO E A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO	173
6.4	OS DESDOBRAMENTOS DO TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO À MINERAÇÃO NO PAMPA	178
7	O TERRITÓRIO DA LÃ NO PAMPA: TRAMAS CRIATIVAS E PROCESSOS DE COOPERAÇÃO SOCIOMATERIAL	182
7.1	BREVE HISTÓRICO DO ARTESANATO EM LÃ E CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	182

7.2	RECONHECENDO A OVINOCULTURA E O ARTESANATO EM LÃ NOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS	185
7.3	AS RELAÇÕES QUE TECEM O TERRITÓRIO DA LÃ: A ASSOCIAÇÃO TECELAGEM LAVRENSE.....	187
7.3.1	O artesanato dos Batistas	189
7.3.2	A casa de dona Teresinha e a materialidade do trabalho com a lã	193
7.3.3	As tessituras do trabalho coletivo	196
7.4	OUTRAS TERRITORIALIDADES DA LÃ NA REGIÃO DA CAMPANHA.....	200
7.5	O ARTESANATO EM LÃ, OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL E O DESENVOLVIMENTO	208
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
	REFERÊNCIAS	217

1 INTRODUÇÃO

A tese aqui apresentada se propõe a analisar as mudanças que vêm ocorrendo no bioma Pampa nas últimas décadas, relacionadas ao avanço dos cultivos de soja, dos plantios de eucalipto e dos projetos de mineração. Busca-se mostrar como vêm se dando algumas transformações territoriais no bioma e como os atores vêm interferindo no curso dos acontecimentos a partir de suas agências, movimentos de contestação e processos de organização. Essa tese sustenta que os processos identificados como “de desenvolvimento” estão sendo vividos situadamente no Pampa, revelando consequências inesperadas das transformações em curso. O trabalho evidencia como se modificam as relações dos atores sociais entre si, e deles com a materialidade dos seus territórios de vida, mostrando o surgimento de novas articulações, alianças sociomateriais e processos de contra-desenvolvimento que começam a acontecer como parte das transformações.

A pesquisa foi impulsionada inicialmente pelo interesse de entender os motivos que estavam levando à conversão de áreas de campo nativo em plantios de soja na região sul do Rio Grande do Sul. O trajeto do trabalho me levou ao encontro de alguns moradores de áreas afetadas por projetos de mineração, em especial o Projeto Fosfato Três Estradas em Lavras do Sul e o Projeto Caçapava do Sul. Esta interface acabou gerando uma ampliação do tema de pesquisa, que passou a questionar, também, a expansão da mineração e, posteriormente, os plantios de eucalipto como parte das transformações que o bioma está vivendo. Essa ampliação não se deu de forma aleatória, mas foi sendo feita a partir dos diálogos que foram tecidos. Vi que, em especial o tema dos novos projetos de mineração no Rio Grande do Sul, estava suscitando diversos debates que “mexiam” com uma série de questões, o que dava sinais de que havia ali um fenômeno social (e material) a ser pesquisado.

O fato de a maioria dos projetos serem na região sul do estado, onde tenho vínculos familiares, me impulsionava ainda mais. Queria entender o que estava acontecendo e fui descobrindo diversos pesquisadores que estavam se dedicando a entender esses fenômenos. Alguns autores apontavam um processo de territorialização do capital no Pampa (Achka, 2017; Domínguez, 2017) e para o processo de aprofundamento do neoextrativismo (Figueiró, 2017). Paralelamente, tive acesso a alguns resultados do inventário das Lidas Campeiras que estava sendo realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do trabalho de pesquisadores ligados ao departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Estes estudos traziam uma série de percepções sobre

o Pampa e os diversos ofícios que compõem a vida campeira, formados a partir das conexões entre humanos, não humanos e ambientes (Rieth; Lima, 2017).

Um mundo novo, mas não tão novo, se abria. Comecei a ver a paisagem e a cultura que me eram familiares de outra maneira, ao mesmo tempo em que percebia as ameaças que essa paisagem/cultura estava vivendo. Desde o início, fiquei sensibilizada pela problemática da supressão da vegetação nativa do Pampa e sua substituição pela soja e pelo eucalipto, somado à possibilidade da instalação de megaprojetos de mineração. Ao mesmo tempo, à medida que percorria o Rio Grande do Sul me indignava com as condições de vida e a marginalização que parte da população (em sua maioria negra), ainda vive nas principais cidades do sul do estado, particularmente Pelotas e Bagé. Fui sendo afetada por aquilo que percebia, o que foi afetando também a pesquisa que viria a ser realizada. Assim, o trabalho de pesquisa se transformou em uma busca deliberada de uma melhor compreensão das mudanças e de outros fenômenos que atravessam o Pampa, sua gente e sua história. Compreender melhor esses processos, me ajudaria a compreender melhor minha própria história.

À medida que fazia minhas primeiras incursões a campo, ia percebendo a dimensão da complexidade e da diversidade de questões que envolvia a instalação de projetos de megamineração no meio do Pampa. A questão da rentabilidade da pecuária de gado de corte, a pobreza da chamada “metade sul” do estado, a relação entre a cultura campeira exaltada nas músicas e poesias regionais e os projetos econômicos para a região, o êxodo rural e a histórica concentração de terras na região da Campanha gaúcha eram algumas das questões que pululavam na minha mente. A mineração parecia tensionar certas questões que precisavam ser mais bem analisadas e não havia respostas fáceis para os problemas que meus interlocutores viviam.

A princípio me envolvi mais intensamente com a problemática em torno da implantação do Projeto Fosfato Três Estradas. Acompanhei parte do processo de licenciamento ambiental e conheci alguns moradores diretamente afetados pelo projeto. Escutei suas histórias de enfrentamento, busquei compreender junto a eles o que levava à grande aceitação do projeto na cidade de Lavras do Sul e como poderia fazer com que suas vozes fossem ouvidas. Aos poucos também fui conhecendo pessoas ligadas ao movimento de contraposição ao Projeto Caçapava do Sul, que vinha acontecendo desde 2016. Escutei suas histórias e os motivos que os levavam a se opor à instalação de uma mina próximo de suas propriedades e ao Rio Camaquã, sempre lembrado como parte de suas vidas e memórias.

Ao mesmo tempo que me indignava com os relatos dos interlocutores, buscando contribuir de alguma forma com suas lutas, me encantava nesse primeiro momento com as paisagens de um Pampa que eu ainda não conhecia. Algumas possuíam grandes rochas e eram mais acidentadas, outras apresentavam mais áreas de mata nativa e, aos poucos, fui percebendo que estas paisagens faziam parte de diferentes territórios, criados justamente pela interação entre seres humanos e não humanos que os habitam.

Assim, o próprio bioma Pampa em suas diversas expressões foi se apresentando como um protagonista na pesquisa. Não era apenas o cenário onde os fenômenos estavam acontecendo, mas ele próprio, com os variados seres que o formam, se mostrava como um agente, uma composição de múltiplos atores, que recebem e ao mesmo tempo interferem nos processos de mudança que estão ocorrendo. Inspirada pela ideia de cosmopolítica de Isabelle Stengers (2018), busquei trazer para a cena os “atores da não modernidade”, aumentando a abrangência das “assembleias” formadas em torno das problemáticas do desenvolvimento.

Certamente não cheguei a esse entendimento sozinha, mas sim, a partir das leituras que fazia paralelamente às primeiras incursões a campo, como será apresentado no capítulo um. Aos poucos foi se desenhando uma “perspectiva sociomaterial” (Arce; Charão-Marques, 2021; 2022). Um olhar que se nutre das contribuições da Perspectiva Orientada ao Ator, mas que passa a distribuir a agência, que deixa de estar restrita aos seres humanos e passa a incorporar as ações e influências dos não humanos e de certos materiais. Essa perspectiva é pensada a partir de uma diversidade de autores que trabalham tanto a partir da Teoria das Assemblagens (De Landa, 2006), como dos novos materialismos (Coole; Frost, 2011) e de uma antropologia ecológica que dá vida às coisas e aos materiais (Ingold, 2012a; 2015).

A materialidade nessa perspectiva passa a ser entendida não como algo estanque e sem vida, mas como algo que possui relacionalidade, intensidade e vitalidade (Bennet, 2009; Coole; Frost, 2010). É assim que os rios, rochas, áreas de mata nativa, os animais, tanto silvestres como de criação, as nascentes, o campo nativo e outros elementos passaram a ser vistos como constitutivos dos territórios de vida, cujas presenças e existências foram e são fundamentais para a construção desses mesmos territórios. Já no curso dos processos de transformação territorial observados, certos materiais também passaram a demonstrar capacidade de influir no curso dos acontecimentos. São ferrovias, minérios, rios, afloramentos rochosos, vestígios arqueológicos, taperas, a lã de ovelha, além das corporalidades humanas, animais e vegetais. Materiais que compõem tanto os emaranhados vitais que formam os ambientes pampeanos, como também fazem parte de materialidades vinculadas às infraestruturas do desenvolvimento,

resultantes da materialização dos diversos ciclos de exploração econômica que incidiram sobre o bioma.

Assim, as transformações territoriais aqui analisadas são entendidas como um processo dinâmico vinculado à agência dos atores, cujos efeitos são visíveis tanto nas marcas na paisagem provocadas pela chegada das “novas” atividades econômicas nos territórios, quanto também nas relações sociais. Busca-se assim analisar as *interfaces* (Arce; Long, 2000; Long, 2007) geradas entre essas atividades e os *mundos de vida* dos habitantes do Pampa, acompanhando a forma como eles vêm lidando com essas transformações, seja em seus trabalhos cotidianos, seja nas organizações e movimentos contestatórios de que participam. É dessa forma que os fenômenos do desenvolvimento passam a ser vistos não como processos de trajetória linear, mas como entrecruzamentos de agências, processos de negociação, conflito, desterritorializações e reterritorializações (Deleuze; Guattari, 2005; Haesbaert; Bruce, 2008).

Entende-se que os processos de desenvolvimento e de mudança social não podem ser lidos apenas como o impacto de forças externas ou como um processo de dominação ou determinação externa. Reconhece-se dessa forma que vem ocorrendo um processo de expansão de atividades vinculadas ao que se chama de extrativismo¹ no Pampa. No entanto, não se enxerga esse processo *apenas* como a imposição de um modelo econômico e de transformação dos ecossistemas do bioma em repositórios de recursos ou plataforma para exploração agropecuária, ainda que haja essa intenção.

Não se está negando o poder de agência de atores ligados às transnacionais, ao agronegócio e ao capital financeiro, mas se considera que outros atores possuem capacidades e habilidades (agência), e interferem nas mudanças que estão ocorrendo. Ao abordar o território como unidade de análise, o reconhecimento da agência dos atores territoriais se expande, e nos apresenta a potencialidade de uma perspectiva sociomaterial. Prestar atenção ao que emerge do/no território passa a incluir o encontro dos atores “locais” com as sociomaterialidades das novas atividades econômicas que passam a fazer parte dos fluxos vitais (Ingold, 2012a) dos ambientes pampeanos.

A ideia é avançar na compreensão de como os processos de desenvolvimento ocorrem nas localidades, dando foco para a *vida social dos territórios* e para a forma como as mudanças se dão não apenas nas relações sociais, mas nas materialidades e nas relações dos atores com

¹ Importante mencionar que a noção de “extrativismo” utilizada na presente tese nada tem a ver com a noção de povos e comunidades extrativistas ou de reservas extrativistas existentes especialmente no norte do Brasil. Extrativismo aqui se relaciona com o modelo econômico que se estabeleceu desde o período colonial nas Américas, de exploração de recursos naturais com vistas à exportação (GUDYNAS, 2011).

essas materialidades. Trata-se de refletir em como, a partir dessas mudanças, novos e inovadores processos passam a ocorrer como *consequências inesperadas do desenvolvimento* e mesmo como processos de contra-desenvolvimento (Arce; Long, 2000), suscitando movimentos de solidariedade, ressignificação das mudanças em curso, articulações e alianças sociomateriais, que apontam para a geração de uma capacidade política territorial (Arce; Charão-Marques, 2021).

A adoção de uma perspectiva territorial abre a possibilidade de uma metodologia e análise que pode auxiliar a visualização dos fenômenos sociais e econômicos relacionados ao desenvolvimento sem, no entanto, negligenciar a agência dos atores. Autores como Escobar (2005) e Zhouri e Oliveira (2010) apontam a importância do “lugar” para compreender processos vinculados à globalização, ao desenvolvimento e suas interseções com o ambiente. Segundo estes autores, para enxergar os movimentos de resistência, as reações e as criações alternativas ao processo de globalização capitalista é necessário dar foco para como estes processos ocorrem no local, ou seja, nos lugares em que se realizam.

Adotar as perspectivas sociomaterial e territorial implica, portanto, não focar apenas nas ditas questões estruturais e macroeconômicas e, da mesma forma, implica em não se contentar com uma abordagem que dê conta exclusivamente da dimensão discursiva dos projetos de desenvolvimento e das respostas em reações a eles. Implica perceber os processos e os conflitos a partir dos atores sociais, percorrendo caminhos, reconhecendo os vínculos e fluxos materiais que compõem seus territórios e que transformam as trajetórias de desenvolvimento. Nesse movimento, são as práticas que criam territórios que entram para o foco da análise, construídas justamente na interação dos atores com as materialidades e com os não-humanos, o que Arce e Charão-Marques (2021) chamam de *práticas territoriais*. Estas podem ser resultantes, segundo os autores, tanto das influências do processo de globalização, como das dinâmicas locais, ou mesmo da interação entre os dois.

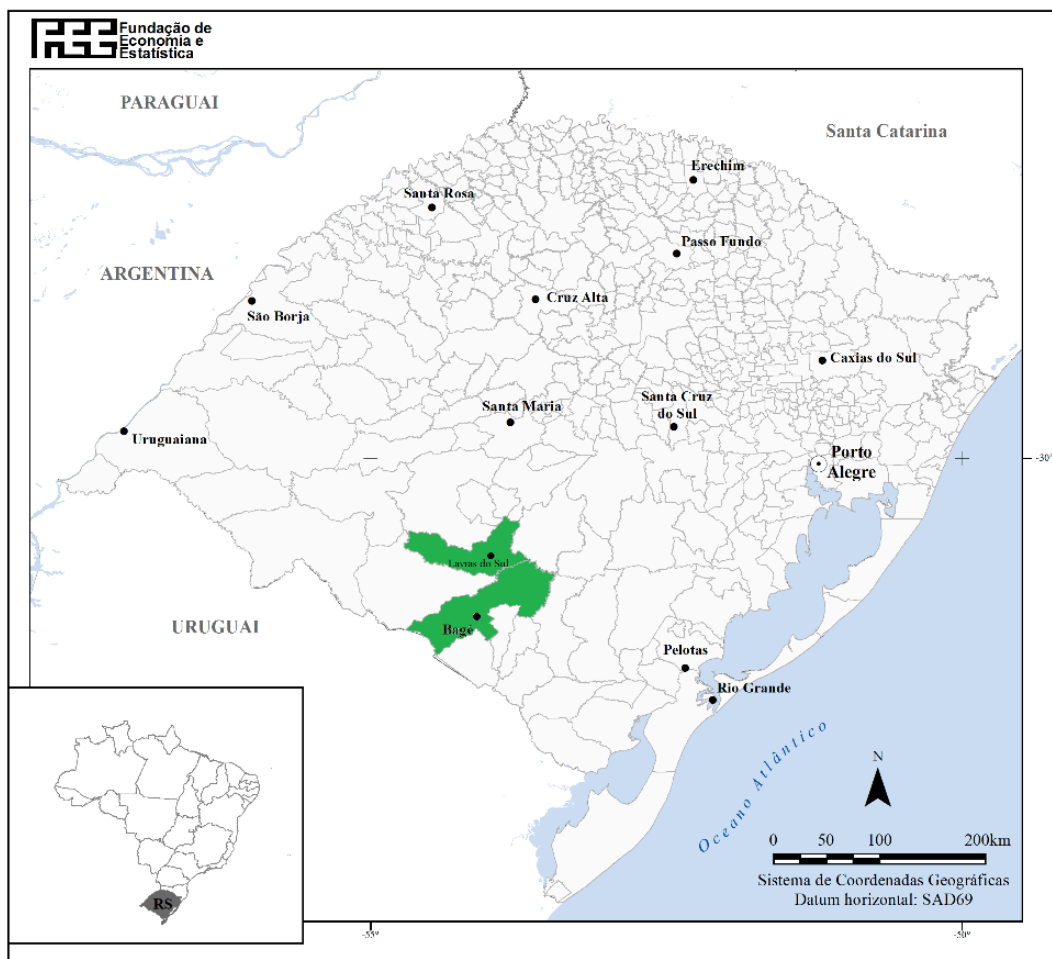
A expectativa é poder contribuir com a compreensão dos fenômenos do desenvolvimento a partir de uma perspectiva crítica e situada. Para fazê-lo, a ideia é trazer para a pesquisa a vitalidade dos territórios e as diversas formas de existências ali presentes, analisando os encontros, negociações e conflitos entre as diferentes sociomaterialidades, a partir do que pode ser entendido como uma *cosmopolítica do contra-desenvolvimento* (Charão-Marques *et al.*, 2019).

A tese foi organizada de forma a dar conta dos diferentes *territórios existenciais* (Guattari, 1992) resultantes das transformações subjetivas, ecológicas, políticas e sociais

vividas pelos atores no Pampa. Ao longo dos capítulos, se apresentam uma série de territórios, alguns com localizações geográficas precisas, outros com relações dinâmicas com o espaço, se constituindo muito mais como territórios subjetivos individuais e/ou coletivos.

Metodologicamente, a pesquisa se propôs a fazer uma etnografia dos processos de transformação territorial a partir de incursões em campo, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Foi realizada de forma multissituada, acompanhando eventos, reuniões, audiências públicas, encontros virtuais, grupos de mensagens do *Whatsapp*, além de visitas a localidades rurais que se encontram nos municípios de Lavras do Sul e Bagé, ambos localizados na microrregião da Campanha Meridional, próximo à fronteira com o Uruguai (conforme mapa constante na Figura 1).

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul com os municípios de Lavras do Sul e Bagé em destaque



Fonte: Adaptado de Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (sem data de publicação)

O texto está dividido em sete capítulos, sendo um de introdução, um teórico-metodológico e cinco de resultados. Cada capítulo possui autonomia em relação aos demais, sendo possível realizar a leitura de cada um deles de forma isolada.

Após esta introdução, é apresentado, no capítulo 2, a proposta teórico-metodológica da tese, descrevendo como se deu a entrada no campo de pesquisa, a forma como foi se desenhando, conceitual e teoricamente, a perspectiva sociomaterial proposta e a metodologia que foi empregada para a investigação. Finaliza-se o capítulo com as implicações éticas e políticas da pesquisa.

O capítulo três apresenta alguns territórios de vida pampeanos, onde busca-se apontar as múltiplas formas de viver e habitar o bioma e as múltiplas relações sociomateriais estabelecidas em sua formação. As relações entre os humanos e destes com as rochas, campo nativo, ovelhas, vacas, cavalos e cachorros, rios e nascentes são trazidas e problematizadas à luz da ideia de *escalabilidade* (Tsing, 2015), pensando em como o bioma Pampa vem sendo criado atualmente.

O capítulo quatro aborda os processos de territorialização das novas atividades extrativas no Pampa e as desterritorializações desencadeadas. Apontam-se as diferentes trajetórias de enraizamento dessas atividades, mostrando as interfaces com os mundos de vida dos atores locais, as misturas, conflitos e negociações. Busca-se dar prioridade à forma como os habitantes do Pampa percebem as transformações ocasionadas pela chegada e expansão das lavouras de soja, dos plantios de eucaliptos e dos projetos de mineração que coincidem com uma atualização dos seus territórios e do próprio bioma.

Já, o capítulo cinco aborda as reterritorializações, as novas alianças sociomateriais decorrentes das mudanças nas relações dos atores com a materialidade dos seus territórios. As alianças com os rios, rochas, com certos vestígios arqueológicos, os processos de patrimonialização e a produção de materiais audiovisuais são pensados enquanto processos de contra-desenvolvimento (Arce; Long, 2000). Mais do que apontar rumos alternativos de desenvolvimento, o capítulo intenciona mostrar os processos de autorreconhecimento e autovalorização territoriais, e os movimentos criativos que surgem como consequências inesperadas do desenvolvimento.

No sexto capítulo, apresenta-se o que foi concebido como um *território de contestação* à mineração no Pampa, fruto dos múltiplos movimentos de contestação e contraposição aos projetos de mineração que vem sendo pensados para o bioma. Busca-se realizar uma cartografia do território, capturando os afetos, analisando as arenas sociais onde ele se desenvolve e os

campos de ação que o território de contestação encontra espaço para florescer. Por fim, problematiza-se a relação dos projetos de mineração e as discussões sobre o desenvolvimento.

O sétimo capítulo trabalha com uma prática que foi sendo descoberta à medida em que se conhecia o campo de pesquisa. Ele descreve movimentos e agenciamentos das mulheres do Pampa. Trata-se do artesanato em lã de ovelha e as práticas a ele associadas em sua diversidade. A proposta do capítulo é pensar o território que emerge a partir das *tramas* de relações e dos processos de cooperação sociomaterial que a lã de ovelha favorece, mostrando uma série de mudanças (quase imperceptíveis), que também fazem parte de dinâmicas de contra-desenvolvimento.

Finalmente, o último capítulo traz as considerações finais deste trabalho de tese, buscando apontar alguns aspectos que nos auxiliam a concluir e responder às questões centrais da pesquisa.

2 DESCREVENDO A ENTRADA EM CAMPO E A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo, é apresentada a construção teórico-metodológica da tese. A primeira parte aborda a entrada no campo de pesquisa, a aproximação com as questões centrais e as primeiras saídas de campo, mais exploratórias, que me fizeram construir a proposta de pesquisa.

A segunda parte do capítulo é mais teórica e está organizada em quatro eixos centrais. No primeiro eixo, busca-se trazer algumas noções fundamentais que ajudam a conduzir para uma perspectiva que tem orientação ao ator e que tem sido um ponto de partida importante. O segundo eixo se volta às considerações da entrada da *materialidade* como uma espécie de ampliação do entendimento da ação social para além do meramente discursivo e cognitivo. Esta ampliação teórico-metodológica tem importância no delineamento e implicações desde o começo da construção do problema de pesquisa e da entrada a campo. O terceiro eixo se destina a esclarecer como a pesquisa vai lançar mão da ideia de território como uma forma de aproximação às composições flexíveis e situadas (às vezes, inusitadas) que mesclam humanos e não-humanos. Finalmente no quarto eixo delinea-se a perspectiva ontológica que está sendo adotada como ponto de partida para a tese.

A busca conceitual, aqui, é por estabelecer a possibilidade analítica de rompimento com noções como “dentro e fora”, “local e global”, “natureza e cultura” de maneira a poder observar e descrever transformações vividas no Pampa como fenômenos que “assemblam” o social e o material. Na seção três são apresentadas as principais técnicas empregadas e uma discussão metodológica a respeito de uma abordagem sociomaterial e na seção quatro são tratadas as implicações éticas e políticas da pesquisa.

2.1 ADENTRANDO O TERRENO: O PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM O CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa de campo iniciou no ano de 2019. De início, o foco do projeto era investigar as causas do avanço dos cultivos de soja no Pampa. Este fato me preocupava na época. Eu havia recém voltado ao Rio Grande do Sul depois de viver oito anos no Rio Grande do Norte e via uma paisagem familiar, dos campos abertos do bioma Pampa, mudando e se transformando

paulatinamente na paisagem que já era comum na região norte do estado¹ marcada por grandes lavouras de produção de grãos.

Outra questão que aparecia na mídia era dos projetos de mineração no estado. Desde 2018 comecei a ter acesso a notícias e reportagens a respeito do surgimento de projetos de mineração, em especial em Caçapava do Sul e em São José do Norte, municípios localizados na região sul do Rio Grande do Sul.

No final de 2018 fui para um congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU) em Montevideo, no Uruguai. Durante uma mesa redonda sobre os avanços da soja no Brasil, conheci Mário Witt, fotógrafo e proprietário de terras da região do Taquarembó, local muito próximo à Três Estradas, em Lavras do Sul. Mário fez uma fala criticando a forma como as lavouras de soja levam produtores a plantar soja “até a porta de casa”, acabando com os cultivos de alimentos em hortas e pomares. Ao ir conversar com ele, ele me contou que na sua região, além das lavouras de soja, também estava chegando um projeto de mineração de fosfato e foi assim que essa questão passou a fazer parte dos focos da pesquisa.

A primeira saída de campo que realizei foi em uma reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria que ocorreu em Lavras do Sul em fevereiro de 2019. Fui levada por Mário e sua esposa, junto a um professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que estava atuando na época como presidente do Fórum Gaúcho das Águas. Não sabia exatamente do que se tratava, mas fui entendendo ao longo do processo. Na ocasião a empresa Águia Fertilizantes, proponente do Projeto Fosfato Três Estradas esclareceria alguns pontos do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que ficaram mal-entendidos pela Fepam/RS – Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul, responsável por avaliar os impactos dos empreendimentos de grande porte no estado. Foi um momento importante para entender melhor a questão da mineração, começar a identificar o que estava em jogo, como alguns atores se posicionavam, qual o lugar estava sendo dado para a população diretamente afetada, entre outras questões.

Um mês depois dessa reunião, em março de 2019 ocorreu a audiência pública do Projeto Fosfato Três Estradas em Lavras do Sul/RS e novamente eu estava presente. Foi uma audiência lotada, carregada de tensão, em que as pessoas que criticavam ou faziam questionamentos para a empresa tiveram dificuldade de se manifestar. Foi, no entanto, um momento fundamental, onde fui inserida no meio do entrecruzamento de afetos, interesses, expectativas, anseios e

¹ Minha família e eu vivemos por cerca de 12 anos em Passo Fundo/RS, umas das principais cidades do norte do Rio Grande do Sul, antes de migrar para o nordeste.

indagações que permeavam a chegada de um projeto de mineração no Pampa gaúcho. Também foi onde comecei a conhecer alguns atores que se tornaram importantes interlocutores da pesquisa, como pesquisadores, ativistas, representantes dos povos e comunidades tradicionais do Pampa e de entidades da sociedade civil que estavam se organizando contra a mineração no interior do estado.

Ao longo do ano de 2019 ocorreram diversos eventos que foram dando corpo a um movimento de contraposição à megamineração no estado. Com um movimento também já organizado em torno da defesa do Rio Camaquã e da resistência ao Projeto Caçapava do Sul, ao longo do ano de 2019 pessoas ligadas à União pela Proteção do Rio Camaquã (UPP-Camaquã) percorreram diversos municípios do estado exibindo o filme “Dossiê Viverá – o Pampa viverá”, fazendo a discussão sobre a mineração e seus riscos.

No mês de abril ocorreu o lançamento do filme em Porto Alegre. O evento aconteceu no Cinebancários, sala de cinema do Sindicato dos Bancários do RS. Neste lançamento estavam presentes Márcia e Vera Collares representando a UPP-Camaquã e alguns professores e ativistas ligados a entidades ambientalistas do estado como AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e a ONG Amigos da Terra Brasil. A partir dessa data eu comecei a participar de alguns grupos de *WhatsApp*² ligados à resistência à mineração no Rio Grande do Sul.

Outro momento importante foi a reunião de lançamento do Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul (CCM-RS). Ocorrido em junho de 2019 no auditório do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS – Sindicato), esse evento contou com a participação de diferentes pessoas, algumas ligadas à entidades ambientalistas do estado³, sindicatos, associações, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) etc. Na mesa de abertura, estavam presentes representantes das frentes de enfrentamento aos quatro principais projetos que estavam em fase de licenciamento no estado: o Projeto Retiro em São José do Norte, Projeto Caçapava do Sul no município de mesmo nome, Projeto Fosfato Três Estradas em Lavras do Sul e Projeto Mina Guaíba em Eldorado do Sul e Charqueadas. Nessa ocasião fiz a articulação para que Mário Witt participasse como representante da comunidade de Três Estradas de Lavras do Sul.

² Aplicativo de comunicação virtual para dispositivos móveis, que possibilita a criação de grupos de contatos.

³ Entre estas estavam presentes membros da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), da Federação das entidades ambientalistas do Rio Grande do Sul (APEDeMA-RS), Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA-Guaíba), *Greenpeace* Porto Alegre e Amigos da Terra Brasil.

Foi um momento interessante para observar a composição de forças e movimentos que estava se formando para fazer frente à megamineração no estado. Ainda que bastante mobilizado em função do projeto de mina de carvão em Eldorado do Sul, muito próximo a Porto Alegre, o Comitê se constituiu enquanto uma rede de articulação para combater o avanço da megamineração no estado como um todo (Martins; Raguse, 2020). A partir dos vínculos com atores de municípios do interior que já estavam envolvidos em processos de resistência e mobilização contra os projetos em suas regiões, o comitê foi se consolidando como uma entidade estadual.

Também, em junho de 2019, ocorreu a audiência pública do projeto Mina Guaíba em Eldorado do Sul. Como ocorreu pouco tempo depois do lançamento do Comitê de Combate à Megamineração, havia uma grande mobilização contrária em torno do projeto, tanto em Eldorado do Sul quanto em Porto Alegre e na região metropolitana. O projeto visava minerar carvão a uma curta distância do Rio Jacuí, numa área que abrangeria os municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul. Afetaria diretamente o assentamento de reforma agrária Apolônio de Carvalho e o Condomínio Guaíba City, além de territórios indígenas da etnia *mbyá-guarani*. Foram várias pessoas dessas comunidades, incluindo caciques e lideranças, que se posicionaram publicamente, realizando questionamentos e críticas ao projeto. Como na audiência em Lavras, este também foi um grande evento, com ginásio lotado. Vieram muitos ônibus de municípios da chamada região carbonífera (Butiá, Arroio dos Ratos, Minas do Leão, Charqueadas) com pessoas vestindo camisetas a favor do projeto. Em determinado momento, também se criou um “clima de jogo de futebol” como ocorreu em Lavras, porém, nesse caso, tendendo mais para o rechaço ao projeto do que para sua aceitação.

Nos meses que se seguiram à criação do Comitê de Combate à Megamineração (CCM-RS), continuou ocorrendo um processo de articulação entre pessoas de Porto Alegre e moradores de Três Estradas. Quando Mário Witt veio a Porto Alegre para o lançamento do comitê, ele buscava também encontrar pessoas que pudessem ajudá-lo na elaboração de um documentário sobre a localidade de Três Estradas. Trouxe diversas fotografias suas do local, feitas desde a década de 1980 e algumas feitas em outros locais do Pampa. O levei até o Coletivo Catarse para conhecer Bruno Pedrotti e lá elaboramos o “Projeto Querência da Água Boa”, que foi pensado como uma proposta audiovisual que pudesse mostrar tudo o que estava sendo invisibilizado no processo de licenciamento ambiental do Projeto Fosfato em Lavras do Sul. Começamos a trabalhar com as fotos de Mário e fizemos uma página no *facebook* onde colocávamos as imagens junto com alguma reflexão ou poesia. A participação nesse projeto me

possibilitou conhecer mais de perto a localidade de Três Estradas, em especial a região do Taquarembó e seus moradores, em especial Mário Witt e sua família.

Em julho de 2019, fui a Lavras do Sul, desta vez sozinha, para participar do evento “O Pampa e o Gado”. Organizado pelo Sindicato Rural de Lavras do Sul é um evento que reúne pecuaristas, pesquisadores e políticos para discutir os rumos da pecuária bovina de corte na região. Foi um momento importante para conhecer um pouco mais o “mundo da pecuária” na região da Campanha, as relações políticas que o permeiam e entender melhor a problemática do avanço das lavouras no Pampa e a forma como os pecuaristas vêm lidando e se posicionando em relação a esse fenômeno. No mesmo mês, realizei, junto com uma turma de estudantes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), uma viagem para Palmas em Bagé e Rosário do Sul onde conhecemos pessoas ligadas a associações e entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais do Pampa e grupos críticos à mineração.

Em agosto de 2019, fiz a primeira visita à região de Três Estradas, junto com Bruno Pedrotti e Jane Mara Machado de Souza. Nessa época, já estava se formando um grupo de pessoas de Dom Pedrito para fazer frente ao Projeto Fosfato Três Estradas. Elas haviam se mobilizado após a exibição do filme Dossiê Videntes num Centro de Tradições Gaúchas (CTG) da cidade. Uma das pessoas que estava à frente desse grupo era Jane Mara, moradora de Dom Pedrito com vínculos com Porto Alegre. Ficamos hospedados na propriedade da esposa de Mário e pudemos conhecer pela primeira vez Luciano Jardim e Laís de Moraes, casal que vive e trabalha na localidade do Taquarembó.

Em novembro, fizemos mais uma visita à Três Estradas, novamente eu e Bruno, mas agora levando algumas pessoas do CCM-RS. Foram quatro pessoas do comitê, duas pessoas ligadas à AMA-Guaíba, outras duas da organização Amigos da Terra Brasil, um jornalista do Coletivo Catarse e uma militante do MAM. A proposta era de articulação das pessoas da região com o Comitê, que buscava conhecer os territórios ameaçados pela megamineração no interior do estado.

Na ocasião, visitamos e conversamos com alguns moradores da região do Taquarembó. Era época de esquila (tosa das ovelhas) e nas casas que visitamos as pessoas estavam envolvidas nessa lida. Além de conversar sobre como eles estavam vivendo a ameaça da mineração em suas vidas, também foi importante para conhecer um pouco mais do modo de vida das famílias da localidade. Foi um momento importante de troca de conhecimentos entre os pecuaristas, moradores do Taquarembó e os ativistas ligados à movimentos ambientalistas e movimentos sociais da região metropolitana de Porto Alegre.

Em fevereiro de 2020, ocorreu o Encontro dos Povos do Campo na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) em Dom Pedrito/RS, aonde fomos, eu e Mário Witt, novamente junto a algumas pessoas do CCM-RS apresentar a situação da mineração no estado, especialmente em Lavras do Sul. O convite para participarmos do evento foi feito por Jane Mara, que nessa época estava entrando no curso de Educação do Campo da Unipampa. Foi um momento bem interessante de trocas de ideias e informações com assentados de reforma agrária, pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas guaranis, kaingangs e charruas, povo cigano, benzedeiros e benzedoras, povo de terreiro, estudantes e professores do curso de Educação do Campo. Lá estava Fernando Aristimunho, um dos coordenadores do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e membro da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) que também trouxe o tema da mineração, falando especificamente sobre o caso de Três Estradas em uma roda de conversa entre agricultores e pecuaristas familiares.

Após março de 2020, com o início da pandemia do COVID-19, as reuniões e encontros passaram a ser virtuais, o que tornou os grupos de *WhatsApp* os principais canais de comunicação entre as pessoas e grupos mobilizados contra a megamineração no Rio Grande do Sul. O Comitê de Combate à Megamineração começou a realizar seminários virtuais transmitidos ao vivo (*lives*) a respeito de temas ligados à megamineração, trazendo pessoas envolvidas nas organizações de resistência aos principais projetos no estado, pesquisadores, ativistas e estudiosos do tema. Foram momentos importantes de articulação e uma forma de informar mais pessoas a respeito do avanço da megamineração no estado.

No seminário virtual sobre o Projeto Fosfato eu participei como mediadora e como convidados estavam Edegar Franco representando a população diretamente afetada de Três Estradas, Fernando Aristimunho representando o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, Anabela Silveira, bióloga e pesquisadora da flora nativa do Pampa e Marta Freitas do MAM.

Ao longo de todo o ano de 2020, já durante a pandemia, também ocorreram diversas reuniões virtuais. Uma delas foi organizada pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (CPCTP) para falar sobre o reconhecimento dos pecuaristas familiares de Três Estradas como população tradicional pelo Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul (MPF-RS), e as estratégias de luta contra os projetos de mineração. Foram chamadas diversas pessoas que representam os povos e comunidades tradicionais do Pampa, como quilombolas, pecuaristas familiares, pomeranos, benzedeiros, pescadores artesanais, ciganos e representantes dos povos de terreiro. Além destes atores também estavam presentes

pesquisadores, professores, lideranças, ativistas, estudantes, advogados, participantes do Comitê de Combate à Megamineração e outros.

Além desses momentos houve outros espaços importantes como a reunião do Conselho Estadual de Direitos Humanos, onde a situação de Três Estradas foi apresentada para os conselheiros através de um relatório realizado pelo advogado e conselheiro Júlio Alt, pela pesquisadora Camila Dallagnese Prates e pelo professor e pesquisador Sérgio Barcellos. No relatório, foram apresentadas as diversas violações de direitos que ocorreram durante o processo de licenciamento ambiental do Projeto Fosfato Três Estradas.

A partir de 2021, comecei a trabalhar mais intensamente no projeto de pesquisa “Cooperação, criatividade e sociobiodiversidade: uma questão de gênero”, coordenado pela minha orientadora, professora Flávia Charão-Marques. Eu e Larissa Jacobsen, estudante de agronomia da UFRGS, ficamos responsáveis pela pesquisa sobre o artesanato em lã no Pampa, uma das frentes de pesquisa do projeto. Assim, ao longo de todo o ano fizemos uma série de pesquisas e entrevistas, inicialmente remotas e depois do início da vacinação para o vírus COVID-19, realizamos as primeiras saídas de campo, visitando localidades rurais e urbanas em Lavras do Sul e Bagé. Além da pesquisa propriamente dita, realizamos gravações para a produção de um minidocumentário sobre o artesanato em lã, como um dos resultados do projeto.

Em abril de 2022, realizei a última saída de campo em Lavras do Sul e Bagé, onde foi possível voltar à região do Taquarembó em Lavras do Sul, visitar novamente algumas artesãs da lã no povoado de Ibaré e conhecer o Quilombo de Palmas em Bagé.

2.2 O ESCOPO TEÓRICO-CONCEITUAL

A fim de orientar a leitura da tese, são expostos aqui os conceitos que ajudaram a definir as principais questões da pesquisa e a forma como os temas foram abordados. Trata-se de uma proposta que foi sendo construída à medida que se ia avançando nas leituras teóricas e conhecendo a realidade em que a pesquisa se realizaria. Não houve, assim, uma definição teórica dada *a priori*, os conceitos foram sendo acionados à medida em que passaram a fazer sentido para se compreender a realidade que se apresentava.

2.2.1 Partindo dos atores sociais

A ideia de ator social tem uma relação com a noção de agência humana, embora essa seja interpretada com certas diferenças entre autores como Giddens (2003) e Long (2007), por exemplo. Para o primeiro, em sua teoria da estruturação, agência é entendida como a capacidade do indivíduo de influenciar ou modificar um processo ou determinado curso de acontecimentos e estado de coisas, intencionalmente ou não. Já no contexto da Perspectiva Orientada ao Ator (POA), a agência tem sido mais comumente aceita como a “capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção” (Long; Ploeg, 2011, p. 4). A ideia de agência é entendida não apenas como a capacidade de agir intencionalmente em relação a algo, mas também se refere à capacidade de influenciar outros atores sociais. Isso implica considerar que, para ocorrer determinada mudança ou iniciar determinado processo, é necessária a ação de alguém, podendo ser algo voluntariamente assumido ou como uma ordem a ser cumprida em uma situação de subordinação (Long; Ploeg, 2011).

Durante a realização da pesquisa, foram se identificando diversos atores envolvidos, como os moradores de regiões afetadas pela mineração e pela expansão da soja e do eucalipto, funcionários das empresas mineradoras, membros dos comitês de bacia hidrográfica, ativistas de movimentos sociais, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, ambientalistas, advogados, artistas *etc.* Essa constatação inicial remete a perceber que, mesmo que haja uma problemática em comum (expansão das áreas de cultivo de soja ou instalação de uma mina na região), emergem diferentes respostas, debates, conflitos e negociações entre os atores. Estes são relevantes para o entendimento dos processos situadamente, assim como para entender as *interfaces* que ocorrem nos processos de desenvolvimento.

Esta noção é importante para uma posição que toma em conta o ator social como parte ativa do processo de desenvolvimento, considerando que não há apenas a imposição de um corpo de conhecimento externo, dito moderno-ocidental e/ou colonizador. A complexidade de encontros de diferentes atores acaba por gerar processos de mistura, interação e processos de apropriação conjunta entre diferentes corpos de conhecimento (Arce; Long, 2000) ou, mesmo, se pode considerar que há encontros entre diferentes *mundos de vida* (Long, 2007).

Desse modo, torna-se importante entender formas sociais e/ou arranjos particulares surgidos nas vidas cotidianas das pessoas, a partir da descrição e análise de práticas sociais e discursivas heterogêneas que são executadas e interpretadas pelos atores sociais no forjamento de suas vidas e da de outros. É justamente neste sentido que uma perspectiva orientada ao ator

oferece pistas valiosas para a apreensão dos processos de construção e reconstrução social (Long, 2007, p. 107).

É pela interface (social e de conhecimentos) que os grupos estabelecem fronteiras para se diferenciarem de outros, criando também um sentido de pertencimento (Long, 2007). É observando as interfaces que podem ficar evidentes as discrepâncias de conexão entre dois ou mais mundos de vida. A noção de mundos de vida é tomada emprestada de Schutz (1962) por Long (2007), e se refere ao que os atores expressam ao agregar intencionalidades e valores às suas ações práticas. Nessas expressões, podem estar contidas as redes de relações sociais de que os atores fazem parte, como também os pilares com que sistematizam e dão significado às suas experiências (Long, 2007).

Os mundos de vida também podem ser percebidos como processos coercitivos, atravessados por relações de poder e suas respectivas fragilidades. É assim que vai interessar ao pesquisador conhecer, a partir da análise de interface, as intencionalidades em jogo e as regras tácitas de exclusão ou inclusão subjacentes aos contextos, bem como a forma que os atores encontram para lidar com isso. Na interface, apresentam-se interesses comuns, mas também objetivos contraditórios e relações de poder desiguais. Tais forças, com frequência, vão exigir o reposicionamento de atores sociais nos processos de transformação e mudança. As interfaces às vezes ocorrem em certas “arenas” de debate, onde as posições contraditórias dos atores ficam mais evidentes.

As arenas correspondem às “situações sociais” em que ocorrem as batalhas por significado sobre determinadas questões, por recursos, valores e representações. É nesses espaços que as diferenças e disputas de pontos de vista se manifestam, levando os atores a traçarem limites e a posicionar-se. Analisando tanto os discursos como o comportamento não verbal dos atores nessas arenas, é possível observar “os processos de interação e negociação social, a emergência de relações de poder e a coprodução de conhecimento” (Long, 2007, p. 26. Tradução da autora.)

Esses processos de entrecruzamentos que envolvem tanto negociação quanto conflito e que são parte das batalhas de conhecimento do desenvolvimento são permeados pelo que Arce e Long (2000) chamam de movimentos de *contra-trabalho* (*counterwork*), em que os atores agem *contra* e *com* a modernidade, se utilizando de signos, ferramentas e linguagens “próprias da modernidade”, porém agregando elementos “próprios da tradição”, gerando múltiplas configurações ou múltiplas modernidades. Da mesma forma, as noções de *contra-tendências* e *contra-desenvolvimento* oferecem importantes pistas para entender os processos de

desenvolvimento a partir dos atores. Pensando em como, a partir da agência das populações locais nos processos de intervenção ou nos espaços de decisão, se dão mudanças tanto em termos de uma reorganização de valores como de-composições e re-composições de fatores econômicos e políticos, criando novas formas sociais (Arce; Long, 2000).

Mais especificamente, este trabalho se beneficia da possibilidade de perceber a mudança social partindo do marco analítico da Perspectiva Orientada ao Ator - POA ao remontar um quadro em que figuram noções particulares, entrelaçadas e interdependentes, de:

- a) ator;
- b) agência;
- c) conhecimento;
- d) interface;
- e) mundos de vida;
- f) arena;
- g) contratendência;
- h) contra-desenvolvimento (Arce; Long, 1994, 2000; Long, 2007).

Essas noções têm sido incorporadas ao olhar etnográfico, na medida em que se reconhece que os discursos não estão separados das práticas sociais. No entanto, assume-se que a vida social é composta por múltiplas realidades construídas cotidianamente pelos atores, que constantemente buscam apreender reflexivamente os diversos problemas que reverberam na vida material das pessoas e das localidades. Justamente estes aspectos serão desenvolvidos em seguida.

2.2.2 A entrada das materialidades e dos não humanos

De maneira bastante direta, a Perspectiva Orientada ao Ator tem uma raiz construcionista e pode ser vista como uma orientação teórico-metodológica para etnografias que visam enfatizar o entendimento dos processos de mudança social, nomeadamente os de desenvolvimento. Alberto Arce e Flávia Charão-Marques (2021) apontam que a perspectiva focaliza as ações e interesses negociados por atores sociais e está fundamentada na possibilidade da construção social de valores e na distribuição de significados dentro de arenas específicas de ação e contestação. Os autores, contudo, vão propor que tal construção valorize as práticas dos atores, no intuito de perceber a composição de uma realidade sociomaterial objetivada.

No caso da pesquisa aqui proposta, sobressai a importância que assumem determinados materiais presentes no território, a exemplo do *fosfato*, cujas propriedades desencadeiam justamente o leque de fenômenos que o trabalho buscará investigar, evidenciar e analisar. Mas, também estarão um sem-número de outras coisas e artefatos, que são parte das materialidades. Para citar algumas, podem ser nascentes, arroios e rios, o gado, o pasto, as árvores de eucalipto, a soja, os “capões de mato”, os minérios, as ferrovias, as “taperas” e as “mangueiras”⁴, entre outras. Isso quer dizer que, para além do embate entre diferentes noções e discursos que os atores são capazes de produzir (e confrontar), os ambientes em que a vida cotidiana se desenrola são expressões da materialidade constitutiva dos territórios. É assim que, para a pesquisa, as materialidades assumem relevância e centralidade, na medida em que elas influenciam o curso dos acontecimentos, podendo, finalmente, ser consideradas agentes nos processos de transformação.

As orientações práticas dos atores podem surgir de interações que provocam a compreensão de ações, estratégias, afetos e valores que transformam seus mundos. Segundo Jane Bennet (2010), tais interações podem ser identificadas como propriedades que surgem das interações entre as pessoas e os materiais, entre corpos e forças, o que implica considerar que também os corpos humanos e suas materialidades vitais estão envolvidos. As perspectivas que começam a mostrar-se a partir dos “novos materialismos” (Coole; Frost, 2010) abrem toda uma potencialidade para uma abordagem sociomaterial, na qual a materialidade constitutiva dos territórios ganha destaque, materialidade essa, cabe enfatizar, vista menos como uma matéria estanque e auto evidente, mas como algo que possui força, vitalidade, relacionalidade, estando em constante mutação e autotransformação (Coole; Frost, 2010).

Ao formar parte dos mundos vitais dos atores sociais, as materialidades não apenas sofrem as ações de interferência externa, por exemplo, técnicas de exploração de recursos, extrativismo ou expropriações, elas também podem fazer parte do que se pode chamar de “políticas da vida”, entendidas como processos que, dentre outras coisas, podem gerar “refúgios”, “linhas de fuga” para a vida nos territórios (Charão-Marques *et al.*, 2019).

Os conhecimentos, a ação e as práticas dos atores conformam intrincados “emaranhados” que acabam por configurar processos de desenvolvimento. Para Arce e Charão-Marques (2021), tais configurações emergentes podem ser pesquisadas lançando mão da noção

⁴ Os termos entre aspas são expressões regionais de materialidades vinculadas à vida campeira. *Capões de mato* são as áreas de mata nativa que ficam geralmente nas encostas dos campos e próximo aos cursos d’água. *Taperas* são ruínas de casas e construções, testemunhas do período em que a zona rural da região da Campanha era mais habitada. E *mangueira* é o termo local para curral, onde os animais são levados para serem contados e tratados.

de que há uma agência distribuída também no material, o que permitiria visibilizar conflitos, lutas e alianças entre redes transnacionais, os regimes globais de exploração de recursos e os variados interesses em um território. A agência passa de sua raiz humana a ser vista como também distribuída na materialidade do mundo, o que será importante no desenvolvimento da pesquisa, na medida em que pode ajudar a elucidar, por exemplo, como e porque os atores enfrentam, afetam e são afetados pelos problemas que surgem em seu território, mas também como moldam e transformam os ambientes ou espaços onde vivem.

Ainda dentro dessa “distribuição de agência”, algo que passou a ser importante no decorrer da pesquisa foi perceber a agência dos não humanos, em especial, dos animais. Assim, busca-se desenvolver uma percepção mais sensível à forma como se dão as relações multi e interespecies nas localidades onde se deu a pesquisa de campo. A partir do entendimento de que os estudos de desenvolvimento precisam incorporar em suas investigações a forma como os não humanos vivem os processos de intervenção e transformação, tornam-se importantes abordagens que apontam para ontologias emergentes que se formam a partir das relações entre espécies companheiras (Haraway, 2003).

Acredita-se que, dessa forma, seja possível transpor o abismo entre natureza e sociedade e melhor equacionar os problemas vividos no Antropoceno, de forma a captar a participação e mistura entre humanos e outros agentes, sejam eles animais, plantas rochas, rios e as emergências que ocorrem a partir das relações entre esses distintos seres enquanto “povoam o cosmo” (Marras, 2014, p. 223), ou enquanto habitam e criam territórios.

2.2.3 Território, territorialidades e cartografia

Como parte deste “guia” conceitual que se está construindo, torna-se importante definir e esclarecer como a noção de território será mobilizada na presente proposta de pesquisa, reiterando sua importância nos estudos de desenvolvimento. Não se trata, aqui, de revisar a farta produção acadêmica sobre o tema, no entanto, é importante reconhecer toda uma contribuição da geografia crítica, que, ainda que desde diferentes matizes, desperta para a noção de que território não é algo anterior ou exterior à sociedade, é fundamentalmente um espaço construído pelos sujeitos e grupos sociais (Lefebvre, 1991; Raffestin, 1993; Santos, 1996; Porto-Gonçalves, 2001; Haesbaert, 2004; Saquet, 2007). De certa forma, território e territorialidade passam a ser vistos como processos sociais em constante transformação, o que podemos

designar como territorialização. Ao mesmo tempo, se pode dizer que em um mesmo território existem múltiplas territorialidades.

Partir de uma ideia de desenvolvimento como associado a processos situados, nos quais todos os atores interagem (inclusive as materialidades e os não humanos), conduz a assumir uma ideia de que os sujeitos podem produzir seus próprios territórios. A ideia de territorialidade a partir da antropologia se mostra profícua para captar os processos criativos de criação e recriação de territórios. Little (2018), que trabalha com a territorialidade de populações tradicionais, sugere que a territorialidade pode ser pensada como parte de uma diversidade de formas de construir territórios.

Carvalho (2017) vai demonstrar que em situações ditas “não tradicionais”, por exemplo, assentamentos de reforma agrária, também se identificam territorialidades em construção. Em tais processos, os vínculos com o território são pensados não apenas em termos de compartilhamento de significados e formas de uso, mas nas *malhas* e nos “fluxos de materiais” (Ingold, 2012; Ingold, 2015). Na criação de territórios, o conhecimento não se dá apenas na “transmissão” de técnicas e formas de fazer, mas a partir dos encontros e dos processos criativos e improvisados com os materiais presentes nos ambientes. Em outras palavras, territórios estão continuamente sendo criados e recriados em processos dinâmicos de interação com o ambiente (Ingold, 2015).

Rogério Haesbaert (2004) assinala que existem distintos tipos de territórios, sugerindo a existência de territorialidades flexíveis, cíclicas, que se apresentam periodicamente fazendo os territórios móveis. Isto pode significar que pensar em territórios envolve, também, considerar “desterritorializações e reterritorializações” (Deleuze; Guattari, 1995; Haesbaert; Bruce, 2002). Para esses autores, nos processos de desterritorialização, os agenciamentos que se fazem a partir de fluxos materiais (agenciamentos maquínicos de corpos) e semióticos e sociais (agenciamentos coletivos de enunciação) são desfeitos e na reterritorialização eles se re-estabelecem, porém em outros locais ou de outras maneiras.

As desterritorializações suscitam diversas mudanças, que se refletem nas relações das pessoas com os lugares e com as materialidades, mas também das pessoas entre si. Entender como se dão tais processos de mudança pelos quais passam os territórios nos leva a “perseguir” como se criam e se recriam os territórios e, para este intuito, contribui o que se pode chamar de dimensão dos *afetos*. Importante reconhecer que os afetos são entendidos não apenas em termos de emoções e sentimentos, mas de “influência, intensidade e impacto” (Wetherell, 2012, p. 3, tradução própria). A dimensão dos afetos pode trazer o dramático do dia a dia para a análise

social, assim como as corporizações ou personificações, desfazendo distinções entre humano e não humano e dando foco para o que atrai as pessoas e para o que as mobiliza. Assim, a atenção passa a se dar mais para o que é socialmente emergente e potencial do que aquilo que já está estabelecido (instituições, classes sociais, identidades etc.). (Wetherell, 2012).

Essa perspectiva de que o território é uma espécie de mescla de muitos elementos em um constante “vir a ser” vem sendo inspirada pela Teoria da Assemblagem (*assemblage* em francês), uma abordagem ontológica desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, apresentada originalmente em seu livro *Mil Platôs* (1980/1995). Esta complexa abordagem filosófica empresta, aqui, a noção de que é possível analisar a complexidade social enfatizando a fluidez, a permutabilidade e as funcionalidades múltiplas das relações entre “pessoas e coisas”, que compõem compostos flexíveis e mutáveis – as assemblagens. Essa teoria nos permite recusar explicações estruturais e/ou puramente sistêmicas para as transformações territoriais, na medida em que as relações entre “entidades” não são vistas como estáveis e fixas; pelo contrário, podem ser percebidas justamente pelos seus deslocamentos, pelas “misturas” de “corpos”.

Tais “entidades” são compostas por humanos e não humanos e não são fechadas em si mesmas, possuindo relações de interioridade entre seus componentes e relações de exterioridade, conectando-se a outras entidades e/ou assemblagens. Por ser formada por elementos múltiplos e heterogêneos há uma grande carga de contingência nos movimentos das assemblagens e assim como podem acontecer processos de territorialização (quando seus componentes participam de processos que estabilizam sua identidade) também ocorrem movimentos de desterritorialização (quando certos componentes participam de processos de desestabilização da assemblagem) (De Landa, 2006).

2.2.4 Ontologia do ator social, o sociomaterial e as práticas territoriais

Há uma larga literatura que aborda as possibilidades analíticas de compreensão dos fenômenos da vida a partir da abolição dos binômios natureza/cultura e/ou natureza/sociedade. O social como realidade apartada dos processos químicos/físicos/biológicos não faz mais sentido num mundo em que cada vez aparecem problemas, dilemas e contradições que são resultantes de agências humanas e não humanas. A ideia de uma agência mais que humana tensiona tanto o que é entendido enquanto política, como enquanto conhecimento (Blaser, 2018), já que não há mais um sujeito apartado do objeto. Ao invés de considerar que o mundo

é transformado a partir de uma ação intencional de um sujeito que age em relação a um objeto determinado, busca-se capturar os processos de criação de mundos em que agem seres humanos e não humanos, em relações de conflito, negociação e cooperação.

Considerar uma possível “ontologia do ator social” (Arce; Charão-Marques, 2021) provoca indagar como se constituem os mundos de vida dos atores territoriais, como eles se entrecruzam nas múltiplas relações emergentes. Cabem aqui dois destaques. O primeiro se refere a considerar, na análise de tais processos, um necessário abandono da noção de que territórios são delimitados por fronteiras específicas, sejam geográficas ou identitárias-culturais. Isto porque, ao pesquisar os mundos de vida, potencialmente serão encontradas extensões “flexíveis e fluidas” do território, o que traz implicações metodológicas importantes.

O segundo destaque remete a incorporar à pesquisa a observação das práticas dos atores. As práticas englobam as relações que os atores estabelecem com os materiais no processo de *habitar* e de criar ambientes (Ingold, 2012a; 2012b). Trabalha-se com a ideia da ontologia anímica/relacional de Tim Ingold (2013) em que ambientes são emaranhados de linhas de vida entrelaçadas, em que cada organismo ou ser cresce e segue adiante ao longo das linhas de suas relações. Nessa perspectiva importam mais os processos de formação do que o produto final (Ingold, 2012a) e não há separação entre os domínios naturais e sociais, pois tanto não humanos como humanos participam através de seus movimentos da composição da *textura do mundo* (Ingold, 2015).

Para isso, pode-se compreender, ainda a partir de Ingold (2015), que conhecimentos vão sendo gestados através da imersão dos atores em determinado ambiente, considerados o envolvimento contínuo, a percepção e ação que o constitui. Ou seja, o conhecimento do ambiente e o próprio ambiente se constroem a partir do engajamento com o mundo, um “engajamento ativo, prático e perceptivo” (Ingold, 2000, p. 42, tradução própria).

Considerando esse engajamento prático que cria ambientes e territórios é que se busca apreender as *práticas territoriais*. Estas são formadas a partir da propriedade que leva os atores a interagirem com a materialidade dos territórios, criando realidades sociomateriais objetivadas. As práticas territoriais podem estar relacionadas tanto à dinâmicas locais, como também a processos vinculados à globalização, a instituições e diretrizes nacionais e internacionais (Arce; Charão-Marques, 2021). A partir das práticas que se pode perceber uma *ontogênese* da vida (Simondon, 1958⁵ *apud* Arce; Charão-Marques, 2021) onde ocorrem mudanças na forma como

⁵ SIMONDON, Gilbert. On the mode of existence of technical objects. Tradução de Cécile Malaspina e John Rogowe. Minneapolis: Univocal, 2017. 1. ed. 1958.

as pessoas interagem com os materiais e a materialidade que se reconhece como parte de seus territórios.

Finalmente, cabe ressaltar que, com o estabelecimento de uma abordagem sociomaterial, serão traçados os caminhos da pesquisa, atentando para como vêm se dando a construção dos mundos de vida dos atores territoriais em suas relações com a materialidade. Essa fenomenologia pavimenta a possibilidade de identificar e estudar potenciais alianças entre humanos e não humanos como processos territorializados de existência na contemporaneidade. Isto vai significar considerar a lavoura de soja, a silvicultura do eucalipto e a chegada da mineração como processos heterogêneos de desenvolvimento na região da Campanha, o que requer partir dos atores e, com eles, buscar evidenciar trajetórias específicas de (re/des) territorialização.

A vida territorial será encarada, então, como tendo a potência de revelar cursos de ação diferenciados em relação aos “regimes de desenvolvimento e modernização, entendidos como uma forma de governança do neoliberalismo global e da administração dos Estados nacionais sobre os territórios existenciais” (Charão-Marques *et al.*, 2019, p. 19). Ao focar na relação dos atores com a materialidade dos territórios aposta-se na potencialidade intersubjetiva da relação dos atores com os objetos e seres não humanos, considerados os processos criativos voltados para a criação e manutenção da vida nos territórios. Assim, pensa-se em trabalhar por uma aproximação a uma *cosmopolítica do contra-desenvolvimento* (Charão-Marques *et al.*, 2019), para o que deverão ser analisadas as interfaces que participam do surgimento de assemblagens. Na pesquisa em questão, surgidas do emaranhamento de práticas ligadas à mineração e à produção da soja e do eucalipto com os mundos de vida de atores territoriais.

2.3 A PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UMA ABORDAGEM SOCIOMATERIAL

A pesquisa para realização desta tese começou em 2019, um ano antes da eclosão da pandemia de COVID-19. Como relatado na primeira seção, foi um ano particularmente intenso no que diz respeito aos debates em torno da mineração no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. Afinal, o ano começou com o rompimento da barragem da Samarco no Córrego do Feijão em Brumadinho/Minas Gerais.

Estávamos diante de um momento reflexivo em relação às consequências do avanço técnico-econômico (Beck, 2011), devido, especialmente, a dois desastres socioambientais vinculados ao setor minerário em nosso país. Deparar-se com a segunda barragem que rompia

na década (a primeira havia sido a barragem do Fundão em Mariana/MG em 2015) acendia o alerta da sociedade para os riscos envolvidos nesse tipo de atividade, além de pôr dúvidas na garantia e legitimidade do discurso técnico-científico.

Acompanhando esse movimento de alerta, desde o início do trabalho de campo me inseri na problemática que meus interlocutores apresentavam. Me pus a imaginar saídas possíveis, buscando realizar uma pesquisa que tivesse um valor público, contribuindo para elucidar caminhos possíveis em meio às transformações. Nesse sentido, nunca alimentei uma postura de pesquisadora isenta que apenas observa a vida dos interlocutores a fim de levantar informações e produzir conhecimento a partir disso. Em todos os momentos houve participação e engajamento, a fim de fazer jus àquilo que Tim Ingold (2016) chama de *compromisso ontológico*, ou seja, “a contemplação em ato e palavra, daquilo que se deve ao mundo pelo próprio desenvolvimento e formação” (Ingold, 2016, p. 407).

A observação participante foi, portanto, uma das práticas-chave do trabalho de pesquisa realizado. O registro fotográfico e em áudio permitiu a análise posterior dos materiais de campo de forma a realizar uma etnografia e trazer para o foco da análise e observação a materialidade e os seres não humanos presentes nos territórios de vida dos interlocutores. A fotografia ainda serviu como forma de aproximação e reconhecimento das paisagens do Pampa, ao focar os elementos constitutivos dos territórios pampeanos, assim como as marcas de mudança e intervenção. Também a partir da fotografia foi possível captar as práticas dos atores em suas relações com a materialidade dos ambientes, em suas tarefas cotidianas, com suas ferramentas de trabalho, com os animais que lidam e os caminhos que percorrem, ou seja, para captar suas práticas territoriais (Arce; Charão-Marques, 2021), e as corporalidades envolvidas.

A participação no Projeto Querência da Água Boa, foi um importante via de aproximação imagética com o campo de pesquisa, inicialmente através das fotografias de Mário Witt que possuem uma marca estética própria e posteriormente a partir das experimentações áudio-visuais que comecei a realizar tanto coletivamente como de forma individual dentro do projeto.

A ideia é que a partir desses registros visuais e orais fosse possível reconstituir as trajetórias importantes para a conformação dos territórios que eu estava conhecendo, criando composições que integrassem narrativas e paisagem (Devos, 2005). Isso se deu a partir da identificação das práticas que constroem os territórios, as relações que existem entre os atores e a forma como estavam sendo vividas e percebidas as mudanças, tanto a partir de uma

observação da materialidade dos territórios quanto a partir dos significados e discursos presentes nas falas e na memória dos atores.

Um método importante para revelar as relações dos atores e seus vínculos com a materialidade dos territórios foram as *caminhadas comentadas* (Iared; Oliveira, 2017). Ao percorrer os caminhos cotidianos e seguir as trilhas junto com os atores, foi possível observar e registrar os saberes em relação às plantas, animais, ecossistemas, assim como as corporalidades envolvidas com as práticas territoriais. Segundo Tim Ingold (2015), o conhecimento se constrói no movimento, ao se percorrer caminhos e no processo de educação da atenção (Ingold, 2010). Nesse sentido, percorrer os caminhos junto com os habitantes de um lugar nos faz experimentar o conhecimento do lugar, não apenas compartilhando das representações sobre o ambiente, mas vivenciando *corporalmente* as interações que são constitutivas desses conhecimentos.

As entrevistas semiestruturadas foram importantes para aprofundar histórias, conhecer as trajetórias de vida dos interlocutores e entender como os atores percebem as mudanças que estão acontecendo, as redes de que fazem parte e a forma como se enxergam nos processos.

As entrevistas individuais e coletivas foram necessárias para se conhecer algumas trajetórias importantes para a construção dos territórios existenciais. O método das “histórias de família”, como proposta por Cabral e Lima (2005) se configurou como um bom instrumento para realizar uma “contextualização sociocultural” do lugar, saindo assim dos riscos de cair em relatos biográficos demasiadamente individualizados. Segundo seus autores, “A ‘história de família’ é uma metodologia de contextualização social de pessoas” (Cabral; Lima, 2005, p. 357). A partir das histórias de família abordou-se as relações intersubjetivas dos atores, identificando os elementos que fazem parte dos seus mundos de vida, inclusive em suas ligações com os seres não humanos.

Durante o trabalho de campo, a dimensão de gênero e suas interseccionalidades (Brah, 2006; Piscitelli, 2008) foram elementos observados. As formas diferenciadas como os atores se relacionam com os animais, com os campos e capões de mato, suas práticas territoriais, assim como suas diferentes reações e respostas às mudanças nos territórios, indicaram aspectos constitutivos das subjetividades (gênero, geração, raça, etnia, classe social, sexualidade, religião *etc.*) e a forma como estão interferindo no processo de vivenciar as transformações em curso.

Principalmente durante a pandemia do coronavírus, em que não foi possível encontrar-se presencialmente com as pessoas, as entrevistas se constituíram enquanto uma importante

ferramenta. Assim, durante os anos de 2020 e 2021, foram realizadas entrevistas de forma remota, tanto por telefone como em salas de reunião virtual. Somando-se às entrevistas remotas, foram utilizados outros métodos dentro do que pode ser entendido como uma *etnografia virtual*, como o acompanhamento de transmissões ao vivo e reuniões virtuais, visitas em sites e páginas públicas, análise de matérias e reportagens jornalísticas, acompanhamento de diálogos em grupos de *WhatsApp* etc.

Atualmente, existem mais dispositivos de interação virtual do que existiam há vinte anos. No contexto da pandemia houve ainda a popularização de ferramentas como o *Google Meet* e outras plataformas para realização de reuniões virtuais, onde os participantes podem se ver e conversar simultaneamente. Isso ampliou a possibilidade de realizar um trabalho etnográfico acompanhando os atores e participando de tais espaços. Com a difusão do *WhatsApp* como dispositivo de comunicação diária entre pessoas e grupos de pessoas, foi possível manter certa “convivência” com alguns atores, compartilhando informações, notícias e materiais de estudo.

A cartografia também se tornou uma ferramenta importante, como prática de acompanhamento e descrição do processo de construção de territórios, como pessoa afetada e implicada (Barros; Kastrup, 2009; Costa, 2015). Assim, se descrevem os territórios a partir do envolvimento que a própria pesquisadora começou a estabelecer com os atores e com os lugares *afetados* pelos processos de expansão das atividades extrativas, a partir do conhecimento que se construiu no envolvimento com o “campo”. O afeto é, portanto, um elemento que foi levado em consideração e foi trabalhado em todas as fases de realização da pesquisa. A noção de afeto é aqui trazida no sentido de perceber o que mobiliza as pessoas (Wheterrel, 2012) para realizarem o que realizam ou deixam de realizar.

Acredita-se que a partir dessas técnicas de pesquisa, tenha sido possível reconstruir e analisar como se constroem as associações sociomateriais e as práticas que criam os territórios assim como as reconfigurações territoriais no Pampa. As relações dos atores com os outros entes que habitam os territórios, assim como os significados e os afetos envolvidos nos lançam para uma epistemologia relacional (Knorr-Cetina, 2001 *apud* Arce; Charão-Marques, 2021). Ou seja, aquilo que atravessa quem habita e vivencia os territórios e que compartilha dos efeitos das mudanças. Conforme a proposta de Ingold (2016), aposta-se na antropologia justamente por ela se constituir enquanto uma disciplina capaz de mostrar como o conhecimento surge das encruzilhadas de vidas vividas junto de outros, sejam eles humanos ou não humanos.

2.4 AS IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi feita principalmente a partir da observação participante, mas também por uma “participação observante” nos termos de Waqüant (2002). Isso se deu por um engajamento com o “campo de pesquisa” que desestruturou as bases da divisão sujeito-objeto, levando a uma atuação não apenas de observadora no processo, mas também de articuladora e de participante nos projetos e estratégias dos interlocutores.

Reconhece-se que a pesquisa também faz parte dos processos de transformação territorial, criando espaços de reflexão e construção de conhecimento sobre o que se relaciona com essas transformações, num processo compartilhado e construído conjuntamente com os atores envolvidos, numa perspectiva de pesquisa pública, crítica e reflexiva. As implicações éticas de tal pesquisa devem, portanto, ser pensadas e problematizadas.

O fato de a pesquisa ter se dado em meio a situações de conflito colocou alguns desafios no que tange a exposição de determinados aspectos da vida pessoal dos interlocutores diretamente implicados. Além disso, por se tratar de uma questão em aberto, foram esperados da pesquisadora posicionamentos e ações que pudessem ajudar os moradores das áreas afetadas (em especial pelos empreendimentos de mineração) nas lutas por reconhecimento e nas disputas de conhecimento implicadas nos processos de contestação.

Raquel Rigotto (2018) ao acompanhar o processo de mobilização contrário a uma mina de fosfato e urânio no interior do Ceará, articulando comunidades, movimentos sociais e universidades, percebe como em casos de conflito ambiental e territorial, novas responsabilidades políticas e éticas se aderem à atuação dos pesquisadores. O fato de serem situações marcadas por assimetrias de poder e por disputas cognitivas faz necessária uma produção compartilhada de conhecimento que possa fortalecer os grupos envolvidos, para se defenderem das ameaças aos seus territórios e modos de vida, o que a autora chama de uma “epistemologia leiga”.

Refletindo sobre a atuação de antropólogos como assessores de comunidades atingidas por grandes empreendimentos, Andrea Zhouri e Raquel Oliveira (2013), afirmam que alguns desafios de um envolvimento “militante” como os casos pesquisados estão no fato de que diferentemente do observador distanciado, o pesquisador assessor tem sua presença requisitada constantemente e há uma grande expectativa quanto aos resultados do seu trabalho. Os dados construídos são assim rapidamente convertidos em capital técnico e político para serem utilizados nas disputas territoriais e há um direcionamento da pesquisa para os objetivos e

demandas dos atores. Há assim um risco de ocorrer o que as autoras chamam de “ventriloquismo” em que os pesquisadores podem ser postos a realizar determinadas tarefas que extrapolam as potencialidades de sua ação, assumindo, por exemplo, o papel de porta voz das comunidades em reuniões e audiências públicas, distanciando-se de uma posição de coadjuvante que seria mais apropriada (Zhouiri e Oliveira, 2013).

Em relação ao uso das fotografias e do audiovisual, também existem algumas implicações éticas importantes a serem levadas em conta. Novamente, o fato de existir um ambiente de disputas e conflitos, faz com que as negociações sobre o uso de imagens sejam mais necessárias e tenham que ser constantemente refeitas, como sugere Débora Diniz (2008). As particularidades dos atores e suas diferentes formas de lidar com o conflito também aparecem como questões a serem levadas em conta, pois às vezes dentro de uma mesma família, algo que parece uma exposição demasiada para uma pessoa, pode não ser para outra. Assim, trata-se de deixar claro para cada pessoa em específico como e quando expor certas imagens.

Ao longo da pesquisa exploratória em que teve início uma aproximação com alguns atores, junto ao processo de construir o Projeto Querência da Água Boa, foi possível abrir o processo de diálogo e negociação, compartilhando reflexões e, ao mesmo tempo, observando conjuntamente os processos e questões relacionados à vida do lugar e às transformações que estão ocorrendo. Também houve alguns conflitos relacionados especialmente à exposição de determinadas imagens nas páginas do Facebook e Instagram, que foram, porém, circundados, retirando-se a imagem das redes sociais. Foram acontecimentos que apontaram para o cuidado necessário e ao mesmo tempo para a necessidade de um melhor posicionamento no contexto da pesquisa.

Nas fases posteriores da pesquisa de campo, buscou-se realizar uma seleção cuidadosa das imagens para não expor demasiadamente os interlocutores. Algumas imagens também foram compartilhadas como forma de retribuição pela disponibilidade de tempo, de atenção e pela abertura de suas casas para a realização da pesquisa.

Essas preocupações acompanharam a realização da pesquisa que foi sendo construída de maneira bastante orgânica. Mesmo tendo consciência da urgência das situações por que passavam meus interlocutores e da instabilidade provocada pelas mudanças em curso, tentei não deixar a pesquisa ser enviesada para nenhum lado, a fim de realizar uma defesa de algum grupo específico. Mantive minhas próprias percepções à frente e busquei ser fiel às intuições que iam aparecendo à medida que me aprofundava nas questões e conhecia mais a fundo o contexto em questão.

Foram várias idas e vindas, muitos questionamentos e inquietações. Conjuntamente aos deslocamentos geográficos que realizei entre Porto Alegre, Pelotas, Bagé e Lavras do Sul (que são cidades que também tenho vínculos familiares), passei por diversos deslocamentos subjetivos que envolveram processos de autorreconhecimento, estranhamento, questionamento e reaproximação. A tese é, portanto, também resultado desses movimentos.

3 TERRITÓRIOS DE VIDA PAMPEANOS: DIFERENTES FORMAS DE HABITAR E CRIAR O BIOMA

O Pampa tal qual o conhecemos se formou a partir da interação entre humanos (povos originários e estrangeiros colonizadores), animais de criação (exóticos), animais silvestres, vegetação campestre e florestal nativas, corpos d'água etc. É composta, portanto, por uma “diversidade contaminada”¹ e se configura nas palavras de Anna Tsing (2019) como uma paisagem de perturbação lenta. Estas são, segundo a autora, paisagens onde ocorrem colaborações interespecíficas, que não são intocadas pelos humanos, mas possuem uma alta biodiversidade se comparada a outras paisagens. Obviamente que não há apenas relações de cooperação/colaboração formando o bioma e há também uma série de relações de predação.

A formação de uma paisagem pastoril no Pampa (Monteblanco, 2021) ou de territórios pastoris² em que a pecuária em campo nativo é um dos fundamentos, se constitui a partir de uma racionalidade econômica, mas também de uma manutenção das características “originais” do relevo, onde há perturbações na biota devido ao pastejo dos animais, mas não substituição, diferente de outras regiões do Brasil colonial³ em que houve supressão da vegetação existente.

A partir da ideia de “escalabilidade” proposta por Anna Tsing (2015) pode-se entender a formação do Pampa tal qual o conhecemos como uma sinergia entre um conjunto de agências não escaláveis - a formação dos campos nativos e a procriação do gado deixado solto - com um projeto escalável - a produção de gado de corte que nos tempos coloniais era direcionado para as charqueadas⁴ e hoje em dia é direcionada para matadouros e frigoríficos. Por necessitar da “produção natural” de biomassa (a reprodução das gramíneas nativas), o trabalho de criação de animais prescinde de um manejo dos campos nativos, o que envolve uma série de conhecimentos, saberes e práticas.

Como uma atividade pouco mecanizada, a pecuária extensiva em campo nativo é realizada até os dias atuais com o auxílio de cavalos, cachorros e com um aparato técnico que pouco se modificou ou se modificou apenas parcialmente ao longo dos séculos de atividade

¹ Diversidade contaminada é segundo Anna Tsing (2019) uma adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação, “emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária – assim como do devir criativo” (Tsing, 2019, p. 23).

² Noção que se propõe no presente trabalho, para apontar a diversidade de formas de construir paisagens pastoris.

³ O caso da zona da mata nordestina e do Sudeste onde os canaviais e cafezais respectivamente substituíram a mata atlântica talvez sejam os casos mais significativos.

⁴ As charqueadas eram um tipo rudimentar de indústria para produção de carne de charque em que havia uma “linha de produção” que começava com a morte dos animais, a retirada do couro e a separação da carne em partes, para depois ser salinizado e deixado secar ao sol. Até 1889, o trabalho era feito por trabalhadores escravizados (africanos e descendentes de africanos) e boa parte da produção era voltada para alimentar a mão de obra escravizada da região mineradora do Brasil (Minas Gerais e Goiás).

pastoril. Somam-se à pecuária, as diversas atividades relacionadas, como a agricultura de cercado, o artesanato em lã e em couro, a produção de doces de fruta, a extração do mel de abelha e outras das chamadas “lidas campeiras” (Kosby; Silva, 2013; Rieth; Lima, 2018) que também perturbam lentamente a paisagem, sendo realizadas a partir de diferentes relações estabelecidas entre humanos, animais, instrumentos de trabalho, campos, rochas, corpos d’água, áreas de mata nativa etc.

Entende-se aqui que a formação e a transformação dos ambientes do Pampa ocorrem a partir das ações/movimentos dos diversos seres que o habitam. Neste capítulo são, portanto, descritas e analisadas as *práticas* que constituem territórios de vida ou ambientes habitáveis (Ingold, 2012b) no Pampa, que estabelecem associações sócio materiais, criando vínculos e dinâmicas, misturando-se aos fluxos de materiais existentes, compondo malhas de vida em constante movimento (Ingold, 2012^a, 2015). Entende-se aqui essas práticas como *práticas territoriais* (Arce; Charão-Marques, 2021) formadas a partir da propriedade que leva os atores a interagirem com a materialidade dos territórios.

No Pampa, há uma série de territórios de existência formados ao longo do processo de ocupação humana e convivência com o bioma, formados a partir de processos situados de territorialização, entendidos aqui como processos criativos e improvisados de construção de territórios a partir da interação dos seres humanos com os materiais presentes no ambiente e dos afetos que impulsionam processos de associação sócio material e criação de territorialidades⁵. Aposta-se, ainda, no entendimento de que os territórios pampeanos são formados não apenas pelos atores humanos em suas intervenções no mundo, mas também a partir de agenciamentos diversos em que humanos e não humanos criam territórios, entendidos como territórios multiespécies.⁶

Como parte da perspectiva aqui proposta para entender os territórios existenciais no Pampa, agrega-se a teoria das assemblagens, para a qual contribui Manuel De Landa (2008). É assim que se visualizam algumas *assemblagens* no Pampa compostas pelo campo nativo, capões de mato, campeiros, cavalos, vacas, cachorros, ovelhas e cabras rios, sangas, rochas e jazidas minerais, estradas de ferro, vestígios arqueológicos, regimes de propriedade, títulos de herança, laudos antropológicos *etc.* A teoria das assemblagens nos leva a pensar esses conjuntos sociomateriais não como totalidades, mas como conjuntos abertos atravessados pela

⁵ Se fôssemos fazer uma “arqueologia das territorialidades” iríamos encontrar inúmeras “camadas” em que é possível visualizar as diversas sociomaterialidades que formam o bioma.

⁶ Pensa-se por exemplo na lida campeira do pastoreio que consiste em deixar um rebanho solto no campo pastando e reuni-los esporadicamente para realizar o monitoramento dos seus estados de saúde. Nesse processo criam-se territórios onde tanto os humanos (campeiros) como os animais (ovinos, bovinos, equinos e caninos) atuam.

contingência, em que um elemento que faz parte de uma assemblagem pode ser desterritorializado e passar a formar outra assemblagem.

A partir do empírico que se visualizam os processos de formação e transformação dos territórios de vida. As relações com os animais nas “lidas” de campo, as alianças interespecies, as associações com os “capões de mato”, aguadas e campo nativo, as relações com as águas, com as pedras e grotões e relações entre pessoas são analisadas como elementos que vitalizam os territórios. Pensa-se aqui na vitalidade da interação entre vários corpos e forças” (Bennet, 2009, p. 21, tradução própria).

O trabalho de campo que dá material para o capítulo foi feito em duas regiões principais, a região do Taquarembó, localizada no segundo distrito de Lavras do Sul e a região de Palmas, localizada no município de Bagé. A partir de visitas realizadas em habitações rurais nessas duas localidades são feitas descrições e análises que apresentam territórios de vida pampeanos, em suas particularidades.

Ainda que não sejam regiões contíguas, Palmas e o Taquarembó possuem vínculos. Alguns moradores do Taquarembó, devido à necessidade de resistência aos projetos de mineração, são associados da Agrupa – Associação para a Grandeza e União das Palmas ou tem vínculos familiares com pessoas que moram em Palmas. Importante mencionar que todos os interlocutores entrevistados neste capítulo são pessoas envolvidas na luta contra a mineração no Pampa e foi através dos movimentos críticos à mineração que entrei em contato com eles.

3.1 A ASSEMBLAGEM TERRITORIAL DO TAQUAREMBÓ

A região do Taquarembó fica localizada no segundo distrito de Lavras do Sul próximo às Três Estradas, se chama assim por estar próximo ao arroio de mesmo nome que é um afluente do Rio Santa Maria. É o local onde está prevista a construção de uma barragem de rejeitos do Projeto Fosfato Três Estradas. Diferentemente dos moradores de Três Estradas, que passaram a ter relações mais próximas com a empresa Águia Fertilizantes, os moradores do Taquarembó se colocaram mais resistentes e críticos ao projeto e algumas famílias foram processadas pela empresa, por não permitirem acesso às suas propriedades. A partir da aproximação com alguns de seus moradores foi possível conhecer um pouco da história do lugar, a forma como trabalham na *pecuária do gado de cria* e as experiências de luta contra o projeto de mineração de fosfato.

A primeira pessoa da região com quem tive contato foi Mário Witt. Mário na época estava morando em Santa Maria, onde fazia comunicação social na UFSM. Ele é natural da

região de São Borja e seu vínculo com Lavras do Sul se deu através de sua esposa, cuja família tem terras na região do Taquarembó. Mário conta que logo que chegou na região ficou encantado quando viu que ali ainda existia “um mundo ligado à pecuária”, com os campos nativos e as “sangas”⁷ preservados, diferente da região de São Borja onde já havia entrado a monocultura de soja.

Ele e sua esposa foram morar em Bagé depois de casados, a fim de poder trabalhar na terra. Durante o tempo que moraram em Bagé o casal desenvolveu uma série de atividades na propriedade da família, paralelamente às criações de gado de corte e de ovelhas que já eram realizadas. Nalva⁸ havia estudado veterinária e gostava de criar vacas da raça *Jersey*, que é mais propícia para a produção leiteira. Já Mário trazia a experiência da agricultura, pois na propriedade de seus pais na região de São Borja havia a prática da lavoura conjuntamente à criação de gado, além de uma “agricultura de subsistência” realizada pelos moradores da fazenda⁹. Dessa forma Mário já sabia manejar tratores e preparar a terra para plantio e durante alguns anos ele produziu milho em sistema de terraceamento na região do Tacuarembó (Ver Figura 2).

Figura 2 - Rebanho à frente e plantio de milho ao fundo



Fonte: Acervo de Mário Witt (Lavras do Sul/RS, novembro de 1986).

⁷ Sanga é como são chamados os pequenos cursos d’água na região que cortam os campos criando depressões chamadas de “canhadas”.

⁸ Alguns nomes são fictícios a fim de proteger a identidade dos interlocutores.

⁹ Antigamente era comum em algumas regiões do Pampa haver pessoas que moravam dentro das fazendas, onde podiam criar animais e plantar dando em troca alimentos para o dono. Mário conta que nas terras de seu pai haviam diversas famílias que moravam nesses fundos de campo que ele chama de “chacreiros”.

Nessa época, ele comprou uma área de campo próximo ao arroio Taquarembó onde começou a criar algumas “terneiras”. Por ser próximo ao arroio era uma terra bastante irrigada e com grande quantidade de matéria orgânica, o que permitia um crescimento abundante da pastagem, possibilitando a criação de “terneiras” de grande porte. Segundo ele,

O Taquarembó era uma potência, que nós pegávamos as terneiras assim, tudo bem cuidadinha né, levava pra lá, pro campo pastado e tudo. E as terneiras viravam vaquilhonas, com trezentos quilos, não era pouco. Quando a gente tirava de lá, na época de *entourar*¹⁰, que a gente trazia pra entourar. E aí um dia nós tava vendendo o gado e o cara pesava meus boizinho e não acreditava no peso, “mas não pode” o gringo dizia... “mas o que tem esse seu gado que tanto pesa”, porque ele não queria, que o gado era muito novo sabe, ele desdenhou, porque não eram bois formados, eram uns “terneirão”. E ele botou defeito e depois quando a gente foi pesar, os bichos tinham um rendimento e ele reclamando, mas faceiro. (Mário Witt, setembro de 2020)

Mário e Nalva participaram de diversos cursos de formação e trocavam informações com pessoas ligadas à Fazenda Guatambu de Dom Pedrito (que posteriormente se tornou uma vinícola) que adotava técnicas avançadas de inseminação artificial e melhoramento genético de rebanhos. Passaram a aplicar algumas dessas técnicas nas suas criações, o que juntamente à condição favorável dos campos gerava um rebanho de alta qualidade, com grande capacidade de procriação. Como relata Mário, naquela época (final da década de 1980 e início dos anos 90), como consequência dos estudos técnicos feitos a respeito da pecuária em campo nativo começou a se perceber que a vaca de qualidade (ou a “vaca ideal”) não era a que tinha mais peso e que dava mais carne, mas a vaca que conseguia procriar pelo menos uma vez ao ano. O que ia ao encontro da pecuária realizada na região do Taquarembó que tem como foco da produção o “gado de cria”.

Com uma área de transição entre os campos mais planos da região de Bagé e Dom Pedrito e a Serra do Sudeste, Lavras e em especial o seu segundo distrito possui campos ondulados, com muitas “canhadas” (depressões onde se formam nascentes d’água, protegidas por vegetação nativa). Trata-se de uma paisagem singular do Pampa com presença marcante de áreas florestais, os chamados “capões de mato” e as “sangas”, cursos d’água entremeados por pedras que percorrem essas áreas mais baixas dos campos (Ver figuras 2 e 3).

¹⁰ “Entourar” no linguajar local é colocar a vaca para cruzar com o touro.

Figura 3 - Campos dobrados na região do Taquarembó



Fonte: Acervo de Mário Witt (Lavras do Sul, RS, 1983)

É nesse ambiente que é realizada a pecuária do gado de cria. De acordo com Mário, diferente dos campos mais planos,

Ali [no Taquarembó] tem outras qualidades né, que é a *água*, mais abundância de água e abrigo pro gado, aqueles capão de mato, aquelas canhadas, aquilo ali tudo pro gado de cria, que a vaca vai parir, isso tem trabalhos publicados, tem outro professor da UFRGS que é um cara bem interessante, que ele publicou vários trabalhos bem interessantes sobre bem estar animal numa época que não era nem tão falado, e aí ele levantava sempre isso, a qualidade desses campos que tem essas aguadas, que tem essas sombras né, ele sempre colocou isso. (Mário Witt, setembro de 2020)

A presença de nascentes é algo marcante na região. De um lado e de outro da estrada principal há nascentes de dois importantes afluentes do Rio Santa Maria, o arroio Jaguari de um lado e o arroio Taquarembó de outro. Essas nascentes são protegidas por vegetações, formam-se no meio dos campos e vão descendo até encontrarem-se com outros cursos d'água.

Figura 4 - Pequena “sanga” descendo em meio ao campo na região do Taquarembó



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, 2019).

A especialização com o gado de cria fazia com que produtores das regiões “invernadoras”¹¹ (principalmente de Bagé e Dom Pedrito) viessem para o Taquarembó e Três Estradas a fim de comprar terneiros. E os vizinhos comunicavam-se entre si anunciando que ia ter compradores na área. Como relata Mário:

Quando entrava o comprador na zona, o tropeiro, eles chamavam o tropeiro, alguém conseguia um cara do dinheiro de Bagé ou Dom Pedrito lá que era área de invernadores, entrava na zona, eles diziam entrava né, “fulano entrou aí comprando”, era nesses termos assim. Então o cara entrava com a grana comprando né e aí ele ia de casa em casa olhar os lotes pra ver o que servia e o que não servia e aí um indicava o outro, os mais amigos, os camaradas, “oh vem tropeiro aí, um dia vem tropeiro olhar meu gado”, “tá eu posso mostrar os meus terneiro?”, sim, ah vamo mostrar junto então. (Mário Witt, setembro de 2020)

Essa relação remete ao que a professora Flávia Rieth¹² aborda a respeito dos fluxos e caminhos do Pampa. Ou seja, as relações de troca entre os diferentes mundos presentes no bioma, neste caso, o Pampa do gado de cria, geralmente localizado em regiões de campos dobrados e “sujos” e o Pampa das invernadas, localizado nas regiões mais planas. Por outro lado, poderíamos dizer que essa relação também evidencia a divisão do trabalho na pecuária do

¹¹ “Invernada” é o termo utilizado localmente para nomear o espaço onde o gado é colocado para engordar no período de inverno. Geralmente estão em áreas com campos mais amplos e em propriedades maiores. Hoje em dia muitos invernadores são também produtores de soja. Plantam soja no verão e pastagem artificial no inverno.

¹² Flávia Rieth é antropóloga e professora na Universidade Federal de Pelotas. Trabalhou como coordenadora do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das Lidas Campeiras junto ao IPHAN.

Rio Grande do Sul, onde há produtores de carneiros e “engordadores” de gado, com relações nem sempre equilibradas.

Figura 5 - Gado sendo levado de um campo a outro, região do Taquarembó



Fonte: Acervo pessoal de Mário Witt (Lavras do Sul/RS, 1983)

Ainda que seja majoritariamente pastoril, a paisagem da região do Taquarembó e de Três Estradas não é constituída apenas de campos nativos e capões de mato. Hoje em dia existem algumas áreas de plantio de soja e eucalipto que começaram a chegar entre as décadas de 1980 e 1990. A agricultura comercial é uma atividade que já teve presença na região em tempos anteriores, com as lavouras de trigo, que tiveram seu auge durante as décadas de 1950 e 1960 quando houve a criação da Cooperativa Triticola de Ibaré, povoado localizado no segundo distrito de Lavras do Sul, há poucos quilômetros da região do Taquarembó.

Há uma linha de trem que liga os municípios de Cacequi e Rio Grande, que passa por Ibaré e depois passa por Três Estradas (Ver Figura 6). Essa linha anteriormente levava passageiros, mas hoje em dia serve apenas para transporte de cargas. Sua existência foi um dos motivos que facilitaram a escolha da Águia Fertilizantes para instalar a mina na região e no projeto original da empresa, o fosfato extraído em Três Estradas seria levado de trem até o porto de Rio Grande onde seria beneficiado nas indústrias de fertilizantes.

Figura 6 - Linha de trem em meio ao plantio de eucaliptos em Três Estradas



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, agosto de 2019)

3.2 AS RELAÇÕES CONSTITUTIVAS DA PECUÁRIA DO “GADO DE CRIA” NA FAZENDA OURO VERDE

No Taquarembó, há uma série de relações/associações/conexões sociomateriais que atravessam a produção do “gado de cria”. A partir da observação e acompanhamento do casal Luciano Jardim e Laís de Moraes, moradores da Fazenda Ouro Verde localizada na região do Taquarembó e que trabalham com criação de vacas e ovelhas em campo nativo, foi possível identificar algumas dessas relações.

A pecuária do gado de cria é fundamentalmente uma prática de cuidado. Logo cedo pela manhã Laís e Luciano já começam a atender os animais. Os primeiros a serem alimentados são os cachorros, que dormem perto de casa. Quando é tempo de nascimento de cordeiros, é necessário alimentar os cordeiros “guachos”¹³ (que Laís mantém no galpão ou dentro de casa devido ao frio). Depois é a vez de cuidar dos animais que estão nas “mangueiras” próximas de casa, sejam vacas ou ovelhas. Quando algum rebanho fica nesses espaços é porque precisam de algum tipo de cuidado mais específico, como cuidar de “bicheiras”¹⁴, fazer alguma tosa pontual e olhar os cascos para ver se não estão com fungos, no caso das ovelhas.

Passado esse primeiro momento da manhã é a hora de percorrer os campos para contar as vacas e terneiras e verificar suas condições de saúde. Essa lida é feita a cavalo com o auxílio

¹³ Guachos são os cordeiros que a mãe rejeita ou que perderam a mãe durante o parto.

¹⁴ Bicheira é o nome que se dá para as feridas causadas pela infestação de larvas de moscas, também chamado de “berne”.

dos cachorros e consiste em levar os rebanhos de bovinos para os “rodeios”, uma parte mais aberta e alta dos campos onde fica um cocho com sal e onde é possível contar os animais e observar se há algum doente ou com bicheira, se alguma vaca está com cria, se os terneiros estão bem alimentados etc. Trata-se de uma tarefa exigente que é realizada semanalmente ou diariamente (em especial no período de parição de terneiros). Caso haja algum teineiro doente é necessário laçá-lo e derrubá-lo para aplicar o medicamento. Laís e Luciano fazem isso juntos. Antes do filho nascer, iam os dois a cavalo, depois que nasceu Francisco, Laís o leva junto para o campo. No dia em que os visitei, acompanhei a família na lida:

Luciano encilhou um cavalo para ele e eu e Laís fomos de carro junto com Francisco. Ela pegou uns biscoitos, colocou a “Pepa Pig” no celular e o colocou na cadeirinha. Lá fomos nós, subimos uma coxilha em direção à “casa velha”, onde o pai e a mãe de Luciano moravam. Lá estavam várias ovelhas pastando, entramos porteira adentro. Francisco estava concentrado no desenho, ele mesmo segurando o celular. Andamos mais um pouco e chegamos em outra cancela, consegui abrir com um pouco de dificuldade. Laís ia dirigindo em meio às macegas e atendendo o filho quando o celular caía devido aos solavancos. Chegamos ao lugar onde esperaríamos Luciano, mas antes de parar, Laís avistou alguns “corvos”¹⁵. Fomos até o lugar onde estavam, era uma teineira morta no campo. Laís disse que há alguns dias ela havia visto essa teineira morta por ali. Além dos urubus estava o *carancho*, ave de rapina do Pampa. Saímos dali e nos posicionamos ao lado do rodeio, do outro lado da cerca. De longe avistamos Luciano vindo a cavalo, vinha “juntando” o gado disperso no campo próximo ao arroio Taquarembó. Laís avistou uma vaca com cria no meio do campo. Perguntei se era necessário ir até lá, mas ela disse que não, que era preciso apenas *estar atento* para ver se o teineiro se levantaria dali há alguns dias. Segundo ela, em dois ou três dias eles já saem acompanhando as mães. (Diário de campo de 18 de abril de 2022)

A partir desse relato etnográfico é possível aprofundarmos algumas questões e perceber o que está sendo visualizado enquanto as relações constitutivas da pecuária do gado de cria e os novos arranjos que se apresentam na Fazenda Ouro Verde. A primeira relação a ser observada é entre humanos - animais e das práticas de cuidado envolvidas. Além de um modo de produção de carne (ou lã no caso das ovelhas), entende-se a pecuária em campo nativo como um “modo de produção” do próprio bioma Pampa, atravessado por um conjunto de *relações interespecies*. Mesmo que perpassada por cálculos e racionalizações econômicas, as relações entre os campeiros e os rebanhos não se reduzem a uma relação de poder. Estando em campo, principalmente no momento de atendê-los, ao descer do cavalo, é necessário construir uma relação com cada animal, pois eles têm temperamentos diferentes, demonstram sua vontade, têm personalidade e defendem seus espaços quando se veem ameaçados.

¹⁵ Corvo é como são chamados os urubus, “caranchos” ou outras aves grandes que se alimentam de animais mortos.

Laís relata que quando as vacas estão recém paridas, elas não a deixam se aproximar. Por isso é necessário ir com cautela, tentando se aproximar aos poucos para conseguir ver o terneiro nascido e realizar os procedimentos necessários, como cortar o cordão umbilical (que, às vezes, fica pendurado) e realizar a castração se for macho. Depois, quando os terneiros já acompanham as vacas, se há necessidade de tratá-los é preciso afastar as mães. Algumas vacas são mais mansas e são facilmente espantadas, outras são mais “bravas” e não há como espantá-las, sendo necessário outros métodos para que não “atropelem” os campeiros.

Figura 7 - Laís e Luciano no rodeio aplicando medicação em terneiro



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

Como uma das habilidades necessárias para cuidar dos animais, observar parece ser essencial na pecuária do gado de cria. É a partir da observação que se sabe o que os animais estão precisando. Como o gado é criado solto nos campos, os rodeios são locais privilegiados para realizar essa observação. É a partir da observação que os comportamentos dos animais vão sendo apreendidos e os “sinais” vão sendo notados. Por exemplo, um dos sinais de que os terneiros estão com febre é quando ficam deitados perto das sangas onde é mais úmido e fresco.

É necessário então investigar o que pode estar causando essa febre para então aplicar o medicamento certo, que os campeiros já levam consigo nos arreios dos cavalos.

Uma das doenças que podem acometer os animais é o “sapinho”, uma inflamação que ocorre na boca dos terneiros. Outra é uma doença transmitida pelo carrapato, que na região se chama de “tristeza”. Assim que são identificadas, as doenças são tratadas ali mesmo no campo. É necessário, portanto, habilidade para medicar, para fazer transfusões de sangue, fazer a castração dos machos, o toque quando as vacas engravidam, o auxílio nos partos quando a vaca não consegue parir sozinha e até cesarianas quando se trata de uma situação mais complicada. Trata-se de um conhecimento médico-veterinário construído na interação e na prática de cuidado com os animais. O que demanda bastante atenção e responsabilidade, pois como diz Laís: “como é bicho, como é vida, te exige uma dedicação, tu tem que tá ali, tu tem que tá preocupado, sabe? Porque é uma coisa que foi tu que botou ali.”

Nem Luciano e nem Laís têm formação técnica na área. Luciano se criou na fazenda que era de propriedade do pai e hoje é sua e de suas irmãs.¹⁶ Conta que aprendeu as lidas de campo desde criança. Além dos conhecimentos apreendidos junto ao pai, certas coisas ele aprendeu com trabalhadores que realizavam serviços na fazenda: “muitas coisas de trabalhar em corda, emendar laço, isso eu aprendi com seu Neri. A parte de mato eu aprendi com o Piriquito. Cortar lenha, conhecer que árvore é árvore, a melar abelha...”. Segundo Luciano, eram pessoas simples que nasceram e se criaram na campanha¹⁷, que possuíam um vasto saber e diversas habilidades.

Conforme Rieth, Lima e Barreto (2016) o aprendizado das lidas campeiras se constitui enquanto uma “educação da atenção” que vai se formando no ato de vivenciar a habitar o ambiente (Ingold, 2010). Assim podemos imaginar que em contato com esses campeiros mais velhos, vendo-os trabalhar e ajudando-os nas lidas que Luciano foi incorporando as habilidades e capacidades necessárias à vida no campo.

Laís não cresceu numa fazenda como Luciano, mas aprendeu as lidas de campo acompanhando o marido, desde a época em que ainda namoravam. Ela conta que no início vinha apenas nos finais de semana quando tinha folga do trabalho e nas férias, até o momento em que decidiu vir morar na campanha e se dedicar ao trabalho no campo. Logo que chegou,

¹⁶ A fazenda Ouro Verde vem passando por herança há várias gerações. Luciano conta que sua família, os Gomes Jardim, receberam as terras da Coroa Portuguesa no sistema de sesmarias.

¹⁷ Campanha é como se chama a zona rural nessa região, local de vida e trabalho ligado ao campo e à pecuária. É diferente da Região da Campanha, recorte geográfico-político que se refere à área do estado do Rio Grande do Sul que fica próximo à fronteira com o Uruguai e que tem características fisiográficas parecidas, referentes aos campos do bioma Pampa. Outra expressão utilizada pela população é “para fora” para referir-se à zona rural.

sentia um pouco de medo das vacas, devido ao tamanho, mas com o tempo foi aprendendo a identificar quais são as vacas mansas e quais são as bravas e foi perdendo o medo de cair do cavalo, sendo hoje uma exímia cavaleira. Além disso, ela realiza praticamente todas as tarefas de campo, desde o pastoreio dos animais até tirar terneiras atoladas nas áreas inundadas perto dos arroios, fazer partos, aplicar medicamentos, fazer benzimentos e castração dos animais. Foi aprendendo, fazendo, ajudando e observando Luciano nas lidas. Hoje em dia ela tem sua própria criação de ovelhas, cujas matrizes foram compradas por ela depois de um tempo trabalhando na fazenda.

Mesmo sendo uma lida mais exigente, que necessita mais dedicação e cuidado, Laís gosta de criar ovelhas. Na primeira vez em que os visitei, havia vários cordeiros *guachos* que Laís estava cuidando. Devido ao frio do inverno ela os deixava dentro do galpão onde podiam se aquecer próximo à lareira e alguns vestiam roupas para se protegerem do frio. Todos os dias de manhã e de noite ela dava mamadeiras com leite de vaca para se alimentarem. Hoje em dia ela já não tem tanta disponibilidade para cuidar dos *guachos*, já que além dos animais, tem o filho para cuidar.

Figura 8 - Laís levando suas ovelhas para a mangueira



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

Na propriedade, que tem cerca de 800 hectares, é o casal que faz praticamente todas as tarefas. Logo que o filho nasceu contrataram um casal para ajudá-los, enquanto o homem auxiliava Luciano nas lidas de campo, a mulher cuidava das lidas de casa, o que permitia que Laís tivesse mais tempo para se dedicar ao trabalho no campo. Porém, Luciano conta não ter gostado do trabalho da mulher, o que inviabilizou a permanência do casal. Assim, hoje em dia, ele e Laís realizam as tarefas diárias e contam com a ajuda de algum trabalhador temporário para ajudar a fazer a esquila, os alambrados e o plantio de aveia e azevém para o período de inverno. No período em que os visitei, no outono de 2022, havia um trabalhador arando uma porção de terra para fazer o plantio de azevém.

Figura 9 - Luciano e Laís aplicando medicamento em casco de ovelha junto com o filho



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

O arranjo construído entre os membros da família faz parte do conjunto de relações que compõem seu território de vida e a pecuária ali realizada. O fato de Laís realizar as tarefas de campo faz com que não haja necessidade de contratação de um peão para auxiliar Luciano, ainda que a sobrecarga de trabalho seja relatada por ambos. Esse arranjo, no entanto, não é construído apenas pelas pessoas. Além do tradicional conjunto campeiro-cavalo/arreios/montaria-cachorros (Figura 10), no caso de Laís, Luciano e Francisco, o arranjo para o trabalho com os animais também é constituído pelo carro, pela cadeirinha de bebê, o celular e até mesmo o desenho animado da personagem “Pepa Pig”, que prende a atenção de

Francisco e permite Laís trabalhar. Ela conta que quando ele ainda era bebê de colo, eles levavam o carrinho de bebê ou bebê conforto, guarda-sol, mamadeira e brinquedos na camionete e o deixavam próximo, num local protegido, para conseguirem fazer arame ou atender alguma vaca parida. Quando não é possível levar o filho, o casal se reveza e um deles fica em casa cuidando de Francisco, enquanto o outro vai para o campo.

Figura 10 - Luciano no galpão preparando cavalo para a lida



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

Este é um arranjo não muito comum na campanha que é bastante marcada pela presença masculina, principalmente quando se trata do trabalho campeiro¹⁸. Entre os vizinhos do Taquarembó e Três Estradas, até existe um número significativo de mulheres vivendo nas propriedades, porém, nem todas trabalham diariamente nas lidas de campo. Trata-se de um trabalho fisicamente exigente que não é estimulado às meninas ao longo de seu crescimento, diferente dos meninos que já aprendem desde cedo a montar cavalo, laçar, fazer cordas, derrubar terneiros *etc.*

¹⁸ Ocorre um processo de masculinização dos campos, que vem se dando já há algumas décadas na campanha, em que as mulheres se mudam para a cidade a fim de educarem os filhos (onde as escolas são melhores e mais próximas de casa) e as propriedades passam a ser administradas e habitadas apenas pelos homens.

Figura 11 - Carro utilizado por Laís quando precisa levar o filho junto para o campo



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

Além disso, quando uma mulher realiza as tarefas, precisa também lidar com o descrédito de alguns homens que não a respeitam como campeira. Laís conta que já passou por uma série de situações em que homens que estavam trabalhando junto com ela não confiaram no seu conhecimento e experiência ou, então, deixaram de ajudá-la para testar sua capacidade. Estas dificuldades, no entanto, não fazem Laís desanimar e, além das tarefas de casa, de mãe e de campeira, ela é envolvida com a luta contra a mineração e recentemente passou a fazer parte do conselho gestor da Cooperativa Agrícola do Alto Camaquã (CooperAlto Camaquã), ligada à Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC). Mesmo estando em outra região, esta associação acaba agregando pessoas da região do Taquarembó por interesses comuns, seja em relação à pecuária, seja na luta contra a megamineração na região.

Um outro conjunto de relações importante na pecuária do gado de cria é das relações entre humanos, animais e os próprios campos, as gramíneas, as áreas de mato e os cursos d'água. Essas relações se dão principalmente a partir de um conjunto de práticas de manejo dos rebanhos nos campos, construído a partir de uma relação de respeito com o que existe em cada

área. Segundo Luciano eles trabalham “em harmonia”, colocando uma carga animal compatível com o hectare de forma a não esgotar o pasto disponível.

Cada rebanho é colocado numa área de campo cercada, separada das demais. O número de cabeças de gado que é colocado em cada área varia de acordo com a qualidade dos campos: naqueles com mais pedras e áreas de mata o número de cabeças de gado deve ser menor do que num campo mais “limpo” onde haja mais pasto disponível. De acordo com Luciano, o campo se autorregula, ou seja, se colocar muitos animais num campo eles ficarão magros forçando o pecuarista a ter que mudá-los de lugar ou então o gado ficará fraco ou morrerá por falta de comida. Uma das formas de compensar a falta de alimento é colocando ração nos cochos, o que Luciano faz quando percebe que o pasto não está sendo suficiente.

Não há na pecuária em campo nativo a prática de desmatar uma área de mata para deixar o campo crescer. Isso é inclusive malvisto entre os pecuaristas e há o hábito de denunciar os vizinhos que o fazem. Essa prática “conservacionista” também tem um sentido de preservar recursos importantes para os pecuaristas (Neske, 2016). Ao conservar áreas de mata, também se conservam os cursos d’água, fontes de madeira e de plantas medicinais.

A fazenda está numa área de nascentes do Arroio Taquarembó e devido às atividades ali realizadas, elas estão preservadas. Luciano fala que devido ao fato deles trabalharem com uma carga animal compatível com o hectare, não há risco de os rebanhos irem para as áreas mais próximas às nascentes e sangas e com o pisoteio, compactar o solo.

A água que abastece a casa vem de uma cacimba que tem apenas dois metros de fundura. De acordo com Luciano é uma água muito boa, diferente da água de outras partes da propriedade que já são salobras. Ele conta que sabe encontrar água subterrânea com o auxílio de um arame ou uma “varinha” de madeira e relata que os cachorros também indicam onde há “cruzamentos” d’água, pois é onde costumam dormir.

Além de protegerem os cursos d’água, nos “capões de mato” se consegue madeira para lenha e para mourões de cerca, plantas medicinais, mel de abelhas nativas, além de serem habitats de animais silvestres. No caso da pecuária do gado de cria, as áreas de mata são ainda refúgios para os animais em tempo de parição. Tanto vacas como ovelhas procuram locais mais protegidos de vento e chuva para terem seus filhotes. Trata-se assim de um elemento importante para o conjunto das condições necessárias e favoráveis para a procriação dos animais.

Na fazenda, há uma série de áreas de mata preservada. A maior parte fica numa parte mais baixa dos campos, próximo às nascentes do arroio Taquarembó. Nessa área é onde está prevista a construção de uma barragem de rejeitos do Projeto Fosfato e onde se encontram

vestígios de uma “mangueira de valo” que alguns estudos arqueológicos indicam que fazia parte das estâncias missionárias¹⁹. Nessa área de reserva encontram-se uma série de espécies vegetais nativas, como o *cambará*, *cambuí*, o branquilha, a corticeira do banhado, a *embira*, espinheira santa, e onde se encontram animais silvestres como a paca, veado campeiro, coruja orelhuda, capivaras (também chamados de “capinchos” na região), entre outros. (Ver Figura 12)

Figura 12 - No “interior” de um capão de mato na Fazenda Ouro Verde



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, agosto de 2019)

Luciano afirma que as áreas de mata têm aumentado nos últimos tempos, “o mato vem subindo pras coxilhas”. Diferente do que ocorria anteriormente em que nasciam plantas e árvores maiores apenas nas áreas mais úmidas, próximo aos arroios e sangas, hoje em dia vem surgindo áreas de mata nas partes mais altas dos campos. Para Luciano esse fenômeno de relaciona com o aquecimento global e com a diminuição dos rebanhos de ovinos:

O que controlava muito o mato era a ovelha, só que a ausência da ovelha, que a ovelha era criada em toda a área entendeu? Tinha ovelha em todos os campos assim nessa nossa região, todo mundo tinha, só que com a diminuição dos rebanhos, mesmo aqui em casa que tem uma quantidade considerável de ovelha eu não a tenho em todas as áreas, tenho elas meio concentradas entendeu, e aí na área que não tem [as ovelhas], o mato tá acelerando. (Luciano Jardim, abril de 2022)

As ovelhas têm hábitos de alimentação mais variados que as vacas, comem outros tipos de plantas e não apenas gramíneas. Isso contribui para o controle das áreas de mata, pois as

¹⁹ De acordo com estudos realizados por arqueólogos da UFPel presentes no Relatório do INRC Lidas Campeiras de Lavras do Sul...

plantas não se desenvolvem. Com a diminuição dos rebanhos de ovelhas vem ocorrendo, de acordo com Luciano, um aumento dos capões de mato, o que faz diminuir a quantidade de pasto disponível para o gado. Para Luciano deveria haver alguma mudança na legislação, a fim de que fosse permitido desmatar essas novas manchas de vegetação arbórea que surgem nos campos. Seu argumento é que esse aumento das áreas de mata dificulta a produção de gado. Ele afirma que é necessário produzir para ser competitivo, caso contrário o mercado exclui o produtor. Por outro lado, é necessário ser produtivo sem ser agressivo com o meio ambiente.

Se observa a partir das falas de Luciano e Laís e de suas práticas, um entrecruzamento de processos de racionalização econômica (manejo dos rebanhos nos campos e do seu cuidado para produção do gado de cria) com uma série de relações intersubjetivas entre humanos e animais e entre os próprios seres humanos. A forma como é feita a pecuária do gado de cria em campo nativo, mantendo as áreas de mata, permite a existência de seres que aparentemente não participam do processo produtivo como são as plantas e animais silvestres que habitam essas áreas. O que permite ainda a manutenção da qualidade das águas que atravessam os campos. Há, no entanto uma busca pela produtividade da pecuária que por vezes entra em contradição com a conservação das áreas florestais.

3.3 O DISTRITO DE PALMAS

Vindo para o distrito de Palmas em Bagé também é possível perceber uma série de relacionamentos entre pessoas, animais e outros seres e objetos presentes no ambiente que compõem diferentes territórios. Sendo uma região extensa com diferentes vínculos jurídicos e formas de relação com a terra seria impossível dar conta de descrever todas as relações que compõem a região, assim são trazidos relatos de vivências que tive nas casas de duas famílias do distrito, uma localizada no chamado corredor da Lechiguana e outra localizada no Quilombo de Palmas.

Palmas é um distrito rural, localizado numa porção do município de Bagé mais próxima à Caçapava do Sul e Lavras do Sul. Faz parte dos chamados “campos de pedra” pois sua paisagem é marcada pela presença de grandes afloramentos rochosos e áreas de mata nativa. As propriedades são em sua maioria de pecuária familiar, com criação de diversos animais, como vacas, ovelhas, galinhas, porcos e as famosas cabras que se dão bem nos terrenos pedregosos.

A primeira vez que visitei essa região foi em 2019, durante uma viagem de campo feita com uma turma de estudantes do PGDR, como mencionado no capítulo 1. Iríamos encontrar algumas pessoas que o professor da disciplina, Felipe Vargas, havia conhecido durante sua pesquisa de pós-doutorado. Coincidentemente essas pessoas eram envolvidas com a luta contra a mineração e eu já havia conhecido algumas delas no lançamento do filme “Dossiê Videntes” em Porto Alegre. Nessa ocasião, conhecemos a Estância do Sossego, da família Collares, onde nos foi apresentado um pouco de sua história e do seu modo de vida muito ligado ao Rio Camaquã, que fica há menos de um quilômetro da casa da estância. Nessa ocasião também conhecemos a área do Rincão do Inferno que faz parte do Quilombo de Palmas.

Em 2021, passado um ano do início da pandemia consegui retornar à Palmas, dessa vez na casa de Vera Collares. Ela mora numa área próxima a um conjunto de pedras, onde tem suas criações de animais. Vera, além de pecuarista, é também uma das coordenadoras da Agrupa, junto com sua irmã Márcia. As duas junto com outras pessoas da família Collares e do distrito de Palmas se organizam na União pela Proteção do Rio Camaquã (UPP-Camaquã), entidade criada para fazer a defesa do rio contra empreendimentos econômicos predatórios.

Por ser uma região marcada pela presença de rochas e terrenos acidentados, Palmas ficou à margem da expansão das lavouras de eucalipto e soja que ocorreram no Pampa nas últimas décadas. Porém, por estar na Serra do Sudeste, uma região com grande presença de minerais e acidentes geográficos, é visada por empreendimentos como mineração e por projetos de pequenas centrais hidrelétricas no leito do Rio Camaquã. Trata-se de uma região extremamente preservada e com grande beleza paisagística. Segundo Márcia Collares a região é como um santuário ecológico de Bagé, local de lazer de muitas famílias da cidade, o que faz com que muitas pessoas tenham vínculos afetivos com o lugar e desejem protegê-lo.

Figura 13 - Visão panorâmica do distrito de Palmas



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, agosto de 2021)

Trata-se de uma região de ocupação antiga. Segundo relatos de moradores, a colonização de Bagé teria começado por ali, com a doação de sesmarias para algumas famílias luso-brasileiras. A família Collares, por exemplo, é herdeira de sesmaria doada ainda no século XVIII pela Coroa Portuguesa. Devido às divisões por herança, as propriedades não são muito extensas se comparadas a outras regiões do Pampa e possuem uma pecuária mais diversificada, com foco para a criação de ovelhas e cabras, diferente da região do Taquarembó, onde prevalece a criação de gado bovino.

Devido ao histórico de escravidão na produção pecuária²⁰, há uma marcante presença de famílias negras no distrito, que vivem em sua maioria no Quilombo de Palmas. Localizado nas partes mais acidentadas e distante dos campos, o Quilombo de Palmas é dividido em quatro partes: o Rincão do Inferno, o Rincão dos Alves, o Campo do Ourique e o Rincão da Pedreira. São cerca de 40 famílias que habitam essas áreas criando animais, plantando e trabalhando como empregados nas fazendas da região²¹. O processo de reconhecimento do território quilombola que vem se dando desde 2003 é fonte de conflitos na região, havendo forte resistência por parte de alguns proprietários não quilombolas à realização da demarcação e

²⁰ Diferente da imagem construída de que no sul do país não teria havido uma exploração massiva de trabalho escravo como em outras regiões do país, estudos mostram que no período colonial a escravidão era algo comum mesmo em pequenas estâncias de criação de gado do sul do Brasil. E existiam trabalhadores escravizados realizando as mais diversas tarefas e não apenas nas charqueadas. (FARINATTI, 2005; OSÓRIO, 2016)

²¹ Esses trabalhos em estâncias são realizados tanto em locais próximos como no distrito de Palmas quanto em locais mais distantes. Mário Witt relatou que uma família que trabalhava na fazenda da família de sua esposa na região do Taquarembó tinha origem no Quilombo de Palmas.

homologação das terras por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

3.3.1 As relações familiares “mais que humanas” na casa de Vera

A residência em que Vera reside junto com sua mãe foi construída há algumas décadas. Também vivem na propriedade dois funcionários e uma irmã de Vera que reside parte da semana na zona urbana de Bagé e outra parte em Palmas. A casa também é frequentada por outros parentes que vivem próximo, como sobrinhos e uma prima que ajuda com as lidas domésticas. Vera é bastante ocupada cuidando dos animais, com a associação e com os movimentos contra a mineração que participa, tendo que fazer viagens com certa frequência.

Na época em que a visitamos (eu, minha orientadora e duas bolsistas do projeto de pesquisa em que estávamos trabalhando²²), era tempo de “parição” das ovelhas, o que demandava uma atenção constante. Assim nos dias que ficamos ali, Vera passou boa parte do tempo no campo, buscando os filhotes recém-nascidos dentro das áreas de mato ou em partes mais escondidas do campo. Larissa, uma das bolsistas do projeto fez seu estágio na propriedade de Vera e já vinha há alguns dias lhe ajudando no trabalho com os animais. A seguir encontra-se parte do diário de campo em que é possível observar as relações construídas a partir da prática de cuidado com os animais de criação:

Passamos pela cerca de arame e fomos descendo o campo até o galpão onde ela estava com as ovelhas. Estava dando mamadeira para alguns cordeiros que estavam mais magrinhos. Larissa entrou na mangueira para ajudá-la e nós ficamos observando. Os cachorros maré-mano²³ estavam por ali. É muito bonitinho ver os cordeirinhos berrando para suas mães. Vera falou que nasceram vários gêmeos, por isso ela precisa reforçar a alimentação deles, pois a ovelha mãe geralmente rejeita um deles. Vera, no entanto, faz o máximo para não tirar os cordeiros “guachos” de perto das outras ovelhas, pois segundo ela há risco de eles contraírem doenças, principalmente pelo contato com os cachorros. Fomos andando pelos campos, Vera procurava por cordeiros recém-nascidos. Na área em que andamos tem campos abertos e capões de mato, passamos por dentro de uma dessas áreas de mata e Vera mostrou um “guabiju”, árvore nativa que dá um fruto parecido com jabuticaba. Fomos até os fundos do campo, onde ficam as vacas e terneiros. Não encontramos nenhuma ovelha escondida. Entendi por que Vera prefere fazer a lida a pé e não à cavalo, pois para fazer o pastoreio tem que passar por cercas, áreas de mato e teria que estar toda hora subindo e descendo do cavalo. Enquanto voltávamos para o galpão, ela avistou alguns “corvos” sobrevoando os cordeiros recém-nascidos. Logo ela chamou os cachorros

²² Trata-se do Projeto “Cooperação, Criatividade e Sóciobiodiversidade: uma questão de gênero” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e coordenado pela professora Flávia Charão-Marques.

²³ “Maré-manos” são uma raça de cachorro propícia para cuidar de rebanhos de ovelhas. Eles têm pelagem branca e se criados juntos com as ovelhas permanecem sempre próximo a elas, protegendo-as em caso de ataques de predadores.

maré manos para espantar os pássaros que já estavam voando baixo. Contou que os corvos pegam aqueles filhotes mais fraquinhos que vão ficando pra trás, mas às vezes também ajudam a descobrir onde tem animais mortos nos campos. Assim é necessário estar sempre atento à sua presença. (Diário de campo de 23 de setembro de 2021)

Vera realiza boa parte da lida do pastoreio a pé, a maioria dos campos onde cria os animais ficam perto de casa, são terrenos mais dobrados e com mais áreas de mata, se comparados com os campos da região do Taquarembó, dando uma sensação de mais proximidade e menos vastidão como ocorre nos campos mais abertos (Ver figura 14).

Figura 14 - Campos ao fundo da casa de Vera



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, setembro de 2021)

É interessante verificar que há uma trama de relações de cooperação, aliança e predação que permeiam a criação de animais em campo nativo. A pecuarista precisa estar atenta a esse conjunto de relações a fim de proteger e cuidar dos animais que estão sob a sua responsabilidade. Atenção e disposição constantes são necessárias. Além das ovelhas, Vera também cria vacas, cabras, porcos, galinhas e patos. Eles são criados soltos. Os animais maiores ficam nos campos e os animais menores (porcos, galinhas e patos) ficam em áreas ao redor da casa que é separada por uma cerca. Na parte de trás da casa há um potreiro onde ficam as ovelhas *guachas* e em seguida há um outro potreiro com um galpão onde ficam as ovelhas e cabras em tempo de parição. Já à esquerda da casa fica um outro potreiro onde ficam os cavalos.

Um animal muito importante na lida de Vera são os cachorros. Nos dias em que estivemos em sua propriedade havia alguns filhotes de ovelheiros gaúchos²⁴, crias da sua cadela “Bagunça” e do cachorro “Cruel”. Mesmo pequenos, eles queriam sair para a lida junto com os cachorros maiores e iam acompanhando Vera pelos caminhos, pastoreando as ovelhas (Figura 15). Para treinar os cachorros é necessário um processo de educação que ocorre desde cedo. Ainda pequenos, eles já saem para o campo acompanhando os cachorros maiores para se acostumarem com os animais grandes como ovelhas, vacas e cavalos, assim como, para aprender a obedecer aos comandos dos campeiros. De acordo com Vera, os cachorros são fundamentais para pastorear nos campos de pedra. Devido aos acidentes geográficos e à presença de vegetação alta, é importante um animal como o cachorro para buscar os animais escondidos em locais de difícil acesso.

Figura 15 - Vera com cachorros pastoreando ovelhas



Fonte: elaborado pela autora (Bagé-RS, setembro de 2021)

A função principal dos cachorros é ajudar a conduzir os animais para os locais certos e eles fazem isso correndo, latindo e às vezes dando mordidas leves nas pernas das ovelhas, vacas ou cabritas. No entanto, Vera não gosta de estar o tempo todo acionando os cachorros para “tocarem” os animais, pois isso os estressa.

Segundo ela, os animais têm alma e tem todos os sentimentos que aderimos aos seres humanos como dor, sofrimento, amor pelos seus filhotes. Contou de uma vaca que teve que ser

²⁴ É uma raça de cães muito apreciada no Pampa, pois eles são muito ágeis e ajudam na lida com os animais. Trata-se de uma adaptação da raça *bordercollie* ao Pampa gaúcho.

apartada de seu filhote por estar muito magra, e que todos os dias vinha até a cerca querer saber onde ele andava:

Toda vez que eu passava lá no cercado onde ela tava, ela vinha berrando pro lado do arame, tipo me perguntar: cadê meu filhote? Aí tá, eu levei e soltei de novo, mas aí ela continuava mal né e meu cunhado que é veterinário até veio e fez um remédio nela e me disse: ‘Vera tu vai ter que tirar esse filhotinho senão vão morrer os dois né’, tirei e trouxe de volta pra casa. Daí tentava fazer ele tomar leite na mamadeira e ele não queria. Aí um dia ela se engasgou com o leite, caiu no chão o filhotinho, desmaiou, quase morreu, daí tive que fazer até respiração boca a boca nela, pra ela reagir, reagiu né. Daí eu disse, não. Não vou mais tentar separar vocês. Vou deixar e se vocês quiserem morrer, que morram já que não querem ficar longe um do outro, uma da outra, daí levei e deixei elas, se salvaram as duas graças a Deus. (Vera Collares, setembro de 2021)

A passagem revela duas coisas: a demonstração de vontade da vaca que não queria ficar longe de seu filhote e uma atitude de escuta em relação aos animais por parte de Vera. Mesmo tendo sido avisada pelo cunhado, ela decidiu colocá-los juntos novamente a partir do que avaliou ser melhor para a mãe e o filhote. São relações baseadas na sensibilidade, onde os animais não se constituem apenas como fonte de ganhos, não são vistos como “um produto”, são seres com os quais se tecem laços, algo próximo ao que Vinciane Despret (2016) chama de uma “ecologia da atenção e do tato”.

Aqui, para além da atenção e do tato, os laços afetivos e a força dos agenciamentos dos animais sugerem o surgimento de novas familiaridades que imprimem mudanças em como se reorganiza um território rural, que nem sempre pode ser identificado por famílias nucleares compostas apenas por humanos. No caso de Vera a familiaridade com os animais vem pelo menos desde seu pai, seu Godofredo Soares, que também era pecuarista. Segundo ela, foi com o pai que aprendeu a respeitar o ritmo dos “bichos” e não “judiá-los”. As ovelhas que hoje são criadas por Vera são descendentes das ovelhas que seu pai criava e já estão, portanto, há bastante tempo vivendo junto à família.

Figura 16 - Vera alimentando cabritas “guachas”



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, setembro de 2021)

Além do carinho e sensibilidade no trato com os animais, também, foi com o pai que Vera aprendeu a gostar de plantar milho e todo ano ela planta uma lavoura de milho no “cercado”, uma área de terra isolada por cercas de arame para impedir a entrada dos animais. No ano em que fomos em sua casa ela havia colhido uma boa quantidade de espigas, que guardava numa parte do galpão. O milho é utilizado para alimentar galinhas e patos e para complementar a alimentação dos animais maiores. Além do milho, Vera também complementa a alimentação dos animais com farelo de arroz que ela compra nos engenhos de Bagé.

O pai de Vera, que era conhecido por “Tio Godo” pelos amigos e parentes foi uma pessoa importante e conhecida no distrito de Palmas. Em sua casa havia um “bolicho”²⁵ onde os moradores da redondeza se reuniam para jogar futebol, beber e se encontrar. Segundo Vera e Márcia foi a partir dos laços sociais criados desde os tempos do pai que posteriormente se formou a Agrupa – associação de moradores de Palmas que atualmente é coordenada pelas duas irmãs.

Com alguma frequência Vera percorre o distrito para visitar os vizinhos, que são membros da associação. No dia em que estávamos por lá, fomos junto com ela até a casa de uma família que vive num lugar um pouco mais afastado, em direção aos fundos do

²⁵ Bolicho é um tipo de armazém/bar comum na região da Campanha do Rio Grande do Sul. Era onde antigamente se faziam as corridas de cancha reta, o jogo do osso e outros entretenimentos rurais.

“corredor”²⁶. Essas visitas que Vera realiza parecem ser importantes para fortalecer os vínculos da associação.

Além das áreas de campo para criação de animais, Vera também é proprietária de uma área que tem a presença de grandes rochas, uma delas chamada Pedra do Elefante. Vera adquiriu recentemente essa área com o intuito de criar uma reserva ambiental. Próximo de sua casa há a chamada Casa de Pedra, uma caverna formada por uma grande rocha, onde é possível subir e visualizar a vastidão da paisagem. É um lugar frequentado por alpinistas e visitantes e que já foi identificado pelo Projeto Geoparque ligado à UFSM. Vera e outros moradores não veem o projeto com bons olhos, pois as pessoas ligadas ao Geoparque não se contrapõem publicamente aos projetos de mineração.

A relação com o Rio Camaquã também é um elemento importante que compõe seu mundo de vida. Ela e Márcia, sua irmã, relatam que desde que eram crianças as famílias se reuniam para passar os finais de ano e fazer pescarias na época de verão. Um dos arroios que passam dentro de sua propriedade é um afluente do Rio Camaquã e há um cuidado para que as atividades realizadas próximas ao rio não o poluam. Representando a Agrupa, Vera integra o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, sendo uma das vozes que se coloca em defesa do rio, contra os empreendimentos que o colocam em risco.

3.3.2 A Palmas quilombola

A primeira vez que pisei no Quilombo de Palmas foi para conhecer o chamado Rincão do Inferno. É um local de difícil acesso, pois para chegar até lá é necessário andar por estradas pedregosas e estreitas, mas ao chegar depara-se com uma paisagem exuberante. É um conjunto muito alto de rochas cortado pelo Rio Camaquã, com palmeiras em meio às pedras e vegetação nativa preservada nas encostas. Quem habita essas rochas é uma família quilombola, o casal Onélia Marques Franco e Alcíbio Franco, e seu irmão Nildo Franco. Por vezes algum neto ou sobrinho do casal também permanece por lá, ajudando os avós na recepção dos visitantes.

²⁶ Corredor é como se chamam as estradas vicinais que ligam as propriedades à estrada de acesso principal.

Figura 17 – Lajedo de pedra no Rincão do Inferno



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, julho de 2019)

A família de Alcíbio e Nildo chegou por lá há cerca de setenta anos. Seus pais faziam trabalhos temporários nas fazendas da redondeza: “faziam uns ranchinho e ficavam um tempo” e foram percorrendo a região até que chegaram ao local do rincão, onde permaneceram. Ainda há no local uma casa de pau-a-pique que foi construída pelos pais, onde os irmãos se criaram. Já Dona Onélia conta que sua família chegou vinda de Caçapava do Sul, de onde foram expulsos da terra onde moravam por não serem proprietários²⁷. Assim que souberam que teriam que sair da terra, a avó adotiva de Onélia teria então dito para a filha: “se tu for pro Rincão do Inferno tu vai poder criar os teus negrinho”. A filha seguiu o conselho da mãe e no Rincão ela e o marido criaram os filhos, plantando mandioca, milho, feijão, amendoim, batata e criando cabritas. Conforme relata dona Onélia, ela e os irmãos foram “criados com leite de cabra”.

Na época em que as famílias por ali chegaram, o Rincão do Inferno era um local bastante isolado e pouco visado pelos proprietários pecuaristas devido ao terreno pedregoso, com poucas áreas de campo, o que possibilitava às famílias negras se instalarem sem serem incomodadas. Como aponta Marília Kosby (2016), baseando-se no *Relatório Sócio, Histórico e Antropológico da Comunidade Quilombola de Palmas, Bagé/RS*, realizado pelo INCRA e por pesquisadores da UFRGS, a itinerância era uma condição comum aos negros camponeses no sul do Rio Grande do Sul e o deslocamento entre estâncias aconteceu desde o período pós-abolição²⁸.

²⁷ A condição de posseiros não lhes garantia a estabilidade de vínculo com a terra, sendo expulsos pelos grandes proprietários, processo similar aos descritos por José de Souza Martins (1989; 2013) em outras regiões do país.

²⁸ Há relatos entre os moradores do Quilombo de Palmas de que antigamente (até mesmo antes da abolição) pessoas do quilombo se deslocavam para o Uruguai onde a abolição da escravidão ocorreu antes e onde os negros gozavam de maior liberdade e melhores condições de vida.

Foi necessário aprender a viver “nas pedras” e com as pedras, desenvolver um modo de vida naquele lugar, onde nem terra para plantar e nem acesso à água eram facilitados. Dona Onélia conta que seus irmãos mais velhos tinham que descer até o rio Camaquã²⁹ para buscar água, até que um dia “agarraram uma raminha”³⁰ que se torceu em um determinado local em meio às pedras, era onde tinha água. Ali abriram uma cacimba onde a família passou a se abastecer.

A família de Seu Nildo e seu Alcíbio também usava essa cacimba que fica alguns metros abaixo da altura das casas em meio à mata. Por muitos anos eles ficaram buscando água na cacimba e levando em galões até as casas. Isso se deu até o momento em que chegou a luz elétrica no Rincão (há cerca de 15 anos) e eles instalaram uma bomba e encanamentos com a ajuda de um primo de Nildo e Alcíbio que mora em Bagé.

Figura 18 - Casa de pau-a-pique no Rincão do Inferno



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, abril de 2022)

Para habitar o local era necessário continuar trabalhando nas fazendas da região e Seu Nildo contou como funcionava o trabalho que realizava com o pai e os irmãos nas propriedades da redondeza. Conforme relata, eles eram “chacreiros”, plantavam “em sociedade” com o dono da terra. Este fornecia a terra e as sementes e os trabalhadores realizavam desde o preparo da

²⁹ Do alto das rochas onde ficam as casas até o rio é necessário descer por uma encosta íngreme que deve ter entre 50 e 100 metros.

³⁰ Há na região algumas técnicas para encontrar água. Alguns usam galhos de algumas árvores que quando chegam próximo a locais onde há água subterrânea, os galhos se torcem.

terra (que na época era feito com boi e arado), o plantio, até a colheita e a debulha dos grãos. O que colhiam era dividido pela metade, uma parte ia para o proprietário e a outra ficava para eles. Uma parte da colheita era utilizada pela família para consumo e a venda do que sobrava lhes possibilitava alguma renda para comprar o que não produziam. Outra atividade que angariava renda para as famílias e que foi relatada por dona Onélia era a venda de lenha e carvão³¹. Este era feito com lenha coletada na mata e queimada nuns “grotões grandes” que havia por ali.

A criação de cabras também foi uma prática muito importante durante algum tempo, porém atualmente nenhum dos moradores do Rincão tem criação de cabritos. O manejo das cabras criadas soltas nas pedras exige bastante cuidado, o que na atual condição dos três moradores que já tem mais de sessenta anos, se torna difícil. Conforme dona Onélia, é possível conseguir cabras apenas caçando-as no mato “a tiro”³². Assim, hoje em dia são criadas apenas galinhas para a alimentação e os cachorros para companhia.

Figura 19 - O casal Alcibio e Onélia com seus cachorros



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, abril de 2022)

³¹ O extrativismo de lenha conforme apresenta Kosby (2016) era uma das poucas formas de “adquirir algum capital e estabelecer vínculos comerciais com pessoas de fora da família/comunidade” (Kosby, 2016, p. 8).

³² Como aponta Kosby (2016) as cabras são animais que uma vez que vão para “os matos” e perdem o contato com os humanos são difíceis de serem trazidas de volta e se tornam selvagens. Por isso, que é necessário alimentá-las com mais frequência, a fim de amansá-las.

O Rincão do Inferno atualmente é um local turístico e já foi até cenário de filme³³. Num dos dias em que estive por lá, um grupo de pessoas de uma igreja adventista de Bagé estava realizando um retiro, acampando sobre as rochas, próximo à casa de seu Alcíbio e dona Onélia. Um dos netos do casal os acompanhava. Pelo que entendi, o grupo estava utilizando a água da família para se abastecer e às vezes passavam pela sua casa para conversar e resolver problemas do acampamento. Em determinado momento enquanto estava na cozinha da casa com seu Alcíbio, entraram dois homens da igreja. Um deles me cumprimentou com força e adentrou a casa perguntando a Seu Alcíbio se ele havia conseguido um chuveiro. O outro homem foi um pouco mais cortês e seguiu atrás do primeiro. Não ouvi em nenhum momento eles pedindo licença para adentrar a casa.

A entrada no local de visitação do rincão custa 20 reais por pessoa e logo que acaba a estrada e começa a área de pedras onde mora a família há uma placa dizendo se tratar de uma comunidade quilombola e o custo da entrada, no entanto não são todos os visitantes que pagam. Antes de ir embora perguntei a seu Alcíbio se as pessoas que estavam no retiro estavam pagando para acampar ali e ele respondeu que não. Trata-se de uma relação bastante desigual, pois além de utilizar o espaço também fazem uso da água, da infraestrutura montada pela família e do seu conhecimento sobre o local, pois são eles que levam os visitantes até os locais mais bonitos de serem conhecidos.

³³ Trata-se do curta-metragem “Sabiá” lançado em 2011. A produção teve o roteiro e direção do cineasta bageense Zeca Brito e contou com a participação dos moradores do Rincão do Inferno como atores. O filme encontra-se disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=vH7CZ0ce2Gk>

Figura 20 - Seu Nildo com a árvore que a irmã plantou quando era criança



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, abril de 2022)

Essa situação aponta para a condição jurídica instável do território, que mesmo que já seja reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, ainda não foi homologado pelo INCRA, o que não permite que eles controlem a entrada de pessoas no local. Além disso, como foi dito anteriormente, há uma resistência por parte dos vizinhos em aceitar que o local se configura enquanto um território quilombola, o que influencia na forma como outras pessoas de Bagé e região se relacionam com os moradores do Rincão.

O processo de demarcação do Território Quilombola de Palmas começou em 2003 com a organização da comunidade e as primeiras visitas do INCRA. Como envolve uma série de procedimentos, o processo de demarcação vem sendo bastante demorado, mas efetivamente travou quando iniciou a fase demarcatória, após a realização do relatório socioantropológico. Nesse momento, começaram as visitas de funcionários do INCRA para delimitar o território, o que seria seguido da desapropriação de algumas áreas. Os proprietários que teriam as terras visitadas pelo INCRA foram notificados e foi aí que iniciou uma mobilização para impedir o acesso dos funcionários, fazendo barreiras com carros e acampando nas principais estradas que dão acesso ao quilombo. Segundo Leomar Alves (atual presidente da Associação Quilombola de Palmas) houve um boato de que seria feito um assentamento de reforma agrária no local,

com uma área muito maior do que estava previsto para a comunidade quilombola, o que fez os proprietários se revoltarem.³⁴

Porém, a “resistência” dos vizinhos não ficou restrita a essas barreiras, após esse episódio começaram a ser feitos boicotes à comunidade. Os vizinhos pecuaristas começaram a não mais contratar os quilombolas para trabalhar nas suas estâncias, como forma de retaliação. Além disso, seu Leomar conta que teve problemas mais sérios com alguns vizinhos, com envenenamento de alguns de seus cachorros e morte a tiros de algumas de suas cabras.

O fato de os quilombolas terem começado a exigir seus direitos, representou o rompimento de um “pacto” construído pelos proprietários de terra com seus vizinhos afrodescendentes, cujos antepassados foram trabalhadores escravizados³⁵. Esse rompimento nas relações sociais que estruturavam a vida da comunidade ocasionou uma mudança que ainda está em curso, o que cria uma condição de instabilidade social e econômica, ao mesmo tempo em que novas possibilidades são geradas a partir do reconhecimento como quilombolas.

Mesmo sem a homologação do território no INCRA, os moradores da comunidade já conseguem acessar alguns direitos e políticas públicas específicas. É o caso do acesso ao crédito rural, à aposentadoria e aos direitos previstos no estatuto do produtor rural. Há também projetos em torno da criação de caprinos, produção de mel, feitura de doces para vender em feiras na cidade, todos conquistados através da associação quilombola (KOSBY, 2016). Ainda assim, em muitas famílias é necessário algum membro trabalhar fora de casa, pois, o que é gerado nas propriedades não é suficiente para dar conta de todas as necessidades.

É o caso da família de Fabiani Franco, em que o pai, Leomar, desde cedo teve que trabalhar fora de casa. Ele conta que sempre trabalhou nas estâncias da região, tanto como peão e capataz quanto como alambrador. Relata que é reconhecido como um bom trabalhador e era concorrido entre os fazendeiros. Porém, após a comunidade entrar na luta pelo reconhecimento como quilombolas passaram a não mais contratá-lo e hoje em dia são proprietários vindos de outras regiões do estado e do país, que contratam seus serviços. Já Fabiani, na época em que os visitei, estava trabalhando como professora na escola municipal do distrito de Palmas. Ela é recém-formada no curso de Educação do Campo, da Unipampa de Dom Pedrito. Nos

³⁴ O “ruralismo” nessa região de Bagé é de longa data, o historiador Tau Golin já relatou um pouco do histórico desse movimento no livro “Identidades: questões sobre as representações socioculturais do gauchismo” onde conta que em oposição ao “Abril Vermelho” organizado pelo Movimento do Trabalhadores Rurais Tem Terra, os ruralistas teriam criado o “Maio Verde” onde marcharam à cavalo defendendo a propriedade privada.

³⁵ A maioria dos quilombolas tem os sobrenomes Franco, Alves e Pires, nomes das principais famílias que receberam sesmarias e que até hoje são proprietárias de terras no distrito.

conhecemos no Encontro dos Povos do Campo que aconteceu nesta universidade em fevereiro de 2020, pouco antes de iniciar a pandemia do COVID-19.

A família mora no chamado Rincão dos Alves, uma das áreas do Quilombo de Palmas. Na entrada da comunidade fica uma “venda”, um pequeno comércio cujo dono é o irmão de Leomar. Descendo a estrada principal tem-se à direita um galpão onde se realizam festejos e reuniões da comunidade e logo em seguida começam as áreas de habitação das famílias.

A casa da família de Fabiani fica um pouco afastada da estrada. Na parte da frente do terreno, há uma área de campo onde ficam pastando os animais. No meio do campo fica um cercado com plantação de milho e ao lado uma horta onde dona Marizeti, mãe de Fabiani, planta espinafre, ervas medicinais e outras verduras. Ao redor da casa ficam cabras, ovelhas, cavalos, vacas, galinhas e cachorros. Os animais em maior número são as cabras, de diferentes pelagens. Todas levam cangalhas nos pescoços para não ultrapassarem as cercas, já que as cabras são animais muito andarilhos. O terreno ao lado da casa que possui uma mata mais espessa é uma área em disputa com um proprietário não quilombola. Próximo dali fica uma “coxilha”³⁶ onde está a cacimba³⁷ que abastece a casa da família de água. Segundo seu Leomar cada casa da comunidade tem sua própria cacimba. Na casa deles também há uma cisterna, mas que está sem uso atualmente.

Figura 21 - Agricultura de cercado no Rincão dos Alves



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, abril de 2022)

³⁶ “Coxilha” é como são chamados na região pequenos montes de terra.

³⁷ Como são chamados os poços subterrâneos de água na região.

Seu Leomar contou que ele e a esposa construíram a casa em que hoje moram e não utilizaram o benefício do programa de habitação rural como outras pessoas da comunidade, mas construíram com os próprios recursos. Não faz muito tempo que começaram a ser construídas casas de alvenaria na comunidade. Durante muito tempo as famílias habitavam casas de pau-a-pique como as que existem no Rincão do Inferno. A luz elétrica também demorou a chegar no quilombo e foi apenas com o Programa Luz para Todos que a comunidade teve a rede de energia instalada em todas as casas.

É importante mencionar a importância da criação de cabras na comunidade. Esses animais, devido às características do relevo, são os que melhor se adaptam ao terreno pedregoso, com muitas áreas de mato e “perais”. Segundo Kosby (2016) as cabritas podem ser vistas como membros da comunidade pois mantêm “relações de vivência fundamentais” para criar na comunidade um “território de existência”. Não surpreende assim que como forma de retaliação, os proprietários contrários a demarcação das terras quilombolas, tenham sido mortas algumas cabras.

Percorrendo a comunidade é possível ver animais pastando soltos em áreas que são consideradas de uso comum. A relação entre os moradores é bastante próxima já que não há grandes distâncias entre uma casa e outra e muitas vezes trata-se de relações de parentesco³⁸. Segundo o relatório do Inventário Nacional de Referências Culturais³⁹ das Lidas Campeiras, INRC – Lidas Campeiras, há no Quilombo de Palmas um manejo comunitário dos animais, em especial dos caprinos. Os animais são criados em áreas comuns da comunidade e posteriormente são vendidos de forma coletiva para um mesmo comprador. Marília Kosby (2017) em sua tese de doutorado mostrou que as cabras criadas no Quilombo de Palmas são vendidas para um atravessador e vão, em sua maioria, para terreiros de religiões de matriz africana da região metropolitana de Porto Alegre, o que aponta para um distinto “desenho ontológico” (Paredes Peñafiel, 2015; Escobar, 2018) no processo de criação dos animais.⁴⁰

³⁸ Além das relações familiares antigas, há a prática dos moradores se casarem entre as famílias do Quilombo. Assim existem muitos casamentos entre primos, como também ocorre no distrito de Palmas como um todo.

³⁹ Segundo consta no site do IPHAN: “o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social.”

⁴⁰ Segundo Kosby (2017) para os animais participarem de rituais de sacrifício para os orixás no Batuque é necessário que tenham tido uma boa vida, além disso não podem ter feridas ou qualquer tipo de “mácula”.

Figura 22 - Cabritas no Rincão dos Alves



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, abril de 2022)

Na parte mais baixa dos campos, passa o arroio de Palmas que é um dos limites naturais do território. Há uma porção grande de mata tanto na área mais próxima ao rio como em algumas coxilhas. Nessas áreas é possível realizar a retirada de mel de abelha, atividade feita por Fábio, irmão de Fabiani. Ao percorrer o território, Fabiani mostrou onde sua avó, dona Maria, morava antigamente, numa área mais baixa localizada próximo ao arroio. Foi ali que ela criou os filhos, criando animais e plantando milho e feijão para se alimentarem.

Fabiani atualmente está realizando uma pós-graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Comunidades Tradicionais na Universidade Federal de Brasília - UnB e busca através da educação desenvolver projetos para sua comunidade⁴¹. Por ser uma liderança da associação junto com seu pai, também atua no monitoramento das políticas públicas de saúde e educação quilombolas. No caso da saúde ela esteve acompanhando a realização da vacinação da COVID-19 e monitora o atendimento dos médicos e técnicos de enfermagem que são realizados no posto de saúde. No caso das políticas de educação ela está envolvida na execução de projetos de educação escolar quilombola com apoio de outras instituições e entidades.

⁴¹ Além da graduação em Educação do Campo, Fabiani também cursou Técnico em Agropecuária no Instituto Federal Sul Rio Grandense (IFSul) de Bagé, onde desenvolveu um estudo sobre a produção de queijo tipo Minas com leite de cabra.

Figura 23 - Paisagem do Rincão dos Alves



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, abril de 2022)

3.4 AS RELAÇÕES VITAIS NOS TERRITÓRIOS

A partir dos relatos etnográficos é possível enxergar alguns dos elementos que compõe as assemblagens (os conjuntos sociomateriais) existentes nessas regiões e as práticas territoriais, ou seja, as ações, cotidianas ou não, que constroem associações sócio materiais e que permitem a vida nos territórios. A partir da descrição dos mundos de vida dos atores podemos identificar o que são as relações vitais nos territórios, ou o que Adriana Paredes Peñafiel (2015) chama de “relações que alimentam”.

Por se tratar de territórios pastoris, talvez as primeiras relações vitais a serem consideradas são as relações entre os humanos e os animais. Ainda que a pecuária, como um trabalho racionalizado de criação e cuidado de animais, tenha um forte agenciamento humano, como se viu a partir da observação empírica, os animais possuem agência no processo de criar território e não são meramente subjugados aos humanos, mas vivem suas próprias vidas, tem suas próprias relações familiares, tem personalidade e vontades, criam eles próprios suas associações sociomateriais. Pode-se dizer, portanto, que a pecuária em campo nativo cria *territórios multiespécies* no Pampa.

No caso de Vera é interessante notar que são estabelecidas com os animais relações “quase” ou praticamente de parentesco. Talvez seja possível dizer que há um cruzamento de

genealogias, onde as fronteiras entre linhagens humanas e não humanas se tornam porosas, quando há uma convivência de gerações e onde as existências se alimentam mutuamente.

No caso do Taquarembó, é possível perceber como a pecuária do gado de cria *territorializa* o ambiente. Trata-se de uma atividade secular, permeada por uma série de saberes-fazer e que articula diversos elementos ali presentes: os animais, o campo nativo com suas gramíneas, as aguadas, os capões de mato, etc. Mais do que simplesmente colocar os animais no campo e deixar que se criem, trata-se de uma atividade que demanda um manejo constante para que não haja nem sobrepastejo do campo e nem falte alimento para o gado. É, portanto, um trabalho atencioso de cuidado, que envolve bastante responsabilidade. Conforme o relato de Laís, trata-se de uma responsabilidade com a própria vida materializada nos animais que foram colocados nos campos pelos pecuaristas. No caso da propriedade Ouro Verde, esse trabalho é realizado não somente com a utilização dos cavalos, cachorros, montarias, arreios, medicamentos etc., mas também com a ajuda de telefones celulares, carros, cadeiras de bebê, e arranjos familiares que permitem que o trabalho seja realizado.

Esse arranjo sociomaterial é o que permite a participação de Laís nas lidas de campo. Foi a forma que ela e Luciano encontraram para continuar administrando a propriedade depois do nascimento do filho, sem ter que contratar mais funcionários. A necessidade de monitoramento constante dos rebanhos e a grande quantidade de animais demanda uma dedicação similar à dedicação necessária para criar um filho. Como se trata de uma área grande, em que para cuidar dos animais é necessário percorrer distâncias consideráveis, apenas com o auxílio de um carro é possível realizar ambas as tarefas.

Esse arranjo não convencional aponta para mudanças sociotécnicas⁴² em que se modifica tanto o aparato utilizado para realizar a pecuária em campo nativo quanto às relações de gênero ali existentes. Laís conta que no Taquarembó há outras mulheres moradoras, mas nem todas são “peonas” como ela, que está diariamente no campo. Sua presença nesse espaço destoa da forma como são estruturadas as relações de gênero na campanha⁴³, mas também tem impactos no conjunto de relações interespecies e sociomateriais ali existentes, relações estas atravessadas pelo poder historicamente conferido aos homens (frequentemente montados a

⁴² Mudanças que envolvem transformações nas relações sociais e nas técnicas empregadas, nos instrumentos de trabalhos, tecnologias etc. que envolvem a realização de determinado trabalho ou produção. Por vezes, as mudanças sociotécnicas podem culminar em geração de inovações.

⁴³ Que confere à mulher a responsabilidade com as lidas domésticas a serem realizadas no espaço da casa e arredores e aos homens a responsabilidade com as lidas de campo a serem executadas nos espaços do campo e do galpão. Há poucos estudos que trabalham as relações de gênero na região da Campanha. Um dos artigos mais citados é o de Brito (2009) que trata da invisibilidade das mulheres pampeanas nas representações socioculturais do gauchismo.

cavalo) como seres dominantes nos territórios do Pampa⁴⁴. O gênero, no caso do arranjo construído entre Laís e Luciano, mobiliza as relações sociomateriais, produzindo uma mudança sociotécnica.

A presença de Laís além de conduzir a mudanças positivas no conjunto de relações interespecies e intergêneros existentes, agrega vitalidade ao território, tanto por sua participação nas lidas campeiras e nas tarefas de cuidado com os animais e manejo dos campos, mas também a partir do seu envolvimento em questões importantes para o território como a participação em associações e cooperativas e na contraposição aos projetos de megamineração.

Assim também acontece com Vera e Fabiani, ambas lideranças em suas comunidades e que se articulam contra a megamineração e em defesa de seus territórios. No entanto, a Associação que Vera coordena, a Agrupa, não possui relações com a Associação Quilombola de Palmas, cujas lideranças são Fabiani e Leomar Alves. Vera é mais próxima aos moradores do Rincão do Inferno. Segundo Seu Nildo, ela lhe ajudou a conseguir sua aposentadoria e o neto de Seu Alcíbio é hoje um dos funcionários que trabalha na propriedade da pecuarista.

A ameaça da megamineração e de outros empreendimentos predatórios aproxima a comunidade que Vera faz parte e a comunidade quilombola, pois coloca em risco seus territórios, mas as questões de demarcação ainda não resolvidas impedem uma maior articulação e a construção de parcerias que poderiam ser potentes para o território de Palmas.

A indeterminação em relação à posse da terra, as dificuldades de viver apenas com o que se gera em suas propriedades e a necessidade de ter de trabalhar fora de suas terras, colocam os quilombolas em outra condição. Suas vidas estão precarizadas por uma histórica marginalização em relação à direitos básicos, sejam eles de moradia, alimentação, trabalhistas, de saúde, educacionais etc.

Os direitos assegurados pela Constituição de 1988, através do autorreconhecimento como quilombolas e as possibilidades criadas a partir da criação da associação, garantiram acessos que antes, quando eram apenas trabalhadores em terras alheias, não existiam. O rompimento do pacto e o enfurecimento de seus vizinhos pecuaristas mostrou uma face perversa do ruralismo na região de Bagé. Pois, demonstra que era interessante para os proprietários que houvesse trabalhadores empobrecidos, prontos a trabalhar em quaisquer condições. No momento em que estes conseguem direitos e passam a não mais aceitar a condição de

⁴⁴ A antropóloga Ondina Fachel Leal (1989; 2019) pesquisou a respeito da masculinidade dos gaúchos e da construção de uma identidade cultural sobreposta à identidade de gênero.

subjugação em que estavam, passam de amigos “mimosos”, nas palavras de Seu Leomar, a inimigos traidores.

Além da união entre as famílias, foram as alianças com rochas, grotões, matos e cabras que permitiram a adaptação dos quilombolas àqueles “fundos de campo” e que criaram ali ambientes habitáveis em contextos de exclusão. A partir dessas relações, os quilombolas elaboram, hoje, projetos de desenvolvimento para a comunidade através da associação, como a criação de caprinos, a produção de mel e a fabricação de doces. A falta de reconhecimento dos vizinhos e as ações violentas destes com os animais da comunidade, a perseguição que os quilombolas sofreram, e que ainda sofrem, ao não serem contratados para trabalhos nas fazendas, o racismo institucional e a precariedade no acesso à terra criam dificuldades enfrentadas cotidianamente.

Trata-se de uma condição sociomaterial diferenciada que tem a ver com a estrutura fundiária da região, com o passado escravista, as diferenças de tratamento dadas pelo Estado a essas populações e a própria localização do quilombo, situado nos chamados “rincões”. Essas são áreas menos homogêneas de campo, situadas próximo aos limites naturais como rios e perais e que historicamente se configuraram enquanto local de moradia dos trabalhadores das estâncias⁴⁵.

Uma das práticas territoriais importantes na comunidade quilombola são os plantios de itens alimentares. Ainda que a “agricultura de cercado” seja uma prática comum na região dos campos dobrados (na casa de Vera ela também está presente), no caso dos quilombolas ela parece assumir maior importância⁴⁶. Pelos relatos das pessoas mais velhas foi a partir da agricultura e com pequenas criações que conseguiram criar os filhos. Ainda que também criassem animais (principalmente cabras) em suas próprias terras, a pecuária extensiva era realizada principalmente em terras de outras pessoas, trabalhando como peões e capatazes nas fazendas.

Por fim, uma das relações vitais observadas nos territórios é com a água. Além das cacimbas presentes em todas as casas, as relações com rios, arroios e nascentes é constantemente percebida. A água, além de criar ambientes habitáveis para humanos e animais,

⁴⁵ Conforme Andreia Sá Brito (2010) era onde habitavam os posteiros (responsáveis por monitorar o gado nos limites dos campos) e agregados (peões ou chacreiros) que trabalhavam nas estâncias no período em que não havia cercas de arame para dividir os campos.

⁴⁶ De acordo com Mazurana *et al.* (2016) a agricultura e a criação de pequenos animais especialmente para consumo familiar é uma prática comum nas comunidades quilombolas do Pampa, devido a um forte vínculo com a terra. Esse cultivo diversificado deu origem a uma rica culinária tradicional, já que foram desenvolvidas uma série de técnicas de processamentos dos alimentos. Um artefato presente em algumas comunidades quilombolas e que é uma de suas referências, é o pilão de madeira, usado para processar o milho e outros alimentos.

conecta os territórios e localidades. Em cada residência foram observadas e relatadas práticas relacionadas ao uso da água. Os métodos para encontrar água no subsolo, relatados por Luciano e por dona Onélia; a forma de convívio com as nascentes e arroios a partir de uma pecuária que preserva os campos⁴⁷, além das relações com rios e arroios, tanto como limites naturais dos territórios quanto enquanto locais de lazer, fonte de alimento, refúgio e memória. Essas relações se tornam importantes no momento de defender os territórios das ameaças externas como vamos ver no próximo capítulo.

Este capítulo demonstra que existem, no Pampa, diferentes “mundos”, que contemplam diferentes sociomaterialidades e diversas formas de fazer emergir territórios de existência que são dados tanto por características particulares de cada lugar (campos de pedra, campos dobrados ou campos lisos) como também por distintas histórias, marcadas por diferentes formas de acesso à terra (as estâncias e os rincões) e por diferentes vínculos com um passado escravista que se inscreve tanto na geografia dos lugares como nas relações de vizinhança e trabalho. Ainda que existem semelhanças e algumas práticas compartilhadas, existem diferenças substanciais a serem observadas na forma como, em cada local, se criam territórios, onde a atividade principal é a criação de animais, configurando territórios pastoris e multiespécies.

Talvez, aqui, seja necessário trazer novamente a noção de escalabilidade proposta por Anna Tsing (2015) para buscar entender como a pecuária em campo nativo cria territórios no Pampa. Em todos os locais estudados, é possível observar que ocorrem processos de perturbação lenta, ainda que haja diferenças no número de animais criados e nas formas de se fazer o manejo das áreas de campo e mata nativa. Por exemplo, em Palmas e no Taquarembó existem grandes porções de mata nativa, em nenhuma das propriedades que visitamos existe a prática de se retirar áreas de mata para deixar crescer o campo e as gramíneas forrageiras. Um dos motivos é que existe uma legislação ambiental que proíbe a retirada da mata nativa de Áreas de Preservação Permanente (APP's) como são as áreas próximas aos corpos d'água e de encostas⁴⁸. Por outro lado, parece haver um respeito em relação à mata que não apenas serve de refúgio para os animais, como é local de retirada de vários materiais e alimentos para os campeiros (como mel, madeira para lenha e construções etc.).

A partir da observação em campo e do que os interlocutores relataram é possível aumentar a escala de produção a partir de duas opções: aumentando o alimento disponível ou

⁴⁷ De acordo com estudiosos do campo nativo, um dos serviços ecossistêmicos do campo é justamente o de filtrar a água das chuvas.

⁴⁸ Luciano relata que há, no segundo distrito de Lavras, o hábito de se denunciar vizinhos que realizam tal corte (principalmente se já existir algum desafeto entre os vizinhos).

aumentando a área de campo. Para a primeira opção pode-se comprar ração, milho ou farelo de arroz na cidade⁴⁹ ou então plantar azevém e aveia numa área de campo (o que Luciano faz no período de inverno). Para a segunda opção pode-se comprar ou arrendar uma área de campo. Essa opção foi relatada tanto por Vera como por Luciano. Ambos já compraram áreas de campo e Luciano também arrenda algumas áreas.

Já no Quilombo de Palmas, não foi relatado a compra ou arrendamento de novas áreas. A dificuldade de viver e obter rendimentos apenas do que se produz nas suas terras leva muitos quilombolas a terem de trabalhar fora do território, seja em propriedades rurais, seja na cidade. Assim não são criados muitos animais, apenas aqueles que a terra e os próprios quilombolas podem sustentar.

Por ser um território coletivo, não parece haver uma perspectiva individualista de cada família desenvolver sua própria criação dentro de sua propriedade, assim, os animais são criados coletivamente, ainda que se saiba de quem é cada animal. Na hora de vender, os animais são reunidos e cada família recebe a sua parte. Esse diferente desenho na forma de criar animais e habitar o território aponta para diferenças *ontológicas* em relação aos outros pecuaristas. É como se o território (e tudo que ali habita) e o que ele possibilita em termos de vida criasse o “ser” quilombola, assim como o contrário também se dá, o ser quilombola, concebido coletivamente, é que cria o território.

A escalabilidade, assim, só é possível a partir do estabelecimento da propriedade privada da terra. Que no Brasil sabemos ter sido construída a partir da Lei de Sesmarias que foi transposta de Portugal para o Brasil no período colonial e posteriormente pela Lei de Terras de 1850, já no período do Império. O que efetivamente excluiu os negros (tanto libertos como escravizados) de acessar a terra de forma legal. Processo de exclusão que se perpetuou, já que não houve no período pós abolição nenhuma política reparatória e apenas em 1988 que esse processo começou a ser modificado com a Constituição Cidadã da “Nova República”, onde foram estabelecidos os direitos territoriais das comunidades quilombolas, que anteriormente eram chamadas de comunidades negras rurais, “terras de negro”, etc.

Essa condição cria diferenças na forma como os quilombolas se posicionam também em relação aos projetos de mineração. No caso de Fabiani e Leomar, há um posicionamento de crítica em relação aos projetos e participação em grupos contrários aos Projetos Caçapava do

⁴⁹ Tanto Vera, como Luciano relataram comprar essas complementações da alimentação animal em Bagé, onde existem moinhos e várias lojas de produtos agropecuários.

Sul e Fosfato Três Estradas⁵⁰, mas como lideranças eles não podem se posicionar contrariamente aos projetos, pois há pessoas na comunidade que apostam na mineração como uma via de conseguir empregos. Segundo seu Leomar, para ser contra a mineração, “é preciso ter uma estrutura”. Quando ele falou essa frase, fiquei pensando, como alguém que tenta compreender uma parábola. Depois de muito pensar cheguei a esse entendimento: a estrutura são as condições materiais para conseguir viver apenas do que se produz nas propriedades. É como se os quilombolas não pudessem “se dar ao luxo” de rechaçar um projeto com potencial de geração de empregos. Além disso, a estrutura também pode ser o conhecimento sobre os problemas que um empreendimento como uma mina de grande porte pode criar para o próprio território, para o ambiente e para a saúde da população. Assim, não são todos os quilombolas que possuem essa “estrutura” que os possibilitaria rechaçar os projetos de mineração na região, processo que se soma à falta de políticas públicas para as comunidades, conforme melhor trabalhado no capítulo 6.

As diferenças existentes entre as diversas formas de criar territórios no Pampa apontam, portanto, para diferentes formas de lidar com as mudanças que o bioma passa a sofrer quando começam a chegar novos empreendimentos e atividades econômicas que modificam as relações sociomateriais existentes. Os meandros dos processos de territorialização dessas novas atividades é o que será trabalhado no próximo capítulo.

⁵⁰ Com algumas ressalvas da parte de Seu Leomar, que não vê apenas com maus olhos a proposta do Projeto Fosfato Três Estradas de produção de um fertilizante natural na região.

4 DESTERRITORIALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PAMPA

Este capítulo aborda, principalmente, os processos de continuidade–descontinuidade–continuidade no Pampa. Se trabalha, aqui, como formas de existência no Pampa são dramaticamente transformadas pela chegada de novas atividades produtivas, o que coincide com processos de atualização dos territórios. Será destacada a importância da expansão dos plantios de eucalipto, de soja e dos projetos de mineração como situações que reorganizam relacionamentos sociomateriais situados, fazendo surgir novas relações de poder, conflitos, novos atores sociais, alianças diversas, interfaces de conhecimentos. Cada uma destas novas atividades produtivas desterritorializa o que havia anteriormente, territorializando certas transformações, que passam a constituir um novo ritmo de um Pampa contemporâneo.¹

Visualizam-se assim as diferentes trajetórias de territorialização e enraizamento dessas novas atividades produtivas. Estas múltiplas situações são descritas, dando prioridade a como os habitantes de locais que vivem essas transformações, percebem tais transformações, como experimentam estes processos, seja com a soja, com a plantação de eucalipto ou com a mineração. A partir das noções de interfaces (Arce; Long, 2000; Arce; Charão-Marques, 2022) e de assemblagens (De Landa, 2008) se visualiza como ocorrem processos de “mistura sociomaterial” em que as sociomaterialidades das atividades produtivas extrativas se mesclam à certos elementos ligados às sociomaterialidades já existentes nos territórios.

O capítulo termina com uma discussão sobre a importância de estudar estes processos sociomateriais de transformação como parte do que constitui os territórios e a vivência situada dos atores com os chamados processos de desenvolvimento e de globalização. O que o capítulo sugere é que em meio a processos de conflito e negociação o que se tem são novos arranjos sociomateriais em que os atores estão se posicionando e re-acomodando suas vidas frente a um bioma em transformação.

¹ A desterritorialização como proposta por Deleuze e Guattari (2005) e trabalhada por Haesbaert e Bruce (ano) envolve pensar os territórios de forma dinâmica, a partir dos agenciamentos que os constroem. Dessa forma, ao mesmo tempo em que ocorrem movimentos de desterritorialização, ou seja, de linhas de fuga, de abandono do território, ocorrem processos de reterritorialização, onde novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação se estabelecem.

4.1 DESTERRITORIALIZAÇÕES: A ENTRADA DO EUCALIPTO E DA SOJA

As lembranças dos moradores do Taquarembó são claras quanto à promessa de geração de empregos e desenvolvimento que os plantios de eucaliptos trariam, justificadas pela suposta pobreza da “metade sul” do Rio Grande do Sul. As pessoas contam que tal promessa era bem parecida com as que, hoje em dia, acenam os projetos de mineração na região. Ao mesmo tempo, as recordações também têm claro que os resultados se mostraram muito aquém das promessas, com baixa geração de empregos, conversão da vegetação nativa em florestas de árvores exóticas e uma mudança drástica na paisagem, antes marcada por campos abertos, que passou a ter “muralhas” de árvores que se alongam no horizonte.

Fabiani Franco, jovem moradora do Quilombo de Palmas observa que, a partir do momento em que começou a haver mais áreas plantadas de eucalipto onde antes existiam estâncias de criação de gado, começaram a diminuir os postos de trabalho. As atividades anteriores costumavam empregar pessoas de sua comunidade para trabalhar como peões e capatazes, ou para outros serviços temporários. Eram ofícios que as pessoas da região estavam mais aptas a fazer, por serem acostumadas desde a infância a lidar com animais e realizar outras das chamadas lidas campeiras. No caso do corte eucalipto são poucos trabalhadores da região que conseguem se empregar, por não possuírem a qualificação técnica necessária para este tipo de atividade.

No povoado de Ibaré em Lavras do Sul, onde existem várias áreas plantadas com eucalipto, os moradores passaram a se organizar para se beneficiarem com a presença desses trabalhadores que vêm de outras cidades, oferecendo serviços de moradia e alimentação. Isto tem possibilitado a geração de uma alternativa de renda e eventualmente algumas pessoas reinvestem estes ganhos na pecuária. É o que faz o filho de dona Terezinha Dutra, moradora do povoado de Ibaré e artesã da lã. Segundo ela relatou num dos nossos encontros, seu filho e sua nora estavam se beneficiando com a presença dos trabalhadores do eucalipto em Ibaré, vendendo “marmitas” e alugando uma casa durante o período em que estava sendo feito o corte da madeira².

Interessante notar que o eucalipto chegou na região há muito tempo, como uma árvore boa para cercar as casas e criar “capões” no meio do campo para dar sombra e proteger o gado no inverno. A árvore de origem australiana chegou ao Rio Grande do Sul pelas mãos do

² Segundo nos contou seu Bento, marido de dona Teresinha, depois de cortados os eucaliptos vão para Pinheiro Machado, onde existe a fábrica de celulose da empresa Suzano.

advogado e político Joaquim Francisco de Assis Brasil ainda no século XIX. Em sua propriedade, no município de Pedras Altas, Assis Brasil fez os primeiros testes com a espécie, a fim de criar ambientes protegidos de vento e sol nos campos abertos. Apenas muitas décadas depois é que o eucalipto passa a ser cultivado como espécie destinada a plantios comerciais com fins industriais, tanto para a celulose, como para postes de energia elétrica e construção (Binkowski, 2009).

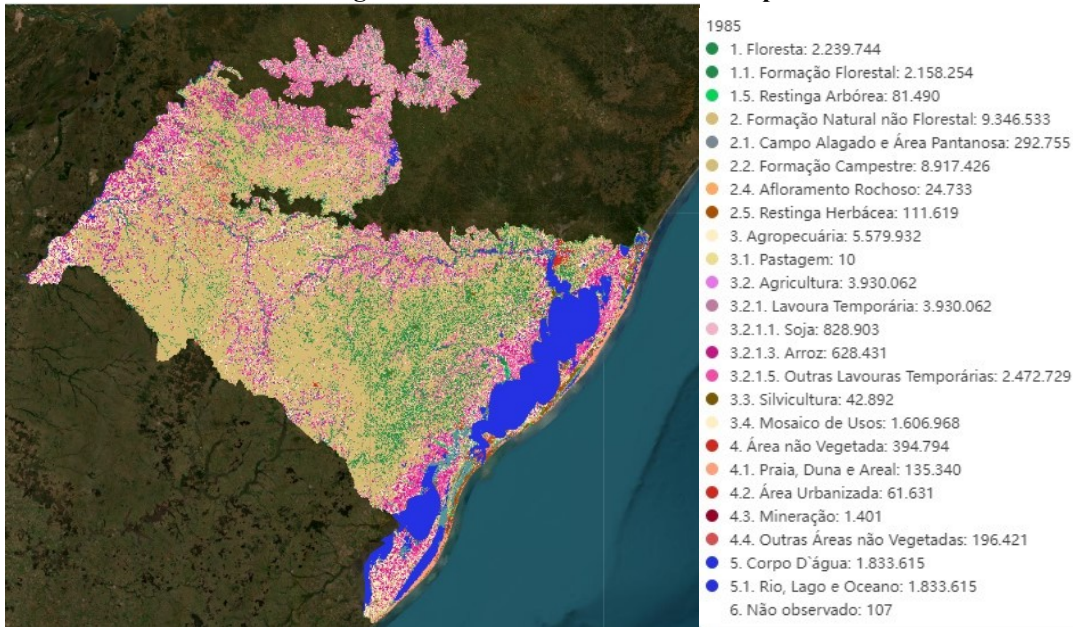
A expansão da silvicultura na Região da Campanha ocorreu de forma paulatina ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000. O estabelecimento dos plantios de eucalipto nos anos 1980 ocorreu concomitantemente com a crise da ovinocultura na região. Alguns moradores mais antigos da região do Taquarembó em Lavras do Sul lembram que foi um período de mudanças, quando começou a decair com mais intensidade a população no campo. Foi nos anos 2000 que a silvicultura passou a ser apresentada como alternativa de desenvolvimento para a “metade sul” (Binkowski, 2009).

Já a expansão das lavouras de soja no Pampa, ou o que alguns autores têm denominado de “sojicização do Pampa”, é um fenômeno que vem se dando mais intensamente a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000. Este é o período chamado de “*boom das commodities*”, vinculado ao aumento do preço do grão no mercado internacional. De acordo com Kuplich *et al.* (2018), no Rio Grande do Sul, no período de 2000 a 2015, a área plantada com soja aumentou 73,7%. Esse aumento se deu principalmente na metade sul do estado, ou seja, sobre os campos do bioma Pampa. Esses autores ainda apontam, com base em dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que a área plantada de soja nos municípios da metade sul praticamente triplicou nesse mesmo período de 2000 a 2015, passando de 938.542 hectares para 2.707.942 hectares.

Analisando o uso do solo do bioma Pampa a partir da plataforma MapBiomas³ é possível visualizar como desde 1985 até 2022 ocorreu uma expansão das áreas de lavoura de soja (em tom rosa claro nos mapas das figuras 24, 25 e 26) e da silvicultura (em tom verde musgo), conforme apresentado nas figuras abaixo:

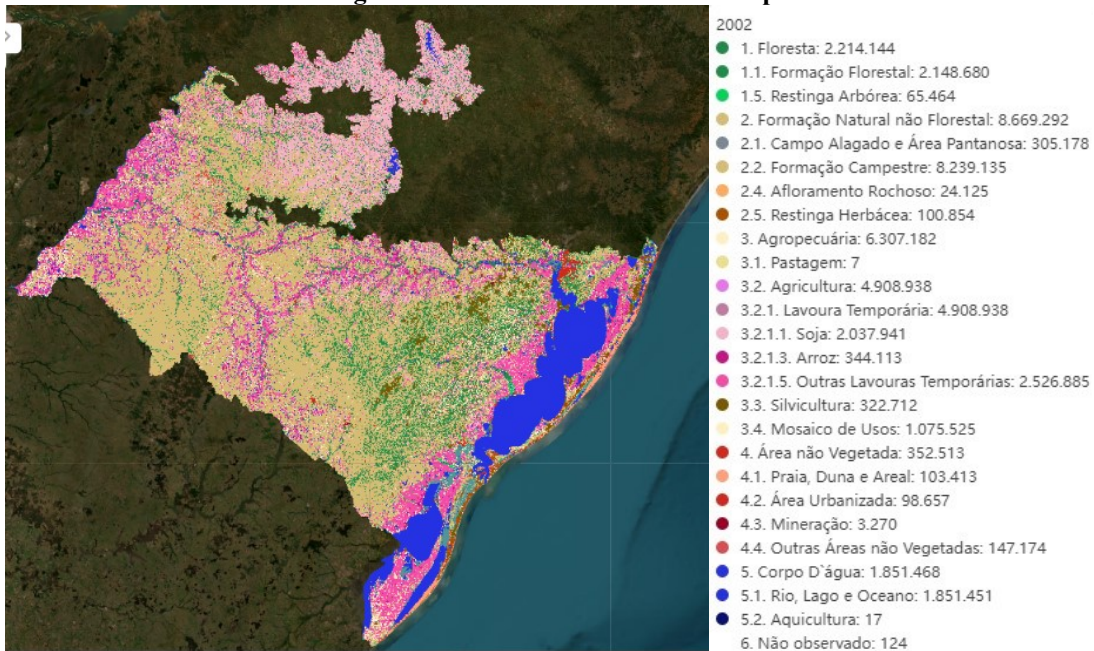
³ Plataforma que contém os dados levantados através do Projeto Map Biomas, uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia que produz mapeamento anual da cobertura e uso da terra e monitoramento da superfície de água e cicatrizes de fogo, com dados a partir de 1985.

Figura 24 - Uso do solo no bioma Pampa em 1985



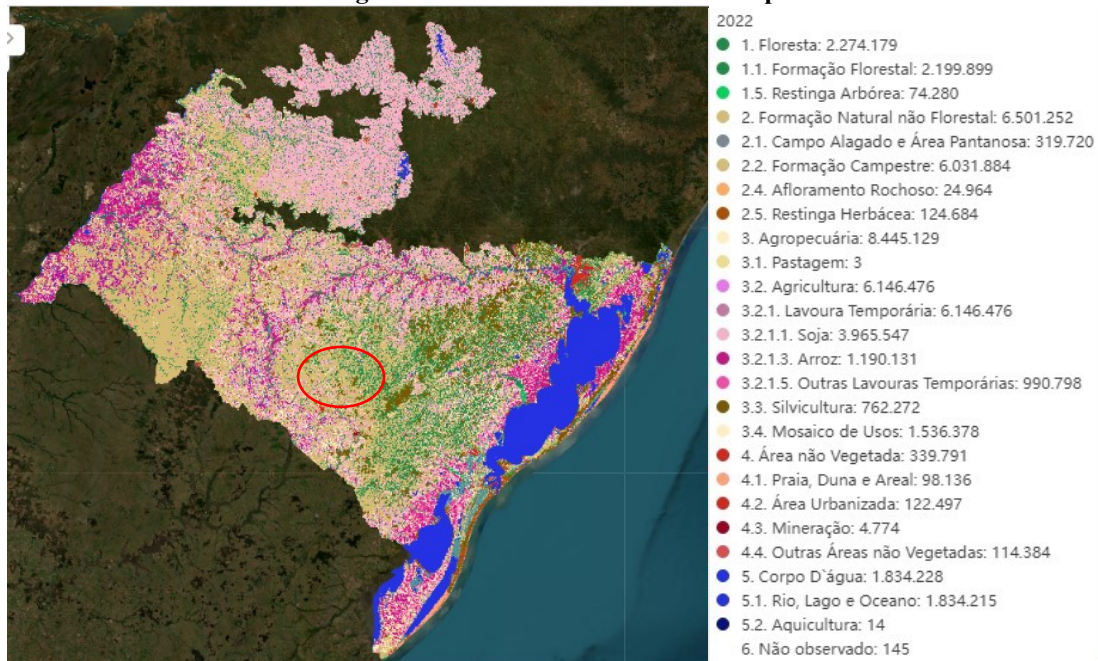
Fonte: Plataforma MapBiomias (adaptado pela autora).

Figura 25 - Uso do solo no bioma Pampa em 2002



Fonte: Plataforma MapBiomias (Adaptado pela autora. Acesso em 20 de novembro de 2023).

Figura 26 - Uso do solo no bioma Pampa em 2022

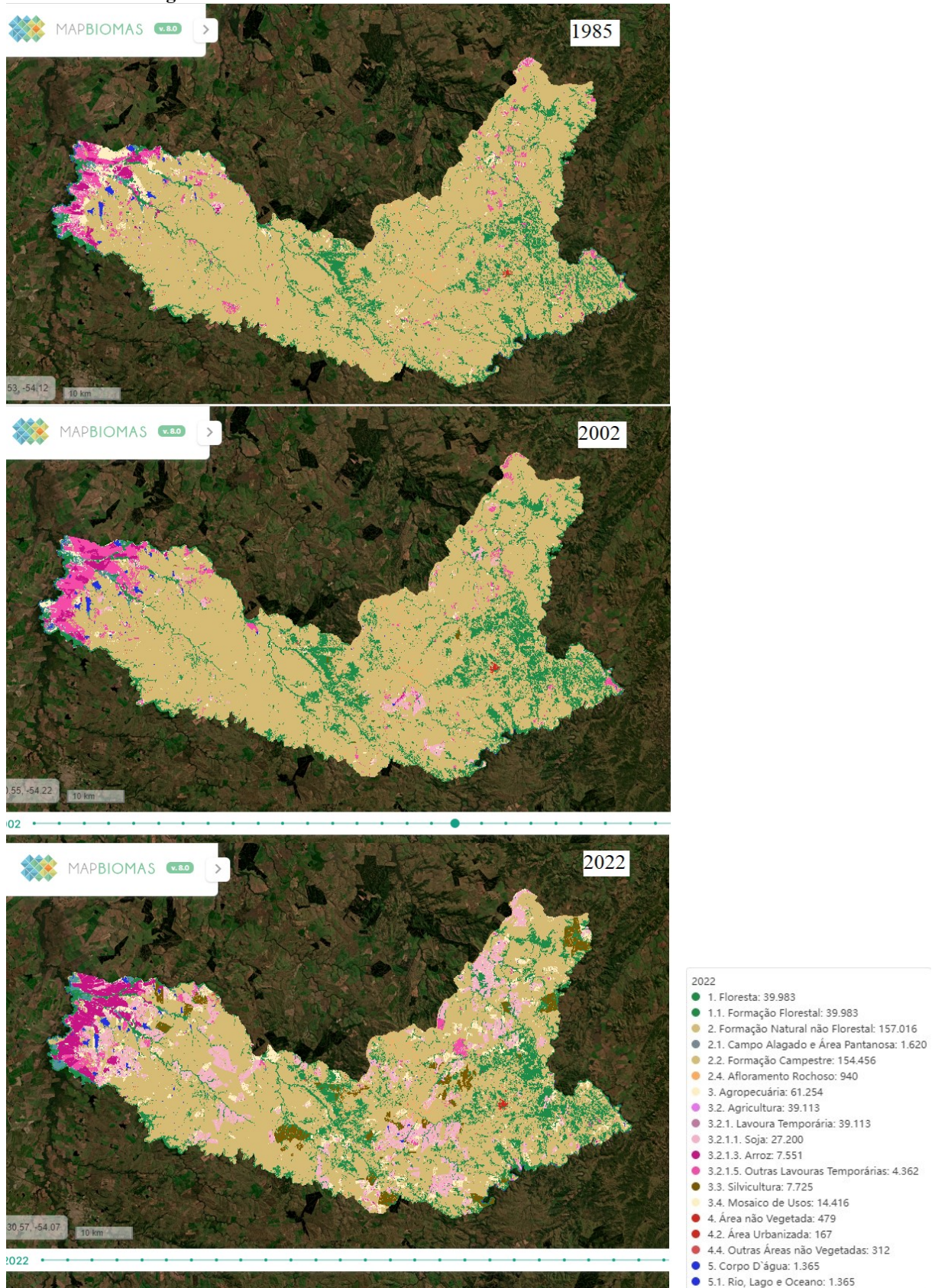


Fonte: Plataforma MapBiomias (Adaptado pela autora. Acesso em 20 de novembro de 2023).

A expansão das lavouras de soja não se deu de forma homogênea e assumiu trajetórias particulares em cada região do bioma. Tanto a localidade do Taquarembó em Lavras do Sul como o distrito de Palmas em Bagé se encontram em uma parte relativamente preservada do bioma (circulada em vermelho no mapa da figura 26), se comparada com outras regiões do Pampa. Isso se dá principalmente devido à localização desses lugares em regiões mais acidentadas do bioma (mais próximas à Serra do Sudeste), com maior presença de afloramentos rochosos e áreas de mata nativa.

Para o caso específico do município de Lavras do Sul é possível, a partir de mapas do MapBiomias, observar como o uso do solo foi se transformando desde 1985 até os dias atuais, como é possível observar na figura 27. É interessante notar como a mudança mais drástica não ocorreu entre 1985 e 2002, mas sim entre 2002 e 2022. Até 2002 a maior parte do solo do município ainda era de formações campestres e florestais, sendo em sua maioria destinada para a pecuária, estando apenas o extremo oeste do município, próximo ao Rio Santa Maria, ocupado por lavouras de arroz e outras lavouras temporárias. Foi nas duas últimas décadas que houve, de fato, uma expansão tanto da silvicultura como da lavoura de soja no município, passando a ocupar em 2022 áreas de 7.725 hectares e 27.200 hectares respectivamente.

Figura 27 - Série histórica de uso do solo em Lavras do Sul de 1985 a 2022



Fonte: Plataforma MapBiomas (Adaptado pela autora. Acesso em 20 de novembro de 2023).

A situação relatada por moradores do Taquarembó (localizado no segundo distrito do município) ilustra certas particularidades da chegada da lavoura de soja na região, apontando para transformações que ela começou a provocar no ambiente, o que parece ter se somado a outro processo que já se verificava, o êxodo rural. Como relata Mário Witt, morador do Taquarembó, fotógrafo e pecuarista:

A nossa população, ali. É muito dispersa, muito esparsa, já teve mais gente no campo, né. Mas, com as idas e vindas aí, dos planos e coisa...as pessoas foram migrando pra cidade e tal, que a gente conhece e lá foi a ponto de ficar aquela pecuária mais extensiva, os médios já vão saindo, aí proporcionou a entrada do soja, né. Que poderia ser uma coisa boa, mas a meu ver não é, porque eu fui testemunhando lá a forma como tá chegando, tão levando... produzindo um deserto verde como fizeram em cima, que tu vê hoje não tem um capão de mato, abrigo nenhum, córrego tu não vê, é um lavourão só, que se emenda no outro, não tem mais cerca, então aquilo... eu sou fotógrafo, né. Então, aquilo tu olha, vê e sente, que há uma mudança muito brusca na paisagem, na qualidade da água (Mário Witt, fevereiro de 2019).

Mário já havia presenciado, na década de 1970, a chegada do cultivo da soja na região de São Borja (distante cerca de 450 km de Lavras do Sul), onde sua família praticava agricultura e pecuária. Numa época de crise da pecuária, seu pai arrendara as terras para produtores de trigo. Naquela época, vigorava o chamado binômio trigo-soja, plantando-se trigo no inverno e soja no verão. Esse processo coincide com mudanças que começaram a ocorrer no país como um todo, com a concessão de linhas de crédito para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, com uso de maquinário agrícola e de defensivos químicos, os chamados agrotóxicos. Os relatos apontam para transformações na condução das propriedades. No caso da família de Mário, com o falecimento de seu pai, os irmãos começaram a modernizar as lavouras, mas diferentemente de muitos vizinhos, continuaram criando gado.

Hoje em dia, é marcante a presença da soja no Pampa como um todo. Ao longo das rodovias, é fácil perceber que, geralmente, as lavouras se estabelecem em áreas mais planas, contrastando sua coloração verde intensa e sua uniformidade com o verde mais claro e com os mosaicos campos-florestas da vegetação nativa. Essa situação pode ser visualizada abaixo (Figura 28).

Figura 28 - Plantio de soja no trecho entre Caçapava do Sul e Lavras do Sul



Fonte: elaborado pela autora (Caçapava do Sul, março de 2019)

Na região do Taquarembó/Três Estradas, as lavouras de soja começaram a aparecer no final da década de 1990. Um dos primeiros “lavoureiros” (designação local para os proprietários de lavouras) a chegar na região foi um homem conhecido como “Farina” que arrenda as terras de um vizinho de Luciano Jardim. Ao chegar na localidade, esse homem, que vinha de outra região do estado, dava sinais de que iria desenvolver uma atividade pecuária. Os relatos dão conta de que o novo arrendatário, inclusive, chegou a organizar uma *marcação*⁴, o que seria um sinal de que ele se dedicaria à criação de gado. No entanto, passado algum tempo, se viu que o plano de Farina era plantar soja no local, revezando a produção do grão realizada no período de verão com o plantio de azevém e engorda de gado bovino no inverno.

A *commodity* soja está profundamente imbricada em redes globais de produção, que funcionam dentro de uma lógica empresarial e financeirizada (Wesz Junior, 2019). Em outras palavras, poderíamos dizer que é um “ente” econômico, mas também é uma materialidade situada, que foi entrando na vida cotidiana das pessoas nas diversas localidades do Pampa. Karl Polanyi (2000) se refere ao enraizamento social de uma atividade econômica como *embeddedness*, já Henderson *et al.* (2011) relacionam essa localização de redes de produção global com a introdução de “bagagens” institucionais e culturais que os agentes econômicos trazem de seus contextos de origem. O que é interessante, neste caso, é como a soja vai entrando na vida do território, como começa a “assemblar-se” com outros elementos, como no exemplo

⁴ Marcações são eventos tradicionais, nos quais os animais novos receberão a “marca” da propriedade, uma sinalização feita com ferro em brasa sobre o couro dos animais. Geralmente, têm caráter festivo, sendo realizado um grande churrasco e convidados vizinhos e pessoas da localidade.

da festa da marcação, embora sejam mantidas relações de exterioridade com o todo que pode se chamar “complexo da soja”.

No caso do avanço das lavouras de soja na região de Dom Pedrito (cidade que faz fronteira com Lavras do Sul), parece haver uma trajetória particular que remonta ao final da década de 1970. Nesse período, em especial começaram a chegar no município diversos produtores de outras regiões do estado, os chamados “gringos” (em geral, é a designação usada nesta região para pessoas com ascendência italiana). Esses produtores foram para esta região em busca de melhores terras para o cultivo do arroz, e Dom Pedrito, por ter vastas áreas planas, que facilitam a sistematização do solo, se tornou o foco dos empreendimentos. Assim, o arroz se tornou um elemento de modernização das relações comerciais no município, o que favoreceu posteriormente a introdução das lavouras de soja na região (Moreira, 2019).

A chegada do arroz e posteriormente da soja em Dom Pedrito apontam o caminho que a soja percorreu e vem percorrendo na sua territorialização. É a partir de Dom Pedrito, que as lavouras de soja passam a se expandir para os municípios próximos, como Bagé, Santana do Livramento, Lavras do Sul, São Gabriel etc. É a partir dali também que se pode visualizar como se dão as interfaces entre os agricultores, chamados de “lavoureiros” e os pecuaristas. Luciano Jardim, morador do Taquarembó e pecuarista comenta como ele entende a expansão das lavouras de soja na região:

Luciano: a soja, ela dá em seis meses o mesmo que me dá aqui no ano. Então, o que ela faz [...] o cara planta, seis meses, ele colhe a soja, ele vende, paga os custos da produção, ele deixa uma pastagem, que o dono do campo usa ou não, ou fica de cama [restos da lavoura que ficam na área]... ”Ah Luciano porque tu não faz isso?” Porque eu não tô interessado nisso, eu acho que eu prefiro ganhar menos e fazer o que eu faço. Só que eu não posso deixar de produzir e ser competitivo, entendeu? Porque o mercado te tira fora. O que tá acontecendo? As propriedades tão trocando de dono, por herança. Por isso, as pessoas tão muito na cidade, como teve o êxodo. Aí, o fulano lá é médico, sei lá o que, qualquer função...

Luna: não tem mais o vínculo...

Luciano: ele não tem o vínculo com a terra, aí chega alguém e diz assim ó: “Tchê eu te arrendo a terra pra soja, me arrenda pra soja”, o cara olha assim ó, ele não tem um apego, entendeu? Deu, baita negócio, pode arrendar (Luciano Jardim, agosto de 2019).

Figura 29 - Área de lavoura sendo preparada para o plantio de soja



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, novembro de 2019)

O fato de existirem muitos proprietários que não vivem da pecuária, faz com que o arrendamento das terras para a soja seja visto como um negócio interessante. Juliana Moreira (2019), tendo feito pesquisa no município de Dom Pedrito, observou que na percepção dos “pecuaristas tradicionais” (denominação utilizada pela autora para definir os produtores que se dedicam inteiramente à bovinocultura de corte em campo nativo), entre os fatores que levaram à expansão das lavouras de soja, estão a descapitalização de muitos pecuaristas e a disponibilidade de terras para arrendamento. Outros fatores elencados pela autora também são a queda nos preços pagos pelo quilo do gado vivo, a disponibilidade de crédito para as atividades agrícolas e a utilização das lavouras de soja como “limpeza do campo” (Moreira, 2019, p. 70).

É o caso da planta “capim-anonni” que segundo alguns pecuaristas pode ser controlado a partir do plantio de soja. Adriana Dias, que é pecuarista de Dom Pedrito, relata que sua mãe que é proprietária de uma pequena área de campo tem visto o plantio de soja como uma solução temporária para o capim-anonni, e planejava plantar soja em uma parte do seu campo e durante o inverno colocar pastagem artificial para alimentar o gado. Adriana relatou que para os vizinhos que têm áreas maiores de campo, o capim-anonni não é um problema tão grave, pois podem ir revezando os campos onde colocam o gado, já para sua mãe a presença do capim estava prejudicando a alimentação dos animais.

O capim-anonni é uma planta que foi introduzida no sul do Brasil na década de 1950 e, segundo Medeiros e Focht (2007), se deu de forma acidental, quando suas sementes vieram junto com outras sementes de forrageiras importadas. Outros autores, porém, trabalham com a

ideia de que ele foi trazido propositalmente. Teria sido sua resistência às flutuações do clima, em especial à geadas, e seu rápido desenvolvimento e capacidade de dispersão que teriam provocado grande adesão ao uso do capim-annoni e sua disseminação em especial nos campos do bioma Pampa.

No entanto, em pouco tempo descobriu-se que, apesar da facilidade do seu plantio, a planta é extremamente fibrosa (o que provoca enfraquecimento dos dentes dos animais) e tem baixo nível de proteína, não mostrando bons resultados na engorda dos rebanhos. Além disso, tem como efeito substituir as gramíneas nativas dos campos do bioma Pampa, piorando muito a disponibilidade de espécies forrageiras e comprometendo a biodiversidade local. Hoje em dia, o capim-annoni é considerado uma “erva-daninha” pelos pecuaristas, que estão sempre buscando meios de combatê-lo. Assim, o que em determinada época foi apresentado como grande novidade e como a solução para a melhoria dos rendimentos na pecuária, em pouco tempo se mostrou extremamente danoso tanto para a economia como para o ambiente⁵.

São essas e outras questões que fazem com que nem todos os pecuaristas vejam apenas com maus olhos a expansão da soja e que a relação da lavoura de soja com a pecuária na região seja complexa, onde ocorre não apenas oposição, mas também negociação e até mesmo associação. Como demonstram Moreira *et al.* (2018), muitos produtores de soja também criam gado no inverno com pastagens cultivadas, outros pecuaristas arrendam áreas de campo para lavoureiros e conseguem, assim, manter suas criações e há, ainda, relações de troca entre pecuaristas familiares que produzem gado de cria (terneiros) e os lavoureiros/pecuaristas que compram esses terneiros e os engordam no inverno. Ao pesquisar sobre esta relação em Dom Pedrito (município que teve um aumento de 280% na área plantada de soja entre 2011 e 2015) e realizando entrevistas com pecuaristas e agricultores do município, Moreira *et al.* (2018) observaram como as percepções em relação à soja são variadas.

Segundo estes autores, a soja não é apenas cultivada por grandes proprietários, mas também por pecuaristas e agricultores familiares. Assim, é necessário observar que, na interação entre as lavouras de soja e as áreas de pecuária, existem diversas questões ambientais, sociais e econômicas envolvidas. Alessandra Matte (2017), tendo pesquisado e entrevistado

⁵ Como mostram Ferreira e Filippi (2010), a invasão biológica do capim-annoni no Bioma Pampa contribuiu para baixar ainda mais a produção e a produtividade da pecuária na região. Além de promover a diminuição da oferta de gramíneas forrageiras de boa qualidade, a presença do capim-annoni aumenta os custos de produção, já que o produtor terá de investir nas tentativas de erradicação da planta, com compra de herbicidas e uso de maquinário por exemplo. Essa perda de produtividade da pecuária pela presença do capim-annoni reforça o argumento da soja como alternativa para a região, o que tem levado até mesmo a Embrapa a incentivar o plantio rotativo do grão (FERREIRA e FILIPPI, 2010).

pecuaristas dos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Pinheiro Machado, analisou a complexidade envolvida nessa interação. Segundo a autora há um cenário de incertezas que divide a percepção dos pecuaristas da região. Enquanto alguns têm se beneficiado da relação com a soja, ao arrendar terras para as lavouras, ou vender animais para terminação nas áreas com pastagens cultivadas, outros veem com insegurança os riscos que as lavouras podem representar a longo prazo para a continuidade da pecuária na região. O alto uso dos agrotóxicos e seus impactos ambientais e para a saúde humana e animal, assim como as condições de manutenção da pecuária de gado de cria são alguns dos elementos levados em consideração pelos produtores da região.

Para alguns pecuaristas entrevistados no Seminário “O Pampa e o Gado”, ocorrido em Lavras do Sul em julho de 2019, o uso intensivo de tecnologias, como herbicidas e fertilizantes químicos nas plantações de soja degrada o solo, contamina as águas e muda a paisagem, sem necessariamente trazer benefícios para o agricultor e para o proprietário que arrenda a terra. Também a questão fiscal é observada já que, ao ter juros subsidiados junto ao Estado, as monoculturas de soja fazem com que os benefícios do plantio sejam privatizados e os custos sejam pagos pela população, que não recebe o retorno dos ganhos das lavouras. São, ainda, observados possíveis impactos dos agrotóxicos em outras atividades agrícolas desenvolvidas na região da Campanha, como é o caso do plantio de oliveiras e videiras e da própria pecuária.

Passadas algumas décadas da entrada da soja no Pampa, é possível identificar os resultados das interfaces geradas entre o mundo da soja e o mundo dos pecuaristas. O Seminário “O Pampa e o Gado” pode ser encarado como resultado dessa interface, pois um dos seus objetivos é a valorização da pecuária de corte, na busca por divulgar conhecimentos sobre manejo pecuário e formas de preservação dos campos nativos. Uma das organizações parceiras do evento é a organização não governamental *Alianza del Pastizal* que tem por objetivo fazer frente ao processo de substituição das áreas de campo pela agricultura e silvicultura, a fim de conservar a biodiversidade dos campos.

O seminário “O Pampa e o Gado” é realizado há cerca de quinze anos e é organizado pelo Sindicato Rural de Lavras do Sul. É um evento que reúne pecuaristas, estudantes, pesquisadores, técnicos, ambientalistas e gestores públicos e é um exemplo de como a interface entre soja e pecuária pode gerar processos de conhecimento e novas formas de interação da pecuária com os ecossistemas pampeanos. Ao longo de suas edições o seminário tem buscado trazer temas importantes para a pecuária de corte como combate ao capim-anonni; carne do campo nativo; serviços ecossistêmicos; perspectivas econômicas da pecuária de corte; CAR –

Cadastro Ambiental Rural; gastronomia, etc. Uma das características do evento é de também ser um espaço político e por muitas vezes são convidados secretários estaduais, governadores e ministros.

O público que participa do evento parece ser em sua maioria composto por pecuaristas com grandes propriedades, ainda que na ocasião em que participei, estivessem também presentes, pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lavras do Sul e pecuaristas familiares. A presença de pesquisadores da UFRGS e de outras universidades do estado e de fora do Rio Grande do Sul também parece ser frequente. Na edição de 2019 estavam presentes estudiosos do campo nativo e da biodiversidade do bioma Pampa como Carlos Nabinger do curso de agronomia e Heinrich Hasenack do departamento de ecologia da UFRGS. Também havia técnicos da Embrapa Pecuária Sul e alguns pesquisadores e técnicos uruguaios e argentinos presentes.

O evento sugere a possibilidade de uma pecuária sustentável e a maioria das falas dos palestrantes foi no sentido de buscar técnicas e formas sustentáveis de realizar a pecuária de corte. Essa busca pela sustentabilidade na pecuária parece estar vinculada a uma interface construída entre pecuaristas, organizações de classe, pesquisadores e ONG's.

Figura 30 - Palestra no Seminário o Pampa e o Gado



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, julho de 2019)

A organização *Alianza del Pastizal* é uma das entidades que compõem a organização do evento. É uma organização não governamental – ONG - internacional ligada à organização *Bird Life International* que tem como objetivo promover a conservação dos campos naturais no Cone

Sul da América do Sul⁶. Como forma de promover a conservação e manter a biodiversidade faunística e florística dos ecossistemas campestres desenvolveram um selo, em que os pecuaristas que aderem ao seu programa de conservação dos campos conseguem melhores preços no abate dos animais. A ONG realiza eventos anuais com seminários, palestras e visitas *in loco*, onde são demonstradas práticas de conservação e produção em cada um dos países em que vigora o bioma Pampa⁷, os chamados “*Encuentros de Ganaderos*”.

Segundo os interlocutores da pesquisa que se mobilizam contrariamente à mineração, após a chegada dos projetos de mineração na região, não houve nenhum tipo de pronunciamento contrário ou a favor por parte da ONG. O que faz com que alguns pecuaristas não a tenham com muita estima. Isso de certa forma indica que a chegada dos projetos de mineração vem levando a discussão sobre sustentabilidade no Pampa para outros níveis. Se até então havia convergência entre os “pecuaristas tradicionais”, para usar o termo cunhado por Matte (2017) e Moreira *et. al* (2018), na questão de conservar os campos nativos e numa certa resistência à entrada da soja, com a chegada dos projetos minerários, o ecologismo dos pecuaristas é provocado a entrar num novo campo de discussões, onde entram o papel de empresas transnacionais, do capital financeiro e dos projetos extrativistas no Pampa, como será abordado nas próximas seções do capítulo.

4.2 OS NOVOS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PAMPA

Como um processo relativamente recente, a expansão das atividades de mineração de grande porte na região sul do Rio Grande do Sul vem se intensificando, o que para alguns estudiosos e ativistas já coloca o Rio Grande do Sul como a nova fronteira minerária no país⁸. Ainda que já existissem minas no estado, especialmente de exploração de carvão mineral na chamada região carbonífera (Charqueadas, Arroio dos Ratos, Minas do Leão e Butiá) e na região da Campanha (Hulha Negra e Candiota), não havia um número tão expressivo de pedidos de exploração mineral como tem ocorrido na última década (2010-2020). Na época em que a pesquisa começou a ser realizada (2019)

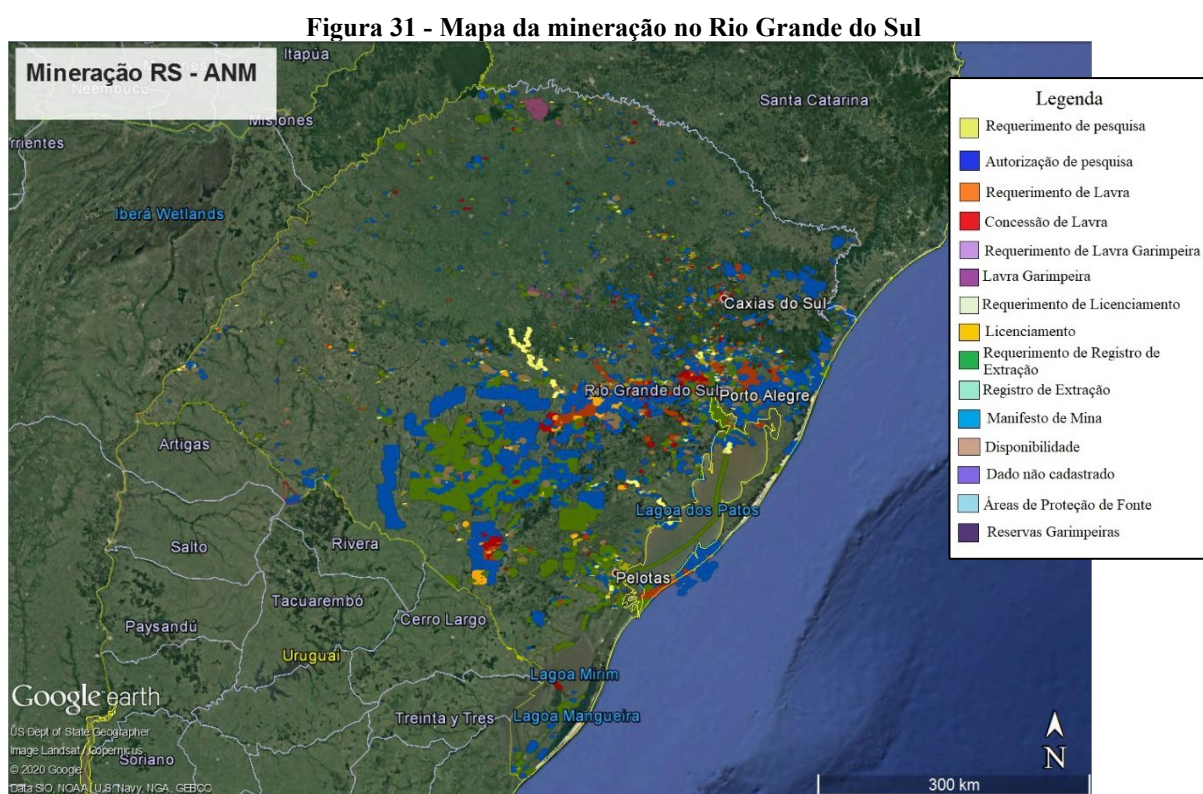
⁶ Para saber mais ver o site da organização: <http://www.alianzadelpastizal.org/institucional/>

⁷ Brasil, Argentina, Uruguai e uma parte do Paraguai.

⁸ Algumas notícias relacionadas ao tema: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/590506-rio-grande-do-sul-a-nova-fronteira-mineral-para-as-empresas-transnacionais-entrevista-especial-com-caio-santose>
<https://www.brasilefators.com.br/2019/06/07/rio-grande-a-nova-fronteira-da-mineracao>

eram 22.171 áreas registradas na ANM (2019), dentre essas, 3.216 em fase de “requerimento de pesquisa”, 6.832 em “autorização de pesquisa”, 1.249 em “requerimento de lavra”, 735 correspondentes a “concessão de lavra”, 1.765 em “requerimento de licenciamento”, 4.702 em “licenciamento”, 154 em fase de “requerimento de lavra garimpeira”, 215 de “lavra garimpeira”, 395 em fase de “requerimento de registro de extração”, 2.548 com “registro de extração” e 360 em “disponibilidade” (MARTINS e RAGUSE, 2021)

No mapa a seguir (Figura 31) é possível visualizar esses dados espacialmente. Pode ser observado que a região do estado onde se encontram a maioria dos pedidos de Autorização de Pesquisa (cor azul) e dos Requerimentos de Registros de Extração (cor verde escuro) é na região sul, onde está localizado o bioma Pampa.



Fonte: Elaborado por Raguse (2021), produzido no Google Earth a partir de dados da ANM (2019). (Adaptado pela autora)

Em 2019 havia quatro projetos que já estavam passando pelo processo de licenciamento ambiental junto à Fepam/RS/RS: o projeto Fosfato Três Estradas em Lavras do Sul, o Projeto Retiro, em São José do Norte, Projeto Caçapava do Sul em Caçapava do Sul e Projeto Mina Guaíba, em Charqueadas e Eldorado do Sul. Aqui serão analisados mais detidamente dois desses projetos: o Projeto Caçapava do Sul e o Projeto Fosfato Três Estradas, dando foco para o processo de territorialização do Projeto Fosfato, por ter sido possível acompanhar parte do processo de licenciamento.

O Projeto Caçapava do Sul, proposto inicialmente pela empresa Votorantim Metais e que depois passou a se chamar *Nexa Resources* previa a extração de chumbo, zinco, cobre e associados na localidade das Guaritas em Caçapava do sul. A proposta era minerar 36 mil toneladas de chumbo, 16 mil toneladas de zinco e cinco mil toneladas de cobre contido por ano. O cobre e o chumbo seriam exportados pelo porto de Rio Grande, enquanto o zinco seria direcionado para as metalúrgicas da Votorantim Metais. Aberto em 2016, o licenciamento ambiental do Projeto Caçapava do Sul não ocorreu, não tendo recebido a licença prévia por conter inconsistências técnicas no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. Em 2022 a empresa abandonou o projeto por não visualizar viabilidade econômica para o empreendimento. Em relação a esse projeto se formou uma ampla mobilização contrária, como será relatado nas próximas seções e no capítulo 5.

Já no caso do Projeto Fosfato Três Estradas da empresa Águia Fertilizantes a proposta inicial era produzir fosfato e calcário agrícola (o tempo de operação do projeto seria de 50 anos, produzindo um total de 6,5 milhões de toneladas de concentrado de fosfato e 46 milhões de toneladas de calcário agrícola). A rocha fosfática extraída seria direcionada para indústrias de Rio Grande onde seria beneficiada e transformada em fertilizante. Após a emissão da licença prévia o projeto sofreu alterações e hoje a empresa está prometendo produzir cerca de 300 mil toneladas de fosfato por ano, sendo que o minério será beneficiado na própria planta da mina e não contará mais com barragem de rejeitos, não produzirá pilha de estéril e não demandará a construção de uma barragem de água como estava previsto no projeto original.

Tanto as jazidas de zinco, cobre e chumbo do Projeto Caçapava do Sul, quanto de fosfato do Projeto Fosfato Três Estradas estão no chamado Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, uma unidade geomorfológica onde existem diversas jazidas minerais e que se encontra exatamente no subsolo da região da Serra do Sudeste. Assim, tanto Lavras como Caçapava do Sul possuem histórico de mineração.

Caçapava possui atualmente algumas empresas que mineram e beneficiam calcário em seu território e no distrito de Minas do Camaquã já houve mineração de cobre. Descoberta em 1865 por mineiros ingleses que garimpavam ouro na região de Lavras do Sul, a jazida de cobre de Minas do Camaquã foi explorada por diversas empresas estrangeiras e nacionais até 1996, quando foi constatado o esgotamento total das reservas conhecidas (PAIM, 2002). Hoje em dia, Minas do Camaquã é um povoado “fantasma”, são poucas pessoas que continuam habitando o local e restaram apenas algumas construções da época áurea da mineração como um cinema, um clube, uma escola e um hospital. Além dessa estrutura montada no povoado, restou também

as construções e a cava da mina que virou uma grande lagoa de coloração azul (devido ao cobre) e que hoje é procurada por turistas.

Já o município Lavras do Sul possui um histórico de mineração de ouro em seu território. Segundo Taís Cristine Frizzo (2002) a exploração de ouro em Lavras começa no final do século XVIII quando o metal era extraído em aluviões do arroio Camaquã Chico (afluente do Rio Camaquã) através da garimpagem. Foi essa atividade que levou ao surgimento do povoamento que depois deu origem à cidade. Em 1845 começam a se instalar companhias, em sua maioria estrangeiras, para exploração desse mineral. A primeira foi a *The Rio Grande do Sul Gold Mining Company* (a mesma que descobriu cobre em Caçapava do Sul), posteriormente, na segunda metade do século XIX e início do século XX se instalaram a Companhia *Lape; Tahourne* Companhia Belga e a *Gold Field Mining Company*. Porém a atividade foi interrompida devido à queda nos teores de ouro e a uma precariedade tecnológica das companhias. (Frizzo, 2002; Morais; Rosseto, 2019)

Na década de 1970 a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) reinicia a exploração de ouro no distrito aurífero de Lavras, contando com técnicas mais avançadas de extração. Com essa retomada e com o aumento do preço do ouro no mercado internacional, outras empresas como a Companhia de Mineração e Participações, Companhia Brasileira de Cobre, *Placer Domer* do Brasil e *Seahawk* passam a explorar ouro em Lavras nas décadas de 1980 e 1990. (Frizzo, 2002)

A memória do período aurífero é presente em Lavras do Sul. Além dos casarões que remontam a esse período (Carvalho, 2013), na Casa de Cultura da cidade existem diversos equipamentos do período em que mineradores vinham de outros países para se aventurar e buscar ouro na região⁹, além de fotos do trabalho na bateia¹⁰, pedaços de rochas, publicações geológicas, etc. Também foi relatado por servidoras que trabalham na Casa de Cultura e na secretária de turismo do município que existia uma prática de fazer alianças de casamento com o “ouro de Lavras”, peças feitas a partir do garimpo e da produção artesanal dos ourives.

A prática do garimpo envolvia uma série de famílias e parece ter permanecido mesmo depois que as companhias deixaram o município. Com o tempo e com a proibição da atividade esta foi cessando e hoje em dia não parece haver quem se dedique à extração de ouro. Essa memória de uma cidade mineradora, no entanto, tem sido trazida pelos defensores do Projeto

⁹ O caso mais curioso é de um holandês que teria vindo sozinho para Lavras a fim de encontrar ouro, mas não tendo sucesso voltou para a Holanda deixando roupas e equipamentos na casa onde morava.

¹⁰ Instrumento utilizado para garimpagem de metais. Consiste num disco de metal com um centro mais fundo.

Fosfato Três Estradas e dos outros projetos minerários, incluindo representantes do poder público local.

4.2.1 A empresa Águia Fertilizantes e a busca por uma licença social para operar

A empresa Águia Fertilizantes, proponente do Projeto Fosfato, começou a atuar em Lavras do Sul em 2011, realizando prospecções minerais e iniciando um processo de aproximação com o poder público e com a população urbana do município. A Águia é uma empresa brasileira, porém sua origem é um tanto controversa. Segundo dados apresentados no “Manifesto sobre violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto Fosfato Três Estradas (RS)”, realizado pela FLD e pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (2018), a empresa Águia Fertilizantes seria uma subsidiária da empresa australiana *Aguia Resources*. Segundo o manifesto, em junho de 2010, a empresa australiana *Newport Mining* adquiriu a empresa brasileira Águia Metais, que já possuía direitos de pesquisa para rocha fosfática nos projetos Lucena Fosfato, na Paraíba, e Mata da Corda Fosfato, em Minas Gerais. A partir desse momento, passou a chamar-se *Aguia Resources* e adquiriu os projetos de fosfato em Joca Tavares (Bagé) e em Três Estradas (Lavras do Sul), que eram da Companhia Brasileira de Cobre (CBC).

Essas informações apontam para algumas características das empresas de mineração da atualidade e para a forma como chegam em novos territórios. Primeiramente o vínculo com empresas estrangeiras e com o capital estrangeiro. A forte financeirização do setor mineral é relatada e problematizada por diversos autores (Milanez *et al.* 2019; Milanez *et al.* 2018; Santos, 2017) que mostram que essas ligações fazem parte das estratégias de captura de valor das empresas, o que influencia na sua forma de atuação, já que necessitam dar respostas rápidas a seus investidores. Em segundo lugar aparece a venda e compra de projetos como uma característica da forma como as empresas chegam a um novo local. Muitas vezes aproveitam as pesquisas, prospecções e inclusive infraestruturas como “trincheiras”¹¹ deixadas por outras empresas a fim de iniciarem projetos em locais com potencial mineral.

Passado o momento inicial de pesquisa e análise de viabilidade econômica, é o momento de se aproximar da população e do poder público local. Segundo relatos de moradores da região

¹¹ *Trincheiras* e poços de pesquisa são valas retilíneas abertas com o objetivo de fazer as rochas aflorarem artificialmente a fim de serem pesquisadas. Fazem parte das primeiras fases de pesquisa mineral realizadas por geólogos contratados pelas empresas mineradoras após a autorização do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

do Taquarembó, a empresa Águia Fertilizantes primeiramente se apresentou para a população urbana, se aproximou da prefeitura, para apenas depois de quatro anos atuando na região, se apresentar para a população da área afetada pelo projeto. Nesse momento inicial de aproximação ocorreram patrocínios de eventos da prefeitura, realização de festas para promoção da empresa, pintura de uma escola municipal, entre outras ações. Além disso, vários eventos ligados à pecuária como rodeios, feiras, exposições e “gineteadas” foram patrocinadas pela empresa como forma de se aproximar da cultura local¹².

Para realizar essa aproximação com a população, a empresa Águia contratou uma empresa de comunicação de Porto Alegre, a NanoBiztools. Segundo consta na sua descrição da página do Instagram, esta é uma empresa especializada em Licença Social ou como se chama no meio corporativo, a Licença Social para Operar (LSO). Essa noção que circula nos discursos de marketing e das relações públicas de empresas, tem se apresentado cada vez mais como um novo serviço a ser fornecido por consultorias de comunicação, principalmente para empresas mineradoras. Segundo Ian Thomsom, um dos principais porta-vozes desse tema na atualidade, “licença social para operar” é uma aprovação da comunidade para a operação de uma determinada empresa (Gaviria, 2015).

A ideia que parece simples envolve uma série de estratégias complexas para capturar os interesses, anseios e afetos de uma população ou “comunidade” a fim de dirimir as possibilidades de “risco social” dos empreendimentos, ou seja, realizar uma gestão empresarial (*management*) dos riscos de surgirem grupos contrários à mineração, movimentos de denúncia de violação de direitos humanos, críticas em relação aos danos ambientais dos projetos, além de processos legais, protestos, bloqueios e sabotagem, etc. Por sua rigidez locacional, as empresas mineradoras necessitam criar “condições sociopolíticas ótimas antes de instalar-se” (Gaviria, 2015, p. 142), para não terem problemas futuros. Dessa maneira, intervém de forma a criar o consentimento, assegurando a eficiência da atividade extrativa e garantindo sua continuidade.

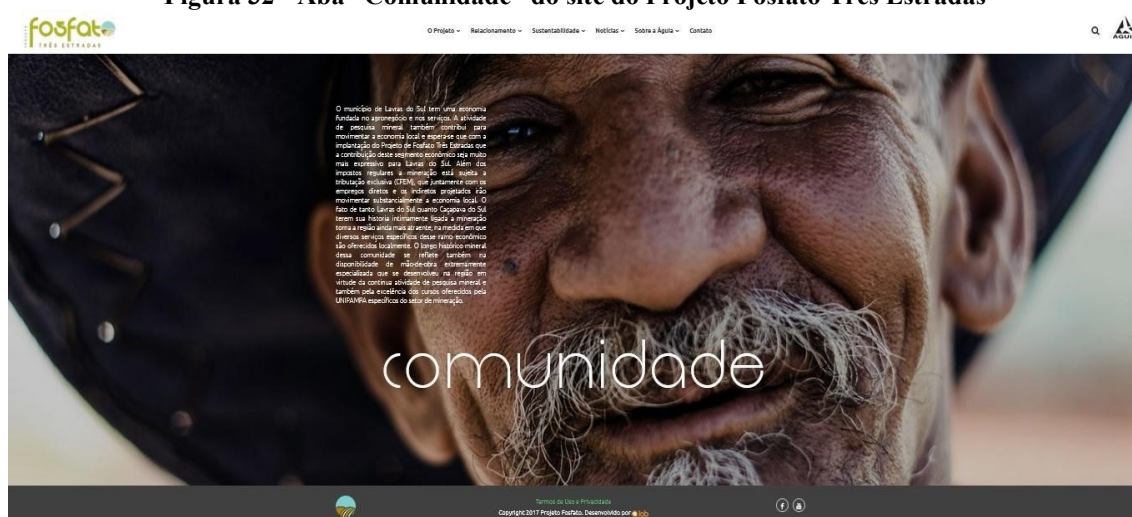
Analisando algumas campanhas e linguagens utilizadas pelos meios de comunicação da empresa NanoBizTools e do Projeto Fosfato Três Estradas é possível perceber parte das estratégias utilizadas para construir esse consentimento e consenso social em torno do projeto. Segundo Gaviria, faz parte das estratégias de inserção territorial das empresas a criação de um “valor compartilhado com a sociedade”, em que a população através de sua participação em

¹² O Seminário “O Pampa e o Gado” de 2019 foi um dos eventos patrocinados pela empresa.

espaços de interlocução pode interferir na tomada de decisão sobre o desenvolvimento dos projetos e os possíveis ganhos associados (benefícios para saúde, educação, igualdade de oportunidades, infraestrutura, uso de recursos naturais etc.). A partir da criação de elos entre as partes interessadas (empresa, população e poder público) a licença social é construída de tal forma que gere benefícios para a empresa e para a sociedade.

Chamam a atenção as estratégias visuais da empresa, ao trazer elementos simbólicos ligados ao modo de vida da população local com imagens de moradores e trabalhadores da Campanha gaúcha como elemento a ser colado à marca Fosfato Três Estradas (ver figura 32).

Figura 32 - Aba “Comunidade” do site do Projeto Fosfato Três Estradas



Fonte: Adaptado do site do Projeto Fosfato Três Estradas (Acesso em abril de 2019)

Uma das campanhas publicitárias da empresa, que estava em vigor à época da audiência pública que ocorreu em Lavras do Sul era a insígnia “Fosfato de Lavras – Fosfato do Rio Grande” tendo ao fundo as cores da bandeira do Rio Grande do Sul. Na ocasião da audiência diversas pessoas vestiam uma camisa com tal insígnia e muitos carros continham um adesivo contendo a frase: “Eu apoio o Projeto Fosfato!” No Facebook também foi criado um grupo/comunidade chamado “Eu apoio o Projeto Fosfato”, onde pessoas da cidade postam vídeos se manifestando a favor do projeto.

Outro elemento vinculado às estratégias de territorialização do projeto Fosfato são as mudanças que a empresa realizou logo após a emissão da Licença Prévia. Estas envolveram a mudança do produto da mineração que deixou de ser o minério fosfato que seria transformado em fertilizante sintético e passou a ser dois tipos de granulados de fosfato, beneficiados na própria planta industrial da mina. Esse produto é uma inovação da indústria de fertilizantes, trata-se de um Fertilizante Natural de Aplicação Direta (DANF na sigla em inglês). É um tipo

de fertilizante que demora mais tempo a ser absorvido pelo solo e que pode ser utilizado em cultivos orgânicos. Além disso a empresa retirou as barragens de rejeitos, a barragem de água e a pilha de estéril da planta do projeto. Essas mudanças lhe conferiram um caráter “ambientalmente amigável”, que passou a aparecer vinculado à marca “Fosfato Natural” (Figura 33). A partir daí iniciou uma nova campanha publicando as novas características do projeto.

Figura 33 - Publicidade da empresa Águia Fertilizantes



Fonte: Adaptado de página do Projeto Fosfato no Facebook (Acesso em dezembro de 2019).

A empresa Águia não explicou publicamente os motivos das mudanças e em seu site consta apenas que a partir de 2020 a empresa buscou implementar “processos mais sustentáveis”. É possível que estas mudanças também façam parte da construção da licença social do projeto, num processo de incorporação das críticas que ele vinha recebendo após a audiência pública. A existência de uma barragem de rejeitos duas vezes maior que a de Brumadinho (que havia rompido no mesmo ano em que o Projeto Fosfato esperava a emissão da sua licença prévia) era um elemento que vinha sendo apontado por grupos contrários à mineração no estado, além do fato de o produto do projeto inicial ser direcionado para a indústria convencional de fertilizantes, poluente tanto na sua fabricação como após a aplicação devido à sua alta solubilidade¹³.

Segundo Gaviria (2015), a licença social é sensível às mudanças de percepção sobre os projetos e empresas. A fim de construir uma relação de confiança e credibilidade com a comunidade, é necessário haver flexibilidade e diálogo constante, a fim de captar as expectativas e cumprir os compromissos feitos. No site da empresa NanoBizTools é apresentada a ideia de que comunicação e sustentabilidade precisam andar juntas e que essa

¹³ Um dos impactos negativos do excesso de fosfato nos corpos d’água é a chamada eutrofização, quando ocorre uma proliferação irregular de algas e plantas aquáticas que impedem a entrada de luz, provocando a morte de espécies animais e vegetais.

combinação precisa estar integrada às metas de produtividade, às compras e à logística das empresas. Assim, não é descartável a ideia de que a empresa tenha feito as mudanças no projeto a fim de criar maiores possibilidades de aceitação e evitar possíveis complicações no licenciamento ambiental.

Analisando o caso do Projeto Fosfato, é notável o papel que a busca por uma licença social desempenhou tanto no êxito em ser aceito pela população de Lavras do Sul como no avanço do projeto no processo de licenciamento ambiental. Dentre os quatro projetos que em 2019 estavam em processo de licenciamento, apenas o Projeto Fosfato Três Estradas conseguiu a licença de instalação. Um fato que contribuiu para a aceitação pública ao projeto foi a guerra travada entre Rússia e Ucrânia, iniciada em 2022 que interrompeu a exportação de fosfato ucraniano para o Brasil, incentivando a extração interna do minério. Fato que foi amplamente publicizado pela empresa Águia para aumentar a adesão ao projeto que contava com o apoio do governo federal na época¹⁴.

4.3 OS ENTRECruzAMENTOS ENTRE AS ATIVIDADES EXTRATIVAS E AS SOCIOMATERIALIDADES LOCAIS

A partir do que foi exposto na seção acima, é interessante depreender os entrecruzamentos que as economias da soja, do eucalipto e da mineração realizam com a sociomaterialidade dos locais onde buscam se territorializar. São diferentes trajetórias de territorialização importantes de serem observadas.

Nos casos da soja é marcante a forma como consegue se “enraizar”, primeiramente a partir dos arrendamentos de áreas de campo ociosas, aproveitando um vazio deixado por proprietários que pouco a pouco foram saindo da zona rural e se instalando nas cidades, desenvolvendo novas atividades econômicas e abandonando a pecuária ou reduzindo a quantidade de animais criados. Em segundo lugar, esse enraizamento envolve alianças com pecuaristas, seja comprando terneiros produzidos nas propriedades especializadas no gado de cria, seja participando e/ou promovendo “eventos” como a marcação ocorrida no Taquarembó. Por fim, ainda existem os casos de pecuaristas que plantam soja como “limpeza de campo” ou como forma de gerar renda capaz de manter suas criações.

¹⁴ Em março de 2021, o governo federal, na época representado por Jair Messias Bolsonaro lançou a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos, também chamada de Pró-Minerais Estratégicos. Neste documento encontrava-se o Projeto Fosfato Três Estradas e o Projeto Retiro de São José do Norte.

Nota-se que pouco a pouco a soja passa a fazer parte do cotidiano dos moradores e parte das suas opções econômicas. Isso modifica a imagem de que a expansão das lavouras de soja geraria apenas um processo de expulsão dos pecuaristas para instalação das lavouras de soja, o que se vê é um processo de *mistura* em que a soja passa a compor (ensamblar-se) com elementos presentes nos territórios, incluindo a pecuária, criando novas dinâmicas. Conecta-se com as terras ociosas (e com a alta concentração fundiária) a partir dos arrendamentos, se torna uma compradora do gado de cria, torna-se uma alternativa para o problema do capim-anonni etc. Essas conexões ou encaixes diferenciam a soja dos cultivos de eucalipto, que pouco se conectam com os territórios, tornando a expansão das lavouras de soja um fenômeno difícil de conter e reverter.

No caso da mineração, a partir do caso do Projeto Fosfato Três Estradas se vê uma série de estratégias de aproximação à cultura e economia locais. Primeiramente, o foco na produção de fosfato que confere logo de imediato um valor importante ao projeto, pois trata-se de um mineral que pode contribuir para um dos setores mais importantes da economia do Rio Grande do Sul: a produção agrícola, responsável por 40% do PIB do estado. Por outro lado, a empresa realizou patrocínios a eventos, rodeios e feiras ligados à pecuária e criou a insígnia “Fosfato do Rio Grande” que foi fundamental para a mobilização da população de Lavras para a audiência pública.

As estratégias vinculadas à construção da licença social perpetradas pela empresa NanoBizTools tiveram como foco a incorporação das expectativas da população em relação ao projeto de mineração resultando na criação de uma rede de pessoas altamente mobilizada para defendê-lo. Ao incluir o contraditório em suas estratégias, o projeto se adaptou e realizou alterações que resultaram num projeto com perfil ecologicamente correto, o que teve como efeito enfraquecer e neutralizar as principais críticas que ele vinha recebendo desde a audiência pública.

Tanto em relação ao projeto Caçapava do Sul, como em relação ao projeto Fosfato Três Estradas houve formação de grupos contrários e de mobilização para contestar os projetos de mineração. Além disso, em ambos os casos houve processos judiciais e abriram-se inquéritos no MPF-RS. Iremos ver esses movimentos ao longo das próximas seções e dos próximos capítulos que tratam especificamente dos movimentos de contestação à mineração.

A partir da teoria das assemblagens (De Landa, 2008), é interessante perceber como são elementos presentes nos territórios que vão possibilitando o enraizamento dessas novas atividades. No caso da soja e do eucalipto aproveita-se a terra disponível, fruto da concentração

fundiária e da crise histórica da pecuária para serem cultivadas essas plantas com valor comercial. No caso da mineração, é a presença dos minérios obviamente, mas também o contexto de empobrecimento e falta de emprego da região que leva não apenas a um processo de convencimento da população, mas também a visualização dos projetos de mineração como parte das suas opções de vida. Como aponta Haesbaert (2011), referindo às noções de território e agenciamento de Deleuze e Guattari, “os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 127). São movimentos que ocorrem simultaneamente, enquanto a desterritorialização é o processo pelo qual se abandona o território, a “linha de fuga”, na reterritorialização se constroem territórios a partir de novos agenciamentos.

4.4 EXPERIMENTANDO AS TRANSFORMAÇÕES: A ATUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A chegada e a expansão de novas atividades econômico-produtivas no Pampa, em especial, os monocultivos de soja e eucalipto e os projetos de mineração vêm provocando transformações significativas na região, desencadeando processos de desterritorialização do que existia e estabelecendo outros “ritmos” de territorialização.

Essas mudanças vêm ocorrendo desde a década de 1980, com a chegada dos plantios de eucalipto, seguido das lavouras de soja que começaram na década de 1990. Mais recentemente, com a chegada de projetos de mineração, os atores identificam uma intensificação de transformações, especialmente, a partir da segunda década do século XXI.

As mudanças por que passa a paisagem do Pampa ocorrem em dimensões econômicas, sociais e ambientais que se materializam e interferem nos fluxos vitais nos territórios. A expansão dessas atividades produtivas cria novas dinâmicas e circuitos de materiais e pessoas, interferem na dinâmica hídrica e na qualidade dos corpos d’água, suprimem ou reduzem territórios de vida de animais silvestres, afetam a biodiversidade (suprimindo a vegetação nativa e conseqüentemente as cadeias alimentares relacionadas), povoando com outros seres uma paisagem que foi se constituindo ao longo de milhares de anos.

A emergência de um Pampa pastoril (como desenvolvido no capítulo anterior) ocorreu com a introdução de espécies animais exóticas, como o gado bovino, equino e ovino, ainda no período colonial. Estes processos, sem dúvida, trouxeram modificações e alterações na paisagem, e descontinuidades nas formas sociais existentes. O que este capítulo demonstra é

que há, nas últimas décadas, uma intensificação na transformação da paisagem do bioma Pampa. Por exemplo, com a conversão de grandes áreas de vegetação nativa pampeana para a implantação de lavouras de produção de grãos.¹⁵

À medida que essas atividades produtivas se territorializam no bioma, alguns autores identificam este processo como uma “territorialização do capital no Pampa” (ver Domínguez, 2017 e Figueiró, 2017) certas vidas vão sendo desterritorializadas. Fundamentalmente, são processos de desterritorialização de comunidades humanas e não humanas que ali habitam e das atividades realizadas como a pecuária, o artesanato em lã de ovelha, a agricultura de cercado, a produção de mel e de doces de frutas, o artesanato em couro etc.

A maneira como essas novas atividades produtivas se inserem no bioma gera conflitos, no entanto, não somente. As produções de grãos e eucalipto se “ensamblam” com práticas territoriais diversas, provocando que essas novas atividades se conectem, por exemplo, com o mundo da pecuária. Concretamente, isso acontece no estabelecimento de colaborações, que vêm acompanhadas de novas realidades de mercado, patrocinados por empresas, neste caso, se incluem eventos ligados à criação de animais, rodeios, feiras e exposições regionais, e mesmo alguns tipos de trocas econômicas.

Além disso, a partir das interfaces entre os mundos de vida pampeanos com essas novas atividades ocorre a emergência de novas entidades territoriais, o que será desenvolvido no próximo capítulo da tese. Essas entidades se originam através de associações sociomateriais criadas pelos atores a partir das transformações geradas tanto pelo avanço dessas atividades econômicas no bioma, como por interfaces de conhecimento que afetam as práticas territoriais (Arce; Long, 2000; Arce; Charão-Marques, 2022) e atualizam os territórios. Neste processo, também são importantes certas influências que não são economicamente hierarquizadas, por exemplo, no que se refere ao uso das redes sociais para comunicação e para processos de articulação e de coordenação de diversos atores.

Analisar como se deu a expansão de atividades produtivas de mais intensidade no Pampa, exigiu atentar para cada trajetória particular de territorialização, considerando que envolvem conjuntos sociomateriais específicos. Além dos agentes humanos, são muitos os agenciamentos não-humanos, como terra, mudas e sementes (no caso da soja e eucalipto),

¹⁵ No texto “A Agonia do Pampa: um panorama atual da supressão da vegetação nativa campestre” de autoria de pesquisadores da Rede Campos Sulinos (2020), é demonstrado, a partir de dados do Map Biomas (Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil), que de 1985 a 2018 a agricultura passou a ocupar 38,3% da área do Pampa, enquanto a vegetação nativa perdeu 24,3 % da área que ocupava, estando presente em apenas 33,6% da área do bioma atualmente.

assim, como os aparatos técnicos (maquinário, meios de transporte, ferramentas etc.). No caso da mineração, foi importante entender como há uma continuidade em relação a extração de minérios iniciada ainda no século XIX, ainda que hoje as estratégias das empresas envolvam métodos de aproximação e convencimento da população.

As atividades desenvolvidas no bioma Pampa estão geograficamente localizadas na porção que corresponde à metade sul do Rio Grande do Sul. Em que pese o caráter *extrativista*¹⁶ do foco desses projetos de desenvolvimento, em geral, estes não se anunciam dessa forma. É assim que o *discurso de desenvolvimento* se reveste de um potencial de geração de empregos e renda, como instrumento de modernização e como via para o progresso. Tal discurso, muitas vezes, precisa utilizar-se de outro, aquele que trata “da falta”, ou seja, é preciso mostrar que há uma realidade de atraso, empobrecimento e falta de dinamismo econômico para justificar os projetos *extrativistas* como solução.

O processo recente de expansão de atividades *extrativas*, aparece ao argumento mobilizador de uma ideia de “desenvolvimento da metade sul”. Isto reproduz algo que já vinha desde o início da implementação de projetos de silvicultura, na década de 1980, o discurso da “metade sul” como a região pobre foi acionado de forma a justificar os investimentos e incentivos públicos que começaram a ser destinados ao setor. O entendimento de que a “metade sul” é uma região pouco desenvolvida, com poucos empregos e oportunidades e com uma economia atrasada passou a fazer parte dos discursos políticos e a ser veiculado na mídia do estado, criando uma espécie de consenso¹⁷.

Como colocam Patrícia Binkowski e Eduardo Filippi para o caso do avanço da silvicultura de eucalipto na região, além da disponibilidade de grandes áreas, de ferrovias e estradas, de condições favoráveis de clima e solo e da proximidade ao porto de Rio Grande,

A realidade atual da “Metade Sul” é de uma região que apresenta mão-de-obra barata e uma estrutura agrária baseada em grandes extensões de terra, o que torna a compra e o arrendamento de terras facilitadas; a situação econômica precária dos produtores de gado da região também é outro ponto dentro desse “*contexto de disputas*” que permite o discurso do desenvolvimento da “Metade Sul”. (BINKOWSKI e FILIPPI, 2008, p. 108)

¹⁶ O extrativismo, segundo Eduardo Gudynas (2009), é entendido como a extração em larga escala de recursos naturais, direcionada majoritariamente para exportação com pouco ou nenhum processamento. Eduardo Galeano (1978), na obra clássica “As Veias Abertas da América Latina”, já apontava que, desde o início da colonização, há um processo de saque dos recursos naturais do continente latino-americano para os países centrais do capitalismo.

¹⁷ Esse discurso da metade sul como região pobre encontra-se presente em diversas notícias e projetos de lei de deputados gaúchos (Gerchmann, 1999; Agência Senado, 2018).

Ao criar um jogo de visibilidades e invisibilidades, o discurso da pobreza da “metade sul” esconde a histórica concentração de terras na região, os baixos investimentos governamentais em outras atividades econômicas, relacionadas ou não à pecuária ovina e bovina e a um histórico de relações de trabalho marcados por precariedade e baixos salários. Poder-se-ia relacionar esse processo de “invenção da Metade Sul” ao que Arturo Escobar (2007) reflete em “A Invenção do Terceiro Mundo”, como a criação discursiva de um lugar que passa a ser foco de projetos de desenvolvimento.

Se, por um lado, o discurso do desenvolvimento pode gerar visibilidades, invisibilidades, percepções e crenças, os problemas socioambientais decorrentes das transformações afetam sociomaterialmente o território. Assim, as práticas e os modos de vida situados acabam por ser desterritorializados, dificultando a continuidade de formas de vida que tradicionalmente se desenvolveram na região.

Em outras palavras, ainda que se reconheça a importância do discurso como parte da “invenção” de lugares, a partir da pesquisa sociomaterial, aqui desenvolvida, se mostra a potencialidade de expor as mudanças na velocidade e intensidade de transformação do território, bem como a reverberação sobre sua materialidade. Os três processos trabalhados neste capítulo – a territorialização da soja, do eucalipto e da mineração – desterritorializam o que já existia. Isso é percebido nas mudanças da flora, da fauna, da paisagem e dos modos de vida. No entanto, é relevante esclarecer que estes processos uma vez que desterritorializam o existente, produzem a reterritorialização de outros elementos e, por consequência, fazem surgir novas relações de poder, conhecimentos, desigualdades, novos atores territoriais e novas associações entre eles, sejam conflituosas ou de cooperação. De certa forma, os territórios emergentes são resultado dessa reterritorialização, ligados a movimentos que mesclam continuidades e descontinuidades, que de forma dinâmica são parte do surgimento de um Pampa atualizado.

5 ALIANÇAS SOCIOMATERIAIS, PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DE CONTRA-DESENVOLVIMENTO

Durante uma das caminhadas com Vera Collares, ela disse: “o rio é como se fosse o sangue do nosso corpo”. Sua percepção sobre o Rio Camaquã começava a entregar uma pista que se tornaria importante para um aspecto central neste capítulo, alianças entre as pessoas e as materialidades que fazem parte de suas vidas.

Tendo presente que são vários os movimentos de reterritorialização provocados pelas transformações no Pampa, aceleradas pela expansão e/ou intensificação de dinâmicas extrativas, como apontado no capítulo anterior. A partir dos encontros entre os mundos de vida dos atores com as sociomaterialidades criadas pelas atividades econômicas que chegam ao Pampa ocorrem interfaces de conhecimento (Arce; Long, 2000), provocando mudanças na forma como os atores se relacionam com os elementos (materiais e seres não humanos) que existem em seus territórios.

A proposta, aqui, é evidenciar que existem associações que surgem dos relacionamentos entre os atores e certos materiais presentes nos territórios, e que elas estão envolvidas com uma possível *cosmopolítica do contra-desenvolvimento* (Charão-Marques *et al.*, 2019). Tais associações fazem parte das mudanças vividas nos territórios e, eventualmente, impulsionam o surgimento de *criaturas territoriais*, fruto de recomposições sociomateriais “que emergem da circulação de conhecimento, das práticas dos atores e das interações com os materiais existentes” (Arce; Charão-Marques, 2022, p.67).

A ideia é pensar que, a partir das ameaças sentidas pelos atores em relação a seus mundos e modos de vida, vão acontecendo transformações na maneira como se relacionam com a materialidade de seus territórios. Por um lado, levando a processos de autorreconhecimento e valorização do que existe no seu entorno, das práticas e ofícios, os animais, as nascentes, as rochas, os rios, resquícios arqueológicos etc. Por outro, modificando aquilo que é entendido como *público* (Bennet, 2009), sendo esta mudança parte da própria reconfiguração dos territórios.

Finalmente, se apresenta uma discussão em que as novas alianças sociomateriais que passam a dar um novo valor para seres que já estavam presentes nos territórios como o rio, as rochas, os animais silvestres e certos vestígios arqueológicos tem como efeito “desacelerar” o ritmo que os projetos de desenvolvimento aderem aos territórios do Pampa, além de provocar

mudanças na maneira como os atores entendem a si próprios, sua história, seu ser, dentro do que pode ser entendido como um fenômeno *ontopolítico* (Reyna-Jiménez, 2019).

5.1 A ALIANÇA COM O RIO CAMAQUÃ, AS ROCHAS E OS ANIMAIS SILVESTRES

Para os habitantes de Palmas, o rio não é apenas um recurso natural, fonte de água, energia ou alimento, é local de lazer e diversão, há afetos envolvidos, existe um relacionamento de intimidade com ele. Com frequência, as pessoas se referem ao rio como “o Camaquã”. Em todas as regiões do distrito passam afluentes do Rio Camaquã, nos períodos de estiagem (que ocorrem geralmente de dezembro a março), é no próprio rio que os animais bebem água. Também, a pesca é uma prática comum e há relatos de que antigamente existia uma grande variedade de peixes. Há uma lembrança comum entre as pessoas da região, de que antes de um vazamento de mercúrio que ocorreu na mina de cobre em Minas do Camaquã, na década de 1980, havia peixes de grande porte, como o dourado de água doce. Porém, hoje em dia, dizem que já não se encontram mais peixes dessa espécie no rio Camaquã.

Essa memória do vazamento de mercúrio, que deixou muitos peixes mortos e o rio contaminado, parece ter continuidade no que se refere à desconfiança com relação ao Projeto Caçapava do Sul a partir de 2016. Essas histórias sobre a contaminação aparecem como elemento evocado para o surgimento de sentimentos de receio e resistência aos novos projetos de mineração.

Outro aspecto que parece ser impulsionador de desconfiança e que instiga os moradores de Palmas à mobilização é levantado por Vera. Tratava-se de supostos projetos de instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no leito do Camaquã, cujas ideias já circulam na região desde 2011. Vera conta:

Lá pelo ano de 2011, por aí, teve uma história de que ia ter umas hidrelétricas no Camaquã, né, umas PCH's. Daí a gente já começou, a gente já tava assim. A gente fez um documento pra apresentar pro Ministério Público, pra pedir pra ele acompanhar esse processo. Tá, daí, essa questão das PCH's foi quando a gente começou a se envolver na defesa do rio, né. Depois, quando chegou lá por 2016, a gente ficou sabendo assim, por causa de um grupo de *whatsapp* do pessoal do Alto Camaquã, que tava por sair uma mineradora, aqui do outro lado do rio, bem aqui pertinho. Tanto, que da casa do proprietário que a gente chegou ali antes, a gente enxergava as máquinas fazendo estradas (Vera Collares, setembro de 2021).

A partir de 2016, se iniciam uma série de mobilizações tendo o rio como foco. Um dos mais importantes processos nesse trajeto foi a criação do grupo União pela Proteção do Rio

Camaquã: a UPP – Camaquã. Em novembro de 2016, alguns moradores do distrito de Palmas, entre eles a família Collares, organizaram um grande encontro na costa do rio, evento que tinha como objetivo lançar o “Manifesto de Palmas”. Na ocasião, estavam presentes tanto moradores do distrito e de áreas rurais próximas, como também moradores de zonas urbanas, pesquisadores, advogados, ativistas ligados a questões ambientais, dentre outros. O manifesto continha um posicionamento contundente contra a mineração de chumbo, zinco e cobre na região.

No verão de 2017, o cunhado de Vera, Guilherme Collares, que é veterinário e músico, junto com mais dois amigos fotógrafos realizou uma descida pelo rio de caiaque, durante nove dias. A expedição se chamou “Caminho da Alma”. O grupo saiu do Rincão do Inferno no distrito de Palmas, em Bagé, remando até a desembocadura do rio na Lagoa dos Patos, entre os municípios de São Lourenço do Sul e Camaquã. Ao longo do trajeto, foram parando e conversando com as pessoas das comunidades localizadas próximo ao rio, falando dos riscos que a mineração de chumbo poderia trazer. Enquanto os três percorriam o caminho pela água, por terra, ia uma equipe de apoio, que ficara responsável por montar acampamento e cozinhar para o grupo, entre eles estava Márcia Collares, irmã de Vera.

Figura 34 - Grupo da expedição “Caminho da Alma” em Cristal/RS



Fonte: acervo de Márcia Collares (Cristal/RS, janeiro de 2017)

É interessante perceber como o rio passa a atuar como agente mobilizador nesse processo. Ao longo do trajeto percorrido pela expedição, foram muitas as pessoas mobilizadas,

tanto moradores de áreas rurais próximas à costa, moradores das cidades banhadas pelo rio, políticos locais, pescadores, praticantes de esportes aquáticos e outros. O afeto que as pessoas da região têm pelo Rio Camaquã parece ter sido um elemento fundamental para a sensibilização e mobilização de novos atores, iniciando um movimento mais amplo de crítica e rechaço ao projeto de mineração de chumbo.

Figura 35 - Mobilização pelo Rio Camaquã e contra a mineração de chumbo no Rincão do Inferno



Fonte: Acervo de Márcia Collares (Bagé/RS, setembro de 2018)

Um dos aspectos mais relevantes é que o que está sendo identificado como uma *aliança*, foi abrindo a possibilidade para que o grupo que se formava passasse a não ter apenas uma pauta apenas “negativa”, ou seja, de contraposição ao projeto de mineração. Surgia a potencialidade de uma mobilização por algo para defender, algo que era justamente o elo entre diversas comunidades, tornando o movimento contra a mineração de chumbo um processo de mobilização de toda uma bacia hidrográfica¹ e até mesmo de fora dela. Várias práticas começam a surgir, também, em função dos afetos despertados pelo Camaquã.

Percorrer o “corpo do rio”, habitá-lo durante alguns dias também tem o efeito de formar um só corpo com este ente, que passa não só a ser um elemento presente na paisagem, mas um ser que faz parte da comunidade, cuja vida está ameaçada. Quando Vera fala que o rio é como o sangue que percorre suas veias, há um processo não apenas de intersubjetividade entre

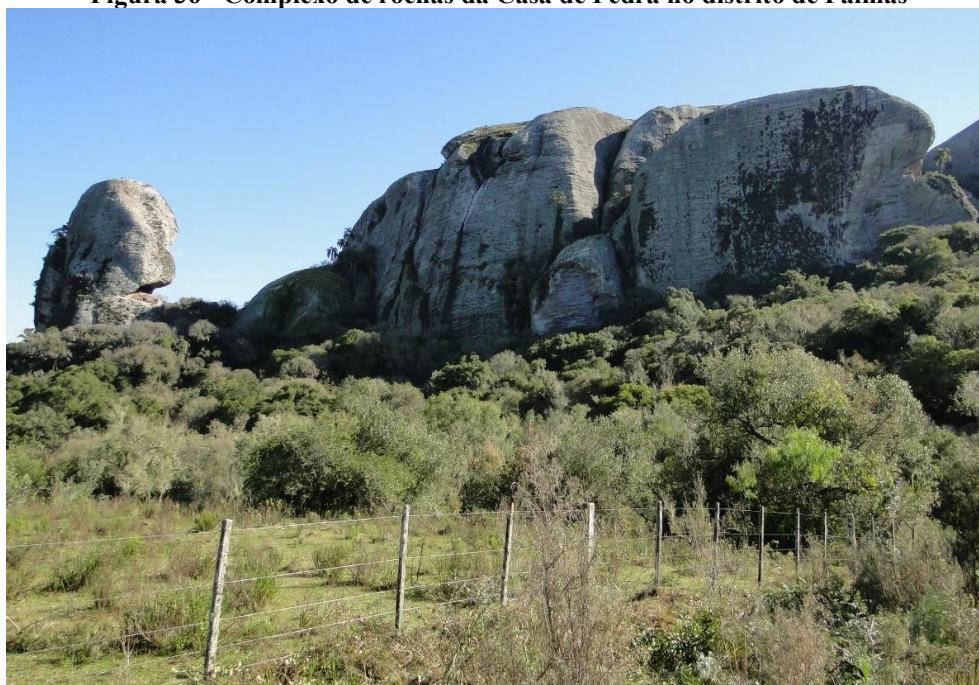
¹ No próximo capítulo é relatado como se deu a atuação das pessoas ligadas à UPP-Camaquã no comitê de bacia hidrográfica e seus desdobramentos políticos.

humanos e não humanos, mas de consubstanciação, em que o corpo e o território passam a não ter fronteiras definidas.

Quando isso é pensado incorporando as práticas territoriais ligadas à criação dos animais em campo nativo, tem-se uma espécie de criatura territorial (Arce; Charão-Marques, 2022). Como afirma Vera, a forma como são criadas ovelhas, cabras, vacas e os outros animais busca não poluir os cursos d'água que passam nos campos e vão para o Rio Camaquã. Segundo ela “tudo que é feito nas cabeceiras do rio interfere na água”. Assim, a partir das ameaças colocadas sobre o rio pela mineração, reconhece-se um conjunto de relações que se alimentam mutuamente, contribuindo para a conservação da qualidade das águas e para a vida do território.

Um outro movimento interessante ocorreu em novembro de 2019, três anos após a reunião de lançamento do Manifesto de Palmas, quando foi realizado um encontro para marcar o aniversário do manifesto. Juntamente a um grupo de alpinistas de diferentes regiões do país, foi organizado um acampamento. Realizado pela Agrupa, pela UPP Camaquã e pela Associação Gaúcha de Montanhismo (AGM), o evento se chamou 1º Agrupa *Climb*. Durante três dias, estiveram juntos moradores do distrito de Palmas e região, em sua maioria pecuaristas, ativistas ligados aos movimentos contrários à mineração, jornalistas, pesquisadores e os alpinistas que vieram apreciar as grandes rochas que compõem o ambiente do lugar. Estas rochas são possíveis de serem escaladas, entre elas estão a Casa de Pedra, também chamada de Galpão de Pedra (Figura 36).

Figura 36 - Complexo de rochas da Casa de Pedra no distrito de Palmas



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, setembro de 2021)

Segundo as pessoas que participaram, foi um momento ímpar, quando não apenas se conversou sobre a luta contra a mineração na região, mas também se escutou e se dançou música regional, se comeu churrasco e outros pratos campeiros e onde houve encontros importantes, entre alguns ativistas ambientais de Porto Alegre (capital do estado) com os moradores de Palmas e de outras regiões do Pampa. Ao realizar o evento com alpinistas, também as rochas começam a surgir como criaturas territoriais, cuja presença vai se transformando em mais um aliado na mobilização em defesa do território.

Outro conjunto de rochas na localidade contempla a Pedra do Elefante, assim chamada porque sua forma se assemelha a esse animal. A área onde se encontra esta formação rochosa foi adquirida por Vera. Segundo ela, essa compra foi motivada pela vontade de preservar esse lugar onde estão as rochas, que não tem grande valor econômico para a pecuária, mas que são um patrimônio para a região.

A área onde encontra-se a Pedra do Elefante fica um pouco distante da casa de Vera e foi necessário irmos de carro. No caminho até o pico, passamos por algumas áreas mais alagadiças até começar o terreno pedregoso. Havia alguns cactos no caminho, as tunas, que dão frutos de coloração rosa-choque. Segundo Vera, é possível comer, mas é necessário tirar os espinhos que ficam na casca. Esses grandes rochedos eram, segundo ela, esconderijos na época das guerras (Revolução Farroupilha e Federalista) e eram locais onde antigamente se guardavam tesouros. São lugares de muito difícil acesso para os animais, onde apenas as cabras conseguem escalar. Ao subir até o pico das rochas, pode-se ter a dimensão da imensidão do Pampa e da beleza do distrito de Palmas. Vera falou com indignação sobre as empresas que não dão valor a essas belezas e chegam com empreendimentos que podem colocar a paisagem e os territórios em risco (Diário de campo, em 24 de setembro de 2021).

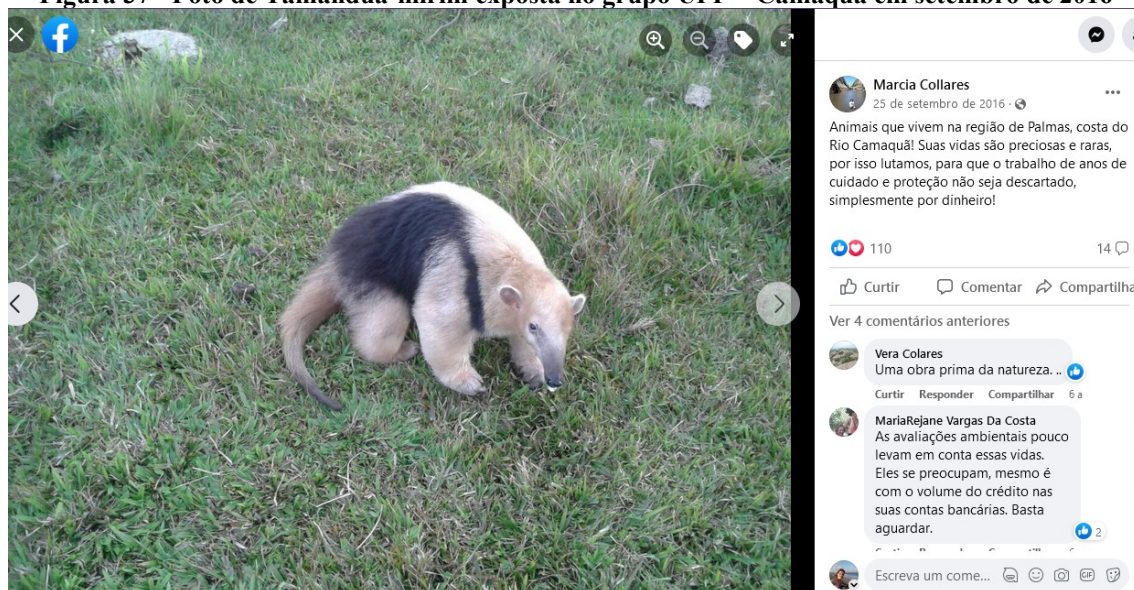
Estas impressões registradas durante a pesquisa foram importantes para gerar aproximações aos processos em curso no território. Uma consequência da proximidade a circunstâncias cotidianas permeadas pelas memórias compartilhadas foi perceber que o projeto de mineração de chumbo teve uma influência significativa sobre muitos dos atores na região. Assim, além da sensibilização com relação ao rio e com relação às rochas, também foi ficando mais evidente a preocupação com os animais silvestres. O distrito de Palmas e a região das Guaritas em Caçapava do Sul são consideradas áreas do Pampa bastante preservadas, sendo que as pessoas registram a existência de diversos animais (especialmente mamíferos), embora tenham a percepção de que se encontram em risco de extinção ou em estado de vulnerabilidade.

Os moradores da região, a partir da interlocução e articulação com biólogos e pesquisadores da fauna pampeana, começaram a identificar os animais presentes na bacia do Rio Camaquã. Essa identificação possibilitou o estabelecimento de estudos que contestaram as

informações contidas no EIA/RIMA do Projeto Caçapava do Sul. Tais informações contemplam dados sobre animais e plantas silvestres encontrados nessas regiões, que foram incorporados no inquérito aberto no MPF-RS², ajudando a barrar o processo de licenciamento.

Nas páginas do *Facebook* da UPP – Camaquã, assim como no grupo de *Whatsapp*, começaram a circular imagens de diversos animais, como felinos do Pampa³, o Tamanduá-mirim, algumas espécies de pássaros, veado campeiro, entre outros. O Tamanduá-mirim se transformou, inclusive, em símbolo de resistência contra a mineração de chumbo⁴. A imagem do animal associada à luta contra a instalação de empreendimentos minerários passa a ser exposta por diversas pessoas não apenas da bacia do rio Camaquã, mas também de Lavras do Sul e da região do Taquarembó (Figura 37).

Figura 37 - Foto de Tamanduá-mirim exposta no grupo UPP – Camaquã em setembro de 2016



Fonte: Adaptado de página do grupo UPP – Camaquã no Facebook (Acesso em março de 2023).

A bióloga Anabela Silveira, professora da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) relatou que na audiência pública do Projeto Caçapava do Sul, que ocorreu em Bagé

² Trata-se de um inquérito aberto pela Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC) para averiguar irregularidades e violações de direitos humanos no processo de licenciamento do Projeto Caçapava do Sul. Depois se somaram à ADAC a Agrupa e pesquisadores de universidades da região sul do estado.

³ Há um projeto de conservação e pesquisa chamado “Felinos do Pampa”, ligado ao Instituto Pró-carnívoros que instala câmeras em algumas regiões do bioma para monitorar a presença desses animais. Nas redes sociais do projeto, é possível ver vídeos com imagens dos animais em seus habitats. Apenas na região do Rincão do Inferno, já foram identificados tanto os felinos Gato-maracajá e o Gato-do-mato-grande, como outros mamíferos como o Zorrilho, o Graxaim do campo, o Graxaim do mato, o Quati, o Furão, o Mão pelada, o Gambá de orelha branca, a Cutia, a Paca, o Veado Catingueiro e o Tatu-galinha.

⁴ Quando conheci Mário Witt, ele me mostrou em seu carro um adesivo que ele tinha ganhado do grupo que forma a UPP-Camaquã com um desenho do Tamanduá-mirim com uma placa dizendo: “Não tá morto quem peleia” e embaixo o nome “Tchê-manduá”.

no dia 23 de novembro de 2016, foram levadas fotografias de animais silvestres encontrados na bacia hidrográfica com o intuito de trazer a presença daqueles seres, que mesmo não estando ali, teriam o direito de se manifestar e reivindicar seus direitos.

Para além do potencial do reconhecimento dos direitos dos animais (que podem passar a ser entendidos como sujeitos políticos), aqui, o fundamental é que a percepção das ameaças da mineração por parte dos atores (humanos) desencadeia um novo relacionamento com estas espécies. Aqueles animais que apareciam de vez em quando, que já estavam presentes, mas que não representavam muitas coisas, adquirem outra valorização quando os territórios se veem ameaçados. Em outras palavras, a partir das ameaças da mineração, tamanduás, gatos do mato, veados e outros animais se tornam parte das alianças em defesa do território. A ameaça à existência destes animais começa a se tornar parte das disputas políticas, ou cosmopolíticas (Stengers, 2018), ligadas aos projetos de mineração.

As alianças com o rio, as rochas e os animais silvestres, além de possibilitarem a sensibilização de mais pessoas para os riscos dos empreendimentos minerários, também parecem despertar ideias quanto a diferentes potencialidades econômicas para a região. Por exemplo, durante a pesquisa se registrou diversas manifestações sobre a possibilidade de desenvolver o ecoturismo e o turismo de aventura como novas formas de valorização nas localidades. São movimentos criativos que começam a emergir, para os quais as práticas sociomateriais jogam um papel importante.

5.2 A RESISTÊNCIA AO PROJETO FOSFATO E A ALIANÇA COM A “MANGUEIRA DE VALO”

Na localidade do Taquarembó, em Lavras do Sul, o início de uma mobilização contrária ao Projeto Fosfato Três Estradas iniciou entre 2015 e 2016. Como contaram alguns moradores, foi a partir de 2015 que a empresa passou a estabelecer maior aproximação com as localidades rurais, realizando, conjuntamente com a prefeitura de Lavras do Sul, reuniões nos povoados próximos ao local onde pretendem instalar a mina. É a partir desse momento que a questão da mineração se colocou com mais intensidade no cotidiano dos moradores de Taquarembó/Três Estradas.

A primeira reunião realizada em Três Estradas ocorreu em 2016, cinco anos após a chegada da empresa na região. Segundo relatos dos moradores contrários à mina, inicialmente foram promovidos eventos e reuniões na cidade de Lavras, assim como em outras localidades

e distritos rurais, falando dos benefícios do projeto. Na sequência, estabeleceram conversas individualmente, com cada proprietário, para apenas mais tarde realizar uma reunião com o conjunto dos moradores da Área Diretamente Afetada (ADA)⁵. Porém, antes mesmo de a reunião coletiva ser realizada e o projeto ser explicado para todos os moradores, a empresa já vinha entrando nas propriedades, fazendo prospecções e coletando dados para a realização do EIA/RIMA.

A ocasião da reunião coletiva feita pela empresa com os moradores da ADA é relatada por moradores do Taquarembó com bastante emoção. A empresa teria vindo até a localidade na companhia do prefeito de Lavras do Sul e da Brigada Militar. A reunião foi feita num galpão que fica numa propriedade na região mais central de Três Estradas, próximo de onde está localizado o antigo “bolicho”⁶ da localidade. Muitos moradores antigos estavam presentes. A presença da Brigada Militar teria sido questionada por um advogado presente, pois em nenhuma outra reunião organizada pela empresa nos distritos rurais houve a presença da força policial. De acordo com o relato de um dos moradores, além da polícia presente, estava também toda a equipe de comunicação da empresa Águia Fertilizantes e a cada vez que a população ia se manifestar, iam várias pessoas da empresa com câmeras e celulares filmando e fotografando, a fim de intimidar a comunidade.

Após essa reunião, houve uma cisão entre os moradores e se criou uma situação de temor e conflito. Enquanto alguns ficaram do lado daqueles moradores que se posicionaram contrários à mina, outros se posicionaram ao lado da prefeitura e da empresa. As pessoas que ficaram favoráveis à empresa são, em sua maioria, da região mais central de Três Estradas, localidade em que, no projeto, está prevista a instalação da planta de beneficiamento e a cava da mina. Já as pessoas que se colocaram contra, estão mais distantes desse centro, sendo moradores do lugar que se chama Taquarembó.

A partir desse momento, influenciado pelo movimento de resistência que se criou ao Projeto Caçapava do Sul, também em Três Estradas se iniciou um processo de articulação e resistência organizada em relação ao Projeto Fosfato, que contou, inclusive, com a ajuda de moradores de Palmas ligados à UPP Camaquã. A partir daí, os moradores contrários à mina começaram a realizar algumas ações, formando grupos de *WhatsApp*, realizando abaixo-assinados e abrindo um inquérito junto ao MPF-RS. Além disso, algumas famílias impediam

⁵ Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA 001/86 - a Área Diretamente Afetada (ADA) faz parte da área de influência dos empreendimentos, correspondendo à área que sofrerá a ação direta da operação e ampliação do empreendimento.

⁶ Bolicho é um tipo de armazém, são assim chamados pequenos mercados que vendem de tudo, desde alimentos e bebidas até utensílios para agricultura ou de uso doméstico.

os funcionários ligados à empresa de adentrarem suas propriedades (Figura 38), dificultando a realização dos estudos de impacto ambiental, o que fez com que a empresa processasse judicialmente três dessas famílias.

Figura 38 - Placa colocada num limite de propriedade na localidade de Três Estradas



Fonte: Página da Fundação Luterana Diaconia (FLD). (2019)

A chegada do projeto de mineração em Três Estradas provocou diversas mudanças na vida da localidade. A população diretamente afetada⁷ teve que começar a lidar com as investidas da empresa, com a entrada de funcionários em suas propriedades, com ofertas de compra de terras e com processos judiciais. Os projetos de vida, as relações entre vizinhos e a própria base da sobrevivência de muitos foram colocados em xeque e a situação de ameaça e a possibilidade de ter que sair de suas terras passou a fazer parte do cotidiano. Além disso, os moradores manifestamente contrários à mina passaram a ser alvo de discriminação e perseguição na sede do município de Lavras, cuja população urbana apoia massivamente o projeto.

A contraposição ao projeto ficou assim, à cargo de alguns moradores, em sua maioria residentes da região do Taquarembó. Foram várias as estratégias coletivas e individuais que as famílias passaram a utilizar para fazer frente às ameaças da mina. A articulação com pesquisadores e grupos contrários à mineração no estado foi um dos caminhos, que inclusive

⁷ Aqueles proprietários cujas terras ficam na área de implantação da planta da mina, que compreende uma área de cerca de 900 hectares, a chamada ADA – Área Diretamente Afetada pelo empreendimento. Nessa área, estava prevista a cava de extração do minério, a planta industrial para beneficiamento, as pilhas de estéril e barragens de rejeitos, além de uma barragem de água. Com as mudanças ocorridas no projeto, essa área mudou, porém como não foi feito um novo Estudo de Impacto Ambiental, não há como saber quais são as dimensões da nova ADA.

me levaram à localidade através de Mário Witt. Com a abertura do inquérito no MPF-RS que contou com a participação de moradores do Taquarembó, conjuntamente a pessoas ligadas à Agrupa, UPP Camaquã e ao Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (CPCTP) começou um processo de busca pelo reconhecimento de Três Estradas como um território tradicional.

Com relação à localidade de Taquarembó, há uma peculiaridade que viria a se tornar relevante para a emergência de outra aliança sociomaterial. Trata-se de vestígio arqueológico de uma “mangueira de valo”. Mangueira é a designação para um espaço cercado, usado para juntar o gado, um lugar onde se encerram os animais para tratá-los ou organizar lotes para venda. Quando, no passado, não havia cercamento de terras para “guardar o gado”, os relatos dão conta de que era usada uma estrutura cavada no solo – a mangueira de valo -, cuja origem e data de construção são ainda desconhecidos. Estas estruturas, hoje, são uma espécie de marca na superfície do território, e não são muito conhecidas. Há pouca literatura sobre o tema, um dos livros existentes chama-se “Geoglifos gaúchos: um estudo sobre o tropeirismo e as cercas e currais de terra, pedra e plantas do sudoeste do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina” de autoria de Bruno Martins Farias (2013).

Antes mesmo de conhecer a localidade de Três Estradas/Taquarembó, conheci tal estrutura através de uma imagem de satélite (Figura 39) e ela me foi apresentada por um engenheiro agrônomo que estava cursando uma disciplina comigo no PGDR que disse haver algo na localidade que poderia barrar o projeto de mineração de fosfato. Foi na primeira vez que visitei a localidade do Taquarembó que Luciano Jardim e Laís de Moares mostraram o local onde se encontra esse vestígio. Fica dentro da propriedade Ouro Verde numa área de campo que Luciano adquiriu mais recentemente.

Figura 39 - Imagem de satélite mostrando a “mangueira de valo”.



Fonte: Rieth, *et al.* (2020, p. 10).

A presença da mangueira na área correspondente ao pedido de lavra acabou por chamar a atenção do IPHAN, que determinou que a empresa Águia contratasse um grupo de arqueólogos para identificar e registrar os vestígios arqueológicos existentes na região. Laís conta que esse grupo de técnicos tentou entrar na propriedade para verificar a existência da mangueira de valo. Na ocasião, ela estava sozinha e com desconfiança não os deixou entrar. A equipe teria persistido na tentativa dizendo que era um estudo obrigatório para o licenciamento e que a identificação de algum vestígio arqueológico poderia inclusive impedir a construção de alguma estrutura da mina na área (tentando mostrar que eram pesquisadores “independentes” da empresa e que os resultados do estudo poderiam beneficiar os proprietários). Porém ela manteve a posição de não deixar a empresa entrar.

Assim o casal decidiu manter essa questão, da existência de um possível vestígio arqueológico em sua propriedade, como uma “carta na manga”, possível de ser usada para barrar o projeto em algum momento. No final do ano de 2019, Laís e Luciano convidaram um grupo de pesquisadores do INRC Lidas Campeiras, composto por antropólogos e arqueólogos da UFPel, para que visitassem a propriedade. A finalidade da aproximação com os pesquisadores era para conhecer melhor a mangueira. Foi assim que o grupo, que já vinha trabalhando na construção do inventário das lidas campeiras na região de Bagé e no Alto Camaquã, passou a inventariar saberes e vestígios materiais associados à pecuária na zona rural de Lavras do Sul, com um dos intuitos de requisitar ao IPHAN o registro da área como sítio arqueológico. Visitaram a propriedade Ouro Verde em outubro de 2019 e além da mangueira

de valo, identificaram uma mangueira de pedra e um “cemitério de anjinhos”⁸ localizados numa área próxima à antiga casa da família de Luciano, onde viviam seus avós.

Segundo o relatório “Saberes e Modos de Fazer Pecuários no município de Lavras do Sul/RS” que faz parte do INRC Lidas Campeiras do Alto Camaquã, a “mangueira de valo” ou “curral de torrão” tem setenta e quatro metros de diâmetro, formado por paredes que hoje se apresentam como barrancos, possuindo um local aberto onde possivelmente era a porteira. Segundo Luciano, eram construídas marcando um círculo no chão e cavando, empilhando terra nas bordas a fim de criar paredes que impedissem que o gado atravessasse. Para ele, a estrutura teria sido feita pelos indígenas, pois não há em sua família a memória de a ter construído. Já a mangueira de pedra fica mais próximo a casa dos avós de Luciano, segundo ele teria sido construída por sua família e era usada para pouso das tropas de gado.

Próximo do local das mangueiras, passava uma estrada que fazia parte do caminho dos tropeiros, que levavam gado desde Dom Pedrito para Bagé e Pelotas, onde havia charqueadas. A estrutura de pedra teria sido provavelmente construída por trabalhadores escravizados no período colonial, segundo o relatório do INRC. Assim também pode ter ocorrido com a mangueira de valo, porém existe a possibilidade de a estrutura estar relacionada às Reduções Guarani-missioneiras, já que grande parte da região da Campanha fazia parte das chamadas “estâncias missioneiras”. O território onde hoje está Lavras do Sul fazia parte da estância jesuítica de São Miguel. Eram locais onde os guarani-missioneiros iam buscar o gado xucro ou bravio que estava solto nos campos a fim de levá-los para currais mais próximos às reduções. Precisavam dessas estruturas para manter o gado durante a pernoite, evitando que fugissem (Rieth *et al.*, 2020).

É interessante notar como algo que não possuía grande importância para os moradores do território, acaba assumindo um novo valor a partir das ameaças que os moradores percebem com o avanço da mineração na localidade. A partir da articulação com a Agrupa, cujos membros conheciam os pesquisadores da UFPel devido à realização do inventário das lidas campeiras na região do Alto Camaquã, é realizado um relatório que passa a constar no inquérito aberto no Ministério Público de Bagé para averiguar as irregularidades do licenciamento do Projeto Fosfato Três Estradas e que depois dá base ao laudo antropológico feito pela câmara técnica do Ministério Público que atesta a tradicionalidade do território Três Estradas como de pecuária familiar.

⁸ Eram locais onde eram enterrados os corpos de bebês e crianças. Segundo Luciano próximo ao local onde se encontra o cemitério havia antigamente um aglomerado de casas de pessoas que trabalhavam nas estâncias.

As evidências recolhidas pela pesquisa indicam a emergência de outra aliança sociomaterial em defesa do território, com as mangueiras de valo e de pedra, que por sua existência situada, passam a constituir um valor histórico-arqueológico até então desconhecido. Para alguns, esse processo também contribui com a formação de uma identidade tradicional para a população ali residente.

A partir das interfaces de conhecimento que ocorreram nos encontros dos pecuaristas com arqueólogos e outros técnicos contratados pela mineradora passou a acontecer uma mudança na forma como se enxergava o território, aos elementos nele presentes e sua história, levando a uma nova produção de conhecimento que reconfigura o território, ou melhor, reterritorializa um lugar que começou a ser desterritorializado no momento em que a empresa mineradora passou a significá-lo como local de potencial minerário.

O lugar onde se encontram esses vestígios arqueológicos fica exatamente onde seria construída a barragem de rejeitos do Projeto Fosfato Três Estradas. A presença de um vestígio histórico-arqueológico reafirma o Taquarembó/Três Estradas como um território marcado pela pecuária, aderindo ao local um “valor público”, de interesse de uma comunidade maior, por carregar as marcas de uma história coletiva ligada ao Pampa brasileiro.

Essa aliança modificou a estratégia de resistência que estava sendo empregada até então, que era de fechar as propriedades, impedindo a entrada de profissionais ligados à mineradora para fazerem prospecções e pesquisas. Foi necessário abrir as porteiras para os pesquisadores, dessa vez, não ligados à empresa, mas às universidades públicas que se tornaram um “corpo técnico aliado”⁹ capaz de construir um conhecimento que fizesse frente ao avanço da mineração. Por outro lado, essa estratégia evidencia a forma como as mobilizações em relação ao patrimônio, as “patrimonializações”, vem sendo empregadas para fazer frente às transformações por que vem passando o Pampa, como será visto em seguida.

5.3 A PATRIMONIALIZAÇÃO E O PAMPA

Alguns processos de patrimonialização de bens imateriais junto ao IPHAN ocorridos no Pampa brasileiro e experiências de “eventos patrimoniais”¹⁰ que ocorrem no Pampa uruguaio

⁹ Formou-se ao longo do processo de mobilização contra o Projeto Fosfato Três Estradas um grupo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e ligados à diferentes universidades do Rio Grande do Sul para realizar estudos técnicos que mostrassem a inviabilidade do empreendimento. Alguns desses pesquisadores passaram a compor uma frente técnica específica do Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul

¹⁰ Durante a pesquisa de campo foi possível conhecer a *Fiesta de la Patria Gaucha* que ocorre de dois em dois anos no município de Tacuarembó, localizado no departamento de mesmo nome no Uruguai. Além de ser uma

parecem ser resultado das interfaces de conhecimento geradas a partir do encontro com as novas sociomaterialidades relacionadas, como demonstramos no capítulo anterior, às atividades econômicas extrativas que se expandem no bioma. Talvez seja possível dizer que esteja ocorrendo um processo de “patrimonialização do Pampa” que vem transformando a forma como se enxerga este bioma/região cultural.

A patrimonialização das chamadas lidas campeiras no Pampa tem levado à elucidação das diferentes formas de criar o bioma. Construída a partir de um processo de interlocução com habitantes de diferentes regiões do Pampa, a patrimonialização é fundamentalmente um processo de produção coletiva de conhecimento, não apenas sobre as práticas que perfazem o cotidiano de vida e trabalho de quem trabalha no campo, os *campeiros*, mas também sobre os territórios em que habitam. Através de pesquisa etnográfica, os pesquisadores foram levantando dados “sobre as relações estabelecidas entre humanos, animais não humanos, artefatos e ambientes envolvidos na pecuária praticada no Pampa brasileiro, identificando os ofícios que a compõe, seus saberes e modos de fazer” (Rieth; Lima, 2017).

A realização do INRC Lidas Campeiras iniciou em 2010, no município de Bagé. O primeiro pedido foi feito pela prefeitura deste município ao IPHAN e a pesquisa e o inventário¹¹ foram realizados nos campos lisos da região, no que é compreendido como a região de Bagé.¹² Posteriormente, em 2016, a ADAC requisitou a realização do inventário da lida campeira nesse território que abrange, além de parte do município de Bagé, também os municípios de Piratini, Pinheiro Machado, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Hulha Negra e Santana da Boa Vista. As pesquisas foram realizadas por pesquisadores (em sua maioria antropólogos) ligados à UFPel e foram finalizadas em 2022 com a entrega dos relatórios e o registro das “Lidas Campeiras” como patrimônio imaterial brasileiro junto ao IPHAN¹³.

De acordo com Flávia Rieth, antropóloga, professora da UFPel e coordenadora do INRC Lidas Campeiras, o processo de realizar o inventário lhe permitiu conhecer “uma Pampa pluriversa”. A primeira fase do processo que foi na região de Bagé era num Pampa “mais

festa campeira, similar aos rodeios que ocorrem no Rio Grande do Sul, o que chama a atenção é que como parte da programação da festa ocorre um concurso em que as *aparcerias* (associações de pecuaristas e moradores de áreas rurais do país) reproduzem antigas instalações e construções ligados à vida rural do Uruguai, usando vestimentas e trajes antigos, recontando a história de um Pampa pretérito.

¹¹ A metodologia do INRC envolve o preenchimento de uma série de formulários onde são identificadas os sítios e localidades e os bens culturais (Celebrações, Edificações, Formas de Expressão, Lugares e Ofícios e Modos de Fazer) a serem inventariados.

¹² A região de Bagé, abrange os municípios de Arroio Grande, Pelotas, Bagé, Hulha Negra, Herval, Aceguá (Brasil), Aceguá (Uruguai), Jaguarão e Piratini.

¹³ Para saber mais: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2022/04/29/iphan-aprova-registro-da-lida-campeira-feito-pela-ufpel-como-patrimonio-imaterial-brasileiro/>

conhecido”, com uma paisagem plana, que Flávia chama de campos lisos. Logo que chegaram na região do Alto Camaquã acompanhados por Marcos Borba, agrônomo e técnico da Embrapa Pecuária Sul, os pecuaristas do distrito de Palmas lhas disseram: “campeirar em campo de pedra é diferente de campeirar em campos lisos” e a equipe responsável pelo inventário começou a descobrir esse outro “mundo” dos campos de pedra, que também são chamados de campos sujos devido à presença de uma vegetação mais alta que não serve para a alimentação do gado. Descobriram ao longo do percurso que os campos de pedra possuíam não apenas uma paisagem diferente, mas também “lidas” e configurações sociais diferenciadas.

Enquanto nos campos lisos se criam mais bovinos, nos campos de pedra se criam mais ovinos e caprinos. A presença de pedras e mais áreas de mata faz com que o trabalho dos peões seja mais exigente devido à necessidade de buscar os animais em locais de difícil acesso, o que torna os cachorros animais indispensáveis na lida. Também observaram que havia mais presença das mulheres nas propriedades. Enquanto nos campos lisos era mais comum a presença apenas dos proprietários homens e dos peões, nos campos de pedra as mulheres estavam morando nas propriedades participando mais ativamente das atividades (por vezes comandando o trabalho), fazendo artesanato, campeirando, fazendo doces etc. Além disso, as problemáticas vividas nos campos de pedra também eram diferentes. Não havia tanto a ameaça das lavouras de soja e de eucalipto, mas havia a ameaça da mineração. Se por um lado as pedras “protegiam” o Pampa das lavouras, por outro sua presença tornava a área visada por projetos minerários.

Conforme os relatos de Flávia, logo no início da realização do inventário das lidas campeiras no Alto Camaquã em 2016, a problemática da mineração ainda não estava tão presente. Na época os pecuaristas ligados à ADAC estavam mais envolvidos com projetos de desenvolvimento para a região, em especial de turismo rural junto à Embrapa. Porém, com o tempo o tema da mineração começou a aparecer nas conversas com os interlocutores.

Vera Collares que recebeu os pesquisadores do INRC em sua casa relatou como se deu o trabalho de um dos pesquisadores que passou mais tempo acompanhando-os nas lidas:

[...] ele trabalhava junto com a gente, né. Eu acho bacana essa parte, ele é da Antropologia, e assim eu acho bacana porque, às vezes, as pessoas escrevem sobre as coisas de ouvir dizer, e ele na verdade não. Ele vivenciava o nosso dia a dia. Ele foi fazer tropeada com a gente, campeirar, lidar com os bichos, fazer arame. Ele foi pro dia a dia porque aí ele tem como, né...E achei bacana, muito bacana o modo como eles se comportam assim sabe. Foi muito especial assim porque eles não impõem nada pra gente. Eles querem de fato ver o que a gente é, como a gente é. (Vera Collares, setembro de 2020)

Como uma metodologia baseada na interlocução e na participação da comunidade, feito a partir dos conhecimentos dos próprios habitantes, o INRC permitiu uma produção coletiva de conhecimento sobre os territórios. O que no caso do Alto Camaquã permitiu a continuidade dos processos de autovalorização e autorreconhecimento que já vinham acontecendo desde a formação da ADAC e do plano de desenvolvimento territorial elaborado junto à Embrapa Pecuária Sul (BORBA, 2017), levando à defesa de um modo de vida campeiro. No caso de Três Estradas, como foi relatado na seção anterior, o relatório do INRC deu base para o laudo antropológico realizado pela câmara técnica do Ministério Público Federal (MPF), contribuindo para um possível reconhecimento da comunidade como população tradicional de pecuaristas familiares¹⁴.

Assim, a patrimonialização das lidas campeiras vincula-se ao processo de reconhecimento de povos e comunidades tradicionais no Pampa, ainda que sejam processos que guardem autonomia um em relação ao outro. No Alto Camaquã, foram duas comunidades quilombolas que entraram no inventário com seus saberes e modos de fazer: o Quilombo de Palmas em Bagé e a comunidade Corredor dos Munhós em Lavras do Sul. Na primeira, onde foi realizada uma pesquisa mais aprofundada, se inventariou a lida com caprinos como um bem imaterial a ser patrimonializado. Também, aparecem nos relatórios o pastoreio de bovinos e ovinos, a esquila/tosquia de ovinos, a doma de equinos, a construção de alambrados, a produção de doces caseiros de frutas, a coleta de ervas e chás, a apicultura e o beneficiamento da lã (lavar, cardar e fiar). Aparece ainda o manejo comunitário de animais, em que as famílias criam seus animais conjuntamente em áreas coletivas e os vendem também coletivamente.

O inventário das lidas campeiras nas comunidades quilombolas, em especial na comunidade quilombola de Palmas foi assim uma resposta à noção preconceituosa difundida na região, de que nessa comunidade não se produz nada (Kosby, 2017). A patrimonialização das lidas campeiras é ainda uma resposta à ideia de que as práticas relacionadas a um modo de vida campeiro estariam em vias de desaparecer.

A professora Flávia Rieth contou que após ela apresentar os resultados do inventário feito no Alto Camaquã em um evento de enogastronomia ocorrido em Santana do Livramento teriam lhe dito que aquilo que ela apresentava (as lidas, os ambientes, as pessoas, os animais) iria terminar em pouco tempo. Conforme relata:

¹⁴ O processo ainda se encontra em andamento junto ao Ministério Público Federal de Bagé.

Depois que eu apresentei tudo disseram: “ah professora, isso vai terminar”. Porque aquela área é a área que tem o maior avanço da soja né. “O que a senhora tá mostrando vai ser peça de museu daqui uns anos”. Aí eu me assustei até, pensei e na hora eu disse: olha, primeiro essas pessoas estão vivas, cultura não é uma coisa que a gente tira e bota né, ela constitui as pessoas. [...] pensava muito na época na resposta do...como era o nome dele...era domador, seu Nelson. A gente foi encontrar ele na periferia de Bagé. Ele tá morando na cidade hoje. Aquela ideia das comparsas de domadores, sair ele com a tropilha nas estradas, passando de estância em estância, aquilo não tem mais, mas o cara continua fazendo isso em hospedaria, sabe...Quer dizer, tu não pode pensar uma cultura num museu, parada no tempo, esse conhecimento vai persistir. (Flávia Rieth, abril de 2022)

A busca pela patrimonialização, assim como, no caso dos pecuaristas familiares, a busca pelo reconhecimento enquanto povos e comunidades tradicionais se coloca como uma resposta às transformações que o Pampa vem vivendo. Os próprios grupos sociais identificados com o bioma vêm articulando-se e criando estratégias de ação a fim de se posicionarem frente aos projetos de desenvolvimento que negam sua existência ou a representam como fadada ao desaparecimento. Antes de se constituírem apenas como meios de reconhecimento oficial de bens imateriais ameaçados, o que chama a atenção na patrimonialização é que são processos de conhecimento que se geram na interação dos atores com os territórios, em que se questionam os projetos de desenvolvimento que vem sendo pensados para o Pampa.

O fato de a equipe do INRC Lidas Campeiras ter sido convidada pela ADAC, que traz essa perspectiva de desenvolvimento territorial para o Alto Camaquã, diz muito sobre a forma como os próprios atores articulam as políticas públicas a partir de seus territórios. Esses movimentos podem ser pensados em termos de *contratendências* (Arce; Long, 2000) aos processos dominantes de desenvolvimento no sentido em que os atores acionam elementos da modernidade (entendida como as materialidades, significados e estilos culturais emergentes) e elementos da tradição a fim de fundar novas formas sociais que os possibilitem reposicionar-se frente às transformações.

Outro processo de patrimonialização na região é referente aos saberes e fazeres com a lã de ovelha. Este se encontra ainda em fase de solicitação e o pedido foi encaminhado pela Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR) ao IPHAN e busca reconhecer o artesanato em lã como patrimônio cultural imaterial brasileiro, buscando sua salvaguarda. Na petição pública online encontra-se a justificativa para tal pedido:

Conhecer para preservar é a intenção desse encaminhamento para patrimonialização nacional dos saberes e fazeres da lã natural como fonte de conhecimento tradicional da cultura brasileira. O reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro terá como resultado sua salvaguarda, gerando um sentimento de identidade regional, respeito e valorização das comunidades e indivíduos que trabalham com a lã, além da sensibilização para construção de diretrizes para uma política pública de promoção,

educação, desenvolvimento sustentável social, cultural e econômico em torno da lã.
(Associação Pampa Gaúcho de Turismo, sem data)

Acompanhando uma exibição ao vivo na página do projeto “Lãs do RS”, no *Facebook*, foi possível perceber que são diversos atores que estão envolvidos com a patrimonialização do artesanato em lã de ovelha. Entre esses, estão pecuaristas, artesãs e artesãos, pesquisadores, técnicos da Embrapa e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS) e entidades como a Agrupa, a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (ARCO) e a APATUR.

Além das Lidas Campeiras e do artesanato em lã, existem outros processos de patrimonialização em curso, que é o caso do tecido *Jaquard* (Herrmann, 2020), solicitado por artesãs de Jaguarão e da *guasqueria* ou artesanato em couro. A forma como esses processos de patrimonialização se relacionam com as mudanças que vêm ocorrendo na paisagem e na economia da região vinculadas ao avanço da soja, da silvicultura e da mineração, mas também à processos históricos de invisibilidade do trabalho das mulheres e da população negra na região da Campanha apontam para a diversidade de cursos de ação e interesses que estão entremeados entorno da noção de patrimônio e também para conflitos e disputas dentro do que pode ser entendido como um campo patrimonial no Pampa (que será melhor analisado numa das seções do capítulo 6) em que é possível enxergar como se dão as diferentes e desiguais formas de capitalizar a patrimonialização.

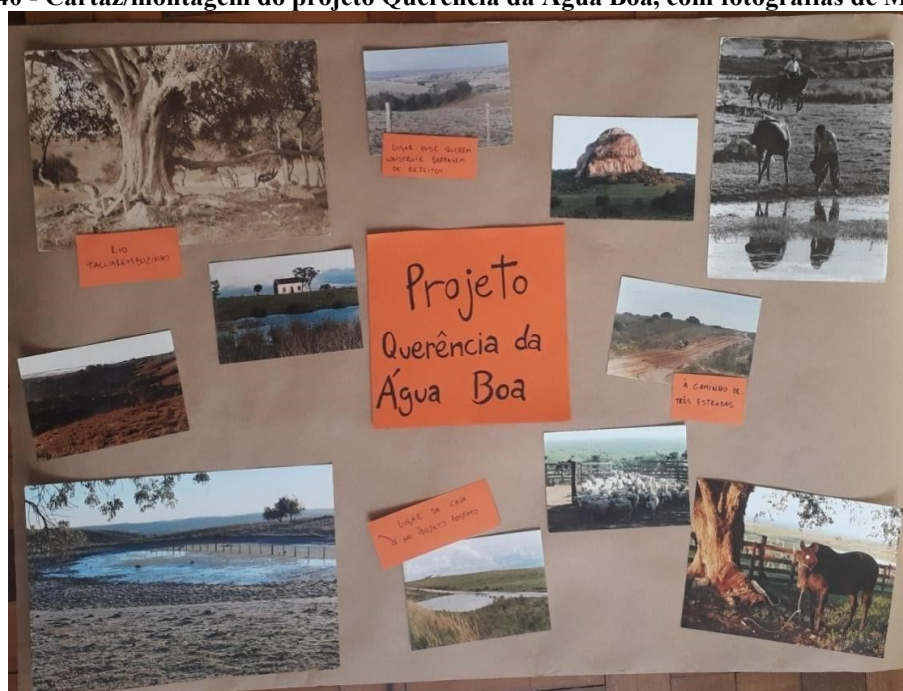
Ao potencializar o artesanato, os ofícios ligados às lidas campeiras, as produções caseiras de doces etc., os atores atualizam suas práticas na direção de uma revitalização dos territórios, no qual a materialidade dos campos nativos em aliança com o trabalho de mulheres e homens rurais vai fazendo surgir certas potencialidades de um *contra-desenvolvimento* (Arce; Long, 2000). Territorializam-se outras práticas, e surgem opções econômicas baseadas em outros valores. Mais do que afirmar uma identidade campeira, a patrimonialização ajuda a revitalizar os territórios rurais do Pampa, mostrando as diversas composições entre humanos e não humanos que existem no bioma, gerando potencialidades de reorganização social e econômica.

5.4 O PAMPA AMEAÇADO EM CENA: O AUDIOVISUAL COMO CONTRA-DESENVOLVIMENTO

Outro processo que guarda similaridades em termos de dar visibilidade ao que vem acontecendo no Pampa, é a produção de documentários e outras produções audiovisuais. Além de trazerem denúncias, no caso dos documentários, sobre as ameaças sentidas em relação ao avanço da megamineração e das demais transformações que vem ocorrendo, são produções que evidenciam as interações e associações existentes entre os moradores do Pampa com os seres e entes não humanos dos seus entornos.

Antes mesmo de conhecer as localidades de Três Estradas e Taquarembó, tive acesso a algumas fotografias de Mário Witt que me levaram a me aproximar do território. Mário já havia fotografado as paisagens, os animais e os moradores do lugar há pelo menos trinta anos e trazia as fotografias como forma de mostrar tanto seu trabalho como fotógrafo, como o que estava ameaçado pelo Projeto Fosfato. Em nossas conversas, a questão das estratégias de comunicação da empresa e da forma como o tema da mineração aparecia publicamente, sem mostrar o território ameaçado e as pessoas que lá vivem, nos fazia refletir sobre como poderiam ser construídas algumas estratégias de “contra-comunicação”. Foi analisando essas fotografias junto com Bruno Pedrotti, jornalista do Coletivo Catarse e parceiro da capoeira angola, que decidimos construir um projeto audiovisual sobre Três Estradas, dando visibilidade às existências locais, trazendo elementos históricos, culturais e ambientais. Naquele momento, o objetivo era sensibilizar as pessoas sobre o que poderia vir a desaparecer caso a mina de fosfato fosse instalada.

Figura 40 - Cartaz/montagem do projeto Querência da Água Boa, com fotografias de Mário Witt



Fonte: elaborado pela autora (Porto Alegre/RS, janeiro de 2020)

O projeto Querência da Água Boa¹⁵ se propôs a realizar registros audiovisuais na localidade de Três Estradas, dirigindo o foco não apenas às pessoas, mas às nascentes, capões de mato, animais silvestres, animais de criação, gramíneas, ou seja, tudo o que compõe os territórios de vida na localidade e que poderia vir a desaparecer. A dinâmica envolveu a interlocução entre um fotógrafo, uma antropóloga e um jornalista, mas também contou com a colaboração dos moradores da localidade, que enviaram fotografias, vídeos e poesias que foram postados em uma página do Facebook. Foi uma construção coletiva que apostou na arte como forma de compartilhar afetos e indagações sobre os riscos da mineração nos territórios afetados, em especial, pelo Projeto Fosfato Três Estradas.

O projeto deu origem à duas produções audiovisuais, uma mais curta em formato de vídeo-reportagem chamada “A luta de Três Estradas” e a outra em formato de minidocumentário que se chama “Taquarembó Vivo”¹⁶. A primeira possui um tom mais de denúncia em que é mostrado o que pode ser destruído pela construção da barragem de rejeitos do Projeto Fosfato dentro da propriedade Ouro Verde. Já, a segunda é construída a partir de diversas falas tanto de moradores da região afetada como de estudiosos do bioma Pampa abordando a biodiversidade existente no chamado “ecossistema Taquarembó”, os impactos

¹⁵ O nome faz referência a um dos títulos aferidos à Lavras do Sul no livro “Lavras do Sul: na bateia do tempo” de Edilberto Teixeira.

¹⁶ Ambas estão presentes no canal do Coletivo Catarse no Youtube.

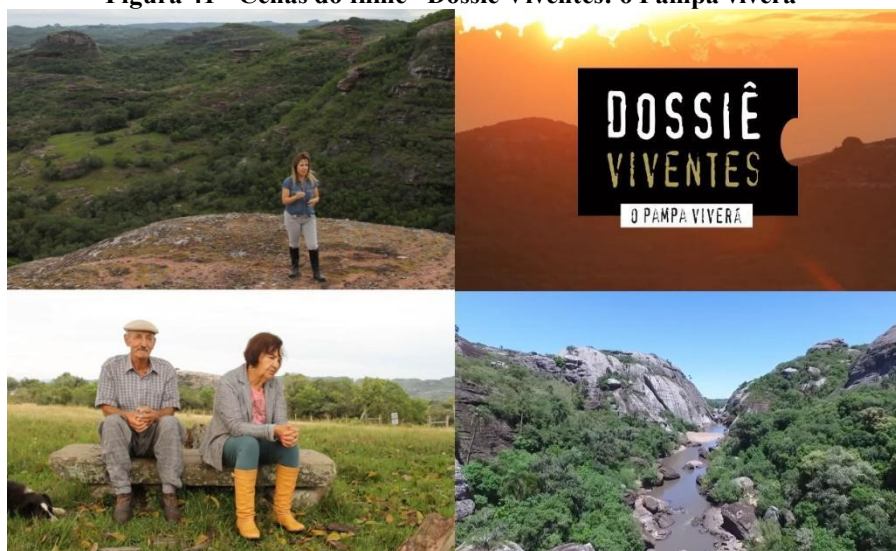
sobre as águas, os conflitos e perseguições envolvendo a mineradora e os moradores e o modo de vida campeiro, as lidas com animais, a história das famílias *etc.*

Minha participação nas duas produções foi mais de concepção, articulação e produção. O Coletivo Catarse acabou assumindo a maior parte do trabalho, principalmente no mini-documentário “Taquarembó Vivo”. De certa forma, o projeto inspirou-se no filme-documentário “Dossiê Videntes: o Pampa viverá”¹⁷, que foi produzido pelo mesmo coletivo. Este filme foi idealizado e organizado por pessoas ligadas à Agrupa e à UPP Camaquã e contou com o depoimento de profissionais, pesquisadores e ativistas de diferentes entidades ambientalistas do estado. Nele, são retratadas as características da região da Campanha, principalmente da bacia do Rio Camaquã, mas também abordando o bioma Pampa como um todo, com suas características ecológicas, geológicas e biológicas. O modo de vida específico dos pecuaristas familiares e sua relação com o ambiente, os possíveis impactos socioambientais da instalação de uma mina de chumbo na região e seus efeitos para a saúde da população são alguns dos elementos abordados. São também trazidos elementos da música e da poesia pampeana, reafirmando um modo de ser campeiro, que se vê ameaçado.

Como parte das estratégias da UPP Camaquã, o filme foi exibido ao longo de todo o ano de 2019, como forma de mobilizar e sensibilizar a população do estado sobre as problemáticas e os riscos envolvidos com a mineração no Pampa. Ao lançar um olhar sobre os modos de vida ameaçados, sobre os riscos para a vida dos ecossistemas e apresentando questionamentos sobre os retornos econômicos da mineração para a sociedade, o filme-documentário pode ser visto como parte das interfaces que se criaram no encontro entre os projetos de mineração e os *mundos de vida* dos atores locais, sejam eles moradores dos territórios afetados, sejam outras pessoas que estão envolvidas de alguma forma com o bioma Pampa. Isso evidencia que, a partir das ameaças da mineração, ocorreram mudanças na relação dos atores com seus territórios e com o Pampa, que também passa a ser entendido como esse “grande território”, levando outros atores a agirem e se posicionarem, envolvendo-se na construção de formas criativas de ação contra a mineração na região.

¹⁷ O filme completo encontra-se no canal do Coletivo Catarse no Youtube.

Figura 41 - Cenas do filme “Dossiê Videntes: o Pampa viverá”



Fonte: Elaborado pela autora a partir de *frames* do filme.

Essas criações audiovisuais em que se empenham os atores têm também como resultado dar novo valor ao que está presente nos territórios. As paisagens com seus campos e tudo que permeia a “vida campeira” passam a ser ressignificadas e se tornam parte de um patrimônio a ser protegido. Ao trazerem elementos da vida social e biológica que existe nos lugares ameaçados, as criações audiovisuais criam, assim, territórios. Lançam luz aos animais, às pedras, aos arroios, aos campos, aos artefatos que permeiam a vida campeira, às gramíneas etc. Nesse sentido, tais produções audiovisuais podem ser vistas como parte das práticas territoriais dos atores, pois aderem sentidos e significados aos territórios e aos fluxos materiais que os constroem, como agenciamentos coletivos de enunciação de que falam Deleuze e Guattari (1995).

Ao buscar uma autorrepresentação em relação à mineração, articulando pecuaristas familiares, indígenas, quilombolas, artistas, biólogos, agrônomos, ativistas de movimentos sociais e ambientalistas, o filme *Dossiê Videntes* transforma o processo de implementação de projetos de mineração na região sul do Rio Grande do Sul, ativando afetos e mobilizando novos atores pela defesa da vida no Pampa. Ao lançar mão da linguagem cinematográfica para comunicar as ameaças vividas pelos territórios, são articulados elementos da tradição e da modernidade, criando uma outra visão sobre os projetos de desenvolvimento em que se inserem os projetos de mineração, lançando para o público informações, imagens e ideias que questionam as promessas desses projetos.

Uma outra produção mais antiga, de 2011, mas também interessante de ser analisada é o filme “O Sabiá”. Com direção e roteiro de Zeca Brito, um cineasta natural de Bagé/RS, o

filme é uma história ficcional e tem como cenário o Rincão do Inferno, localizado no Quilombo de Palmas e conta com a atuação dos moradores do Rincão. O filme conta a história de um menino que teve que ser separado da mãe logo cedo, porque esta precisava trabalhar na cidade. Ele mora com os avós no alto das pedras e passa os dias acompanhando-os nas lidas e escutando suas histórias. Ainda que não seja um manifesto e não apresente denúncias e críticas em relação aos projetos de desenvolvimento para o Pampa, o filme além de apresentar a magnífica paisagem do Rincão do Inferno, dá visibilidade aos quilombolas da região, mostrando sua cultura, alguns elementos da religiosidade afro-brasileira e da vida em meio às pedras, reafirmando aquele como um território tradicional.

Figura 42 - Cenas do filme “O sabiá”



Fonte: elaborado pela autora a partir de *frames* do filme.

Entende-se que essas criações também podem ser vistas como parte de processos de contra-desenvolvimento, na medida em que se baseiam “no alcance das pessoas e no poder de misturar e moldar as coisas que emergem na sequência da disseminação das ‘técnicas’ da modernidade e no reposicionamento dos modos locais de organização” (Arce; Long, 2000, p. 18, tradução própria). De certa forma, torna-se possível, através do filme, questionar a modernidade por via dos instrumentos criados por essa mesma modernidade. Isso ocorre quando os filmes colocam em destaque pessoas que parecem habitar uma *não modernidade* (Stengers, 2011), como os povos indígenas e comunidades quilombolas ou mesmo, economistas, médicos, ambientalistas, ecólogos ou sociólogos que desenvolvem visões críticas sobre os efeitos dessa modernidade.

No entanto, esse vínculo do cinema com as lutas sociais de povos e grupos subalternizados não é uma novidade. Walter Benjamin no artigo “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”, de 1936, já visualizava que o cinema, diferentemente de outras técnicas criadas na modernidade, havia nascido “com características ontologicamente políticas e coletivas”. Entre essas características estariam a possibilidade de autorrepresentação dos sujeitos filmados, as relações técnicas que não se restringem ao “gênio” artístico ou do especialista e as possibilidades de reprodução e recepção massiva das obras (Sotomaior, 2014, p. 24).

Mas, para Benjamin (1936), o cinema assim como a fotografia, ao restituir aos indivíduos a sua própria figura, teria como potencial reconfigurar uma “geografia das representações”, dando visibilidade para aqueles grupos sociais que estariam à margem do capitalismo, o que ele chama de os “vencidos” da história. Na reflexão que se propõe aqui, o cinema ou a linguagem audiovisual, mais do que possibilitar interferir nas políticas de representação, ao lançar luz não só às pessoas, mas também aos outros elementos presentes nos territórios (rios, animais, vegetação, pedras *etc.*) pode modificar a forma como as pessoas se relacionam com seus ambientes de vida, com a materialidade mesma dos territórios.

Ao representar essas relações com a materialidade dos territórios, os filmes proporcionam não apenas aos atores envolvidos na sua construção, ver essas relações de outra forma, como proporcionam às pessoas de outros lugares e regiões uma conexão com aqueles territórios, afetando-se e sensibilizando-se. Algo similar à ideia da “partilha do sensível” de Jaques Rancière (2009), em que através da arte e da estética se reinaugura um *comum*, algo que pode ser compartilhado e que se presta à participação, atualizando o que se entende como político.

5.5 O CONTRA-DESENVOLVIMENTO NO PAMPA E A AMPLIAÇÃO DO PÚBLICO A PARTIR DA ENTRADA DOS NÃO HUMANOS

Esses movimentos de reterritorialização podem ser vistos como parte de processos de contra-desenvolvimento que vem ocorrendo no Pampa, processos que não seguem um plano prévio, mas são marcados pela contingência e pela multiplicidade. A multiplicidade aqui se refere aos múltiplos atores que se envolvem e que não estão necessariamente organizados em instituições. São diversos atores envolvidos e mobilizados que passam a participar desses processos a partir de afetos que os conectam aos territórios (o afeto com o rio, com as rochas e

animais silvestres, o afeto com as histórias do Pampa e dos povos que os constituem, o afeto com as lidas, os artefatos e símbolos ligados ao modo de vida campeiro, o afeto com as paisagens pampeanas etc.).

Esses processos têm consequências tanto do ponto de vista econômico, naquilo que apontam enquanto possibilidades de atividades a serem desenvolvidas, quanto do ponto de vista político. Nesse sentido, certos não humanos passam de uma condição de elementos da paisagem, para se tornarem agentes políticos. É o caso do Rio Camaquã que no processo de contestação da mina de chumbo tornou-se um agente mobilizador, já que se configurou enquanto ser afetado pelo Projeto Caçapava do Sul.

A partir da aliança tecida com o Rio, ocorre ainda um processo de consubstanciação em que se passa a visualizar as continuidades entre distintos corpos, ou relações interobjetivas, existentes entre os habitantes de Palmas e a água que faz parte da bacia do Camaquã. Pensar a água do rio como o sangue que percorre as veias do corpo remete à uma noção de corpo-território que extrapola o sentido de território político, com fronteiras definidas tal qual pensado pela ontologia ocidental e que se coaduna com a noção de propriedade privada de onde se retiram recursos necessários para o desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma emergência, uma criatura territorial formada por pecuaristas-animais de criação-campos nativos-rio.

Algo similar ocorre com as rochas e com os animais silvestres, cujas presenças nos territórios e sua reivindicação nos espaços de participação social como audiências públicas passa a ampliar o escopo do que é entendido enquanto político. Esses fenômenos são entendidos enquanto parte de uma cosmopolítica (Stengers, 2018) do desenvolvimento ou de uma *cosmopolítica do contra-desenvolvimento*. Isso envolve considerar a “relevância sociopolítica da defesa das formas de existência e da vida nos territórios” (Charão-Marques *et al.*, 2019, p. 19), buscando cursos de ação diferentes dos colocados pelos regimes de desenvolvimento e modernização.

Ao incluir as existências de rios, rochas, animais silvestres como parte das disputas políticas com respeito aos projetos de desenvolvimento amplia-se a ideia do que é político e/ou público, são tentativas de “desaceleração” do ritmo das modernizações desenvolvimentistas. Do ponto de vista prático, isso envolve apontar outros elementos a serem considerados no processo de licenciamento ambiental, questionando tecnicamente como as diversas *vidas* das regiões afetadas pelos empreendimentos estão sendo apresentadas e consideradas.

A cosmopolítica do contra-desenvolvimento inclui, ainda, levar em conta as novas *valorações* do caráter público daquelas existências que vão além do humano. É assim que a

“mangueira de valo” passa de um elemento estranho, pouco considerado pelos moradores do Taquarembó a vestígio arqueológico, marca de tradicionalidade que adere um valor histórico não apenas familiar, mas eminentemente *público* ao lugar. A matéria assume assim vitalidade e agência (Bennet, 2009) e surgem novas soberanias territoriais a partir das alianças com os materiais.

A patrimonialização comunica e oficializa essas alianças como forma de proteger e preservar o que é ameaçado pelo avanço das atividades extrativas no Pampa. Ainda que permeado por uma série de relações de poder, esses processos têm levado à elucidação da diversidade de formas de viver e construir o Pampa, além de provocar e potencializar processos de autorreconhecimento e autovalorização dos territórios.

No caso do audiovisual, também, ocorre esse processo de autorreconhecimento e de autorrepresentação, em que os atores se reconhecem enquanto parte de territórios e de processos históricos em que uma série de não humanos também estão envolvidos. Ao integrar criatividade, arte e estética e comunicar para um grupo mais amplo de pessoas, o audiovisual possibilita a participação de diversos atores e tensiona a ideia de territórios fixos e delimitados, fazendo emergir a ideia de um grande território do Pampa.

Nesse processo, até mesmo pessoas que não se identificavam como habitantes do bioma, passam a ser afetadas, mobilizadas, passam a se ver e a se colocar como parte dos fluxos de vida que o constituem, num processo similar ao que narra Óscar Reyna-Jiménez (2019) no caso do deserto de *Wirikuta* no norte do México. Neste caso, o autor identifica a emergência de uma *ontopolítica*, ou seja, um cruzamento de diversas formas de existência e de maneiras de se relacionar com o território que levam a mudanças em como os atores concebem a si mesmos, em processos nem sempre simples de reflexão, intersubjetividade e auto-(re)conhecimento. Segundo o autor: “

La necesidad de explorar una posición más allá de lo que se entiende por el cambio social, en la cual es la ontopolítica, entendida como la movilización política de las propias prácticas cotidianas, en la que el desbordamiento constante de la realidad (en interacciones otrora in-pensadas como aquellas con el mundo más-que humano, o con aquellos humanos que anteriormente se percibían desconectados) es lo que da sentido a nuevas formas de pensar el mundo y de actuar de cara a la oleada de mercantilización de la vida que caracteriza a la configuración del globo en su forma más contemporánea (Reyna-Jiménez, 2019, p. 112)

As alianças participantes dos vários processos de reterritorialização levam a uma atualização sociomaterial dos territórios, esta que parece apontar para movimentos de *contra-desenvolvimento*, que se nutrem da vitalidade dos relacionamentos entre os atores e os materiais presentes em seus territórios (Arce; Charão-Marques, 2022). Por fim, todos esses movimentos

de reterritorialização são processos em aberto, contingentes, influenciados pelos fluxos vitais, de informações e de ação dos diversos atores envolvidos. Capturá-los não é exatamente fácil, pois não seguem formas de ação institucionalizadas, ainda que certos atores sejam instituições ou participantes de instituições. O efeito comum desses movimentos é tensionar e ampliar o que é entendido enquanto *público* e político no debate sobre as propostas de desenvolvimento no Pampa.

6 A EMERGÊNCIA DO TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO À MINERAÇÃO NO PAMPA

A partir dos afetos e agenciamentos de diversos atores envolvidos com processos que levam a um movimento de contraposição aos projetos de mineração, no bioma Pampa no Rio Grande do Sul, surge o *território de contestação*. Tal território emerge de relações mais ou menos fluídas com a materialidade dos lugares onde encontram-se esses atores “afetados” e mobilizados contrariamente ou criticamente aos projetos de mineração, fazendo surgir diferentes campos de ação. Sem pretensão de dar conta de todo o movimento que se gerou em contraposição à megamineração no estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos¹, a pesquisa enfocou, mais detidamente, o processo de contestação aos projetos Fosfato Três Estradas e Caçapava do Sul, previstos para os municípios de Lavras do Sul e Caçapava do Sul respectivamente.

São múltiplas as formas de entrada e participação neste território e múltiplos são os atores que participam e atuam. Alguns são moradores de Áreas Diretamente Afetadas, outros são afetados indiretamente pelos empreendimentos, outros ainda são advogados, ambientalistas, pesquisadores, ativistas, jornalistas, artistas etc. que se envolveram no processo de contestação. Este território também é configurado e povoado por diversos seres e atores não humanos como cavalos, vacas, ovelhas, cachorros, os campos nativos, as áreas de mata, as sangas, nascentes, arroios e rios, animais silvestres, espécies de plantas, as taperas etc. Esses entes não humanos são considerados atores na medida em que assumem agência e acabam influenciando nos processos sócio materiais envolvidos.

A proposta do capítulo é realizar uma cartografia dos processos que levam à emergência do território de contestação. Entendendo que cartografar é acompanhar processos, se envolver em campos coletivos de forças e escutar os afetos (Barros; Kastrup, 2009) procura-se descrever os processos que levam à formação do território, caracterizando-o não de uma forma distante, mas como pessoa afetada e implicada. Pretende-se assim capturar os encontros, afetos e os sentidos que conectam diferentes atores em torno da questão da mineração no Pampa, buscando identificar os significados que os aproximam e os diferenciam, fazendo do território não algo unívoco, mas fluído, dinâmico e heterogêneo.

¹ Que criou entre outras coisas, o Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul. Uma coalizão de atores e entidades da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e associações ambientalistas que busca fazer frete ao avanço da atividade minerária no estado.

Inicia-se o capítulo com a descrição dos diferentes espaços de interação e debate, as arenas sociais em que o território de contestação se constrói, onde é possível identificar os atores e os embates em que estão envolvidos. Na sequência são descritos e analisados os campos de ação que se formam a partir das interfaces entre a contestação à megamineração e outras frentes de luta e atuação que os atores participam. Por fim é feita uma reflexão sobre os desdobramentos da formação do território de contestação em relação às propostas de desenvolvimento para o Pampa.

6.1 AS ARENAS SOCIAIS ONDE EMERGE O TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO

São vários os espaços que se constituem enquanto arenas sociais², onde a questão da mineração é debatida e onde os atores se articulam e se posicionam, negociando, identificando-se ou disputando significados. No estudo em questão, as arenas são as diversas reuniões em que os atores participam, como as reuniões entre moradores e funcionários das empresas mineradoras, as reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica, as reuniões de organização e articulação entre os atores posicionados contra os projetos, reuniões com o Ministério Público Federal e as audiências públicas. É nesses espaços que as diferenças e disputas de pontos de vista se manifestam, levando os atores a traçarem limites e se posicionarem. Como apontado no capítulo 1, nas arenas podemos perceber as negociações, os embates e os processos de coprodução de conhecimento (Long, 2007). Assim, nesta seção, são descritas e analisadas algumas dessas arenas, especialmente as reuniões do Comitês de Bacia Hidrográfica e as audiências públicas dos Projetos Caçapava do Sul e Fosfato Três Estradas.

6.1.1 As reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica

Um dos espaços que se constitui enquanto uma arena social em que a questão da mineração se apresenta são as reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica. E lá que muitas vezes os projetos de mineração são previamente discutidos, antes mesmo de serem realizadas as audiências públicas. Em alguns casos as próprias empresas mineradoras ocupam cadeiras nos comitês, tendo direito à voto. É o caso da empresa Águia Fertilizantes que ocupa uma cadeira no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. Em outros casos, membros do

² Conforme exposto no capítulo 1, as arenas correspondem às “situações sociais” em que ocorrem interfaces de conhecimento e disputas por recursos, valores e representações. (Long, 2007).

comitê convidam as empresas para que estas apresentem seus projetos como ocorreu com o Projeto Caçapava do Sul da empresa *Nexa Resources* no Comitê de Bacia do Rio Camaquã.

Participei de uma das reuniões do Comitê de Bacia do Rio Santa Maria, ocorrida em fevereiro de 2019 em Lavras do Sul. Foi o primeiro contato com o comitê de bacia e com a empresa Águia Fertilizantes. Fui acompanhando Mário Witt, sua esposa Nalva e Alexandre Swarowsky, professor de engenharia sanitária e ambiental da UFSM e presidente do Fórum Gaúcho das Águas na época. A seguir apresento uma parte do diário de campo:

Mário deu um pequeno giro pelo centro da cidade pra eu conhecer os prédios históricos. Ele e Nalva foram comentando como gostavam de passear por Lavras antes da chegada da mineradora, mas que agora tinham criado certo desgosto. Chegamos em frente à Câmara municipal, onde seria realizada a reunião. Na subida da rampa de acesso, um homem vem atrás de nós e olha de um jeito meio hostil para Mário, que reage cumprimentando-o. Todos estavam um pouco tensos. Entramos no plenário da câmara e a reunião já estava acontecendo. O presidente do comitê, quando viu Alexandre, logo o chamou para se sentar à mesa, dizendo que depois de tratarem os pontos da pauta ele poderia fazer um relato da reunião dos comitês de bacia do estado acontecida no mês anterior. Eu, Nalva e Mário seguimos para o fundo da sala no lado esquerdo, sem saber que próximo de nós estavam os representantes da mineradora. Nesse momento estavam sendo avaliadas as justificativas de falta de alguns membros do comitê. Depois passaram a esclarecer alguns pontos sobre o sistema de outorgas de licença para uso de água para irrigação. O presidente passou esse item de pauta para frente, a fim de esperar o prefeito de Lavras chegar e a empresa mineradora então fazer sua apresentação.

O público presente na reunião era composto por umas trinta pessoas, tinha uma maioria de homens de meia idade. Havia alguns poucos jovens, entre eles um técnico da FEPAM/RS/RS e apenas duas mulheres. O presidente do comitê é um senhor que já está no cargo há bastante tempo e mantém todas as formalidades na condução da reunião, ao lado dele na mesa estava o vice-presidente e numa mesa mais afastada estava a secretária executiva fazendo a ata da reunião.

Após a chegada do prefeito, os representantes da mineradora, um profissional ligado à empresa de comunicação que presta consultoria para a Águia e outro ligado à empresa de consultoria ambiental se organizaram para fazer a apresentação. Esta foi organizada de acordo com as considerações e solicitações da FEPAM/RS/RS sobre alguns pontos do EIA/RIMA que não haviam ficado muito bem esclarecidos. Tratava-se de questões relacionadas à flora e fauna, à disposição da barragem de rejeitos, às características do material a ser minerado, características da mina e do processo de mineração. A linguagem técnica utilizada, assim como os pontos esclarecidos estavam mais direcionados à FEPAM/RS/RS do que ao público leigo presente. Porém, isso se deu em decorrência das outras reuniões do comitê em que houve as primeiras apresentações do EIA/RIMA. Um ponto que não foi falado foi a presença de famílias na região em que a planta de mineração será instalada. Assim ao término da apresentação eu fui até o microfone pedir que se falassem mais sobre as comunidades humanas presentes na área, e perguntei se existiam alternativas à barragem de rejeitos, tendo em vista o desastre ocorrido em Brumadinho poucos meses antes. Os dois interlocutores da empresa então responderam dizendo que os maiores detalhes sobre os impactos sobre os moradores estavam presentes nos relatórios. Sobre a barragem de rejeitos, mostraram um vídeo explicando como se daria a construção da barragem, que seria diferente do modelo de Brumadinho e de barragens construídas em outras regiões do Brasil, pois não se utilizaria os rejeitos como barreiras.

Após essa explicação Mário pediu a fala e deu seu ponto de vista sobre o processo, como morador e produtor rural que vai ser afetado e como estudante de comunicação que enxerga a forma como os discursos vêm sendo construídos durante a instalação da mineradora na cidade. Segundo ele, a forma “camarada” como a empresa se

apresenta para os moradores da cidade e para as autoridades, destoa da forma como eles têm chegado nas propriedades afetadas, às vezes até com a presença da brigada militar. Falou sobre a insignificância dada às pessoas moradoras da área, a falta de representação dessas pessoas nos fóruns e espaços deliberativos como o comitê de bacia e a pouca ênfase dada a essas comunidades no EIA/RIMA. Comentou também que a linguagem técnica e as garantias dadas pelos engenheiros por si só não confirmam a segurança da construção da barragem e comparou com o caso de Brumadinho. Ainda comentou sobre a existência do Marco Gaúcho das Águas, um ponto geológico em que as três principais bacias do estado se encontram e que fica localizado no município de Lavras, relativamente próximo do local em que haverá a mineração de fosfato. Em sua fala fez questão de falar que não se trata de ser contra a mineração, mas sim de ser à favor da água e trouxe a expressão “querência da água boa” em referência à Lavras que é conhecida tanto pela presença de campos nativos com flora e fauna particulares, como por possuir rios com água de ótima qualidade. Falou ainda da mudança na classificação das águas na região de Três Estradas, que antes estavam classificadas como classe especial e passaram para classe “um” onde já são permitidos empreendimentos como de mineração.

Sua fala tomada de emoção e representando um ponto de vista crítico ao projeto de mineração causou algumas reações na plateia e entre os integrantes da mesa, mas ele conseguiu concluir. Mesmo assim, após a sua fala o presidente do comitê fez questão de pontuar que o que era de interesse do comitê eram os usos da água, dando a entender que as questões que Mário havia levantado saíam do foco da reunião. Ainda quis esclarecer o boato de que a mineradora teria duas cadeiras no comitê, dizendo que apenas havia aumentado o número de cadeiras para o setor mineração. Comentou também sobre a declaração de Mário sobre a baixa representatividade dos moradores e criadores da região no comitê e disse que se havia problemas de representatividade, quem estava incomodado deveria procurar o seu representante, pois todos os setores da sociedade estavam representados no comitê. Sobre a mudança na classificação das águas, respondeu que era algo que já deveria ter sido feito há muito tempo, mas só agora havia sido modificado de acordo com as características da região e não tinha sido feita para beneficiar a empresa Águia Fertilizantes. Após a resposta do presidente do comitê quem tomou a palavra foi o prefeito de Lavras do Sul apontando o grave problema da falta de emprego vivido na cidade e em toda a metade sul do estado e de todos os cuidados que a prefeitura tinha tomado desde a chegada da empresa mineradora da cidade, buscando informações sobre os riscos que o projeto teria (Diário de campo de 20 de fevereiro de 2019)

Analisando as falas e o posicionamento dos atores nesse espaço pode-se tecer algumas reflexões. Uma coisa que me chamou bastante atenção foi a forma gentil e amigável que a presidência do Comitê tratou a empresa e a forma mais ríspida com que trataram Mário. Antes disso já havia ocorrido uma situação de conflito entre as duas partes, numa reunião anterior em que Mário afirmou que havia a possibilidade de haver alguma “falcatrua” na atuação da Fepam/RS/RS no caso do Projeto Fosfato Três Estradas e teve o microfone tirado da sua mão à força pela secretária do Comitê. A forma como a fala de Mário foi recebida durante a reunião pareceu de defesa em relação ao que foi considerado serem acusações. Mário não se sente representado no comitê e sua fala foi em tom de protesto, por não ver no comitê uma instituição que acolha as necessidades dos moradores de Três Estradas/Taquarembó.

A entidade que poderia representá-los seria o Sindicato Rural de Lavras do Sul que desde o início se posicionou a favor do empreendimento minerário e não acolheu as

necessidades e anseios da população afetada. A prefeitura de Lavras do Sul, da mesma forma, acabou excluindo a população que passou a se posicionar contrariamente ao Projeto Fosfato Três Estradas, tomando como aliados aqueles moradores que passaram a aceitar a instalação da mina³. Como foi avaliado pelo prefeito Sávio Prestes, o Projeto Fosfato Três Estradas, mesmo com os possíveis efeitos negativos para o meio ambiente, teria o potencial de amenizar o grave problema da falta de empregos vivida no município.

Não tendo se sentido acolhido pelos órgãos públicos e de representação sindical existentes no município, Mário e outros moradores da região afetada buscaram o Comitê de Bacia, não tendo, contudo, conseguido construir uma melhor organização para estar nesse espaço e expor seus interesses. Mário me relatou que havia de sua parte a vontade de criar uma associação ambientalista junto com outros moradores e até mesmo pessoas de fora da região, mas até aquele momento não havia conseguido se articular para a criação dessa organização.

A professora Anabela Silveira, bióloga e professora na Urcamp também relatou sua experiência de participação no Comitê de Bacia do Rio Santa Maria. Ela participou durante dois anos como representante das universidades da região e contou que saiu, pois não se sentiu respeitada quando fez uma apresentação. De acordo com ela, o Comitê do Rio Santa Maria é um comitê pouco diverso, onde vigoram interesses de alguns grupos de usuários, o que na prática não resulta na preservação da bacia hidrográfica.

Anabela ainda falou, fazendo uma comparação entre o Comitê do Rio Santa Maria e o Comitê de bacia do Rio Camaquã, que este teria mais grupos representados e mais universidades presentes. De acordo com Márcia Colares que participa do Comitê do Rio Camaquã como membro (que tem direito a voto), este é um espaço onde são acolhidas as participações dos cidadãos e onde se debate democraticamente as questões que afetam a bacia hidrográfica. Há uma série de sindicatos de trabalhadores rurais, associações de moradores e produtores ocupando as cadeiras do comitê que são, de fato, pessoas preocupadas com a preservação do meio ambiente.

Diferentemente do comitê do Rio Santa Maria não há no comitê do Camaquã nenhuma mineradora ocupando cadeiras. Márcia relatou que quando se tratou do Projeto Caçapava do Sul, a empresa Votorantim (que na época ainda não tinha se tornado *Nexa Resources*) foi convidada a apresentar o projeto, mas não houve nenhum membro que o tenha defendido.

³ De acordo com relatos de moradores do Taquarém, a prefeitura de Lavras do Sul, antes mesmo da gestão de Sávio Prestes, teria contribuído para a instauração do conflito entre os moradores de Três Estradas/Taquarém. Além de terem chamado a Brigada Militar para a reunião, teria havido um confronto direto entre um morador do Taquarém contrário à mineração e o prefeito da cidade que estava presente.

Quando o comitê votou a respeito da possível existência de uma mina de chumbo na bacia hidrográfica em março de 2017, todos os membros votaram contra. Nessa época, Márcia e Vera Collares, participantes da Agrupa e da UPP-Camaquã não ocupavam cadeiras no comitê, mas tiveram oportunidade de comunicar suas percepções e preocupações sobre o projeto. Foi a partir daí que começaram a participar mais ativamente desse espaço e na eleição seguinte entraram como membros, representantes de entidades da sociedade civil, com direito à voto. Antes disso haviam tido participações esporádicas na época em que estavam discutindo a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Camaquã em 2009 e 2010. Márcia explica que antes não viam importância em participar, mas depois das “ameaças” que o rio começou a sofrer viram a necessidade de estar naquele espaço:

Porque, por exemplo, a atividade aqui, principalmente do Alto Camaquã, que o Alto Camaquã não se preocupa assim, porque a gente não destrói, não usa a água, só é mais pros animais e pra gente mesmo, justamente por isso a gente não se preocupava muito em estar lá, nós não vamos estragar nada...mas a gente também precisa proteger né, a gente percebeu depois, não estamos lá pra explorar, mas temos que estar lá pra proteger. (Márcia Collares, junho de 2022)

Os comitês de bacia são um instrumento de descentralização da gestão ambiental, especificamente da gestão de recursos hídricos. Pressupõe a participação ativa da sociedade civil organizada, porém, muitas vezes são espaços fortemente marcados pelo discurso técnico e por uma baixa incorporação da diferença (Martins; Espinoza, 2018), tendo muito setores e grupos sociais pouco representados em suas composições. Além da baixa representatividade, muitas vezes quem participa está representando apenas os interesses de alguns grupos de usuários da água, que querem garantir sua facilidade de acesso ao recurso. Conforme o relato de Márcia:

Até hoje nós estamos no comitê para a questão de proteção né. De proteção, de território, do rio, mas nós vemos algumas outras entidades que não é bem esse o objetivo de estar lá né, eles tão lá para explorar né, vê uma forma de...por exemplo, esses, principalmente quem usa a água né, eles querem achar mecanismos de ou poder usar mais, pra fazer barragem, pra fazer uso pra plantações ou de evitar que sejam tributados, que tenha cobrança pela água. Então tem algumas entidades que estão por isso, nós aqui, acho que quase todas daqui não estão por esse motivo, tão por outro. A gente tá aqui pra proteger né, nós estamos lá pra proteger e deixamos bem claro isso né, nas brigas. Quando tem discussão. (Márcia Collares, junho de 2022)

Márcia pontua que já observou na composição de outros comitês de bacia do estado uma preponderância de participação de setores que apenas têm interesse no uso da água e não na

preservação da bacia, mas segundo ela não é o caso do Comitê do Rio Camaquã. Neste está prevalecendo o caráter de um comitê de gestão, que busca conservar a qualidade das águas.

Segundo ela, o Comitê do Rio Camaquã é um espaço relativamente tranquilo de discussão, porém para garantir a participação das entidades do Alto Camaquã, eles têm que entrar coletivamente. Além das entidades que Márcia tem ligação mais direta como a Agrupa, a ADAC e a Cooperalto, ela e o grupo de pessoas envolvidas com essas organizações do Alto Camaquã buscam ajudar outras entidades deste território para participar. Pois como explica, as necessidades e preocupações do Alto Camaquã são diferentes das necessidades do Baixo e do Médio Camaquã. Além disso, se entram várias entidades com as mesmas preocupações, nas votações será mais fácil de passar suas propostas, pois uma entidade vota na outra.

Os comitês são assim espaços importantes, onde a questão da mineração pode ser debatida de forma mais aprofundada. A participação social, porém, nem sempre é democratizada e são necessárias estratégias para que os grupos que contestam os projetos de mineração possam estar presentes e ter real influência na tomada de decisões. Enquanto no comitê do Rio Santa Maria há poucas pessoas críticas aos projetos de mineração ocupando cadeiras, no caso do Comitê do Rio Camaquã as pessoas contrárias conseguiram influenciar de tal forma que aprovaram por unanimidade uma posição contrária do Comitê ao Projeto Caçapava do Sul.

Os motivos para tal diferença são inúmeros e não foi possível durante a pesquisa se aprofundar nessa questão, o que se pode afirmar é que a partir da chegada dos projetos de megamineração, novos atores passaram a se mobilizar para estar presentes nesses espaços dedicados à gestão pública das águas, levantando a necessidade da preservação e tensionando os interesses privados dos representantes que ocupam cadeiras nos comitês.

6.1.2 As audiências públicas

As audiências públicas são o principal mecanismo de participação popular no processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Dependendo da mobilização que as empresas e as organizações da sociedade civil fazem, podem ser eventos com grande público, carregados de bastante tensão, se existirem conflitos e discordâncias entre a população com relação aos projetos. São momentos em que além de se fazerem questionamentos para a empresa, também podem ser emitidas opiniões e apresentados dados a respeito do projeto, questionando a viabilidade do empreendimento. São também situações em que aparece um forte

componente político ligado aos projetos, onde a noção de desenvolvimento é mobilizada, e onde aparecem os “padrinhos” dos projetos, geralmente políticos com algum cargo público que buscam capitalizar seu apoio aos empreendimentos visando visibilidade e futuras eleições.

No texto que segue é trazido um relato da audiência pública do Projeto Fosfato Três Estradas ocorrida em Lavras do Sul e narrativas de alguns interlocutores sobre as audiências do Projeto Caçapava do Sul ocorridas em 2016. Interessa aqui perceber que mais do que um espaço formal ligado ao rito do licenciamento ambiental, as audiências se constituem enquanto arenas, neste caso como uma das arenas públicas onde o território de contestação se constrói, onde aparecem os atores ligados tanto ao agenciamento do projeto de mineração, quanto àqueles atores que por diversos motivos se contrapõe e questionam a viabilidade ambiental, social e econômica dos projetos. Busca-se além de identificar os atores envolvidos, analisar os afetos que se mobilizam e os campos que se constituem a partir daí.

A audiência pública do Projeto Fosfato ocorreu em Lavras do Sul em março de 2019. O evento foi realizado no ginásio municipal da cidade e teve ampla participação da população. A seguir estão trechos do diário de campo do dia:

Fazia mais ou menos um mês que eu havia ido a Lavras junto com Mário e Nalva para a reunião do Comitê de Bacia do Rio Santa Maria e havíamos combinado de nos encontrar novamente na cidade para a audiência. Como eu vinha de Porto Alegre e eles de Santa Maria combinamos de nos encontrar antes para irmos juntos. Fui até o local que me indicaram, na praia do “paredão”, um balneário que fica próximo à cidade no leito do arroio Camaquã Chico, um afluente do Rio Camaquã. Ali encontrei um casal de proprietários de terras do segundo distrito de Lavras e outras pessoas ligadas ao Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, que também haviam combinado de se encontrar antes da audiência. Conversamos um pouco sobre como vinha se dando a chegada da empresa em Lavras e tudo o que vinha acontecendo com a população de Três Estradas e do entorno. Eles faziam parte do grupo que estava se mobilizando contra o projeto de mineração. Todos pareciam um pouco apreensivos, na expectativa de como seria a audiência. O casal falou de uma ilha que teria sido destruída pela mineração de fosfato e comentaram sobre alternativas que já existem à extração desse minério, como a retirada do fosfato do esterco bovino e do esgoto humano. Depois de um tempo Mário e Nalva chegaram.

Conversamos mais um pouco e chegando próximo das 17 horas, nos organizamos para ir ao local onde seria a audiência. Pedi para ir junto com Mário e Nalva para eles me levarem até o centro onde eu precisava pegar meu celular no salão de beleza da minha prima onde eu estava hospedada. Na saída passou por ali um homem numa camionete, que disseram ser um olheiro da empresa. Mário foi falar com ele e o homem disse ser de Bagé, um pecuarista da região. Chegando mais próximo do centro comeci a reparar que o trânsito estava mais intenso. Pessoas se concentravam na praça ao lado da igreja catedral, algumas com uma camiseta que dizia “Fosfato de Lavras - Fosfato do Rio Grande” com as cores da bandeira do estado. Também no salão da minha prima havia uma mulher de meia idade com a camiseta. Perguntei se elas iriam à audiência e uma senhora que estava fazendo as unhas disse que não iria, mas que caso a barragem rompesse, ela seria a primeira a ser afetada, num tom meio de brincadeira. A outra que estava com a camiseta disse que as pessoas que construíram suas casas abaixo da barragem em Brumadinho eram burras, afinal porque construíram justo ali.

Fiquei bem incomodada e respondi que errada estava a empresa em permitir que se morasse abaixo da barragem que tinha riscos de rompimento.

Senti que o clima seria tenso. Peguei o celular e fui descendo a pé até o local da audiência. No caminho mais pessoas com a camiseta que provavelmente foi distribuída pela empresa. O comércio da cidade fechou mais cedo para as pessoas comparecerem ao evento. O local marcado para a audiência era um ginásio de esportes localizado numa área mais baixa da cidade, próxima ao rio. Chegando lá, estava um fluxo intenso de carros e pessoas chegando a pé. Ia ser um grande acontecimento. Muitos carros estavam com o adesivo “eu apoio o fosfato”. Me senti um pouco vulnerável a pé. Fui indo, observando e tirando algumas fotos. Na entrada do ginásio, fiquei acompanhando as pessoas chegando, casais, famílias, parecia ser um momento muito importante para a cidade.

O ginásio parecia ser sede de um clube, que pela sigla escrita num pavilhão ao lado, dizia ser da associação dos garimpeiros da cidade. Na parte de fora havia toda uma estrutura montada, algumas cadeiras, um telão e banheiros químicos. Estavam esperando muita gente. Encontrei Mário e Nalva e seguimos até a porta, lá encontramos uma parte do pessoal que estava reunido anteriormente na praia do paredão junto com uma professora da FURG, da área da biologia. Na porta do ginásio havia dois balcões, um para se inscrever para falar e outro com a lista de presença. Fui nos dois. Pensei que se houvesse uma oportunidade eu daria minha opinião para o grande público, afinal já estava conhecendo o projeto e a situação da população de Três Estradas que não estava sendo devidamente ouvida e considerada. Mário também se inscreveu. Entrando lá, havia uma grande estrutura montada. No palco uma grande mesa com uma faixa dizendo “AUDIÊNCIA PÚBLICA” no centro e nos lados a logo do Projeto Fosfato. Imaginei que a audiência estava sendo organizada pela própria empresa (nessa época não conhecia a lei do licenciamento e a regra de que são os empreendedores que devem disponibilizar e organizar a infraestrutura para audiências públicas). No salão havia várias cadeiras, telões, câmeras e funcionários tanto da empresa como da Fepam/RS circulando.

De início procurei um local mais aberto para sentar onde pudesse fazer algumas fotos, mas depois fui para perto de Mário e Nalva que estavam nas fileiras do centro do ginásio. Nalva estava sentada ao lado de sua prima que vive na localidade de Três Estradas e trabalha com criação de gado junto com seu marido e seu filho. Na nossa frente estava o funcionário de Mário e Nalva com sua família, que também são moradores de Três Estradas. Eles estavam tomando mate, o que trazia um ar mais “caseiro” para o momento que não era muito acolhedor.

Fiquei observando o ambiente e nas paredes havia algumas faixas com os dizeres: “Pelo desenvolvimento de Lavras do Sul, eu apoio o fosfato” e “Eu torço pelo futuro de Lavras”. O cenário sugeria um forte trabalho de publicidade realizado pela empresa e, por outro lado, o desejo manifesto da população por geração de empregos e por “desenvolvimento”.

Depois de um tempo a audiência começou com o diretor técnico da Fepam/RS⁴ abrindo as falas, a empresa teria uma hora para apresentar um resumo do Estudo de Impacto Ambiental e depois o microfone seria aberto para as manifestações do público. O gerente de mineração da empresa Águia começou falando. Explicou por alto o que seria o projeto, o que era o fosfato, para que servia e depois mostrou um vídeo com simulações digitais sobre a planta de mineração. O segundo a apresentar foi um funcionário da empresa de consultoria *Golder Associates* contratada pela Águia para realizar o EIA/RIMA. Ele não entrou em detalhes de quais seriam os principais impactos socioambientais do empreendimento. Falou mais propriamente dos relatórios, de como foi feita a escolha dos locais para instalação das barragens e da cava, como se deu a medição dos impactos e nos níveis de intensidade de cada impacto etc. Ele também apresentou um vídeo explicando que o modelo da barragem de rejeitos que eles pretendiam construir seria diferente das de Brumadinho e Mariana⁵ que eram mais baratas e arriscadas. Até esse ponto a audiência estava relativamente

⁴ Renato das Chagas, que depois presidiu também a audiência pública do projeto Mina Guaíba em Eldorado do Sul.

⁵ Nessa época fazia apenas dois meses que a barragem B1 da mina Córrego do Feijão havia estourado em Brumadinho/MG e deixado 270 pessoas mortas.

tranquila, com a maioria das pessoas ouvindo a apresentação. O momento seguinte foi o de manifestação da população.

As primeiras falas foram mais serenamente recebidas. Mas assim que começaram a se manifestar pessoas de fora da cidade questionando e criticando o projeto, começaram vaias e gritos por parte do público, principalmente no fundo do salão onde estavam concentradas pessoas vestindo a camiseta do projeto. O diretor-técnico da Fepam/RS responsável por mediar as manifestações em vários momentos fez filtros e comentários das falas das pessoas contrárias, contribuindo para a tensão que já estava instalada. Os ânimos estavam bem alterados. Uma mulher passou energicamente mostrando um cartaz que dizia: “Pelo desenvolvimento, eu apoio o projeto Fosfato” e começou um coro dizendo “fora os contra!” Resolvi ir até o fundo do salão, dar uma observada e tirar algumas fotos. Estava lotado, muitas pessoas em pé. No fundo do ginásio havia alguns operadores e equipamentos de filmagem gravando a audiência. Também havia um balcão onde estavam sendo distribuídos biscoitos e água pela empresa. Muitos jovens também circulavam por ali. Quando Juliana Mazurana da FLD fez sua fala tiveram muitas vaias e ela não conseguiu dizer o que queria. Comecei a pensar em não mais participar.

Além de Juliana, outras pessoas fizeram falas críticas e questionamentos. Foram Márcia e Vera Collares da UPP-Camaquã, Jaqueline Durigon, professora de biologia da FURG que tinha ido junto com uma turma de estudantes, Daniel Vaz Lima, doutorando de Antropologia da UFPel, Anabela Silveira, bióloga e professora da Urcamp e outros pesquisadores e professores de universidades. Da população de Três Estradas e arredores se manifestaram o casal de pecuaristas e Mário que fez uma fala emocionada trazendo a questão da qualidade das águas da região. Algumas pessoas do Comitê dos Povos Tradicionais do Pampa também participaram, como Rose Winter, mulher cigana, Mestre Preto, mestre de capoeira de São Lourenço do Sul e uma senhora Mãe de Santo, também de São Lourenço.

Os questionamentos giraram em torno das condições que a empresa teria para mitigar os problemas ambientais causados pelo empreendimento; os motivos para ausência de certas plantas e animais no estudo de impacto ambiental; a destinação do produto da mineração; os efeitos do empreendimento para o patrimônio imaterial do Pampa; o impacto do empreendimento para outras bacias hidrográficas próximas; menção à alternativas para produção de fosfato; referência à qualidade da água de Lavras do Sul e da falta de referência às comunidades e povos tradicionais no EIA/RIMA.

Ao longo de toda a audiência o prefeito de Lavras, Sávio Prestes, estava próximo à saída junto com o deputado estadual Luiz Marengo e o deputado federal Marlon Santos que se posicionaram a favor do projeto. O prefeito também fez uma fala defendendo abertamente o projeto, dizendo que a empresa tinha apresentado o projeto de maneira clara, ética e transparente. No final declarou: “Digo sim, sim ao emprego, sim ao futuro, sim ao desenvolvimento, sim ao retorno de algo que originou uma terra chamada Lavras do Sul, Lavras de ouro, sim ao fosfato. Bem-vinda Água Fertilizantes, traz a felicidade para Lavras!” sob os aplausos calorosos do público.

Quando já estava se aproximando do fim, fui junto com Nalva, Mário e a família da prima de Nalva para o lado de fora do ginásio. Ali encontramos Juliana, Mestre Preto e Rose e comentamos sobre os absurdos da audiência. Logo chegou o casal de pecuaristas e o homem comentou que havia sido ameaçado de morte por homens que disseram estar armados. Fiquei bastante apreensiva nesse momento e fiquei olhando em volta para ver se havia alguém nos observando. Há essa hora já estava frio em Lavras, mesmo sendo mês de março. Combinei com a prima de Nalva de ir conhecer sua casa em Três Estradas e nos despedimos do pessoal. Mário e Nalva foram dormir em Caçapava e eu fui para a casa da minha prima.

Após a audiência, um turbilhão de emoções e pensamentos passaram pela minha cabeça e diversos questionamentos vieram à tona. Questionei-me o porquê de a população estar tão afinada com o projeto, pois não estavam querendo questionar e buscar saber os impactos que aquele megaempreendimento teria. Muitas falas das pessoas a favor foram em relação à falta de empregos na cidade, ao fato de a população estar diminuindo devido à necessidade dos jovens terem de sair para buscar emprego, à histórica presença da mineração no município e à possibilidade de Lavras finalmente se *desenvolver*.

Durante a viagem de retorno a Porto Alegre fiquei me questionando se não deveria ter me manifestado. Pensando que a população de Lavras não sabe o que é viver num ambiente degradado, já que vivem num lugar em que o rio que passa dentro da cidade ainda é balneável e relativamente limpo. Ao mesmo tempo me vinham pensamentos de que não deveria ser eu a questionar o posicionamento daquelas pessoas que vivem ali, que seu desejo por empregos e melhoria de vida era legítimo e verdadeiro. Ao mesmo tempo me perguntava se não havia um oportunismo por parte da elite da cidade em apoiar um projeto como aquele, pensei na histórica concentração de terras da região, ao fato de não haver uma cultura de empreendedorismo, diferentemente da serra gaúcha, coisas sempre discutidas na minha família que é metade descendente de italianos da Serra e metade da região de Bagé. Pensei ainda na população de Três Estradas que não foi ouvida na audiência e no papel que eu teria enquanto pesquisadora no meio desse processo. (Diário de campo de 19 de março de 2019).

Por um lado, a audiência tinha sido uma experiência desafiadora e incômoda, que tinha tensionado meu papel de cidadã e pesquisadora. Por outro, havia sido uma ótima oportunidade para conhecer os atores que estavam envolvidos com a mineração em Lavras do Sul. Ainda que não houvesse uma organização das pessoas contrárias ao projeto, nesse momento foi possível começar a identificar quem estava se articulando para fazer uma contraposição, assim como também foi possível começar a observar as diferentes motivações e sentidos dados a tal contraposição que tinham relação com questões como conservação do bioma pampa, existência de povos e comunidades tradicionais, questões relacionadas às águas, ao patrimônio imaterial do Pampa, etc. Questões que continuariam aparecendo em fases posteriores do processo de contestação, compondo alguns dos campos de ação do território.

Algo que na época me chamou bastante atenção, causando indignação, foi que na audiência pública poucas foram as pessoas da localidade diretamente afetada que foram escutadas pela empresa. A maioria das pessoas que se posicionaram criticamente ao projeto foram pessoas de outros municípios ou regiões. A audiência pública seria o principal espaço de escuta das comunidades afetadas pelo empreendimento, no entanto, como o conflito entre a população afetada e a empresa já estava acentuado, muitos moradores preferiram não se manifestar naquela ocasião e alguns nem compareceram já prevendo que haveria mais pessoas a favor do projeto e que seria difícil dar sua opinião.

Segundo Lorena Fleury (2013) são diversos autores que apontam as limitações do processo de licenciamento tal como é realizado no Brasil, especialmente no que diz respeito às audiências públicas. De acordo com a autora, tendo por base o estudo de Agra Filho (2010) sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, os procedimentos que preveem a participação popular como as audiências públicas e os conselhos municipais, estaduais e nacional de meio ambiente não conseguem “equacionar” apropriadamente os conflitos ambientais. Já para Zhouri

e Rothman (2008, p. 125)⁶ *apud* Fleury (2013), as audiências públicas, como “instâncias institucionalizadas para a participação [...] não permitem a incorporação das propostas e demandas apresentadas pelas populações atingidas”. Por esse motivo há uma frequente judicialização dos conflitos, em que as comunidades afetadas recorrem ao Ministério Público Federal para mediar os conflitos e ter suas vozes escutadas.

Foi o que ocorreu no caso do Projeto Fosfato Três Estradas. Após a audiência se intensificou um processo de judicialização do conflito em que os moradores que estavam sendo processados pela empresa, junto com organizações da sociedade civil, entraram com uma ação no MPF-RS como foi relatado no capítulo 5.

Algumas das pessoas que se manifestaram fazendo críticas ao Projeto Fosfato Três Estradas na audiência em Lavras do Sul já haviam participado das audiências do Projeto Caçapava do Sul em 2016. É o caso de Márcia Collares, Anabela Silveira e Mário Witt. Márcia foi uma das pessoas que mobilizou, junto com outros moradores de Palmas, as pessoas dos municípios em que iriam ocorrer as audiências para estas participarem. Já havia ocorrido uma na cidade de Caçapava do Sul e depois da representação que a ADAC e os moradores de Palmas (que na época ainda não estavam organizados enquanto Agrupa), abriram no MPF-RS, este recomendou à Fepam/RS que se realizassem outras três audiências. Seriam nos municípios de Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado, municípios do chamado Alto Camaquã que poderiam ser potencialmente afetados pelo empreendimento. A Fepam/RS marcou as três audiências em dias consecutivos, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2016. Márcia conta que ela e o grupo de moradores de Palmas que incluía parentes dela e de Vera e alguns amigos de Bagé ficaram sabendo em julho da realização das audiências e passaram a se organizar para mobilizar a população dos municípios:

[...] logo que a gente ficou sabendo, aí nós marcamos visitas aos municípios, então nós fizemos panfletos, camisetas, essas coisas assim e visitamos tanto Santana da Boa Vista, quanto Pinheiro Machado num fim de semana antes, alguns finais de semana antes pra conversar com as pessoas, divulgar nossa versão digamos assim, porque lá ninguém sabia do que se tratava né. Porque eles colocam, por exemplo, assim: Projeto Caçapava do Sul, tinha as plaquinhas que a empresa é obrigada e a Fepam colocar né, avisando da audiência, só que dizia Projeto Caçapava do Sul – audiência pública, aquela coisa e ninguém sabia do que se tratava, nem tava se importando com aquilo. Nós ficamos o dia inteiro lá, tanto em Pinheiro, quanto em Santana da Boa Vista, a gente ficou um sábado, acho que foi ou um domingo, não me lembro, por lá assim, na praça, fomos na rádio [...] (Márcia Collares, junho de 2022).

⁶ ZHOURI, Andréa; ROTHMAN, Franklin D. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. *In*: Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008.

De acordo com Márcia, essa mobilização foi necessária para convidar pessoas que se preocupassem com os efeitos ambientais e sociais que o empreendimento teria e que não estavam sendo informados ao público. A questão da proximidade do empreendimento em relação ao Rio Camaquã, por exemplo, era algo omitido pela empresa, assim como os riscos que o empreendimento teria para a bacia hidrográfica. Tanto em Pinheiro Machado, como em Santana da Boa Vista havia pessoas, alguns membros da ADAC, que também estavam mobilizando a população para participar e pelas redes sociais eram feitos convites e alertas para a população da bacia do Rio Camaquã em relação ao projeto.

Além dessas visitas aos municípios, Márcia conta que, em 06 de novembro de 2016, se realizou o encontro na costa do Rio Camaquã onde foi lançado o “Manifesto de Palmas”. Essa ocasião foi, segundo Márcia, um marco da resistência e onde foram muitas pessoas dos municípios afetados, servindo também para mobilizar para as audiências.

Segundo Márcia, as audiências foram ao mesmo tempo emocionantes e angustiantes. Para conseguirem se inscrever para falar, ela e seus companheiros precisavam chegar muito cedo nas cidades, já que todas foram marcadas pela manhã. Como residem em Bagé, nesta cidade conseguiram se inscrever ao longo da semana, mas em Santana da Boa Vista e Pinheiro Machado tiveram que madrugar para chegar na hora. Foram três dias corridos onde não conseguiram nem dormir nem se alimentar direito. A primeira audiência foi em Santana da Boa Vista, onde o prefeito era favorável ao empreendimento e havia mobilizado muitas pessoas a favor. Foi, segundo Márcia, uma audiência difícil, mas também foi um momento importante para conseguir reunir mais pessoas contrárias ao empreendimento, que passaram a compor o movimento de contestação.

A audiência de Bagé foi para Márcia a mais emocionante, onde houve muitas manifestações críticas ao projeto. Anabela Silveira conta que levou alguns alunos da Urcamp para a audiência e que estes fizeram falas apontando os riscos ambientais do projeto. No filme “Dossiê Videntes: o Pampa viverá” aparecem partes desta audiência mostrando algumas crianças que se posicionaram em relação ao projeto, como o filho mais novo de Márcia que na época tinha apenas nove anos e se manifestou falando que só podia ser por ganância que uma empresa iria destruir um rio tão grande como o Camaquã.

Já na audiência em Pinheiro Machado, Márcia relatou que tanto os funcionários da Fepam/RS como da empresa *Nexa Resources* estavam cansados das audiências anteriores. Enquanto ela e o grupo contrário ao empreendimento estavam “na adrenalina” da audiência de Bagé e conseguiram levar um número significativo de pessoas para participar. Nas duas

audiências, tanto em Pinheiro Machado como em Bagé houve uma manifestação do público em relação à operação “Concutare” da Polícia Federal que investigava a emissão de licenças pela Fepam/RS⁷. Isso rendeu um processo para a família de Márcia, os Collares, onde a Fepam/RS se dizia injuriada. Porém não houve maiores repercussões e nem condenações.

É importante perceber que ao longo dessas audiências foi se formando um grupo, não exatamente coeso, mas que se identificava como contrário ao empreendimento. Os afetos mobilizados a partir das ameaças sentidas são diversos e tem relação direta com a materialidade dos territórios. O fato de afetar o Rio Camaquã que é vivido tanto como local de lazer como fonte de alimento e principalmente de água por grande parte da população que habita a bacia hidrográfica, o fato de afetar áreas como o distrito de Palmas que a população de Bagé vê como um santuário ecológico do município, as ameaças em relação a fauna e flora da região, o fato de ser o projeto de uma multinacional que concentra boa parte dos recursos que extrai e por ser um empreendimento visto como contrário ao modo de vida de boa parte da população rural do chamado Alto Camaquã são alguns dos motivos/afetos que impulsionaram e deram sentido ao engajamento na contraposição ao projeto Caçapava do Sul.

É interessante também perceber que nessa época, em 2016, já estava acontecendo uma articulação da população do Taquarembó e de Três Estradas, com o grupo estava se organizando contrariamente ao Projeto Caçapava do Sul. Márcia conta que antes das três audiências do Projeto Caçapava do Sul, ela e outras pessoas de Palmas participaram de uma reunião no Clube Comercial em Lavras do Sul, onde a empresa Águia Fertilizantes apresentou o Projeto Fosfato Três Estradas. No dia do lançamento do Manifesto de Palmas e na audiência pública em Bagé também estavam presentes pessoas do Taquarembó, juntando-se ao movimento que se formava contra a mineração.

A formação desse grupo mais “regional”, que conectava atores tanto do meio rural como das cidades, incluía alguns professores e pesquisadores de universidades da região sul do estado como FURG e UFPel. Estes já vinham se envolvendo e participando de espaços como as reuniões dos comitês de bacia e as audiências públicas. Segundo Vera Collares, essa união entre habitantes da região e os técnicos foi muito importante para fazer a contraposição ao projeto:

[...] juntou a fome com a vontade de comer como o pessoal diz né, porque os técnicos precisavam de um povo pra defender e nós éramos um povo que precisava de alguém pra nos ajudar. Porque a mineradora queria descaracterizar muito o movimento dos técnicos. Ela dizia: ‘ah só vocês que tão contra. Os moradores tão tudo à favor, vocês que não querem desenvolvimento’, então eles ficavam meio...tipo assim: ‘e agora, né,

⁷ A operação condenou quinze pessoas por fazerem parte de um esquema que envolvia pagamento de propinas para liberação de licenças ambientais (MATOS, 2021).

se o povo lá tá à favor e só a gente é contra fica difícil' e a nossa comunidade, quando as comunidades se levantaram pra eles foi maravilhoso porque a empresa não podia mais descaracterizar a defesa né. Não podia dizer...Porque no início a mineradora disse: 'ah não vai ser meia dúzia de camponeses que vai impedir né', porque ela achava assim que ia ser fácil né. (Vera Collares, setembro de 2020).

A partir dessa articulação novas ações foram pensadas e realizadas. Muitos desses técnicos elaboraram pareceres que passaram a compor os inquéritos abertos no MPF e ajudaram na contraposição ao projeto, expondo as falhas dos estudos de impacto ambiental e apontando para a inviabilidade do empreendimento, o que no caso do Projeto Caçapava do Sul permitiu o adiamento da emissão da licença do projeto e o conseqüente abandono do projeto pela empresa *Nexa Resources*⁸.

Essa articulação entre moradores das regiões afetadas, pesquisadores, ativistas, representantes de instituições e entidades da sociedade civil passaram a constituir alguns campos de ação, que englobam a contraposição aos projetos de megamineração com os mundos de vida dos atores, suas lutas, movimentos e espaços sociais em que atuam, como veremos na próxima seção.

6.2 OS CAMPOS DE AÇÃO DO TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO

Nesta seção, aborda-se o que está sendo compreendido como os campos de ação do território de contestação, formados pelas interfaces entre a contraposição aos projetos de megamineração com questões que já vinham sendo debatidas e trabalhadas pelos atores. Foram identificados três campos de ação, como se trata, no entanto, de um processo em andamento, outros campos podem surgir, ou mesmo misturar-se. Trata-se aqui apenas de uma delimitação para fins analíticos.

6.2.1 O campo da conservação da biodiversidade e da sustentabilidade do bioma Pampa

Um dos campos de ação que se forma é a partir dos debates e questionamentos em torno aos projetos de megamineração e sua interface com os debates sobre conservação da biodiversidade e da sustentabilidade do bioma Pampa. Formado a partir do envolvimento de atores que defendem a conservação do bioma e que contestam os projetos de mineração, esse

⁸ Segundo algumas notícias, a empresa teria abandonado o projeto devido à inviabilidade econômica do mesmo. Disponível em: <https://www.bnamericas.com/pt/noticias/nexa-desiste-de-projeto-de-zinco-cobre-e-chumbo-de-cacapava-do-sul>. Acesso em 30 de outubro de 2022.

campo se manifesta em uma série de arenas onde a questão da mineração no Pampa é problematizada, são estes os pareceres técnicos de contraposição aos EIA/RIMA's, seminários e eventos científicos e universitários, exposições e encontros de pecuaristas e agricultores, etc.

A partir dos pedidos por pareceres técnicos que se deram em função dos inquéritos abertos no MPF-RS sobre os projetos de megamineração, se envolveram pesquisadores e ativistas ligados à essa questão, produzindo estudos que demonstram que os Projetos Caçapava do Sul e Fosfato Três Estradas estão localizados em áreas extremamente preservadas do bioma Pampa. Uma dessas pesquisadoras foi a bióloga Anabela Silveira. Ela tem uma larga experiência de pesquisa com a vegetação do Pampa, em especial na região da Serra do Sudeste. Na época em que foi aberto o inquérito junto ao Ministério Público a respeito do Projeto Caçapava do Sul, Anabela foi convidada, através do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) de Bagé, para realizar junto com o pesquisador Leonardo Deble um parecer sobre a flora da região afetada pelo empreendimento.

A respeito do parecer técnico, Anabela contou que o EIA/RIMA do projeto Caçapava estava bastante incompleto em relação à flora da região. Já tendo participado da elaboração de outros EIA/RIMA's, Anabela já conhecia a prática das empresas de consultoria nesse tipo de trabalho. Segundo relatou, muitas vezes se aproveitam estudos e relatórios de outros projetos feitos na mesma região para que os técnicos utilizem os dados nos seus estudos e não tenham que percorrer todos os locais fazendo pesquisa e levantamentos em campo.

No caso do Projeto Fosfato Três Estradas, Anabela não realizou nenhum parecer técnico, mas elaborou um artigo a respeito da flora do chamado “ecossistema Taquarembó” na bacia hidrográfica do Rio Santa Maria que fica na área de abrangência do projeto. Segundo ela, tanto a região das Guaritas onde estava previsto o projeto Caçapava do Sul quanto a região de Três Estradas em Lavras do Sul são áreas prioritárias para conservação do Pampa.

Tem certos empreendimentos que tem que ser em áreas que já foram prejudicadas, por exemplo, não em ecossistemas que são importantes para uma comunidade inteira. [...] são regiões extremamente importantes para a biodiversidade e que a gente tem que continuar lutando para que elas sigam sendo conservadas e protegidas desses empreendimentos, dessas empresas que querem somente extrair. [...] essa região aí de Lavras também é uma área prioritária para a conservação, só que assim ó ainda não fizeram isso oficialmente, tá, mas é uma região que tem uma diversidade de solos muito grande e de rochas também e de minério. Por exemplo, já fizeram mineração de ouro ali e agora querem fazer também de novo e são plantas que existem em determinados espaços em função desses metais, desses minerais também, então não é só o que tá embaixo do solo, o que tá em cima do solo que é o que vai, que é a sobrevivência de todos eu acho. (Anabela Silveira, março de 2022)

No caso de Três Estradas, mesmo não sendo reconhecida oficialmente como uma área prioritária para a conservação é assim considerada por Anabela e outros cientistas devido à alta biodiversidade presente no local. Biodiversidade que se revela tanto no solo como no subsolo, mostrando uma conexão entre minerais que estão no subsolo e plantas que estão na superfície. Ela também já relatou em artigos a presença de diversas plantas endêmicas no local, em especial uma família de cactáceas presentes na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Outra área estudada por Anabela é a região da Serrinha que fica entre os municípios de Dom Pedrito, São Gabriel e Lavras do Sul. Segundo ela também ali existe uma série de espécies raras e endêmicas. Essa região ainda que não esteja na área de abrangência direta do Projeto Fosfato Três Estradas encontra-se na mesma bacia hidrográfica.

Algumas espécies, umas seis ou sete só ocorrem ali entre Lavras, Dom Pedrito e São Gabriel. Bem onde essas pessoas aí, não é bem onde eles querem fazer a mineração de fosfato, porque eu já conheci esse lugar também, é lá perto da parada Saibro, mas é uma coisa que vai afetar toda uma bacia e quando a gente vê, na verdade pensa em grandes empreendimentos a gente tem que levar em consideração isso, uma bacia hidrográfica, quantas cidades ela banha, quantos povos do campo, quais comunidades né, todas as comunidades dependem dela e além de comunidade, os seres vivos né. (Anabela Silveira, março de 2022)

A partir da fala de Anabela é possível depreender tanto uma visão de preservação de certos indivíduos biológicos (plantas raras e endêmicas) como também uma visão ecológica que pensa articuladamente vegetação, água, comunidades humanas etc. A noção de bacia hidrográfica se torna importante aqui para visualizar os variados seres e ecossistemas que podem ser afetados pela mineração. Além de se constituir enquanto uma unidade de análise, as bacias hidrográficas também se apresentam como unidades de ação para o processo de contestação à mineração.

A partir da construção do parecer técnico sobre os efeitos do Projeto Caçapava do Sul na flora da região, começou um envolvimento de Anabela com a questão da mineração no Pampa e sua atuação como articuladora entre a universidade em que trabalha e o movimento de contraposição que se formava. Ela relata que após ter participado da audiência pública em Bagé, montou um varal fotográfico com espécies de plantas nativas do Pampa e as paisagens ameaçadas que foi exposto em diferentes municípios. Também realizou alguns eventos na universidade sobre a preservação do bioma Pampa (o BioUrcamp) e sobre economia e sustentabilidade do Pampa (Fórum da Sustentabilidade Ambiental do Pampa)

O BioUrcamp é um evento promovido pelo curso de Ciências Biológicas da Urcamp e tem como tema a preservação do bioma Pampa. Em 2017 e 2018, quando Anabela já estava na

organização, foram discutidos temas como florestamento, escassez de recursos hídricos, consequências da extração de minerais, entre outros.

Já o Fórum de Sustentabilidade do Pampa, teve duas edições online, em 2020 e 2021 e teve como eixo a discussão sobre modelos de produção sustentável no bioma. Este fórum na sua edição de 2020 teve a participação de pesquisadores, empreendedores, pecuaristas, agentes de turismo que atuam no Pampa, trazendo experiências de atividades econômicas que podem ser desenvolvidas sem degradar o bioma. Além de discutir os desafios e riscos que o bioma vive com a expansão das lavouras (em especial da soja transgênica com alto uso de agrotóxicos), dos projetos de megamineração e outros empreendimentos econômicos com grande potencial de degradação ambiental, foram trazidos pelos painelistas outros temas ligados a atividades já realizadas no bioma. Entre os temas dos painéis estavam: vitivinicultura e sustentabilidade, frutas nativas do Pampa, integração bioma-pecuária, produção sustentável, projetos de turismo para o Pampa, entre outros.

É interessante perceber as diferenças e semelhanças de conteúdo entre o Fórum de Sustentabilidade do Pampa e o seminário “O Pampa e o Gado” que entre outros temas também trata da sustentabilidade da pecuária no Pampa. Na edição de 2019 a programação contou com diversos painéis temáticos e oficinas em que se apresentaram questões como estratégias para intensificação sustentável da pecuária, técnicas de manejo do campo, turismo no Pampa, políticas públicas aliadas do Pampa, combate biológico do carrapato, técnicas para suprimir o capim-anonni etc.

Ainda que não seja um evento de caráter científico, é comum a participação de pesquisadores. Em 2019 estavam presentes dois professores da UFRGS que eu havia conhecido numa atividade ocorrida no dia do Bioma Pampa em 17 de dezembro de 2018. Os dois são estudiosos do bioma, um deles é o professor Carlos Nabinger do curso de agronomia e o outro é Heinrich Hasenack, do departamento de ecologia. O professor Hasenack fez uma palestra sobre as características dos diversos tipos de campo que existem no Pampa e os usos mais apropriados a cada um deles, enquanto o professor Nabinger coordenou a última mesa do evento em que estavam representantes do Ministério do Meio Ambiente e do governo do estado do Rio Grande do Sul.

A busca pela sustentabilidade do Pampa através da pecuária parece ser um dos objetivos dos organizadores do evento e de algumas instituições parceiras, como a ONG *Alianza del Pastizal*. No Pampa e o Gado de 2019 a *Alianza del Pastizal* foi responsável por fazer a primeira palestra do seminário, falando de sua trajetória na região. Aníbal Parera, argentino e

representante da ONG, narrou que ao chegar no Brasil, em 2006, estavam procurando fazer contato com pecuaristas e produtores da campanha gaúcha e foi a partir da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) que obtiveram o contato do Sindicato Rural de Lavras. A partir daí começaram a idealizar o que seria uma estratégia para preservação de pássaros e da vegetação nativa do Pampa. Teria sido em interlocução com Fernando Aduato de Souza (já falecido), antigo diretor do Sindicato Rural de Lavras e idealizador do O Pampa e o Gado, que se elaborou um plano para conservação dos campos nativos a partir da valorização da pecuária extensiva.

No evento de 2019, uma das preocupações demonstradas por alguns painelistas foi em relação à substituição das áreas de campo nativo para plantio de soja e eucalipto. Porém, diferentemente do Fórum de Sustentabilidade do Pampa, não houve menção à respeito dos projetos de megamineração no bioma. Inclusive uma das empresas mineradoras, a Águia Fertilizantes patrocinou o seminário e tinha alguns de seus funcionários presentes nos dias de realização do evento.

A forma como a questão da sustentabilidade aparece no evento O Pampa e o Gado é, portanto, um tanto controversa, não parece haver consenso entre os participantes do evento do que seja uma pecuária sustentável. Para alguns, sustentabilidade é continuar fazendo pecuária extensiva em campo nativo, realizando manejos e adotando técnicas ecológicas. Para outros já é possível aliar a lavoura com a pecuária. Nas oficinas em que se ensinaram técnicas de combate às “pragas” que afetam a pecuária foram divulgadas propostas tanto para realizar um controle sanitário (no caso dos carrapatos), quanto um controle químico com uso de agrotóxicos (em relação ao capim-annoni).

Outras questões que estariam vinculadas a uma sustentabilidade que não se restrinja apenas à conservação dos campos, não apareceram no seminário. Questões ambientais mais amplas como a existência de diversos projetos minerários que estão previstos para a região e que podem comprometer solos e rios, por exemplo, em nenhum momento foram tratadas. Questões sociais, de oferta de empregos para a população ou de acesso à terra por pecuaristas sem propriedade, também não apareceram. Enfim, o que parece vigorar é uma ideia de sustentabilidade para dentro das propriedades e no sentido de uma modernização ecológica (Acselrad, 2013), na adesão de técnicas ecologicamente “amigáveis”, fazendo com que questões sociais e ambientais mais amplas não sejam refletidas e discutidas.

Já o tema da conservação dos campos nativos do bioma Pampa vem sendo debatido e pesquisado por profissionais de diversas áreas. Existe uma rede de pesquisa chamada Rede

Campos Sulinos que congrega diversos pesquisadores, da ecologia, biologia, agronomia, zootecnia, etc. que pesquisam os campos localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Alguns pesquisadores ligados à essa rede se envolveram na produção de pareceres técnicos fazendo contraposições aos EIA/RIMA's dos projetos Fosfato Três Estradas e Caçapava do Sul, mostrando o potencial de supressão da flora nativa do bioma Pampa que estes empreendimentos teriam.

A questão da integração entre a pecuária e a conservação do bioma é um dos temas trabalhados pela Rede. Numa de suas publicações, o livro “Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade” encontram-se estudos que demonstram que o pastejo de grandes herbívoros que habitavam a região há cerca de 8,5 mil anos atrás teria sido um dos elementos que ajudou a configurar os campos sulinos, com sua grande biodiversidade de gramíneas. Além disso, aponta que a pecuária de gado bovino se realizada com o devido manejo pode conservar os campos do bioma Pampa. (Behling *et al.* 2009).

Segundo o professor Carlos Nabinger, que estuda as possibilidades de produção animal em campo nativo e as formas de manejo adequado, há uma alta biodiversidade do bioma:

No total são mais de três mil espécies [de gramíneas] e às vezes em um metro quadrado chega a encontrar quase cinquenta espécies. Quer dizer, isso é uma riqueza pouco encontrada em outros lugares do mundo, raramente encontrada. E é isso que nós temos que aprender a tirar melhor proveito. Isso significa o que, que na verdade, ao invés de ficar buscando soluções diferentes que nem sempre estão de acordo com a cultura do *território*, nós temos que desenvolver melhor aquilo que a natureza tá nos oferecendo, nesse sentido, por exemplo, na serra do sudeste eu vejo como uma grande riqueza a integração de outras espécies animais, bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e abelha, por que não? Que não atrapalha em nada o sistema todo e pode constituir uma renda adicional. E se nós considerarmos que na ovinocultura e caprinocultura existe uma prática alicerçada em cima de gerações tanto de um aproveitamento da carne como também um aproveitamento da lã através do artesanato né, eu acho que realmente regiões como a Serra do Sudeste, por exemplo, tem uma riqueza brutal. (Carlos Nabinger, outubro de 2019)

Há, de acordo com o professor, uma riqueza pouco aproveitada que faz com que se procurem soluções econômicas que pouco correspondem às características do bioma e às culturas que existem no Pampa. Ele indica dessa forma não apenas a biodiversidade existente no bioma, mas também a possibilidade de se reconhecer uma *sociobiodiversidade* que se constitui a partir do cruzamento das características dos ecossistemas com as culturas, ou poderíamos dizer, com as práticas humanas desenvolvidas nos territórios. Isso nos leva aos diversos povos e comunidades que habitam o Pampa, sua importância para a conservação do bioma e à forma como estes têm se colocado em relação aos projetos de megamineração, o que constitui outro campo de ação do território de contestação.

6.2.2 O campo dos povos e comunidades tradicionais do Pampa e a mineração

O campo dos povos e comunidades tradicionais do Pampa já existe há alguns anos. Desde 2015, com o apoio da FLD, vêm sendo construída uma articulação entre diferentes povos e comunidades tradicionais que se encontram no bioma. São comunidades quilombolas, povos indígenas como os Kaingang, Mbyá-guarani e Charrua, pomeranos, pescadores artesanais, povo cigano, pecuaristas familiares, benzedeadas e benzedores, povo de terreiro. Alguns destes segmentos já são reconhecidos nacionalmente como populações tradicionais⁹, outros como os pecuaristas familiares estão em busca de reconhecimento.

Juliana Mazurana que atuou como técnica na FLD entre os anos de 2010 e 2019 acompanhou o início do movimento que depois deu origem ao Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. Segundo relatou, foi a partir do “Projeto Pampa” da FLD que ela começou a se aproximar desses grupos. Esse projeto teve duas edições, uma entre 2013 e 2015 e a outra entre 2016 e 2018 e visava executar ações relacionadas à mitigação das mudanças climáticas no bioma Pampa. Foi durante a primeira edição desse projeto que Juliana participou de um encontro da sociobiodiversidade em Brasília, em que estavam presentes representantes de vários povos e comunidades tradicionais do país. Nesse encontro ela observou que “a referência ao sul e ao Rio Grande do Sul era sempre muito negativa, era daquelas pessoas que saíam pra destruir mesmo o bioma, pra ocupar o território de outros povos né.” Foi realizando o diagnóstico para conhecer melhor o Pampa que ela passou a se dar conta da riqueza e da diversidade de grupos sociais que existiam habitando esse bioma que ocupa a metade sul do estado:

[...] porque uma que eu não conhecia a região e não imaginava encontrar uma diversidade tão grande ali naquela região de muitos tipos de comunidades assim né, pesqueira, de artesanato, os assentamentos, dentro dos assentamentos gente que era tipo pecuarista familiar, na época a gente não tinha ainda muito essas definições, mas a gente via que as pessoas tinham muitas habilidades, muito conhecimento tradicional, uma forma de convivência, que chamava a atenção pela simplicidade, pela riqueza cultural mesmo e uma total invisibilidade...(Juliana Mazurana, setembro de 2021).

Juliana é natural de Caxias do Sul e não possuía vínculo com a região onde está o bioma Pampa. Sua formação acadêmica é em agronomia e antes de entrar para a FLD ela realizou um

⁹ São os povos e comunidades reconhecidos pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), órgão colegiado de caráter consultivo, anteriormente integrado à estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas que está sendo restabelecido no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2023.

curso de especialização chamado “Gestão para o Etnodesenvolvimento”, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Também já havia atuado no Conselho de Missão dos Povos Indígenas (COMIN) num projeto junto aos povos Guarani e Kaingang. Já possuía, portanto, experiência com outros povos e comunidades tradicionais tanto do Rio Grande do Sul quanto do Brasil, o que lhe conferia um olhar atento em relação às particularidades culturais desses grupos.

Durante a realização de um diagnóstico realizado no âmbito do Projeto Pampa, ela começou a perceber que existia no bioma diferentes povos com características próprias e que estes não podiam ser representados pelos povos que habitam o bioma Mata Atlântica, como ocorria em alguns eventos. A partir dos contatos realizados durante a produção do diagnóstico e dos vínculos que a FLD possuía com o CAPA (Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores que depois se tornou o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia) que atuava junto à comunidades quilombolas e de pescadores e com o COMIN que trabalhava com os povos indígenas, se realizou o primeiro Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa em 2015.

A realização deste primeiro encontro contou com a assessoria da Articulação Pacari, uma rede de organizações comunitárias do bioma Cerrado com experiência de trabalho junto a povos e comunidades tradicionais. Segundo Juliana, esse primeiro encontro foi mais expositivo, mas já contou com metodologias participativas em que as pessoas se reuniram por identidade, onde podiam falar sobre seus modos de vida, como se viam e se identificavam, os territórios que habitavam, os desafios que enfrentavam etc. A partir do levantamento feito nesse primeiro encontro iniciou-se a produção do que mais tarde se tornaria o livro “Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa”¹⁰, um importante registro e ferramenta de visibilização desses grupos historicamente marginalizados e invisibilizados frente ao Estado e à sociedade.

Hoje em dia, o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa agrega representantes de oito diferentes identidades socioculturais: povos indígenas, povo pomerano, pescadores artesanais, povo cigano, quilombolas, benzedeiras e benzedores, povo de terreiro e pecuaristas familiares. Segundo Fernando Aristimunho, pecuarista familiar que desde 2015 participa da FLD e que atualmente atua como coordenador do Comitê,

[...]hoje o comitê tá organizado com um grupo gestor, então a gente recebe as demandas né, dos nossos segmentos né, voltados à povos e comunidades tradicionais e aí delibera sobre e também temos um grupo mais ampliado, em torno de trinta

¹⁰ O livro encontra-se disponível no site da FLD: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Livro-povos-e-comunidades-tradicionais-do-pampa.pdf>

peças dessas oito diferentes identidades sócio-culturais onde fizemos essas trocas né, de fortalecimento das identidades, de reconhecer nossos direitos que nos dão acesso à políticas públicas né e buscando aí a visibilidade do Estado para com esses diferentes modos de vida, defendendo os territórios, contra a mineração, contra o avanço do capital contra os nossos modos de vida. (Fernando Pires Aristimunho, março de 2022)

A temática da mineração entrou no foco do comitê quando alguns membros, entre eles alguns pecuaristas familiares vinculados à ADAC e representantes de comunidades quilombolas começaram a levar a discussão para as reuniões do comitê, que vinham ocorrendo com certa frequência desde 2015. Nessa época já estava iniciando o movimento de resistência ao Projeto Caçapava do Sul e Juliana conta que em 2016 participou junto com outros membros do comitê do encontro que ocorreu em Palmas, quando foi lançado o Manifesto de Palmas. Nessa ocasião ela percebeu a necessidade do Comitê e da FLD se aproximarem do tema, pois era algo que podia afetar diversas comunidades e territórios tradicionais, necessitando haver uma defesa dos direitos humanos frente aos empreendimentos. Também nessa época, o comitê participou das oficinas voltadas para a realização do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) do Rio Grande do Sul e a FLD passou a estar presente no Conselho Estadual de Direitos Humanos, levando o tema da mineração e às ameaças aos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Hoje em dia, o Comitê tem uma importante atuação no enfrentamento aos projetos de megamineração, em especial no caso do Projeto Fosfato Três Estradas. Tendo participado da abertura do inquérito no MPF-RS, é principalmente a partir do Comitê que se faz a defesa de Três Estradas como um território tradicional. Com a realização de um laudo antropológico pela Câmara Técnica do MPF que confirma que o modo de vida dos pecuaristas familiares de Três Estradas possui tradicionalidade e vínculo simbiótico com o território, se abriu um processo que pode levar ao reconhecimento dos pecuaristas familiares como população tradicional pelo Estado brasileiro.

Segundo Fernando Aristimunho, que é hoje um dos principais porta-vozes dos pecuaristas familiares enquanto população tradicional este

são um povo que vem se formando desde a ocupação dos campos do Pampa, desde a introdução do gado bovino e não tem esse reconhecimento como uma identidade sociocultural. Quando se trata de política pública né, tá dentro da política pública da agricultura familiar, mas entendemos que não somos agricultura familiar né, nosso modo de vida é diferente, é muito voltado para a relação com os animais, a matriz produtiva de geração de renda principal é a criação de animais, gado, bois, ovelhas, porcos, galinha como eu sempre digo né e muito associado à preservação dos campos nativos do Pampa, a partir do uso e do manejo dos animais, então isso desde a introdução do gado nos campos do Rio Grande do Sul, do Brasil, é dessa forma que

se faz. Pecuária familiar pouco faz a introdução de pastagens cultivadas ou de espécies exóticas numa área de vegetação nativa, então valoriza muito a diversidade dos ecossistemas nativos do Pampa. (Fernando Pires Aristimunho, março de 2022)

A falta de reconhecimento desse segmento por parte do Estado cria dificuldades de acesso às políticas públicas, aos programas de crédito e à regularização fundiária, levando à marginalização econômica e a uma condição de vulnerabilidade frente à grandes empreendimentos como os projetos de megamineração. Além disso, o modo de vida dos pecuaristas familiares, ao depender fortemente dos ecossistemas pampeanos conflitua com os efeitos que os projetos de megamineração possuem à longo prazo, nas águas e na vegetação nativa do bioma Pampa.

A abertura de um processo de reconhecimento como população tradicional aciona assim um mecanismo de defesa de direitos e da criação de políticas públicas atentas às particularidades desse grupo, assim como a possibilidade de criação de políticas de preservação ambiental que os incluam. A respeito desse tema, Fernando afirma que:

Às vezes a gente se depara com medidas do governo querendo proteger ecossistemas, querendo tirar as pessoas, mas historicamente o estado e o país todo foram constituídos desde a ocupação, primeiro foi a expulsão dos indígenas dos seus territórios, mas os ecossistemas foram se formando através do uso, das diferentes culturas, das pessoas que vivem em cima de cada região, dos ecossistemas. Aí quando vem uma medida de governo que expulsa essas pessoas dali que em muitas vezes nem sabem pra onde ir, tentam indenizar, mas nenhum valor financeiro paga um contexto de vida associado a um ecossistema. É isso que esses projetos de mineração têm feito, as pessoas depois de expulsas perdem seu propósito de vida. É histórico isso, desde a ocupação, quando os portugueses chegaram aqui, mais de 1500 povos indígenas, nas suas mais diversas etnias existiam, hoje nesse censo vai se apontar apenas 304 povos indígenas, em uma pequena janela de tempo de ocupação, com quase 1200 povos dizimados. (Fernando Pires Aristimunho, março de 2022)

Fernando coloca as ameaças que sofrem hoje outros grupos sociais como uma continuidade da histórica apropriação dos territórios que sofrem os povos indígenas desde o início da colonização, hoje atualizado pelo avanço do capital agroindustrial e mineral. Por isso a necessidade de buscar direitos como povos e comunidades tradicionais, para garantir políticas sociais, agrícolas e fundiárias que garantam a sobrevivência dos seus modos de vida.

Esse processo de reconhecimento, no entanto, depende de outros fatores e possui diferentes vias de concretização. Uma das vias seria o reconhecimento por parte do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, o que vem enfrentando resistência, pois como aponta Fernando, há um entendimento no conselho de que pecuaristas são aqueles que historicamente ocuparam o interior do Brasil, expulsando povos tradicionais de seus territórios. A outra via seria a do autorreconhecimento, onde uma comunidade que se identifica como de

pecuaristas familiares poderia construir um protocolo de consulta prévia livre e informada para aceitar ou rechaçar empreendimentos em seus territórios¹¹.

Segundo Cláudio Marques Ribeiro (2016) existiriam cerca de 20 mil famílias que podem ser identificadas como de pecuaristas familiares¹². Há, no entanto, dentro desse grande grupo algumas diferenças importantes. Enquanto para alguns o acesso à terra se deu pela via da posse ou a partir dos ganhos conquistados pelo trabalho em estâncias como peões e capatazes, outros são herdeiros de sesmarias. No próprio movimento contrário à mineração é possível perceber essas diferenças quando alguns atores trazem como marca de *tradicionalidade* o fato de suas famílias estarem nas terras desde o período colonial, quando receberam sesmarias da Coroa Portuguesa¹³.

Dentro ainda do campo dos povos e comunidades tradicionais do Pampa, também existem conflitos, quando, por exemplo, pecuaristas familiares disputam territórios com comunidades quilombolas. Isso se dá no caso do distrito de Palmas, onde existe uma comunidade quilombola que já conseguiu seu reconhecimento pelo INCRA, mas que encontra a resistência dos vizinhos que se identificam como pecuaristas familiares para conseguir realizar a titulação de suas terras, conforme relatado no capítulo 3.

A mineração nesse contexto se torna um desafio comum, algo que coloca aquilo que compartilham (as águas de rios e poços subterrâneos, a vegetação nativa do Pampa e a saúde das pessoas e animas) em risco. No caso do Projeto Caçapava do Sul estes grupos se uniram para fazer frente ao empreendimento e no lançamento do Manifesto de Palmas estavam presentes tanto os pecuaristas familiares como as lideranças da comunidade quilombolas de Palmas.

No decorrer do processo de contestação e resistência aos projetos de megamineração representantes de outras comunidades quilombolas também se articularam. Alguns destes estão no Comitê dos Povos e comunidades Tradicionais do Pampa e outros estão em outras organizações. Em março de 2021 foi organizada uma plenária do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE-RS) onde estavam

¹¹ Esse mecanismo é previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é signatário.

¹² Segundo ele pecuarista familiar seria “um tipo de agricultor familiar que tem como atividade principal a bovinocultura de corte extensiva, utiliza a mão de obra da família, tem a maior parte de sua renda oriunda da atividade agrícola e detém áreas de até 300 ha.” (Ribeiro, 2016, p. 89) Há, porém no movimento de contestação à mineração, pecuaristas que se identificam como familiares, mas não possuem todas essas características, com áreas de terra que excedem 300 ha.

¹³ A doação de sesmarias no Rio Grande do Sul foi feita em muitos casos para militares que haviam prestado serviços à Coroa Portuguesa. No caso do território próximo ao Uruguai foram doadas terras como forma de ocupar e povoar as fronteiras, impedindo a ocupação pelos “castelhanos”.

presentes lideranças de comunidades quilombolas do estado e onde a temática principal eram os impactos que os projetos de megamineração podem ter para as comunidades quilombolas e como podem ser pensadas estratégias de resistência a esses projetos.

Nesta plenária, que foi realizada remotamente, também estavam presentes membros do Comitê de Combate à Megamineração do RS, professores universitários, pesquisadores e advogados ligados à pauta da mineração e dos direitos humanos. Na ocasião foi possível escutar lideranças de comunidades trazendo sua percepção sobre o contexto em que ocorre o fenômeno do avanço da mineração no Pampa e a forma como as comunidades têm vivenciado essa e outras ameaças. Segundo Mariglei Dias, professora e liderança da Comunidade Rincão da Chirca, de Rosário do Sul:

[...] é muito isso o que acontece aqui na nossa região no Pampa, a gente sente a necessidade da criação de mais políticas públicas, principalmente do acesso à linha de créditos. E quando essas comunidades buscam esses acessos geralmente lhes são negados e a gente sente assim ó o quanto esse acesso às políticas públicas faria diferença nessas comunidades quilombolas, então é isso que acontece. Nós temos vários megaempreendimentos aqui na nossa região que não é só a mineração, que também é a soja, que essas comunidades muitas vezes silenciam por esses impactos que elas vêm sofrendo, porque muitas vezes é também um meio que eles têm para tirarem o seu sustento, para irem trabalhar, então é muito complicado. (Mariglei Dias, março de 2021)

O fato de inexistirem políticas públicas para essas comunidades e a dificuldade de acesso a certas políticas como de linhas de crédito, criam para os moradores das comunidades uma dependência de empregos externos e muitas vezes esses empregos são nos próprios empreendimentos que colocam os ecossistemas dos seus territórios em risco. A precariedade do acesso à terra e a falta de titularidade vivida por muitas comunidades quilombolas criam dificuldades para acessar as políticas públicas. Somam-se os cortes de verbas para as políticas voltadas para a população quilombola e para a agricultura familiar ocorridos desde o governo Michel Temer e que se intensificaram no governo de Jair Bolsonaro, que aprofundam uma precariedade estrutural vivenciada historicamente por muitas dessas comunidades.

Segundo Fabiani Franco do Quilombo de Palmas, esta precariedade começa no próprio local em que estão as comunidades quilombolas no Pampa, os chamados “rincões”. Estes ficam em áreas mais ao fundo dos campos, longe das principais estradas de acesso e em terrenos mais acidentados. Segundo Fabiani, se a titulação do território do Quilombo de Palmas (que começou em 2007 e parou em 2010) fosse feita, o quilombo teria uma área de 480 hectares, o que abrangeria outros rincões da região onde existem áreas mais planas. No território atual as terras ficam em áreas acidentadas, o que inviabiliza a realização de certas atividades (como a criação de gado bovino, por exemplo).

Essas diferentes condições entre os chamados povos e comunidades tradicionais do Pampa colocam alguns desafios, mas não impedem sua união e articulação, como é possível observar no movimento de resistência existente. O que já ocorreu, no entanto é de alguns representantes de comunidades quilombolas que já estiveram mais envolvidos na contestação à mineração terem de se afastar devido tanto à exposição e vulnerabilidade que vivenciam nas regiões em que habitam, como por não haver dentro das comunidades um consenso em relação à aceitação ou rechaço dos projetos de mineração. Muitos moradores visualizam na mineração possibilidades de emprego e desenvolvimento para a economia da região, o que impede que os representantes das comunidades, mesmo sendo críticos, se manifestem publicamente contra os projetos.

Em especial no caso do projeto Fosfato Três Estradas há uma maior aceitação devido ao fato de a empresa Águia Fertilizantes estar prometendo um produto que em tese pode ser usufruído até mesmo por agricultores familiares¹⁴ o que teria que levar ao debate sobre formas de ecologizar a agricultura e pecuária feitas no Pampa.

A discussão sobre agroecologia no Pampa tem sido puxada pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e outros atores mobilizados contra a megamineração, porém de forma um tanto fragmentada. Fernando Aristimunho que já teve experiência de trabalho como promotor de agroecologia pelo CAPA, integra em sua crítica aos projetos de megamineração o entendimento da agroecologia:

A questão da expansão das áreas de monocultivo, do capital pra exportação das *commodities* agrícolas, muito aliadas agora para aprovar projetos como o de mineração de fosfato no RS, de potássio no Amazonas, impactando diretamente a vida de populações tradicionais. Mas a gente entende como militante da agroecologia, como vindo de contexto de população tradicional, que nós não precisamos desses minerais que estão no subsolo pra produzir alimentos, é só a gente mudar nosso sistema de produção, respeitar os ciclos da natureza, diminuir as áreas de monocultivo, produzir mais pro interno do país, pra eliminar a fome, do que produzir *commodities* agrícolas. (Comunicação pessoal de Fernando Pires Aristimunho concedida em entrevista realizada em 29 de março de 2022)

O tema da agroecologia no Pampa e das alternativas ao uso de minerais na agricultura é um campo em aberto. Alguns atores que compõe o território de contestação atuam também no campo da agroecologia e já existem estudos feitos no estado do Rio Grande do Sul que apontam

¹⁴ Este produto é um Fertilizante Natural de Aplicação Direta (DANF na sigla em inglês) e pode ser aplicado diretamente no solo, tendo maior durabilidade que os fertilizantes sintéticos e menor custo. Segundo um material de divulgação interno da empresa, este fertilizante pode ser usado inclusive para plantios orgânicos.

alternativas aos fertilizantes sintéticos a partir de técnicas camponesas de mineralização do solo (Pinheiro, 2018). Essa interface, no entanto, ainda não tem tido maiores repercussões.

6.2.3 O campo do patrimônio imaterial

Uma das interfaces que os atores vêm construindo e que vem dando origem a um campo de ação é entre a contestação à mineração e os processos de patrimonialização que vem ocorrendo no Pampa, em especial o inventário das Lidas Campeiras. Como processo de patrimonialização de bens imateriais do IPHAN, a patrimonialização das Lidas Campeiras vem seguindo a metodologia do INRC.

Feita a partir dos conhecimentos dos próprios habitantes e da sistematização de pesquisadores, a patrimonialização das lidas campeiras tem contribuído para aprofundar o conhecimento sobre o Pampa como já apontado no capítulo 5. A chamada “Pampa pluriversa” que a professora Flávia Rieth e outros membros do INRC adotam em suas publicações (Lima, 2020; Nunes, 2021) e que se relaciona com a ideia de *pluriverso* de Arturo Escobar (2014) evidencia não apenas a diversidade de mundos existentes no Pampa, mas também os caminhos e fluxos que existem entre estes diferentes mundos.

Um desses fluxos é a relação entre o “rincão” e as “estâncias” indicado por Andreia Sá Brito (2010). Os fluxos, nesse caso, são principalmente de mão de obra, pois os rincões, localizados em partes menos homogêneas dos campos, próximos às aguadas e limites naturais dos campos são historicamente os locais de moradia dos peões que trabalham nas grandes estâncias. Outro fluxo importante indicado por Flávia é entre as propriedades que produzem “gado de cria” e as grandes fazendas de “terminação”¹⁵. É o caso, por exemplo, do distrito de Palmas e da localidade do Taquarembó onde a especialidade do trabalho é a procriação do gado e a venda de terneiros. Vera Collares chega a afirmar que o Alto Camaquã seria como a “maternidade” do Pampa, pois envia terneiros para fazendas de uma grande área do bioma.

As feiras e exposições também são vistos por Flávia Rieth como locais onde se dão diferentes formas de intercâmbio, tanto de mercadorias como de informações e conhecimentos. Essas trocas comerciais, de informação, de produtos, animais, mão de obra criam dinâmicas e permitem a existência desses diferentes mundos que possuem capacidades diferentes, devido às características ambientais e culturais de cada ecossistema (os campos de pedra, os campos

¹⁵ Terminação é o processo de engorda do gado para vender para frigoríficos e abatedouros. Geralmente é feita em propriedades com maiores áreas de campo.

dobrados, os campos lidos, os butiazais, os banhados e areais são alguns dos ecossistemas identificados pela equipe do INRC Lidas Campeiras).

A respeito da representatividade da categoria “pecuarista familiar” Flávia tece algumas reflexões. Ainda que compreenda que a categoria funcione e seja um termo utilizado pelos pecuaristas (especialmente no Alto Camaquã) ela entende que há uma diversidade de atividades e práticas que não estão compreendidas nessa noção. Pois além da pecuária, há também o artesanato associado (em lã e em couro), a agricultura de cercado, a arte em ferro para produção de facas, o cultivo de frutas no mato que é feito tanto por pecuaristas quanto pelos povos guarani, etc. Segundo ela “se a gente tá nessa perspectiva de pluriverso é trazer a complexidade dessa cultura regional a partir daí, é nessas tensões. Nossa perspectiva é essa, pensar nessa pampa pluriversal e tentar rebater ela para diversas dimensões, tentando trazer essa complexidade” (Flávia Rieth, abril de 2022).

Pensar a diversidade é pensar de forma não fechada em categorias fixas, mas em dinâmicas que às vezes podem ser conflituosas.

Pensar o conflito e não o consenso sempre. Hoje eu acho que é problemático tu chegar pro pessoal do Alto Camaquã e dizer que essa ideia de pecuarista familiar não funciona...é problemático. Já tem uma história de relação, no mínimo dez anos isso. A categoria não remete à relação com o próprio bioma, se definem mais como *campeiros*, usamos mais esse termo. Quem lê o inventário desliza pra gaúcho, porque a gente não usa o gentílico, mas sim o sujeito. (Flávia Rieth, abril de 2022, grifos da autora.)

A própria relação entre os pecuaristas familiares e comunidades quilombolas também é pontuada por ela como algo a ser observado para que a patrimonialização não seja “mais uma peça de exclusão”. Assim, para a realização do inventário na região do Alto Camaquã, foram visitadas as comunidades Quilombo de Palmas em Bagé e Corredor dos Munhós em Lavras do Sul a fim de incluir as lidas realizadas pelos quilombolas, que se identificam como “pecuaristas familiares quilombolas”. No processo de articulação do Comitê de Combate à Megamineração com as comunidades quilombolas do Pampa, a equipe do INRC teve um papel importante, apontando as peculiaridades dessas comunidades na luta contra a mineração.

Há ainda, dentro do campo do patrimônio imaterial do Pampa o que pode ser encarado como uma “disputa por autenticidade”. Segundo moradores de Palmas, o inventário feito na região de Bagé teve a participação de pessoas que eram mais “culturadores da tradição” do que propriamente “vivenciadores” dos ofícios e do modo de vida campeiro.

Essa disputa, por sua vez, aponta para o diálogo que o campo do patrimônio possui com o tradicionalismo. Em Aceguá, na fronteira com o Uruguai, Flávia relatou que os pecuaristas

falam em MTA (Movimento Tradicionalista Aceguaense) em contraposição ao Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG. Para Flávia, o MTG seria a visão da cidade em relação ao campo e não parece haver por parte da equipe do INRC Lidas Campeiras uma identificação com as representações do MTG em relação ao modo de vida campeiro. Essas discordâncias fizeram com que em 2021 o MTG entrasse com um pedido de patrimonialização a partir do próprio movimento, não reconhecendo o registro das Lidas Campeiras pelo IPHAN que ocorreu em abril de 2022¹⁶.

Por ser construído a partir da interlocução entre pesquisadores e população, há diferenças e desigualdades na forma como o patrimônio imaterial é aproveitado pelos diversos grupos sociais do Pampa. Enquanto alguns grupos conseguem participar mais e incorporar os resultados da patrimonialização como parte das suas ferramentas para defesa e promoção dos seus territórios, para outros a patrimonialização ainda não foi incorporada e permanece como algo relativamente distante.

6.3 O TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO À MINERAÇÃO E A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Tanto o campo da biodiversidade e conservação do Pampa, como das comunidades e povos tradicionais e do patrimônio imaterial possuem uma discussão de fundo: a problemática do desenvolvimento. Essa discussão pode ser entendida como outro campo de ação ou como uma questão que caminha transversalmente no território de contestação. Em algumas arenas a noção de desenvolvimento aparece com mais força e em outras aparece mais timidamente, seja em alguma fala, argumento e reflexão dos atores posicionados contra ou à favor dos projetos de megamineração. A seguir descreveremos algumas das situações em que a questão do desenvolvimento apareceu integrada à problemática da mineração.

Uma situação particularmente interessante para observar a interface entre mineração, desenvolvimento e povos e comunidades tradicionais foi uma reunião organizada pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa ocorrida em agosto de 2020 em formato remoto. Nessa ocasião foram convidadas diversas pessoas ligadas tanto aos segmentos de povos e comunidades tradicionais do Rio Grande do Sul, como pessoas ligadas ao Comitê de Combate

¹⁶ Após o envio dos relatórios, a Câmara setorial de Patrimônio Imaterial do IPHAN aprovou o registro das Lidas Campeiras como patrimônio imaterial. Porém isso ainda não significa que as Lidas Campeiras já estão patrimonializadas, mas sim que estão em processo de patrimonialização.

à Megamineração, pesquisadores e professores de universidades públicas (Unipampa, UFPel, UERGS, UFRGS). A proposta era falar sobre o laudo antropológico que reconheceu a localidade de Três Estradas como território tradicional e pensar nas estratégias de ação. Após a apresentação da questão pela coordenação do Comitê, abriu-se para a participação do público.

O primeiro a falar foi um professor da Unipampa, do curso de Educação do Campo, trazendo sua percepção de como a problemática dos projetos de megamineração pode ser entendida dentro da universidade em que ele trabalha:

A Unipampa veio pra metade sul do Rio Grande do Sul pra ajudar a desenvolver a metade sul do rio grande do sul, mas qual é a concepção de desenvolvimento da Unipampa? Eu faço essa pergunta a vocês, me perguntando. Porque eu acho que é uma discussão que nós temos que provocar, é pensar a possibilidade da mineração pra abrir possibilidade de emprego, de estágio, de campo, de pesquisa pros geólogos? Temos um curso de geologia no campus de Caçapava. Essa tem sido uma das perspectivas da visão, mas a nossa perspectiva de desenvolvimento é pensar na cultura, na relação com o ambiente, na relação com o trabalho, na preservação do campo nativo, na preservação das formas de vida, de ser e de estar no mundo dos povos e das comunidades tradicionais. (José Guilherme Franco Gonzaga, agosto de 2020)

Sua fala reflete a preocupação com o que considera ser uma falta de clareza em relação ao projeto de desenvolvimento da própria Unipampa, ao mesmo tempo em que aposta na mineração, tendo um curso de graduação em geologia, possui um curso de Educação do Campo cujos alunos são em grande parte de segmentos de povos e comunidades tradicionais¹⁷.

Outra pessoa a falar na reunião foi Daniel Vaz Lima, antropólogo e pesquisador que participou do INRC Lidas Campeiras, segundo ele:

[...] uma das principais justificativas dessas mineradoras, desses projetos, outros projetos que vem, como as hidrelétricas, é trazer desenvolvimento pra uma região empobrecida. Mas porque eles consideram nós, como habitantes da Pampa, de um lugar empobrecido né. Então tem atrás disso uma perspectiva do que é o desenvolvimento.[...]Então eu acho que o documento né, a partir desse laudo que é importantíssimo, que afirma a presença da pecuária familiar né, nessa região que tá avançando o projeto de mineração, mas ao mesmo tempo que possamos sustentar né, a nossa visão acerca do que é desenvolvimento. [...] essa pampa não é vazia né, que essa pampa tem uma diversidade e uma sócio-diversidade habitando nela né, então esse desenvolvimento proposto tem que levar em consideração essa sócio-biodiversidade. (Daniel Vaz Lima, agosto de 2020)

As noções de sociodiversidade e sociobiodiversidade são trazidas como contraponto a noção de um Pampa vazio e homogêneo comum nos discursos desenvolvimentistas que

¹⁷ O curso de Educação do Campo/Ciências Naturais da Unipampa, tem estudantes kaingang, mbyá-guarani, quilombolas, pecuaristas familiares, etc.

colocam a “metade sul” do estado como pobre e atrasada. Sobre este ponto Edegar Franco, morador de Três Estradas que também estava na reunião fez uma reflexão:

[...] eu acho que o modelo de desenvolvimento que nós queremos é o grande desafio de nós discutirmos. Eu não tenho dúvida e acho que nós não podemos pensar somente no desenvolvimento dum local, nós temos que pensar numa região toda que acredito que é a metade sul do estado, que realmente nós não somos pobres, *nós somos diferentes*. Que eu acho que é o grande argumento que nós temos. E essa diferença nos traz algumas características aí que nos somam muitos pontos. Nós, pecuaristas familiares e digo, se nós perdermos essa batalha para o desenvolvimento de mineração, eu não sei o que nós vamos fazer, a hora que nos correrem daqui, por que o que nós vamos fazer da nossa vida? Nós vamos pra onde? Nós vamos pro cinturão de miséria da cidade? (Edegar Franco, agosto de 2020. Grifos da autora)

Edegar traz uma narrativa que relaciona a chegada dos projetos de megamineração a uma questão histórica vivida na região da Campanha gaúcha: a saída da população do campo para as periferias das cidades. Esse fenômeno que ocorreu ao longo de todo século XX foi narrado em forma de ficção na chamada “Trilogia do gaúcho a pé” de Cyro Martins, onde especialmente no primeiro livro, “Sem rumo”, o autor mostra como o processo de modernização (que envolveu o surgimento das cercas de arame, dos caminhões para transporte de cargas, o fim das charqueadas e outros fenômenos) levou a diminuição da necessidade de mão de obra nos campos, fazendo com que muitas pessoas que trabalhavam como peões, capatazes e posteiros rumassem em direção às cidades em busca de outros empregos e acabavam bastantes empobrecidos, vivendo de “bicos” ou *changas*¹⁸.

O recurso a essa imagem ativa uma memória comum na região. O esvaziamento dos campos como consequência da modernização é observado em várias partes do Pampa. Colocado como processo inexorável, a saída da juventude da zona rural para as cidades é apontada pelas mineradoras como sinal de que o modo de vida dos pecuaristas, nomeado por eles como “tradição campeira” está fadado ao desaparecimento. No EIA/RIMA do Projeto Fosfato Três Estradas na seção onde é caracterizada a ADA, se afirma:

Dado o aspecto histórico das famílias que ali residem ou são proprietárias de imóveis na região de Três Estradas, o discurso que prevalece entre muitos *superficiários* é o da tradição da lida campeira desenvolvida na região da Campanha Gaúcha, a qual é muito valorizada entre estes. A lida campeira representa, de certa forma, a figura do gaúcho dos pampas.

No entanto, tal discurso vem perdendo representatividade na medida em que as gerações de residentes da região têm sido reduzidas pela baixa fecundidade observada na região, comprometendo, em parte, a continuidade desta tradição campeira. Este

¹⁸ “Changas” no linguajar da campanha são os serviços temporários prestados pelos trabalhadores nas fazendas de criação de gado, sem ter vínculo empregatício estável.

fato é justificado pelo conhecimento de que as taxas de fecundidade nos estados do Sul são mais baixas que as demais observadas em outros estados (IBGE 2015) [...] Verificou-se que o rompimento da tradição é, para alguns moradores da ADA, um problema vivido na atualidade, seja pela ausência de herdeiros ou pelo desinteresse dos filhos em continuar as atividades no campo (EIA Projeto Fosfato Três Estradas, p. 949, grifos da autora).

Assentados nessa narrativa é que apresentam seus projetos como propostas de desenvolvimento para a região. A possibilidade de geração de empregos frente a uma baixa taxa de fecundidade da população do campo e a uma pecuária que pouco emprega é um argumento forte especialmente no município de Lavras do Sul, onde de acordo com algumas falas feitas durante a Audiência Pública, os jovens precisam migrar para outras cidades a fim de buscar atividades em que possam se empregar. Um posicionamento similar veio da parte do prefeito de Lavras do Sul Sávio Prestes, na reunião do Comitê de Bacia do Rio Santa Maria, ocorrida em 20 de fevereiro de 2019:

Nós temos um problema de desemprego aqui em Lavras e nós...voltando à questão técnica eu pergunto qual é a água que vai sair? Porque eu não quero que o nosso segundo distrito [onde está localizada Três Estradas] vá a perigo e eu não queremos que a população sofra e que o meio ambiente seja afetado. Nós somos um município de dois mil, quatrocentos e poucos quilômetros quadrados. Nós temos hoje *o know how* de um dos melhores campos nativos preservados pela Aliança do Pastizal que agora assumiu um nome em português né, era *Alianza del Pastizal*, hoje tá tendo um gerenciamento local. Nós temos 2400 km², uma área de pasto nativo que é destaque pra toda a América do Sul e a planta desse projeto, que eu também fui me informar, não chega a 900 hectares. [...] a produção rural gera empregos, mas insuficientes. Nós temos aqui os números apresentados pela empresa, uma das empresas que é a Águia. Nós temos mais projetos, a Nexa que é da Votorantim. E aí eu digo, temos reticências em relação ao cobre, ao chumbo, ao zinco, ao ouro e as localidades não se propõe ao nosso debate no estado, à margem do Camaquã. Né, está aqui numa área que precisa haver democraticamente um debate e haver um respeito muito grande aos *superficiais* e haver uma consciência pra que se consiga achar um ponto em comum. Mas fala-se de 350 empregos diretos e desses há uma garantia de 85% deles ser ocupado com mão de obra local e regional. Eu tô falando, equacionando um problema sério aqui de toda nossa região e também tenho essa informação de que nós teremos 2 empregos indiretos pra cada um direto. Então nos interessa que...apesar de todo esse orgulho que tem o setor primário para o que faz, nós estamos hoje administrando uma das piores economias do nosso estado. (Sávio Prestes, fevereiro de 2019)

O “equacionamento do problema” segundo o prefeito é colocar de um lado a necessidade de preservação do meio ambiente e a valorização do setor primário no município (agropecuária) e do outro o grande déficit de emprego que afeta não apenas Lavras do Sul, mas boa parte dos municípios da Região da Campanha.

A esse respeito, na reunião chamada pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, houve falas contestando a prometida criação dos empregos na mineração como possibilidade de desenvolvimento. Uma jovem representante do povo

pomerano, argumentou neste sentido, tendo por base os dados apresentados pelo Projeto Fosfato Três Estradas, que:

[...] é o grande ponto, hoje, no Brasil, o número do desemprego. Então, se faz muito valer na prefeitura e na área urbana do município né, sobre: ah vai trazer empregos e tudo mais; e dando uma lida mais atenta, a gente percebe que é só um momento de pico que esses empregados vão estar, que é principalmente na parte da construção civil, de estar ali exatamente fazendo o início desse projeto, depois, durante os vinte e tantos anos que vai se trabalhar minerando, são poucas pessoas. E esse pico não passa de em torno de quatrocentos empregados, muitos deles já contratados de outras regiões, então, já não são cargos, empresas do município que são empregadas. Então, a gente ressalta isso no desenvolvimento, que não é um desenvolvimento local, que é o nosso interesse. (G. U.. agosto de 2020).

Márcia Collares, representante da Agrupa e da UPP-Camaquã traz a questão dos empregos e meios de vida que deixarão de existir caso as mineradoras se instalem:

[...]tanto no Projeto Fosfato quanto no Caçapava eles falam que vão gerar quatrocentos e poucos empregos, mas se a gente for considerar as atividades que já existem na região né, com a pecuária, agricultura, artesanato, produção de mel, tudo isso aí que diversas famílias vão perder né, é como o Edegar falou, essas atividades são incompatíveis com a mineração, então na verdade é uma atividade que vai dar prejuízo pra todo mundo. Só ali da ADAC são em torno de vinte associações, muitos produtores, só a nossa tem trezentas e tantas famílias. Vai fazer a conta assim no papel, a estatística, vai dar prejuízo. [...] Quantas famílias vão perder a renda, vão deixar de produzir. Então não existe uma justificativa nem econômica, se alguém considera só a parte econômica, sem falar em meio ambiente, saúde, questões sociais, violência... (Márcia Collares, agosto de 2020)

É interessante perceber que cada ator vai trazer uma visão de desenvolvimento para a discussão, questionando noções estritamente econômicas e propondo pensar a forma como o desenvolvimento deve estar atrelado ao que já é realizado nas regiões.

Eduardo Raguse, engenheiro ambiental e membro da coordenação do Comitê de Combate à Megamineração também fez uma reflexão sobre desenvolvimento em sua fala, segundo ele:

Desenvolvimento alternativo é o deles, é esse que a mineração quer propor né. O desenvolvimento que a gente tá defendendo é o desenvolvimento tradicional, local, né como o Edegar aí, representando a ADAC nos trouxe né. É mostrar que a gente tem projeto de desenvolvimento pro Pampa e consegue gerar emprego, gerar renda, produzir alimento de qualidade e ainda preservando o bioma Pampa, a qualidade da água, a qualidade dos campos, a fauna e a flora. É isso que a gente tá falando né e a gente também tá dizendo que é impossível a convivência desse modelo de desenvolvimento proposto pelas comunidades locais com esse modelo que querem nos enfiar “guela” abaixo da mineração né [...](Eduardo Raguse, agosto de 2020)

Eduardo aponta a incompatibilidade entre o modelo de desenvolvimento proposto pelas mineradoras e a realidade das comunidades, apontando a possibilidade de construção de um modelo de desenvolvimento que tenha por base os modos de vida das “comunidades locais”.

Por fim, uma fala do professor Márcio Neske da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), durante a reunião, pondera sobre o projeto econômico do qual os projetos de megamineração fazem parte e sobre como eles afetam o Pampa como um todo.

Existe, hoje, um projeto, como foi colocado aqui, de desenvolvimento que é para o Pampa todo, não é exclusivamente ali pra região das Três Estradas. Hoje, o Pampa é um território em disputa, né? É um território que vem sendo disputado pelo que vem sendo denominado o neo-extrativismo, um processo contemporâneo de extrativismo, de saqueamento dos recursos naturais e que vai causando não só a morte das vidas ecológicas e biológicas, mas também a morte da vida das pessoas. [...] E o que é pior de tudo, controlado por corporações que não estão nem no território. Então, tem consequências gravíssimas e que já são premeditadas. (Márcio Neske, agosto de 2020)

Márcio ainda questiona se a noção de desenvolvimento deve ser mantida na discussão ou se devem ser pensadas em alternativas ao desenvolvimento, tomando o exemplo de países da América Latina em que há mineração e onde as promessas de desenvolvimento não resultaram em melhorias da qualidade de vida.

Esta arena formada na reunião nos possibilita ver como a chegada dos projetos de mineração ativa e problematiza a discussão sobre o desenvolvimento no Pampa. São atores conectados de diferentes formas ao bioma ou ao que é entendido como um território pampeano. Seja como pecuaristas que veem seu modo de vida ameaçado, seja como intelectuais que estão pensando as problemáticas atuais a partir do local onde atuam, como professores universitários que problematizam as propostas dos cursos em que lecionam com os projetos econômicos existentes na sociedade, representantes de povos tradicionais que conectam suas lutas com as lutas de outros povos a fim de construir propostas diferentes de vida e economia, etc. De uma forma ou de outra, todas e todos enxergam as mineradoras e seus projetos como avessos àquilo que vivem e defendem.

6.4 OS DESDOBRAMENTOS DO TERRITÓRIO DE CONTESTAÇÃO À MINERAÇÃO NO PAMPA

Nas seções anteriores buscou-se demonstrar como a partir da chegada de projetos de megamineração no Pampa foi se formando um território de contestação. Este território heterogêneo se cria a partir do posicionamento dos atores em arenas específicas que através de suas atuações criam interfaces entre a temática da mineração e outras pautas e discussões que já estavam sendo realizadas a partir e através do Pampa, o que estamos entendendo enquanto campos de atuação: o campo da conservação da biodiversidade e sustentabilidade; o campo dos

povos e comunidades tradicionais e o campo do patrimônio imaterial. Como questão transversal a esses campos aparece a discussão do desenvolvimento, o que cria a possibilidade de se discutir os projetos de futuro para o bioma Pampa e a forma como a sociedade sul-rio-grandense tem se relacionado com ele.

O território de contestação não é fruto da imaginação ou projeção de nenhum ator específico e se gera justamente do entrecruzamento dos caminhos e atuações de diferentes atores que têm em comum o fato de contestarem os projetos de mineração no Pampa. O surgimento de um território de contestação é aqui visto como parte das respostas dos atores aos processos de desenvolvimento que os projetos de mineração integram. Um arranjo social emergente, não hierárquico e não institucional, ainda que composto por certas instituições da sociedade civil (associações, comitês e outras entidades).

Nesse processo de surgimento do território de contestação não há controle, nem coordenação das ações. Cada ator de forma autônoma e autodeterminada vai compondo o território, mobilizando e articulando forças e afetos, criando estratégias e argumentos a partir dos seus mundos de vida, dos seus conhecimentos e valores e dos coletivos e entidades de que faz parte. De forma rizomática o território expande-se, agregando novos significados, produzindo novos movimentos à medida que novos atores vão se integrando e criando agenciamentos que ampliam o território.

A forma como a professora Anabela articula o debate sobre mineração com a pauta sobre sustentabilidade no Pampa, conectando atores ligados a diversas atividades econômicas que ocorrem no bioma é um dos casos em que se amplia o debate sobre os riscos da mineração. Outro agenciamento interessante é feito a partir do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa que conecta a situação vivida no Rio Grande do Sul à realidade dos povos e comunidades tradicionais em âmbito nacional, levando a uma reacomodação da categoria pecuarista familiar que deixa de ser apenas um “outro tipo” de agricultor familiar e passa a ser visto como um povo que carrega tradicionalidade e vínculos singulares com o bioma Pampa.

Esse conjunto de ações e movimentos do território de contestação faz parte do que é entendido como as *contratendências* da modernidade nos processos de desenvolvimento (Arce; Long, 2000). Modernidade é aqui entendida como uma metáfora para “materialidades emergentes no ‘aqui e agora’, significados e estilos culturais vistos em relação à um estado passado de coisas” contraposto a ideia de modernização que é entendida como as iniciativas políticas pensadas e implementadas por elites tecnológicas e administrativas (Arce; Long, 2000,

p. 2). Nessa perspectiva os atores locais não apenas processam e dão significados às mudanças sociais, mas interferem no rumo dos processos a partir de suas agências, vinculadas à defesa dos seus espaços vitais. Não são meros receptores de intervenções desenvolvimentistas, mas cocriadores das mudanças.

Como uma contratendência, o território de contestação à mineração expressa a forma como os atores agenciam e negociam com certas noções-forças, como a de desenvolvimento, território, conservação da biodiversidade, sustentabilidade, patrimônio, bioma Pampa, povos e comunidades tradicionais etc. Os campos de ação do território vão mobilizando essas noções, construindo conhecimentos sobre os territórios, participando daquilo que Maristella Svampa (2013) chamou de *linguagens de valoração*, como parte da emergência de diversas lutas socioambientais na América Latina. Conforme esta autora, a partir da articulação entre atores diversos (movimentos indígenas-camponeses, movimentos ambientalistas, redes de intelectuais e pesquisadores, coletivos culturais) se realizam diálogos de saberes que levam ao surgimento de um *conhecimento independente* dos discursos dominantes e à valorização dos saberes locais.

Um dos objetivos do capítulo além de conseguir delinear o que se concebe enquanto um território de contestação foi também demonstrar o processo coletivo de construção de conhecimentos que se gerou no processo. Conhecimentos estes construídos na ação, dentro e fora de instituições de ensino e pesquisa, baseado nas práticas e subjetividades dos atores, suas relações sociais e seus vínculos com o bioma Pampa. A cartografia do território também pode ser entendida assim, como um mapeamento dos conhecimentos gerados, a partir das experiências e dos diálogos tecidos ao longo da pesquisa.

Os campos de ação do território de contestação se vinculam às práticas dos atores e à forma como articulam a luta contra a mineração com outras pautas e questões, levando para o “público” debates que poderiam não ocorrer se não fosse a articulação e mobilização desses atores. Há, portanto, a ampliação do debate público sobre o bioma Pampa, ou, poderíamos dizer, há a emergência de um “Pampa público” a partir das problemáticas sentidas em relação à expansão da mineração no bioma. O público aqui aparece como uma

Propriedade social, que se situa como uma propriedade diferente da propriedade privada, estatal e coletiva. O público emerge como a parte espacial da luta por limitar os excessos do mercado, do estado, mas também do controle normativo comunitário. O público é a força que se estende como uma propriedade refratária do espaço vital (Arce, 2013, p. 52, tradução própria)

Alguns processos mais recentes como a criação da “Coalizão pelo Pampa”, formada por diversos atores e instituições (muitos deles também compõe o território de contestação à

mineração), mostram a ampliação do debate público sobre o bioma Pampa, onde servidores públicos de órgãos ambientais, representantes de entidades da sociedade civil, pesquisadores e ambientalistas, de forma horizontal, debatem os principais problemas por que passa o bioma.

O território de contestação, pode-se dizer, gera e é gerado por variados movimentos formados pelos agenciamentos dos diferentes atores. São diversas as entradas ao território, os caminhos que cada ator percorre não seguem uma única linha, uma única raiz, mas seguindo cada qual a sua linha, formam um rizoma. Um território em constante transformação, aberto, instável. Por isso trata-se aqui de fazer um mapeamento e não um decalque.

Fazer um decalque seria aceitar que a luta contra a mineração é uma luta apenas de um grupo de pessoas (os pecuaristas familiares, os habitantes do Pampa ou outro nome que poderíamos dar) contra os projetos de megamineração. Dentro de uma visão que vem se cristalizando no Brasil a respeito dos conflitos socioambientais e das disputas territoriais trata-se de situar de um lado, “as comunidades tradicionais” e seus aliados e de outro os agentes ligados à expansão do capital (Guedes, 2013). Ainda que os conflitos se manifestem juridicamente dessa forma, também ocorrem processos de intercruzamento de agências e o próprio conflito possibilita movimentos criativos, mudanças subjetivas e emergências a partir dos encontros entre múltiplos atores com seus diferentes mundos de vida.

Há movimentos de expansão, onde as questões vividas pelos atores chegam a outras esferas de debate e há também movimentos de retração onde aquilo que é debatido em arenas maiores de diálogo gera novas significações para o que é vivido nos territórios de vida desses atores. Esses movimentos poderiam ser vistos como um espiral que se move por vezes de forma centrípeta e outras vezes de forma centrífuga, tendo por efeito manter os territórios vivos, mesmo que em meio a contradições e dilemas.

7 O TERRITÓRIO DA LÃ NO PAMPA: TRAMAS CRIATIVAS E PROCESSOS DE COOPERAÇÃO SOCIOMATERIAL

Ao longo da realização da pesquisa, um elemento ligado à vida campeira passou a chamar a atenção: o artesanato em lã de ovelha. Como uma prática ligada ao trabalho das mulheres no Pampa e às suas possibilidades de vida e criação, essa atividade parecia trazer elementos que ajudariam a pensar as transformações que estão sendo vividas no bioma. Encontrando algumas artesãs ao longo da pesquisa, conhecendo suas práticas e visualizando o conjunto de relações sociomateriais que se criam a partir do artesanato em lã foi se entendendo que havia um território da lã no Pampa.

Assim como apresentado no capítulo dois, parte-se aqui de uma perspectiva que não separa natural e social, mas que enxerga os ambientes como resultado das interações e relações entre seres humanos, seres não humanos, artefatos e suas materialidades. Aqui novamente aparecem as práticas territoriais (Arce; Charão-Marques, 2022) como a propriedade sócio material que leva os atores a interagirem com os materiais de um território, que podem emergir tanto das dinâmicas locais, quanto das influências do processo de globalização, ou a partir da interação entre ambas.

Os objetivos deste capítulo são: apresentar o conjunto de relações que *tecem* o território da lã, descrever as múltiplas formas de encontro com o artesanato em lã e a diversidade de formas que o artesanato assume e materializa, mostrar como o trabalho com a lã cria espaços de liberdade para as mulheres e por fim pensar como o artesanato em lã se apresenta como uma “linha de fuga” para as mudanças por que passam os territórios no Pampa, como possibilidade de alternativa ao desenvolvimento ao criar outro tipo de economia no bioma, para além de relações puramente mercantis e utilitaristas.

7.1 BREVE HISTÓRICO DO ARTESANATO EM LÃ E CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

O artesanato em lã de ovelha é uma prática tradicional na região da Campanha e sua história remete à necessidade de confecção de vestuário para a população rural enfrentar o frio da região e trabalhar no campo, o que ocorreu desde os primeiros momentos de ocupação dessa região pelos colonizadores¹.

¹ Não há informações precisas de como os povos originários do Pampa se protegiam do frio, mas tudo indica que era com peles de animais.

A prática da tecelagem, no entanto, é antiga e há indícios de que já era feita pelos povos originários antes da colonização europeia. Segundo Eggert *et al.*², (2011 *apud* Vargas; Fialho, 2018) nas missões jesuíticas já era possível verificar a existência de teares rústicos. Com a introdução de ovinos nos campos pelos europeus, começou a haver matéria prima para o desenvolvimento do artesanato e com a chegada de equipamentos como a roca, o fuso e o tear que já existiam na Europa, o trabalho com a lã foi facilitado (Vargas; Fialho, 2018).

Com o tempo a prática do artesanato em lã se tornou comum, estando presente nas estâncias de criação de gado, principalmente para produção de peças de vestuário e montaria. Com a oferta de roupas industrializadas e com o surgimento do fio de lã sintética foi perdendo espaço na economia, porém, continuou sendo realizada por algumas mulheres e grupos de artesãs tanto na zona rural como nas cidades da região da Campanha. Estas seguem sendo procuradas para a fabricação dos *xergões* (peça utilizada pelos campeiros na lida à cavalo, colocada entre o pelo do animal e a montaria), dos *palas* (tipo de poncho utilizado no inverno) e para a produção de roupas, acessórios e enfeites que hoje são procurados também pelo público urbano de dentro e fora do Brasil pelo seu sentido autêntico e pelo seu caráter ecologicamente sustentável³.

O artesanato em lã envolve diferentes processos e diferentes técnicas. Até chegar na produção das peças e tecidos se passam pelas seguintes fases: primeiro se têm a criação das ovelhas no campo nativo. Quando o animal já está adulto é realizada a esquila (retirada do pelo da ovelha) feita geralmente no final do ano (de novembro a dezembro). Posteriormente tem-se a lavagem para se retirar a gordura e sujeiras que ficam na lã. Após a lavagem se faz a abertura da lã (onde se desfiam os velos) e a cardagem, onde a lã é separada por uma escova de aço e transformada em mechas. Para a obtenção do fio, passa-se as mechas de lã na roca (movida a motor ou pedal) ou no fuso⁴, para depois passar para o tear, onde serão feitos os tecidos que darão origem às peças e por fim a costura, para o acabamento. Existem também a técnica do tricô, em que ao invés de ir para o tear, os fios são tecidos por agulhas, a técnica da feltragem,

² EGGERT, Edla *et al.* A produção da tecelagem num atelier de Alvorada, RS: a trama de pesquisar um tema invisível. *In*: EGGERT, Edla (Org.). Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 77- 96

³ Atualmente no mundo da moda existe a procura pela chamada “slow fashion”, termo cunhado pela escritora de moda Ângela Murrilis que busca criar uma moda que preze pela diversidade, pelo local em detrimento do global, pela confiança entre produtores e consumidores, pela produção em pequena e média escalas e por preços que incorporem custos sociais e ambientais. Fonte: <https://www.ecycle.com.br/slow-fashion/>

⁴ O fuso é um instrumento de madeira composto por uma vara e um círculo de madeira maciça, é arredondado, fino nas extremidades e mais grosso no meio. Existe o fuso de chão e o fuso pendente. é utilizado para criar o fio da lã.

em que ao invés de se produzir os fios, as mechas de lã são unidas umas às outras com água morna ou com uma agulha específica, e também as técnicas do colchonilho e da esmirna⁵ etc.

Cada artesã desenvolve o trabalho da sua maneira, a partir dos aprendizados que teve, seja a partir da observação e acompanhamento com mães, tias e avós, seja a partir de cursos e oficinas. Ao observar o trabalho de cada artesã, vemos que existem singularidades e relações específicas com a materialidade da própria lã e dos territórios em que habitam que se criam a partir das conexões que o artesanato propicia, seja no cuidado com ovelhas e cordeiros, seja na lavagem, abertura e cardagem da lã, seja nas experimentações de tingimento com plantas e raízes presentes nos campos e capões de mato, seja na tecelagem ao criar padrões e desenhos com lã.

Um elemento fundamental para a formação do território da lã são as formas de acesso ao material. As transformações que ocorreram na cadeia da ovinocultura influenciaram a disponibilidade de lã para o artesanato. A realidade atual da ovinocultura é bem diferente da década de 1980. Até este período existia um sistema cooperativo forte que fazia escoar a maior parte da produção. Com o início da oferta de tecidos sintéticos e com os grandes estoques australianos de lã no mercado têxtil internacional ocorre uma crise na ovinocultura de raças laneiras no Brasil (cujos rebanhos ficam em sua maior parte no Rio Grande do Sul). Esta crise não desestruturou totalmente o setor, mas o modificou, fazendo diminuir os rebanhos. Ainda assim, muitas propriedades, em especial de pecuaristas familiares mantiveram a criação de ovelhas, mesmo em pequeno número, adaptando-a para as novas condições de comercialização e manejo.

Hoje em dia, a maior parte da lã produzida e de melhor qualidade é exportada. As artesãs que não conseguem obter a matéria prima a partir de produções próprias de ovelhas tem que adquiri-las com outras artesãs, através de doação ou de compra direta com produtores e cooperativas, em alguns lanifícios ainda existentes e através das chamadas “barracas”⁶. Há discussões acerca da comercialização e o acesso à lã para o artesanato, visto que as barracas costumam pagar um valor menor ao ovinocultor e algumas cooperativas só vendem em grandes

⁵ Ponto Esmirna é uma técnica utilizada para confecção de tapetes e colchonilho é uma técnica que utiliza mechas de lã costurada junto a uma redinha e fica parecido com um pelego, também servindo na montaria.

⁶ As barracas são espaços de comercialização nessas regiões produtoras de lã que trabalham alguns meses do ano, durante o período de esquila dos animais. São empresas que compram a lã crua de produtores e exportam para o Uruguai e são as principais concorrentes das cooperativas e das indústrias. Já as cooperativas de lã têm um custo operacional o ano todo, pois atuam em todas as etapas de criação acompanhando ovinocultores cooperados, disponibilizando esquiladores e veterinários para atender as demandas da criação. Muitos criadores destacam que há dificuldade na garantia de venda da lã crua devido às baixas aberturas no mercado de vendas. A grande maioria é exportada e o valor pago aos ovinocultores acaba desestimulando a produção de lã.

quantidades os fios de lã, o que para as artesãs se torna inviável, pois adquirem aos poucos o material, conforme a demanda. As diversas formas que as artesãs encontram para ter acesso à matéria-prima se tornam parte importante, portanto, do que está sendo entendido como um território da lã, como será mostrado nas seções seguintes.

7.2 RECONHECENDO A OVINOCULTURA E O ARTESANATO EM LÃ NOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS

Desde as primeiras visitas realizadas na região do Taquarembó em Lavras do Sul, apareceu a criação de ovelhas e a prática da esquila como elemento ligado ao território. Essas são práticas antigas no município. Mesmo que, hoje em dia, tenham diminuído muito os rebanhos de ovinos, estes ainda estão presentes em boa parte das propriedades rurais. As ovelhas além de fornecerem carne para o autoconsumo das famílias, produzem a lã que é um item comercializável. Até a década de 1980 essa era a principal atividade comercial das famílias que superava inclusive a pecuária de gado de corte. Isso se devia à existência de cooperativas na região⁷ que compravam a lã dos produtores para vender para as indústrias de fabricação de tecidos e fios de lã. Com o surgimento dos fios sintéticos e o processo de desvalorização da lã brasileira no mercado internacional começam a diminuir os rebanhos.

Na atualidade, a atividade permanece existindo, mas não com a força que possuía anteriormente. Isso provocou, de acordo com relatos de moradores do Taquarembó, a saída de muitas pessoas do campo, pois a ovinocultura é uma atividade mais exigente em termos de cuidados e, portanto, necessitava de mais mão de obra. Com a queda da produção de ovinos também diminuiu a demanda por mão de obra e conseqüentemente a população do campo. Seu Sadi Machado Oliveira, senhor de noventa anos residente do Taquarembó, lembra de como a região era habitada há cerca de cinquenta anos atrás. Segundo ele, havia vários vilarejos onde habitavam os trabalhadores que se ocupavam como peões e empregados nas fazendas, mas também como artesãos, domadores, alambradores etc.

Seu Sadi é campeiro, sabe realizar as lidas de campo e ensinou os filhos a trabalhar no campo, cuidando do gado e das ovelhas. Não é natural da região do Taquarembó, mas viveu ali desde que se casou. Sua filha Luciana e seu genro Edegar moram junto com ele na propriedade

⁷ Em Bagé existia a Cooperativa Bageense de Lãs - Coobagelã que era uma das maiores da região, pois recebia a produção de vários municípios. Havia também cooperativas em outros municípios da fronteira, como em Uruguaiana, Santana do Livramento, Jaguarão e Quaraí que são até hoje grandes produtores de ovinos.

e além da criação de animais, também mantém um “hortão” onde cultivam alguns alimentos para o consumo da família.

No dia em que os conheci, eles estavam realizando a esquila das ovelhas no galpão. Edegar no centro agachado segurando uma ovelha “maneada”⁸ e Gilberto (filho adotivo de Seu Sadi) próximo ao portão junto com seu filho também em cima de uma ovelha. Ambos faziam a esquila com uma tesoura grande de ferro, a chamada “esquila à martelo” (Ver figura 43), técnica mais tradicional de tosa das ovelhas. Sentado perto de uma das paredes do galpão estava Seu Sadi observando tudo com um sorriso no rosto. No lado oposto estavam os arreios pendurados e um balcão de madeira. Ao fundo do galpão alguns feixes de lã amarrados. Tanto Seu Sadi como Edegar⁹ se lembraram no período áureo da ovinocultura na região e de quando essa atividade começou a decair na década de 1980, o que ocorreu de forma concomitante ao aparecimento dos plantios de eucalipto, que hoje ocupam algumas áreas na região de Três Estradas e Taquarembó.

Figura 43 - Edegar Franco com ovelha maneada fazendo esquila “à martelo”



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, novembro de 2019)

A partir da pesquisa de campo, que foi realizada no âmbito de um projeto de pesquisa sobre cooperação, criatividade, sociobiodiversidade e relações de gênero¹⁰, comecei a buscar juntamente à equipe da pesquisa as experiências com artesanato em lã na região. Foi através de

⁸ Quando o animal fica com as patas amarradas a fim de não fugir.

⁹ Edegar e sua esposa Luciana trabalharam por muito tempo na ARCO – Associação Brasileira dos Criadores de Ovinos e são, portanto, defensores da ovinocultura.

¹⁰ O projeto de pesquisa chamado “Cooperação, Criatividade e Sociobiodiversidade: uma questão de gênero” fez parte da chamada CNPq-SESCOOP (Nº007-2018) e foi coordenado pela professora Flávia Charão-Marques.

Edegar Franco que consegui o contato de Alice Araldi, técnica da Emater-RS, que trabalha prestando assistência técnica à Associação Tecelagem Lavrense. Esta é uma associação formada por artesãs da lã de diversas localidades do município de Lavras do Sul. A partir desse contato com Alice, começamos a conhecer a associação e seus associados. Já através de Vera Collares, conhecemos artesãs de outros municípios da região da Campanha como Bagé, Encruzilhada do Sul e Dom Pedrito.

Depois de realizar as primeiras pesquisas de campo, no ano de 2021¹¹, começamos a visualizar o que seria um território da lã no Pampa. O que está sendo entendido como um território da lã remete à diversidade sociocultural e biológica e às configurações sociomateriais que se desenvolveram na região que compreende o bioma Pampa, no sul do Rio Grande do Sul, através das práticas associadas ao artesanato em lã de ovelha. Mas, remete principalmente ao trabalho das mulheres, à sua agência e à forma como *tecem* territórios de vida a partir da prática do artesanato em lã. Observando como se dá a produção artesanal, da criação das ovelhas até a feitura das peças, é possível perceber que existe um conjunto de associações e processos de cooperação entre as artesãs-pecuaristas, ovelhas, plantas nativas dos campos, aguadas naturais, equipamentos de trabalho etc. Trata-se assim de um território *entramado* pela lã que começa na criação dos animais e no seu cuidado e vai até a produção das peças artesanais, na sua comercialização e uso.

7.3 AS RELAÇÕES QUE TECEM O TERRITÓRIO DA LÃ: A ASSOCIAÇÃO TECELAGEM LAVRENSE

Começamos a descrever as relações que compõem o território da lã a partir do contato que tivemos com os artesãos da Associação Tecelagem Lavrense. Esta associação existe há mais de trinta anos no município de Lavras do Sul e reúne, hoje em dia, em torno de 25 artesãos. Tem existido como grupo informal e recentemente se formalizou como associação. Sua história tem a ver com a histórica presença do artesanato em lã na zona rural de Lavras do Sul e com a atuação da Emater-RS no município. Essa atuação se deu primeiramente através de Mariluce Chagas, técnica da entidade que ao reconhecer a existência do artesanato em lã em várias localidades de Lavras do Sul, resolveu organizar oficinas e reuniões, o que levou à criação de grupos de artesãos, entre eles o grupo da Tecelagem Lavrense. Mais recentemente, o grupo tem

¹¹ Neste período, começou a ser possível estabelecer contato com as pessoas devido à campanha de vacinação para COVID-19.

contado com a atuação da técnica-extensionista Alice Prestes, também funcionária da Emater-RS.

Alice, além de extensionista, também é artesã. Seu vínculo com o artesanato se deu através de sua mãe, que foi uma das fundadoras da Fundação Pery Souza, instituição onde eram ministrados cursos de artesanato em lã para as estudantes internas nas décadas de 1970 e 1980. Essa fundação foi criada em Lavras do Sul para receber as estudantes que estavam se formando para serem professoras na zona rural. Quando Alice tinha aproximadamente treze anos, sua mãe a colocou no curso de artesanato, para não ficar com as tardes livres. Assim, por dois anos Alice aprendeu a abrir lã, cardar, fiar e tecer. Mais tarde, quando prestou concurso para a Emater/RS, foi esse curso que lhe rendeu uma boa pontuação e fez com que ela entrasse para a instituição em que trabalha até hoje. Alice atuou em outras regiões do estado e há aproximadamente cinco anos retornou para Lavras com a intenção de continuar o trabalho com o artesanato em lã. Desde então tem se dedicado a auxiliar o grupo Tecelagem Lavrense a conseguir melhores formas de comercialização, acessar projetos de financiamento, realizar e participar de eventos e exposições e envolver mais pessoas, principalmente jovens, no artesanato.

Em relação às trajetórias de encontro com a lã e com o artesanato observamos que mesmo dentro da associação não há um caminho homogêneo, mas que para cada artesão há uma experiência de encontro com essa prática, o que desmistifica algumas narrativas cristalizadas do artesanato como uma atividade tradicional realizada paralelamente à pecuária nas grandes estâncias de criação de gado. As narrativas que tivemos acesso mostram que o artesanato esteve presente em diferentes realidades, tanto em grandes fazendas como em pequenas propriedades de trabalhadores rurais e que seu aprendizado se deu tanto em contextos familiares quanto em cursos e oficinas organizados por instituições de assistência técnica e extensão rural.

No caso da família dos Batistas, por exemplo, artesãos ligados à Tecelagem Lavrense e residentes na localidade do Jaguari em Lavras do Sul, o artesanato em lã era uma atividade já realizada há algumas gerações. A mãe, Dona Hilza, aprendeu com sua mãe, que por sua vez aprendeu com a mãe dela. Dona Hilza trabalhava com artesanato para sustentar os filhos e comprar aquilo que ela e seu marido não produziam na propriedade. Segundo nos contaram, quando os filhos eram pequenos a família não criava ovelhas e as lãs utilizadas no artesanato eram conseguidas com vizinhos produtores, mas era uma lã difícil de trabalhar, já que as lãs de melhor qualidade eram direcionadas para as cooperativas. Posteriormente a família passou a criar ovelhas e hoje as lãs de melhor qualidade vão para o artesanato. Atualmente, são quatro

irmãos e a mãe que participam da produção artesanal com a lã. Uma das marcas do seu artesanato é o tingimento natural da lã com plantas e raízes nativas.

Outra artesã da Tecelagem Lavrense, Teresinha Dutra Marques, teve uma trajetória diferente de encontro com o artesanato. Na sua família não existia o hábito de produzir peças de lã, mas sua mãe fazia parte de um Clube de Mães na cidade de Bagé onde fazia artesanatos variados e Teresinha que, na época, era pequena, a acompanhava. Mais tarde, quando já estava casada e morando na zona rural de Lavras, conheceu o artesanato em lã a partir de cursos organizados pela Emater-RS. A partir daí ela passou a desenvolver a prática, inicialmente com o curso de fiação e posteriormente com o curso de tecelagem, primeiro no tear primitivo e depois no tear de pente *liço*. Foi com o tempo que conseguiu adquirir os equipamentos, como o fuso, a roca, a carda, os teares etc. Na propriedade em que mora, que é herança da família do marido, não se criam muitas ovelhas, pois, o marido, Seu Bento, prefere criar gado bovino, e ela sozinha não consegue ter tempo para realizar as tarefas domésticas, fazer o artesanato e cuidar das ovelhas. Assim, Teresinha utiliza a lã produzida na propriedade e consegue o restante com produtores da redondeza. Teresinha realiza todas as fases do processo artesanal (contando com ajuda de outros artesãos em algumas fases) e participa ativamente das ações da associação, conciliando seu tempo com as atividades de casa e com as encomendas de peças artesanais.

7.3.1 O artesanato dos Batistas

Numa visita guiada por Alice da Emater-RS até a localidade do Jaguari em Lavras do Sul fomos na propriedade da família Batista. Lá conhecemos quatro dos treze irmãos: André, Zenaide, Jorge e Neusa, além das duas filhas de Zenaide e o filho de Neusa. A mãe, Dona Hilza, que também é artesã, não estava presente. A família Batista trabalha há bastante tempo com a lã. Quando tinha os filhos pequenos, Dona Hilza fazia o artesanato como forma de geração de renda. O marido além de trabalhar como peão em fazendas da região era lavrador e cultivava alimentos na terra em que viviam, o que servia para alimentar a família. Os filhos cresceram vendo a mãe cardar, fiar, tecer e foram aprendendo a arte da lã. Hoje em dia, as duas filhas, Neusa e Zenaide trabalham com o artesanato junto com a mãe e André e Jorge auxiliam na criação das ovelhas, na construção dos equipamentos utilizados no artesanato e na coleta das plantas para tingir a lã.

Figura 44 - Família Batista durante gravação do filme "Pampa da lã"



Fonte: acervo de Larissa Jacobsen (Lavras do Sul/RS, setembro de 2021)

Como relatamos anteriormente na época em que os filhos eram pequenos a família não criava ovelhas e Dona Hilza conseguia a lã com produtores da região, o que fazia com que tivessem acesso apenas a uma lã de pior qualidade, pois na época (décadas de 70 e 80) a melhor lã era vendida para as cooperativas. Muitas vezes, o produtor doava a lã e pedia um “xergão” em troca, sem pagar pela peça, apenas deixando a lã que sobrava como “pagamento”. Como relatou Zenaide, na maioria das vezes, era a lã preta que era trazida pelos produtores ou uma lã muito difícil de trabalhar, que tornava necessário deixar os velos aquecerem na chapa do fogão à lenha para amolecer a pele e aí então ser possível lavar, abrir e cardar. Segundo André, essa baixa qualidade da lã refletia uma baixa sanidade dos rebanhos da época, falta de tosa, de medicação e de banhos. Dessa forma, o artesanato realizado por Dona Hilza era feito a partir de um aproveitamento da lã que seria descartada pelos produtores, pois não existia uma produção de lã voltada para o artesanato, como hoje em dia é feito pela família.

O acesso à terra era bastante precário, foi depois de muitos anos que Jorge, um dos irmãos, conseguiu comprar uma área de campo através do programa de financiamento “Banco da Terra”¹² no início dos anos 2000. Além da criação de animais, eles continuam com a prática do plantio de itens alimentares. A casa de André, no dia em que o visitamos, estava cheia de espigas de milho, beterrabas e abóboras plantadas por ele. André, além de lavrador e criador de

¹² Programa do governo federal de crédito fundiário que visa facilitar de aquisição de áreas rurais por agricultores com poucas terras ou sem acesso à terra.

ovelhas, é esquilador e realiza trabalhos temporários em fazendas, sendo por vezes chamado para realizar cursos sobre esquila Tally-Hi¹³.

Além de realizar todas as etapas do trabalho com a lã, desde a criação das ovelhas até a feitura das peças, a família Batista é reconhecida por possuir técnicas que tornam seu artesanato diferenciado. Uma dessas técnicas é o tingimento com plantas e cascas de árvores. Entre as folhas, raízes e cascas utilizadas está a raiz de São João, a “barba de pedra” ou erva da pedra, a casca da araucária, o caroço de abacate, a “barba de pau”, o alecrim (vassoura), a carqueja, a casca de cebola, a folha do eucalipto, a casca da “curunilha”, o “cambuí”, a casca da figueira e a macela. A partir do tingimento com esses materiais se consegue vários tons de verde, amarelo, laranja, rosa e vermelho, além do branco, acinzentado, marrom e preto que já existe naturalmente na lã. Algumas das plantas hoje usadas pelos irmãos já eram utilizadas pela mãe, outras foram sendo adotadas a partir de experimentações, com plantas que eles encontram pelos campos e nas áreas de mata.

Figura 45 - Zenaide Batista fiando no fuso e atrás dela uma manta de lã tingida com plantas e raízes



Fonte: acervo de Larissa Jacobsen (Lavras do Sul/RS, setembro de 2021)

O processo de tingimento se dá da seguinte maneira: após a produção dos fios, coloca-se os novelos em panelas com os chás das folhas, raízes ou cascas. Segundo Zenaide, uma das irmãs, quanto mais tempo a lã fica na panela fervendo junto com as plantas, mais forte fica a coloração. Também utilizam pregos enferrujados para fixar melhor o tingimento.

¹³ Esquila Tally-Hi é uma técnica de tosa feita com máquina elétrica, em que não se precisa “manear” a ovelha, ou seja, prender suas patas, o que segundo André Batista, confere maior bem-estar para o animal.

Figura 46 - Painéis em fogão à lenha para tingimento dos fios de lã na casa de André Batista



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, setembro de 2021)

Outra marca do artesanato dos Batistas é que eles utilizam apenas um tipo de tear, que é chamado de tear “primitivo”. Esse é um tear que fica apoiado na parede e suas peças podem ser fabricadas em casa. Trata-se de um quadro com duas ripas de madeira na vertical e duas ripas menores na horizontal, encaixadas umas nas outras, com um arame de ferro e um bambu no centro fixados pelos fios de lã. Segundo Zenaide, esse é o único tipo de tear que eles utilizam, pois era o tear que sua avó utilizava e que eles são mais habituados. Alice também comentou que o ponto “dos Batistas” no tecido é único, pois a forma de “bater” o fio no tear confere uma característica própria ao tecido. Outra característica observável é a finura dos fios produzidos pela família, o que também confere uma aparência bonita ao tecido. Segundo Zenaide, apenas recentemente sua mãe conseguiu comprar uma roca, antes ela trabalhava apenas com o fuso de chão, um instrumento mais rudimentar e que exige mais tempo de trabalho e que geralmente é utilizado para fazer fios mais grossos.

Os irmãos fazem parte da Associação Tecelagem Lavrense, mas a maior parte do trabalho é feita de forma independente. Segundo Zenaide, a associação lhes ajuda no momento de comercializar as peças, através de feiras e exposições e de encomendas. O trabalho de produção das peças é realizado individualmente por cada artesão da família. Apenas em alguns momentos eles se reúnem para trabalhar juntos ou então trocam fios e instrumentos de trabalho. Zenaide e Neusa que são as filhas que mais trabalham com o artesanato relatam que devido às outras tarefas de cuidado com a casa e os filhos, conseguem produzir apenas nas horas vagas. A mãe, dona Hilza é quem mais consegue trabalhar com o artesanato, pois já está aposentada e não depende de outras atividades para sobreviver.

É interessante observar no caso dos irmãos Batista, que seu artesanato surge e se desenvolve a partir de um aproveitamento dos materiais disponíveis (lãs, madeiras para construir equipamentos, plantas para tingir etc.). O fato de o artesanato ser uma prática antiga na família, junto com contingências geradas pelo relativo isolamento de habitar uma zona rural e o difícil acesso à matéria prima, propiciou o desenvolvimento de uma forma própria de fazer o artesanato, o que confere características particulares aos tecidos e peças produzidos por eles. O artesanato é uma expressão material de uma relação “íntima” com a lã e com o território.

A cooperação com plantas e materiais disponíveis foi e é extremamente importante para o tipo de artesanato que realizam, uma cooperação que começa no entorno das casas e se expande, hoje, chegando até outros estados do país com o uso dos celulares e das redes de internet à disposição para a população rural, que facilita a comercialização das peças.

7.3.2 A casa de dona Teresinha e a materialidade do trabalho com a lã

Dona Teresinha e seu esposo vivem na localidade do Ibaré em Lavras do Sul, numa propriedade que fica na beira da estrada. Ela é uma das artesãs mais antigas da Associação Tecelagem Lavrense e sua casa é utilizada para algumas reuniões do grupo. Ao conhecer a casa de Teresinha é possível ver diversas marcas do trabalho com o artesanato em lã materializadas no espaço físico. Na parte esquerda da casa fica seu ateliê com os teares, com a roca, a cardadeira e as estantes e armários onde ela guarda a lã e algumas peças produzidas. Pendurados no teto ficam algumas peles de ovelha que ela transforma em tapetes. Recentemente ela instalou uma lareira no ateliê e assim pode trabalhar no período de inverno, nas horas mais frias do dia e da noite. Esse espaço do ateliê ela conseguiu construir depois de algum tempo trabalhando com o artesanato, a partir dos ganhos que passou a ter e da necessidade de ter um espaço inteiramente dedicado para o trabalho com a lã.

Figura 47 - Ateliê de Dona Teresinha

Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, agosto de 2021)

Na parte de trás da casa, junto a um afloramento de rochas, há outro espaço de trabalho de Teresinha. Ali, ela fez uma pequena lavanderia para lavagem das lãs e peles e um fogão onde faz o tingimento dos fios. Nesse local também ficam algumas árvores frutíferas e as galinhas de criação. Passando por um portão vamos para a parte de trás do terreno onde começa o campo, ali já vemos algumas ovelhas e cavalos pastando. Dona Teresinha contou que foi depois de algum tempo trabalhando com o artesanato que o marido aceitou criar mais ovelhas, pois achava que elas davam muito trabalho em comparação com o gado bovino. Antes de trabalhar como artesã ela criava alguns cordeiros “guachos” e umas vacas de leite junto com o filho mais velho, de onde tiravam leite e faziam rapadura para vender.

A área de campo atrás do quintal se estende um pouco à esquerda do terreno e mais abaixo começa uma área de mata que vai descendo até a sanga, um riacho que passa na parte mais baixa do campo. Seguindo uma trilha em meio à mata vemos várias plantas nativas, que Teresinha contou utilizar como chá (como a “carquejinha”) e para tingir a lã (como a vassoura, também chamada de alecrim). Na beira da sanga, há algumas rochas e um espaço onde foi construído um barracão para a lavagem das lãs que conta com três banheiras fixadas sobre suportes de madeira e uma caldeira que serve para esquentar a água. Essa estrutura foi feita a partir do projeto “RS Rural” para o grupo Tecelagem Lavrense e facilitou o trabalho das artesãs, que passaram a fazer encontros coletivos para lavar a lã em grande quantidade, aproveitando a disponibilidade de água ali presente.

A sanga está no leito do arroio Jaguarizinho que nasce na região das Três Estradas e desemboca no Rio Santa Maria. Do outro lado da sanga, numa parte mais alta existe uma grande plantação de eucaliptos que Teresinha contou ser de um proprietário que cultivava as árvores para vender a madeira. O marido de Teresinha, Seu Bento, também comentou que do outro lado da estrada pretendem plantar soja, o que tem deixado a família um pouco preocupada. Além das águas que podem ficar contaminadas devido aos agrotóxicos, o genro e a filha de Dona Teresinha criam abelhas nativas e sua produção de mel poderia ficar prejudicada.

Para trabalhar com a lã, Dona Teresinha conta às vezes com a ajuda de alguns vizinhos. Uma delas é Dona Elza, uma senhora moradora do povoado de Ibaré que a ajuda no processo de cardar. Também há um rapaz que a ajuda na lavagem e outra artesã que vive próximo que lhe fornece peças para ela vender nas feiras e exposições. Como Teresinha não produz toda a lã que utiliza, ela compra de um jovem criador de ovelhas que mora perto de sua casa.

É possível observar como o artesanato em lã hoje está materializado nos espaços da casa de dona Teresinha. A partir das práticas relacionadas ao artesanato e da interação e engajamento com aquele ambiente e com os entes ali presentes, sejam eles as pedras, a sanga, o mato, as plantas e o campo foi-se desenhando o espaço, aproveitando o que ele oferecia e construindo-o de forma a permitir a realização do trabalho artesanal, seja o trabalho diário realizado por ela, seja nos encontros coletivos do grupo Tecelagem Lavrense.

Figura 48 - Dona Teresinha e Dona Elza mostrando o processo da cardagem



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, setembro de 2021)

São essas práticas de engajamento com o mundo e de construção de territórios que estamos chamando de práticas territoriais (Arce; Charão-Marques, 2021). Estas são permeadas

por múltiplos afetos e estão vinculadas aos conhecimentos dos atores em sua interação com o mundo, em especial com a materialidade presente nos seus territórios de vida.

A materialização da prática do artesanato na casa de Teresinha se deu ao longo do tempo de trabalho como artesã. À medida que foi se capacitando, foi aprendendo a “lidar” com a matéria prima que é abundante na região¹⁴ e passou a criar peças a partir desse contato e familiarização com a lã. Um diferencial no seu trabalho é que ela trabalha não apenas com a tecelagem, mas também com as peles das ovelhas abatidas, um material que geralmente é descartado pelos produtores. Com as peles ela faz tapetes, revestimento de banquinhos e outras criações. Nos teares trabalha com o tear primitivo (de parede) e o tear de “pente liço” onde cria os tecidos que depois viram peças de vestuário. No tear de prego dona Teresinha faz os xergões que ela tece com ponto duplo e sempre com duas cores, branco e preto ou cinza e branco, que são as cores naturais da lã. Ela também faz tingimento com plantas ou corantes artificiais.

Figura 49 - Dona Teresinha tecendo no tear de pente liço



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, setembro de 2021)

7.3.3 As tessituras do trabalho coletivo

Cada artesão da associação Tecelagem Lavrense realiza o trabalho individualmente em suas casas, mas por vezes se reúnem para fazer algum tipo de atividade. É o caso da lavagem das lãs que é feita em forma de mutirão. Numa das vezes que as acompanhei trabalhando, as artesãs se reuniram num dia de campo para fazer essa lavagem na casa de Dona Teresinha onde

¹⁴ Mesmo que em comparação com a década de 1970 o volume do rebanho de ovinos tenha diminuído no município de Lavras do Sul, ainda há um número expressivo e a prática da criação de ovelhas, mesmo que não tenha uma importância econômica muito grande, segue sendo feita em muitas propriedades.

há, conforme foi mostrado na seção anterior, uma estrutura montada para isso. A seguir, encontra-se um trecho do diário de campo desse dia:

Encontrei Alice em frente à sede da Emater-RS de Lavras. Ela estava carregando o carro com as coisas para o mutirão. Junto com ela estava uma senhora que também iria junto. Alice me apresentou ela, disse que era dona Nilza, que entrou recentemente na Tecelagem por conta da campanha “Reculuta” que foi feita nas redes sociais para chamar artesãs que já haviam participado da associação ou que já tinham experiência com o artesanato em lã e que quisessem se juntar novamente ao grupo, pois estavam com dificuldades de ter artesãs com disponibilidade para trabalhar. Alice terminou de colocar as coisas no carro e saímos. No caminho fomos conversando, ela foi contando algumas novidades do grupo como uma encomenda que um *designer* de Porto Alegre havia feito recentemente por tecidos. Segundo ela trata-se de um projeto para fazer peças de roupa com tecido artesanal, num padrão “*slow fashion*” a ser apresentado na Europa e que a associação está avaliando se conseguem dar conta do pedido. Dona Nilza e Alice também falaram que esse ano foi bem difícil a venda das lãs, pois o preço pago está muito baixo, o que fez com que muitos produtores não vendessem, deixando as lãs guardadas nas propriedades. Chegando na casa de Dona Teresinha, descarregamos as coisas e Alice foi até o povoado de Ibaré que fica a poucos quilômetros para buscar dona Elza.

[...] Logo Alice chegou com dona Elza. Esta desceu do carro com sua bengalinha e veio sorridente em direção à casa. Começamos a nos organizar para descer para a sanga onde aconteceria a lavagem das lãs. Dona Teresinha catou umas panelas e pratos na cozinha e fomos descendo a pé, Alice levou as coisas de carro. No caminho passamos pelas ovelhas e algumas terneiras de dona Teresinha. Seu Bento estava no campo trabalhando com o gado e viria depois para o almoço. Fomos descendo e conversando, Teresinha e Nilza à frente e eu e Elza atrás. Dona Elza foi falando de algumas ervas do mato que ela usa como remédio. Da outra vez que nos encontramos ela havia contado que por muito tempo trabalhou cortando lenha no mato¹⁵. Chegamos lá embaixo e Alice já havia descarregado as coisas. Teresinha começou a organizar o espaço para a lavagem. Primeiro improvisou um fogão à lenha onde seria esquentada a água e onde faríamos o churrasco. Eu e dona Nilza começamos a organizar umas lenhas para fazer o fogo. Enquanto isso, Alice organizava as lãs que seriam lavadas, ela havia trazido duas sacolas de lã que haviam sido esquiladas na propriedade do irmão. Com o fogo feito, Teresinha colocou a panela com água para ferver para a lavagem das lãs e preparou as carnes de ovelha e galinha que foram colocadas em uma grelha posta em pé próximo ao fogo. De um jeito “bem campeiro” organizamos o espaço para o trabalho e em pouco tempo já estava encaminhado nosso almoço. Dona Nilza comentou que adora esse tipo de “coisa”, de trabalhar junto, num espaço aberto e de forma mais descontraída.

Na laje de pedra que fica na margem da sanga, Alice e dona Elza começaram a separar as lãs. Havia necessidade de separar as partes que poderiam ser aproveitadas daquelas que seriam descartadas, como as que ficam próximo ao ânus dos animais e das patas que elas chamam de “garras”. Uma das sacolas estava com bons “velos” de lã, porém a outra estava com pedaços pequenos, que seriam de borregos (cordeiros novos cuja lã ainda não é longa o suficiente para ser usada no artesanato) segundo Alice. Ela ficou visivelmente irritada nessa hora, pois teria pego o saco errado com seu irmão, com uma lã inaproveitável para o artesanato. Reclamou do pessoal que trabalha esquilando que segundo ela não tem um cuidado em preparar a lã para o artesanato. (Diário de campo realizado em 18 abril de 2022.)

¹⁵ Dona Elza é uma senhora negra. Outros relatos de pessoas negras da campanha como de seu Nildo do Rincão do Inferno apontam que a prática da retirada de lenha no mato e sua venda foi uma das alternativas de renda da população negra sem-terra na região.

A partir dessa narrativa é possível captar alguns dos elementos e possibilidades do trabalho coletivo com a lã realizado pela Tecelagem Lavrense. Primeiramente a possibilidade de modificar um pouco a rotina. Esses dias de campo parecem ser bastante prazerosos tanto para Alice que sai um pouco do escritório da Emater-RS como para as artesãs que podem deixar as rotinas de trabalho doméstico de lado e se juntar para trabalhar, conversar e ter momentos de lazer juntas. O prazer e a liberdade entram aí associados ao trabalho com a lã.

Outro elemento é a possibilidade de uma pessoa como dona Elza, que não tem uma produção própria de peças artesanais, poder participar do trabalho da associação e contribuir dentro das suas condições de idade e de saúde (algumas dificuldades de locomoção fruto de um problema de circulação). O trabalho coletivo inclui as pessoas, restaurando, portanto, um sentido de pertencimento em comunidade.

Figura 50 - Dona Elza e Alice selecionando as lãs para serem lavadas



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

A atuação das técnicas da Emater-RS é importante nesse sentido. Como foi possível observar, através dos recursos da empresa (carro, escritório, equipamentos) Alice consegue dar suporte e garantir a participação de pessoas e famílias com menos condições financeiras que habitam a zona rural de Lavras do Sul. O sentido terapêutico do artesanato em lã também é algo desenvolvido por ela. A partir dos estudos que realizou ela descobriu que a lã possui propriedades terapêuticas. A respeito dessas propriedades ela relatou que:

[...] a gente explora vários aspectos da lã. A lã tem características muito interessantes. Ela é uma fibra que é oca, então, ela é tipo um canudinho. Por isso que ela tem uma ação térmica. Ela não troca temperatura. Ela vai conservar a temperatura do que tá dentro da coberta, da roupa, evitando uma troca rápida. Ela vai ser térmica tanto pro frio quanto pro calor. Tanto que, no deserto, a gente tem muitos povos que usam a lã pra poder suportar o calor do deserto. Ela tem várias propriedades também. Ela absorve energia estática. Com isso, hoje em dia, a gente usa muito o sapato de borracha, tem menos contato com a natureza, vive em ambientes que não são tão naturais, então, acaba acumulando uma energia estática que dá cansaço, e desgaste físico. Às vezes até uma dor de cabeça ou um desconforto. Ela tem a propriedade de promover isso. Além de ser confortável, de ser bonita, ela também promove um descanso porque tu descarregas esse excesso de energia estática do corpo ali também. (Alice Prestes, setembro de 2021.)

Assim os momentos de trabalho coletivo não são apenas de produção, mas também de terapia para artesãos e artesãs. Dona Elza comentou que entre o que lhe faz gostar de trabalhar com a lã é que além de render um “dinheirinho”, também lhe “ocupa o tempo e a cabeça”.

Figura 51 - Dona Nilza e Dona Elza lavando as lãs



Fonte: elaborado pela autora (Lavras do Sul/RS, abril de 2022)

Além da lavagem das lãs, acontecem reuniões na sede da Emater-RS em Lavras para produzir sabão, confeccionar peças, aprender novas técnicas etc. Esses momentos permitem o envolvimento de outras pessoas da cidade e não apenas das famílias rurais, o que contribui para o reconhecimento da associação pelos habitantes da zona urbana e de outras localidades de Lavras do Sul. Outras ações da associação também contribuem para este reconhecimento que é a participação em feiras e eventos ligados à pecuária e os Seminários da lã para a Juventude que é realizado em parceria com algumas escolas do município. Nesses seminários são feitas

oficinas, palestras e exposições que buscam incentivar a juventude do município a se envolver tanto com a ovinocultura, quanto com o artesanato em lã, como vias de profissionalização.

Outro elemento que aparece no relato de campo é a origem das lãs. Naquele caso, a lã havia sido conseguida na propriedade do irmão de Alice. Por ser em pequena quantidade, provavelmente foi uma doação. Essa é uma prática comum na região. Como a lã é um material que nem sempre é valorizado no mercado, por vezes eles preferem doar as lãs para as artesãs que a transformam em vestes e peças para montarias. Não há, no entanto, um cuidado em relação à lã para produção de artesanato. Isso não impede que as artesãs peguem este material bruto e o transformem em artesanato, pois é esse caráter de aproveitamento que lhes garante acesso a um material barato.

Os relatos que serão apresentados a seguir também trazem reflexões a respeito do acesso ao material e a conexão entre artesãs e produtores, fundamental para a composição do território da lã.

7.4 OUTRAS TERRITORIALIDADES DA LÃ NA REGIÃO DA CAMPANHA

A partir do contato com outras artesãs, também moradoras da região da Campanha, visualizam-se outras relações que formam o território da lã e outros elementos ligados ao artesanato em lã de ovelha. Através de suas narrativas, do contato com as cores, formas e texturas de suas peças artesanais e com a materialidade de seus equipamentos de trabalho visualizam-se elementos ligados ao prazer, às relações de gênero, ao processo de aprendizado no artesanato e às trocas não monetárias que ocorrem na “trama” sociomaterial que se forma a partir do artesanato em lã.

Os caminhos da pesquisa de campo me levaram a conhecer dona Cleuza, dona Nilva e dona Clair. Elas estavam participando de uma exposição de artesanato em lã na cidade de Bagé¹⁶. As três são referências no artesanato em lã nos municípios em que moram (Dom Pedrito, Candiota e Bagé respectivamente) e, nos últimos anos, vêm participando de feiras e exposições. Estes eventos têm sido oportunidades para divulgação do artesanato, onde as artesãs levam seus trabalhos para comercializar e onde podem trocar informações e conhecimentos umas com as outras e com outros profissionais ligados ao artesanato em lã de ovelha.

¹⁶ A exposição foi organizada pela Emater e outras entidades e associações ligadas à ovinocultura e turismo. Foi realizada na Casa de Cultura Pedro Wayne no centro de Bagé entre os dias 28 a 31 de julho de 2021.

Clair Schneid é natural do município de Bagé, nascida e criada no distrito de Palmas. Sua mãe e sua avó já trabalhavam com o artesanato em lã e ela desde pequena já participava da produção fazendo fios na roca. As peças produzidas, cobertores, acolchoados e roupas para o frio serviam tanto para o uso da família como para comercializar com vizinhos e conhecidos. Dona Clair leva por onde vai a marca do artesanato já realizado há algumas gerações por sua família. Já participou de diversos concursos, tendo ganhado alguns prêmios devido à qualidade de suas peças. A lã com que trabalha vem da propriedade da família. Enquanto ela fica trabalhando em seu ateliê na cidade, o marido e a filha trabalham cuidando dos animais na propriedade localizada no distrito de Palmas. Por um tempo, ela mesma criava as ovelhas e esquilava a lã, mas depois de algum tempo passou a ser inviável realizar essa tarefa devido à quantidade de trabalho que começou a ter na produção das peças.

Figura 52 - Dona Clair em seu ateliê



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, setembro de 2021)

O ateliê que fica junto à sua casa contém muitos materiais e equipamentos. Nas paredes do ateliê, ficam estantes com os fios de lã prontos e as peças penduradas e dobradas. Além de vários tipos e tamanhos de teares, dona Clair possui uma cardadeira e uma roca elétricas, esta última tendo sido criada a partir de uma adaptação de um motor de máquina de lavar. Dona Clair além de trabalhar com tecelagem também faz peças a partir da técnica da feltragem, como capas, chapéus, luvas, palas e palmilhas (Figura 53). Segundo ela, com o feltro é possível brincar como se fosse um pincel e uma tela, compondo desenhos com as mechas de lã de

diferentes cores que vão se plasmando a partir do contato com água morna e sabão ou então com o uso de uma agulha.

Figura 53 - Peças feitas por Dona Clair a partir da técnica da feltragem



Fonte: elaborado pela autora (Bagé/RS, agosto de 2021)

Dona Clair trabalha em parceria com sua família. Os filhos além de lhe ajudarem na parte de divulgação dos trabalhos da mãe, realizam alguns trabalhos manuais, tecendo e cardando a lã. Clair também conta com o apoio da Agrupa, associação da qual faz parte, e da APATUR, que contribui para a divulgação dos seus trabalhos e faz convites para feiras e projetos.

Já, dona Cleusa da Silva Rodrigues é natural de Rosário do Sul, cresceu no segundo distrito de Lavras do Sul e atualmente mora em Dom Pedrito. Aprendeu o artesanato em lã vendo a mãe fazendo. Durante a adolescência e juventude, trabalhou um pouco com lã até que se casou. Conta que depois de alguns anos, quando os filhos já estavam um pouco mais crescidos ela disse para si mesma:

Eu tenho que ter uma renda em casa que eu não precise sair pra rua pra trabalhar. Então pra eu cuidar deles e ficar, porque o pai deles trabalhava na campanha. Aí então, eu digo: não, eu vou fazer o que eu gosto, que é trabalhar em lã e aí eu continuei, comecei a trabalhar e até agora eu tô trabalhando, cada vez eu me aperfeiçoou mais, porque é algo que eu gosto muito (Cleusa Rodrigues, 30 de julho de 2021)

O prazer para ela é um elemento importante, pois segundo afirma “o que a gente faz com prazer, a gente faz bem-feito”. Em vários momentos da entrevista demonstrou ter contentamento em trabalhar com a lã. Disse que entre as diversas fases do trabalho, o que mais gosta de fazer é lavar a lã e fazer o fio, além de ver as peças prontas.

Figura 54 - Dona Cleusa durante entrevista na Casa de Cultura Pedro Wayne



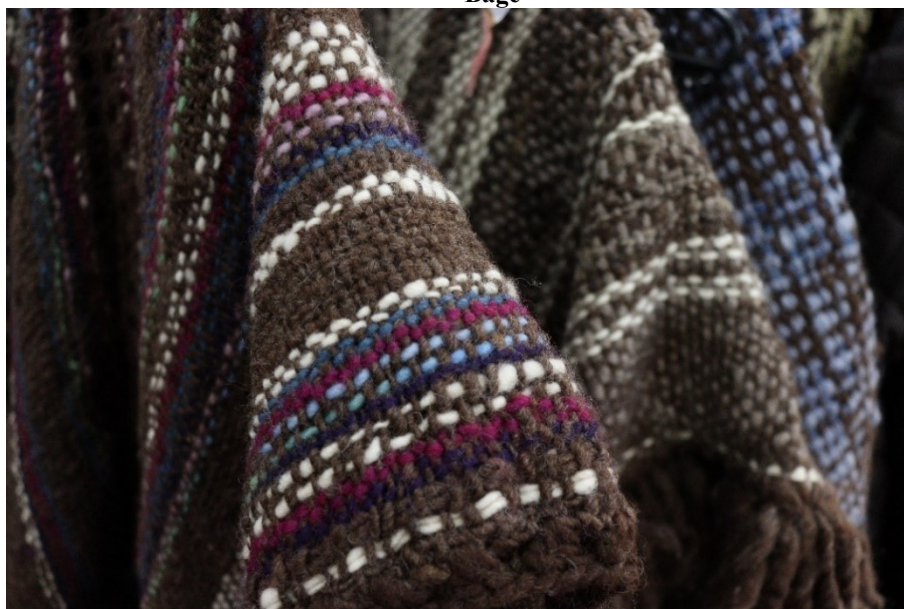
Fonte: acervo de Larissa Jacobsen (Bagé /RS, agosto de 2021)

Dona Cleusa consegue as lãs com alguns fazendeiros que lhe encomendam xergões, cobertores e acolchoados. Eles levam as lãs esquiladas para ela produzir as peças e o que sobra fica para ela, que as usa para produzir outras coisas. Lhe perguntei se era uma troca (assim como acontecia com os Batistas antigamente), mas ela disse que não, que eles lhe pagam pelo trabalho, mas deixam a lã que sobra, já que muito provavelmente não teriam onde vender em pequena quantidade.

Contou que, logo que começou a trabalhar com artesanato de forma independente, um fazendeiro lhe levou toda a lã que havia produzido em sua propriedade e encomendou um poncho para cada funcionário, orientando que ela fizesse cobertores com o que restasse. Dona Cleusa, então, fez cada poncho com um modelo diferente, de forma que nenhum fosse igual ao outro. Isso rendeu o contentamento do cliente que logo espalhou para amigos e conhecidos que passaram a encomendar peças de lã com ela. Assim, hoje, ela possui uma clientela fiel e sempre está recebendo encomendas. Quando está com muito trabalho, dona Cleusa conta com a ajuda do filho mais velho para tecer. Ele faz cobertores, xergões e faz o tecido das roupas que ela depois finaliza com a costura, pois, “o acabamento é comigo”, diz ela.

Além das encomendas, ela costuma frequentar feiras e exposições. A partir do convite da Emater-RS, ela vai todos os anos para a Feira e Festa Estadual da Ovelha - Feovelha que acontece no município de Pinheiro Machado e participa da Expofeira que ocorre em Dom Pedrito, além de outros eventos. Suas peças são bastante diferenciadas, algumas possuem alguns detalhes coloridos que ela tinge tanto com corantes naturais quanto artificiais e que lhes dão um toque alegre.

Figura 55 - Peças artesanais produzidas por dona Cleusa, expostas na casa de Cultura Pedro Wayne em Bagé



Fonte: Acervo de Lúcia Marques (Bagé/RS, agosto de 2021)

Por fim conhecemos dona Nilva Elsner, natural de Restinga Seca, município localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul e moradora de Candiota, município localizado próximo à fronteira com o Uruguai e conhecido por conter usinas termoelétricas de carvão mineral. Ela aprendeu a trabalhar com lã a partir de um curso que fez pela Emater-RS há cerca de dezenove anos. Desde então, não parou de trabalhar e hoje tem sua própria marca de roupas 0 com um fazendeiro, produtor de ovelhas do município de Pedro Osório. Conforme me relatou, eles teriam se conhecido numa Feira Nacional do Doce (FENADOCE) que acontece anualmente na cidade de Pelotas, onde o produtor teria oferecido a lã. Na ocasião, ele lhe contou que havia desistido de vender sua produção depois que os compradores lhe ofereceram um preço baixo mesmo demonstrando ter dinheiro para pagar. Assim relatou:

Ele contou a história de porque ele estava me dando a lã. Porque chegou uma “big” duma camioneta lá e ofereceu o mínimo e ele disse que não, que ele não ia dar a lã por aquele valor. E eles insistiram e ele disse não, eu não vou vender, vou botar fogo

na minha lã e os “caras” saíram e ele botou fogo na lã. Não vendeu porque eles estavam numa “big” duma camioneta...e aí ele começou a doar a lã dele. [...] Então ele disse que ele achava, ele ficava mais tranquilo em agarrar e doar a lã do que bem dizer dar pro [comprador]...e hoje faz anos que ele me traz a lã (Nilva Elsner, 30 de julho de 2021).

Disse que na primeira vez teria dado em troca alguns acolchoados para o produtor, que relutou, mas finalmente aceitou. Hoje em dia a quantidade doada é tanta que dona Nilva doa o que sobra para outro artesão de Candiota. Ela também divide o trabalho de fazer fios com uma senhora da cidade que trabalha bem com o fuso, fazendo fios de diversas espessuras.

Figura 56 - Palas e ponchos feitos por dona Nilva



Fonte: acervo de Lúcia Marques (Bagé/RS, agosto de 2021)

Ela gosta de trabalhar com diversas técnicas e tipos de teares. Além dos teares mais comuns, de parede (primitivo) e de pente liço, dona Nilva utiliza um quadro para fazer um tipo de renda de raiz indígena. Trata-se do ponto *Nhanduti* que em tupi-guarani se refere a uma teia de aranha. Dona Nilva conta que a Emater-RS teria fornecido os quadros (um tipo de tear de pregos) para ela e outra artesã de Candiota fazerem esse ponto, porém ninguém sabia ensinar como fazer. Assim, tendo descoberto que havia um rapaz em Candiota que conhecia a técnica, foram tentar fazer com que ele lhes ensinasse. Mas, havia um impeditivo, segundo Dona Nilva:

O rapaz que sabia fazer tinha vergonha por ser homem, ele não dizia pra ninguém. Aí, uma vizinha dele foi disfarçando e falando com a mãe dele e os olhos corriam pra onde ele tava fazendo. E nós já tínhamos os quadros...a Emater já tinha mandado fazer os quadros, só que não tinha ninguém pra ensinar, aí ela conseguiu pegar. Aí, ela fez um e passou pra mim (Nilva Elsner, 30 de julho de 2021).

O relato aponta tanto para questões de gênero associadas à prática do artesanato, já que na região da Campanha ela se constituiu como um trabalho feminino, quanto aponta também para a forma como, às vezes, ocorrem os processos de aprendizado com as técnicas artesanais. O desafio de aprender uma técnica nova apenas “olhando” o outro parece fazer parte daquilo que dá movimento e emoção à prática do artesanato. Dona Nilva parece gostar de se desafiar a fazer diferentes técnicas. Além da tecelagem, ela faz o tricô, crochê, grampada e *frivolité*¹⁷. Além disso, por vezes ela mesma inventa suas ferramentas de trabalho, tendo criado uma agulha de *grampada* a partir de um cano de gás de geladeira.

Na casa de Nilva, moram ela e o esposo e este lhe ajuda com algumas tarefas do artesanato, como colocar a lã no tear de prego. Antes, ele também lhe ajudava com os pelegos que dona Nilva usava para confeccionar pantufas e palmilhas. Porém, devido a um problema na coluna, hoje ele não consegue mais realizar o curtimento dos pelegos.

Figura 57 - Dona Nilva vestindo um xale com a renda frivolité



Fonte: acervo de Lúcia Marques (Bagé/RS, agosto de 2021)

As peças de Dona Nilva são em sua maioria de cores naturais da lã (branco, cinza e preto), mas algumas são coloridas com tingimento natural. Ela contou utilizar a macela para conseguir um tom amarelo, caroço de pêssigo para conseguir uma coloração rosa e recentemente tinha feito o teste com o “carrapicho”, uma semente espinhenta de um tipo de gramínea que geralmente fica presa nas ovelhas no campo. Ela disse que teria coletado esses

¹⁷ A grampada é uma técnica de crochê, também conhecida por “crochê de grampo”. Já, o *frivolité* é uma renda confeccionada a partir de nós usando uma agulha longa, também chamada de “naveta”.

frutos ainda verdes e fervido em água, colocando depois a lã, o que teria dado uma coloração verde-claro para os fios.

Essas experimentações fazem parte da criatividade envolvida no artesanato, e apontam para uma intimidade com o material que vai sendo desenvolvida com o tempo de prática e manuseio. Isso se dá num tempo que não é definido pela produtividade, mas, a partir das condições de cada artesã. O relato de dona Cleusa aponta para os arranjos necessários para as mulheres conseguirem conciliar o artesanato com as demais tarefas de cuidado da casa e com os filhos, o que faz com que as mulheres comecem a trabalhar efetivamente com a lã quando já têm mais idade.

Os relatos das artesãs também apontam para as formas de aprendizado do artesanato. Dona Nilva e dona Cleusa falaram em aprender “olhando”. Conforme aponta Miriel Bilhalva Herrmann (2020), apoiando-se em Tim Ingold (2010), o artesanato em lã se aprende conforme uma “educação da atenção”, numa aprendizagem que envolve imitação, repetição e improvisação. Não é apenas a mente, mas o corpo todo que se envolve. O aprendiz busca repetir os movimentos corporais, dando o ritmo necessário para a percepção e para a ação.

Por fim, outro elemento que chama atenção em alguns relatos das artesãs são algumas trocas e doações que atravessam a trama sociomaterial da lã. A conexão entre produtores de ovelhas e as artesãs e tudo aquilo que envolve o que Herrmann (2020) chamou de “caminhos da lã”¹⁸ apontam para práticas econômicas diferenciadas. O material lã por não ter um valor de mercado muito alto passa a ser um material em abundância, sem destino certo, que encontra na mão das artesãs a possibilidade de se tornar algo com valor de uso. Essas trocas e doações criam fluxos de materiais que constituem o território da lã.

As feiras e exposições também aparecem como espaços importantes de realização de trocas. Essas são tanto de trocas de materiais (no caso do relato de dona Nilva sobre o contato com um produtor de lã na Fenadoce) como trocas de conhecimento, de técnicas e de fortalecimento da identidade como artesãs. Isso corrobora com uma afirmação da professora Flávia Rieth¹⁹ a respeito das feiras e exposições como pontos de ligação entre mundos no

¹⁸ Para a autora os caminhos da lã “compreendem desde a criação de ovinos, a lidas em que abarca diferentes conhecimentos nos cuidados e tratamento dos animais, ponderando alcançar a produção de uma fibra de qualidade. Passando pela retirada da fibra que envolve técnicas de esquila, seleção e armazenamento. Até a fibra depois de separada do animal, quando começa o trabalho das artesãs que executam os processos de preparação da lã, para a feitura do fio, o que envolve: lavar, cardar e fiar. Nesse *caminho* estão diferentes ofícios, técnicas, conhecimentos, tradições e inovações, permeadas pelas relações que se desenrolam a partir do artesanato em lã entre humanos, animais, coisas e ambientes.” (BILHALVA, 2020, p. 79)

¹⁹ Afirmação feita durante entrevista realizada em sua casa em Pelotas, em abril de 2022.

Pampa. Nesse sentido, esses eventos se colocam como pontos de encontro que geram conexões importantes para a construção do território da lã.

7.5 O ARTESANATO EM LÃ, OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL E O DESENVOLVIMENTO

Como se buscou demonstrar ao longo deste capítulo, o território da lã é tecido por múltiplas mãos, múltiplos caminhos e trajetórias e por diferentes relações sociomateriais. Não temos aqui a intenção de dar conta da amplitude desse território, mas demonstrar como ele se constrói no cotidiano de trabalho das mulheres artesãs e pecuaristas, a partir das relações que estas estabelecem com os materiais, com os animais, com as plantas, com as águas, entre pessoas, a partir de movimentos criativos.

Espera-se que com isso seja possível contribuir para a discussão sobre o artesanato em lã e para a visualização deste território da lã que se constrói a partir de significados, pertencimento e do protagonismo das mulheres rurais (Oliveira, 2019), mas também através dos vínculos que essas mulheres realizam com a materialidade de seus territórios. Trazer a dimensão material para a discussão propõe direcionar a atenção para as potências presentes nos territórios, mas também para os desafios e negociações que passam a ser necessários à medida em que outras atividades econômicas, com outros vínculos sociomateriais passam a atravessar esses territórios, assim como para entender como a partir dos próprios materiais, no caso, a lã e as peças artesanais, podemos acessar realidades sociomateriais variadas.

As diferentes práticas e trajetórias em relação ao artesanato em lã apontam para uma *trama* entre pessoas, grupos e famílias com a própria lã, com os ambientes em que habitam, com as plantas e animais que ali vivem. Essa trama sociomaterial se revela na diversidade do artesanato, como se através da materialidade das peças fosse possível revelar uma *sociobiodiversidade* do Pampa. De modo inverso, pode-se pensar como através de encontros afetivos, criativos e por vezes improvisados com a lã, criam-se não apenas palas, xergões, cobertores, mantas e blusões, como também se criam ambientes em que vivem diferentes seres humanos e não humanos no bioma Pampa.

Como foi trazido no capítulo três, o Pampa vive uma série de mudanças na sua paisagem e na economia. A expansão das lavouras de soja tem sido constante nessa região do estado do Rio Grande do Sul e muitos são os pecuaristas que deixam seus campos, arrendando ou vendendo para produtores de soja. O mesmo já se deu com o eucalipto e mais recentemente

com os projetos de megamineração, como o Projeto Caçapava do Sul (que foi engavetado pela própria empresa *Nexa Resources*) e o Projeto Fosfato Três Estradas que continua em andamento no município de Lavras do Sul. Entende-se o artesanato em lã e as alianças sociomateriais que a partir dele se estabelecem nos territórios de vida das artesãs, como “linhas de fuga” à realidades de exclusão econômica e desigualdade de gênero na campanha gaúcha e, também, às intervenções e transformações causados pelo avanço das dinâmicas extrativas na região.

Ainda que nem todos os nossos interlocutores se coloquem numa postura de resistência aberta a esses processos, o que eles realizam, cria, sócio-materialmente, mundos diferentes do que criam as lavouras de soja, o cultivo de eucalipto e a megamineração. Ao trabalhar com outros materiais, se conectar com outros fluxos, o artesanato em lã cria outras composições territoriais, outras assemblagens e, portanto, outros territórios no Pampa.

Essas composições se criam tanto a partir de conexões entre artesãs-pecuaristas e os materiais e seres não humanos, como também se constrói a partir do envolvimento entre pessoas. Dona Teresinha, por exemplo, a partir do artesanato se conecta com diversas pessoas de localidades próximas à sua casa. Da mesma forma ocorre com Dona Nilva de Candiota que se conecta a um produtor de ovelhas da região e de outros artesãos no município em que mora. Há uma malha (Ingold, 2012) ou pensando a partir da lã, há uma *trama* que conecta pessoas, seres não humanos e materiais que participam desse processo artesanal, criando territórios de vida em meio à processos de transformação e a realidades de exclusão da população trabalhadora rural do Pampa, em especial das mulheres rurais.

Espera-se que tenha sido possível demonstrar como a criação de ovelhas em campo nativo, o posterior uso da lã e todas as práticas associadas ao artesanato podem ser consideradas como parte dos conjuntos de relações vitais que formam territórios de vida no Pampa, ainda que contenham em si a presença de uma espécie exótica como são as ovelhas. Como se trata de uma presença que existe há pelo menos três séculos na região, a proposta é pensar se é possível considerar o artesanato em lã de ovelha como parte de uma “economia da sociobiodiversidade”²⁰ ou uma “economia das potências de vida” (Gutiérrez *et al.*, 2023) no Pampa.

Entende-se o artesanato em lã e todas as atividades que o envolvem como práticas territoriais que criam ambientes, pois estabelecem relações, associações e processos de cooperação sócio material entre humanos e não humanos que configuram um território da lã no

²⁰ A sociobiodiversidade é pensada aqui enquanto a integração da diversidade de fauna, flora e de ecossistemas do bioma e a diversidade de modos de vida humanos e suas expressões culturais (Cavalheiro; Araújo, 2015).

Pampa. Práticas estas, no caso do artesanato em lã, realizadas principalmente pelo movimento e pelas mãos de mulheres, o que faz pensar num Pampa feminino, *uma* pampa da lã, essa terra em que as mulheres encontram caminhos e elementos que lhes possibilitam viver, se expressar e criar.

Trata-se, portanto, de atentar para as possibilidades que práticas como o artesanato em lã tem para conservar o bioma a partir do uso, gerando renda e bem viver para a população do campo, valorizando o trabalho e a existência das mulheres que habitam e constroem esse bioma, mas que pouco acessam os programas e políticas públicas para a pecuária familiar e pouco aparecem nas representações de uma cultura campeira. Segundo Araldi (2017) se houvesse uma maior participação das mulheres e jovens na construção das políticas públicas para pecuária familiar com ações mais adequadas às suas necessidades poderia evitar-se o processo de rompimento da sucessão familiar nas propriedades rurais e o arrendamento e venda de terras para monocultivos e mineração.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de responder à pergunta que a tese levanta, de como os atores estão interferindo no rumo das transformações que vêm ocorrendo no Pampa, foram descritos e cartografados diferentes territórios existenciais. Esses territórios apresentam um *Pampa atualizado*, que não apenas vem sofrendo os impactos e interferências do avanço das monoculturas e dos projetos minerários, mas onde emergem diferentes soberanias territoriais, formadas a partir de composições flexíveis entre seres humanos, não humanos e materiais. A compreensão é de que soberania territorial se constitui a partir das práticas que os diversos habitantes do Pampa desenvolvem para defender suas formas de vida, gerando alianças e, às vezes, contradições.

Esses territórios, que correspondem a diferentes processos de desterritorialização e reterritorialização, apontam para uma série de agenciamentos e processos de cooperação sociomaterial, conflitos e negociações entre humanos e não humanos que ocorrem como parte daquilo que Arce e Long (2000) identificam como contra-desenvolvimento. Para esse contra-desenvolvimento, contribuem dinâmicas de geração de vínculos com o território, que não são apenas compartilhamento de significados e formas de uso, mas “malhas e fluxos de materiais” que, como sugere Ingold (2012a; 2015), emergem de encontros, e dos processos criativos e improvisados com os materiais presentes nos ambientes.

Este entramado de processos que se organizam e desorganizam constantemente constituem um *cosmos do Pampa*, entendido como as diversas imagens, expectativas e orientações de seus habitantes. Esse cosmos contém diferentes potências de uma política situada, surgida da malha de estancieiros, quilombolas, pecuaristas, mulheres artesãs e outros atores humanos e não humanos, que, apesar de suas contradições, geram uma cosmopolítica (Stengers, 2018) no Pampa, que dinamiza o contra-desenvolvimento como uma força em oposição a tendências desterritorializadoras dos “projetos extrativos” propostos pelas economias da soja, da silvicultura e da mineração.

Os *territórios de vida*, então, estão continuamente sendo criados e recriados em meio aos processos de transformação, sejam os que sugerem sinergias e cooperação, ou aqueles que promovem exclusão ou disrupções no ambiente. Em outras palavras, não são processos unívocos que apontam para uma única direção, ao contrário, são um conjunto de movimentos, alguns mais conservadores e outros mais libertários, mas que fundamentalmente possibilitam a visualização de um Pampa dinâmico, marcado pela diversidade e pela multiplicidade.

A multiplicidade que menciono aparece mais detalhada, no capítulo três, justamente na forma de diversos territórios de vida no Pampa. Considerando as singularidades evidenciadas

pela etnografia, tanto no distrito de Palmas em Bagé, como no Taquarembó em Lavras do Sul, são identificadas uma série de relações sociomateriais, que emergem de práticas territoriais, que criam ambientes. Por serem habitados por seres de diversas espécies, esses ambientes se constituem enquanto *territórios multiespécie*, cada um deles formado por assemblagens de elementos como rochas, capões de mato, campo nativo, cavalos, cachorros, cabras, vacas, ovelhas e seres humanos, dentre outros. Partindo da ideia de “escalabilidade”, como proposta por Tsing (2015), problematiza-se como, nesses territórios, se desenham as relações entre os seres que os habitam.

A vitalidade do território, finalmente, se dá muito mais pelas diferenças do que pela constância de possíveis similitudes, ou seja, decorre da forma como se desenham as muitas relações que compõem os processos territoriais. Fica demonstrado que existem, no Pampa, diferentes “mundos”, compostos por diferentes sociomaterialidades, que tanto adquirem características particulares de cada lugar (campos de pedra, campos dobrados ou campos lisos), como incorporam as distintas vivências dos atores, sejam elas marcadas pelas diferentes formas de acesso à terra (as estâncias e os rincões) ou por diferentes tramas com um passado escravista que reverbera nas relações com o ambiente, de vizinhança ou de trabalho. Ainda que a criação de animais configure territórios pastoris e multiespécies, intimamente relacionados com a existência do Pampa como tal, há singularidades que resultam em diferentes respostas às mudanças e aos desafios colocados pela expansão dos projetos “extrativos” de desenvolvimento.

No capítulo quatro, são descritos os processos de enraizamento e territorialização das atividades econômicas extrativas, que tem por efeito gerar des-territorializações no Pampa. Isso foi realizado a partir do registro das percepções dos atores, buscando identificar como as atividades de produção de soja, de eucalipto e de mineração se conectam às sociomaterialidades existentes no bioma. Além da presença de jazidas minerais e de relevos propícios para a soja e o eucalipto, outros elementos contribuem para a emergência deste “território extrativo”, tais como a existência de terras ociosas, a queda da rentabilidade da pecuária de corte, o êxodo rural, o desemprego regional e a presença de certos materiais que são parte de infraestruturas deixadas por outros ciclos de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa apontam que um alto grau de complexidade está envolvido, demonstrando que não há apenas a substituição da pecuária por outras atividades. Ao contrário, o que fica evidenciado é a existência de processos de alianças, negociações e interconexões de elementos territoriais existentes nas regiões que, ora favorecem o estabelecimento dessas

atividades extrativas, ora geram atritos entre os diferentes atores e interesses, contudo, constantemente atualizam os “mundos” pampeanos.

Essa atualização está ligada às re-territorializações que surgem como efeito das transformações vivenciadas no Pampa. Assim, no capítulo cinco, são trabalhadas algumas das mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre humanos, não humanos e as materialidades, identificando-se novas alianças sociomateriais. Os exemplos que, aqui, posso destacar são as alianças com o rio, as rochas, os animais silvestres e com outras materialidades, como a “mangueira de valo”. Esses elementos, que estavam presentes nos ambientes, passam a ser revalorizados e entram como parte das disputas cosmopolíticas. De certa forma, os atores sociais parecem, com isso, buscar a “desaceleração” do ritmo imposto pelo desenvolvimento extrativista. Uma expressão do que estou mencionando como atualização do território pode ser percebida na patrimonialização, em especial, evidenciada com o inventário das lidas campeiras, registrado pelo IPHAN e algumas produções audiovisuais, como o documentário “Dossiê Videntes: o Pampa Viverá”, o Projeto “Querência da Água Boa” e o filme “O Sabiá”. Esses também são processos que contribuem para um contra-desenvolvimento no Pampa.

No capítulo seis, é cartografado o *território de contestação* à mineração, onde são identificados os atores, as arenas e os campos de ação que o compõem. O cruzamento de agenciamentos e caminhos dos diversos atores que contestam a mineração no Pampa faz surgir esse território, cuja potência emerge das capacidades e habilidades dos atores em reagir aos processos em que a mineração se insere como uma “alternativa” de desenvolvimento para certas localidades. O capítulo entrega a possibilidade de visualizar como as discussões em torno da mineração geram interfaces com outras questões como a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade do bioma, a defesa de modos de vida de povos e comunidades tradicionais, a valorização do patrimônio imaterial e o desenvolvimento.

Os campos de ação do território de contestação estão vinculados às práticas dos atores e à forma como eles articulam a luta contra a mineração com outras pautas e questões. Essa arena emergente faz surgir mobilizações como a “Coalizão pelo Pampa”, que é parte de uma construção coletiva de um conhecimento independente (Svampa, 2013), reunindo ambientalistas, pesquisadores, moradores locais, diferentes organizações e instituições. Essa possibilidade de discussões transversais produzem um “Pampa público”, surgido da luta contra os excessos de um projeto de desenvolvimento baseado na expansão da mineração.

Por fim, o capítulo sete descreve o que está sendo entendido como um *território da lã* no Pampa. Este é formado a partir das relações sociomateriais das artesãs entre si e destas com

a própria lã, com pecuaristas, com as ovelhas, as plantas nativas, as *sangas*, os teares, rocas e fusos. Identificam-se uma série de práticas territoriais e processos de cooperação sociomaterial que compõem uma *trama* que tem por efeito criar tanto as peças artesanais como os próprios ambientes onde estão as artesãs. É assim que se levanta a possibilidade de encarar o artesanato em lã como parte de uma economia da sociobiodiversidade que gera renda, bem viver e se coloca como um refúgio de vida, especialmente para as mulheres, que habitam um Pampa em transformação.

A partir das questões abertas pela tese é possível identificar uma agenda de pesquisa possível de ser trabalhada. A ampliação e o aprofundamento das pesquisas a respeito das relações ecológicas e das práticas que criam os diversos territórios de vida no Pampa é uma das frentes, podendo servir de base para o estabelecimento de zoneamentos e o reconhecimento e valorização das estratégias de conservação do bioma a partir do uso.

Outra possível frente de pesquisa é a respeito dos processos de patrimonialização de bens imateriais que vem ocorrendo no bioma, seu caráter político e a forma como dialogam com o desenvolvimento. Da mesma forma é possível fazer análises mais aprofundadas sobre as produções audiovisuais no Pampa como fenômenos de contra-desenvolvimento e mesmo perceber como o audiovisual atua em outros processos de transformação ocasionados por intervenções “desenvolvimentistas”.

O mapeamento e acompanhamento das arenas e fóruns de debate em relação ao bioma Pampa também são possíveis temas de pesquisa e mesmo de articulação e atuação política. Assim como a observação de espaços como audiências públicas e reuniões de comitês de bacia hidrográfica podem dar origem a importantes pesquisas no que se refere ao mapeamento e investigação de conflitos socioambientais e disputas de territorialidades.

Por fim um tema de investigação tangenciado pela tese é a economia da sociobiodiversidade no Pampa e as diversas atividades que a permeiam. Pensar em como determinadas práticas como o artesanato em lã de ovelha, o artesanato com crina-de-butiá, a produção de doces de frutas silvestres e outras produções criativas podem servir de base para um novo desenho econômico que não apenas invista na pecuária do gado de corte (atividade bastante masculinizada) como forma de conservação dos campos nativos, mas que leve em consideração as características dos diversos ecossistemas do bioma, apostando nas atividades também protagonizadas pelas mulheres pampeanas, seus saberes e práticas.

A pesquisa evidenciou uma resistência cosmopolítica no Pampa, composta por diferentes movimentos de contra-desenvolvimento que fazem oposição a um novo ciclo de

mineração com potencial de gerar transformações antropogênicas irreversíveis no bioma. Mais do que indicar caminhos e soluções aos desafios e dilemas que vive o Pampa atualmente, a tese tem como potencial ampliar o que é entendido enquanto político nos processos de desenvolvimento e nos conflitos socioambientais que estão acontecendo neste bioma. As vitalidades formadas a partir das novas alianças e cooperações sociomateriais apontam para processos emergentes de surgimento de territórios existenciais, que ampliam a noção de “público”, e rompem com clássicas divisões que opõe o mundo material e o mundo social. Como sugere Bennett (2009), esta é uma perspectiva “democrática” na medida em que se estabelece uma maior igualdade, colocando num mesmo patamar todos aqueles que são considerados “vidas ameaçadas”.

A partir da percepção das relações intersubjetivas e interobjetivas entre campeiros, animais de criação, rios, arroios, capões de mato, rochas, cabras, artesãs, ovelhas, plantas nativas, que formam esses territórios é possível extrapolar o “caminho fácil” e restritivo das categorizações. Ainda que seja importante e necessário dar visibilidade e fortalecer as lutas por reconhecimento de certas categorias, como de “pecuaristas familiares”, parece conter uma potência política a visibilização não apenas daquilo que singulariza os atores, mas sim daquilo que os conecta, ou seja, aquilo que lhes é *comum*, o que reinaugura um comum, que gera mobilização, porque afeta, porque “mexe” com relações vitais, subjetividades e memórias, que *conflui* nas palavras de Antônio Bispo dos Santos (2015), mais conhecido como Nêgo Bispo.

É perseguindo esse *comum* e essas confluências que se visualizam ainda certos fenômenos ontopolíticos (Reyna-Jiménez, 2019), nos quais a partir das ameaças colocadas sobre o Pampa e das mobilizações para sua defesa, novos atores se conectam ao que pode ser denominado de *ser pampeano*, agora, atualizado em novas configurações que mesclam um bioma-povo-terra. Conforme se apontou nos capítulos cinco e seis, são artistas, pesquisadores, fotógrafos, jornalistas, ativistas, alpinistas, pescadores, que passaram a fazer parte dos movimentos de defesa e que dão novos significados à necessidade de proteção dessa região que atravessa fronteiras nacionais.

Esta tese retoma elementos da perspectiva do ator e da antropologia/sociologia das relações multiespécies. Nesse sentido, reconhece e valoriza o que existe nos territórios, como as sociomaterialidades que moldaram o que reconhecemos como Pampa. No entanto, ao não conceber o território como algo dado, é necessário reconhecer que também os processos de mineração e, por exemplo, a continuidade da produção artesanal de lã de ovelha se entrelaçam na composição territorial.

Em suma, embora não se possa negar o poder de agência de atores ligados a empresas transnacionais, ao agronegócio e ao capital financeiro, é crucial reconhecer que outros atores territoriais também influenciam nas mudanças em curso. Dessa forma, é cada vez mais relevante compreender os fenômenos do desenvolvimento como intrincados cruzamentos de agências, processos de negociação, conflitos, desterritorializações e reterritorializações. Não devemos encará-los como trajetórias lineares ou atribuí-los a forças exógenas, tomando-os como meros produtos de dominação ou determinação externa. Em vez disso, devemos reconhecer a expansão das atividades relacionadas ao extrativismo no Pampa como uma manifestação complexa.

O Pampa e os diversos seres que nele habitam não são apenas materialidades que podem se tornar recursos exploráveis pelos diversos mercados capitalistas, eles são agentes, cujas vozes precisam ser ouvidas e cuja existência abre a possibilidade para novos “refúgios” para a vida. Trazer as *políticas da vida* para o centro da análise pode levar à ressignificação das mudanças em curso, apontando as potências da vida territorial e das alianças sociomateriais, respondendo criticamente e de forma prática (não apenas teórica) às dinâmicas impostas pelo desenvolvimento extrativista.

A força dessas emergências está em como conseguem dar novos sentidos para as transformações territoriais no Pampa e apontar devires, aquilo que ele pode vir a ser, não de forma unívoca, mas de forma múltipla. Uma diversidade contaminada nos termos de Anna Tsing (2019), que parece conter a potência de um bem viver para diferentes seres e subjetividades. Para isso torna-se importante considerar quais são as práticas territoriais que permitem esse bem-viver. Entende-se que assim será possível, a partir das existências territoriais do Pampa, responder criativamente aos desafios ecológicos colocados pelo Antropoceno.

REFERÊNCIAS

ACHKA, Marcel. El bioma Pampa: um território em disputa. *In*: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (org.). **Olhares sobre o Pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 125-139.

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, Córdoba, n. 11, p. 105-123, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.55441/1668.7515.n11.5549>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ÁGUA FERTILIZANTES/GOLDER ASSOCIATES. **EIA - Estudo de Impacto Ambiental Projeto Fosfato Três Estradas**. Golder Associates Brasil Consultoria e Projetos, 2017. em: <http://projtofosfato.com.br/eia-rima/> . Acesso em: 15 mar. 2019.

AGRA FILHO, Severino Soares. Conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. *In*: ZHOURI, André; LASCHEFSKI (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 351-359.

ASSOCIAÇÃO PAMPA GAÚCHO DE TURISMO. Campanha Projeto Lãs do RS: **Patrimonialização dos Saberes e Fazeres da Lã do Rio Grande do Sul como Patrimônio Brasileiro**. Site Petição Pública. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR116377> . Acesso em: 13 jul. 2020.

ARALDI, Alice Fernandes Prestes. **O papel da pecuária familiar no desenvolvimento de Lavras do Sul/RS**: especificidades culturais e acesso às políticas públicas. 2017. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/179950>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ARCE, Alberto. LONG, Norman. Re-positioning knowledge in the Study of Rural development. *In*: Proc. 15th Eur. Congr. Rural Sociology, Wageningen 1993: **Agricultural restructuring and rural change in Europe**, D. Symes, A.J. Jansen (eds.). Wageningen Sociologische Studies 37 - p. 75 – 86, 1994.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. *In*: ARCE, Alberto.; LONG, Norman. (ed.) **Anthropology, development and modernities**: exploring discourses, countertendencies and violence. London: Routledge, 2000. p. 1-30.

ARCE, Alberto. Conocimiento, espacio y actores en la innovación social. *In*: PAZ, Álvaro.; PAZ; MONTOYA, Maria.; ASENSIO, Raul. H. (comp.). **Escalando innovaciones rurales**. Lima: IEP; IDRC-CRDI; FIDA, 2013. p. 37 -85. (Estudios de la Sociedad Rural, 43)

ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 29, n. 1, p. 40-65, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-5>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Interfaces y ensamblajes en la antropología del desarrollo: actores, afectos y materialidades. *In*: PUERTA SILVA, Claudia (ed.).

Metodologías para desarrollos situados: propuestas críticas y comprometidas. Medellín: Universidad de Antioquia (Fondo Editorial FCSH), 2022. p. 63-108

Avança criação de região integrada para desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. **Agência Senado**, Brasília, 04 set. 2018. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/09/04/avanca-criacao-de-regiao-integrada-para-desenvolvimento-da-metade-sul-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 20 set. 2020.

AZEVEDO, Letícia F.; FIALHO, Marco Antônio V. Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais: território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul. *In*: WAQUIL, Paulo D.; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Z.; BORBA, Marcos F. S. (org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul:** história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 149-168.

BARROS, Laura P. de. KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana da. (org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEHLING, Hermann Behling; JESKE-PIERUSCHKA, Vivian; SCHÜLER, Lisa; PILLAR, Valério D. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. *In*: PILLAR, Valério D; MÜLLER, Sandra C.; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila (org.). **Campos sulinos:** conservação e uso sustentável da biodiversidade Brasília: MMA, 2009. p. 13-25.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Porto Alegre: L&PM, 2015.

BENNETT, Jane. **Vibrant matter:** a political ecology of things. Durham: Duke University Press, 2010.

BLASER, Mario. Uma outra cosmopolítica é possível? **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 14-42, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.52426/rau.v10i2.243> Acesso em 13 de maio de 2022.

BINKOWSKI, Patrícia; FILIPPI, Eduardo E. Os discursos sobre o desenvolvimento frente às Políticas Públicas de Incentivo à Implantação de Cultivos de Eucaliptos no Estado do Rio Grande do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 105–115, 2008. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/291/273>. Acesso em 20 de março de 2020.

BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2009, 211f. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/22662>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p.329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14 de junho de 2020.

BRAIDOTTI, Rosi. *Metamorfosis. Hacia una teoría feminista del devenir*. Madrid: Akal, 2002.

BRITO, Andréia Nunes. A invisibilidade da mulher pampeana: subalternidade cultural e conservação da ordem social. *In: CONGRESO ARGENTINO Y LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA RURAL*, 4., 2009, Mar del Plata. **Anales [...]**. Mar del Plata, 2009.

BRITO, Andréia Nunes. **Entre o corredor e a estância**: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/8865>. Acesso em: 20 out. 2021.

CABRAL, João de Pina; LIMA, Antónia e Pedroso de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Etnográfica**, Portugal, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2975>. Acesso em: 3 ago. 2020.

CARLI, Ana Paula de; RAMOS, Mariana Oliveira; BASSI, Joana Braun; LUZ, Lidiane Fernandes da; TERME, Carolina Michelin; KUBO, Rumi Regina. Etnografia de práticas relacionadas à agricultura e alimentação em comunidade rural no litoral norte do rio grande do sul. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 3, p. 836-861, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/amazonica.v5i3.1607>. Acesso em: 07 set. 2023

CARVALHO, Fernanda R. T. **Rota do Ouro**: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através de seu Patrimônio Arquitetônico urbano. 2013. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CARVALHO, Luna D. R. **Saberes, movimentos e territorialidades**: experiências no Assentamento Quilombo dos Palmares II – Macaíba/RN. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CAVALHEIRO, Larissa Nunes; DE ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. A sociobiodiversidade refletida no complexo contexto da multiculturalidade de saberes. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 19, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18623/rvd.v12i23.404>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHARÃO-MARQUES, Flávia; ARCE, Alberto; BLANCO-WELLS, Gustavo; FLEURY, Lorena C. Editorial Dossiê Desafios Analíticos Contemporâneos: Pós-desenvolvimento e

modernidades. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 9-36, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revpgdr/article/view/93009/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

COMITÊ DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PAMPA E FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. **Manifesto sobre as violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto 'Fosfato Três Estradas' (RS)**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://comitepampa.com.br/noticias/2019/comite-entrega-manifesto-contra-o-projeto-de-mineracao-fosfato-tres-estradas-ao-mpf/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

COOLE, Diana; FROST, Samantha. Introducing the new materialisms. *In*: COOLE, Diana; FROST, Samantha (ed.). **New materialisms: ontology, agency, and politics**. Durham: Duke University Press, 2010, p. 1-43.

COSTA, Luciano. B. da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1983734815111>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DE LANDA, Manuel. **A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity**. New York: Continuum. 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DESPRET, Vinciane. O que diriam os animais se... **Caderno de Leituras**, Belo Horizonte, n. 45, 2016. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/05/cad.45_v.despret.pdf. Acesso em 12 de abril de 2021.

DEVOS, Rafael V. Etnografia visual e narrativa oral: da fabricação à descoberta da imagem. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 6, n. 15, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.9225>. Acesso em; 20 jul. 2020.

DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas - novos desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 417-426, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200017>. Acesso em: 8 ago. 2020.

DOMÍNGUEZ, Ana. La territorialización del capital y la monopolización del territorio Pampa. *In*: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (org.). **Olhares sobre o Pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017, p. 90-100.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168. (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse**. Durham: Duke Press University, 2018.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Transformações na paisagem do Pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território. *In*: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (org.). **Olhares sobre o Pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 140-168.

FRIZZO, Taís Cristine E. **Zoneamento da vegetação e sua relação com metais pesados na mina Volta Grande, Lavras do Sul, RS**. 2002, 130 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3154/000333149.pdf?sequence=1>. Acesso em 9 de outubro de 2022.

GAVIRIA, Edwin Muñoz. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n. 2, p. 138-154, 2015.

GERCHMANN, Léo. RS quer “metade sul” igual ao NE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1999. Estados. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc22089903.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUDYNAS, Eduardo. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. *In*: ACOSTA, Alberto *et al.* (Comp.) **Colonialismos del siglo XXI**: negocios extractivos y defensa del territorio en América. Barcelona: Icaria, 2011. p. 75-92.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. *In*: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p. 41-80.

GUTIÉRREZ Luis A. L.; OLIVEIRA JUNIOR, Clovis Jose F. de; GOMES, Rosane Juraci B.; CAMPOS, Raquel Pires; BORTOLOTTI, Ieda Maria; FEHLAUER, Tércio Jacques. Bioeconomia e Sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o Bem Viver. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23741>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Revista GEOgraphia**, Niterói, ano 4, n.7, p.7-31, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies de companhia**: cães, pessoas e a outridade significativa. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HENDERSON, Jeffrey; DICKEN, Peter; COE, Neil; HESS, Martin; YEUNG, Henry W.-C. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, n. 15, p.143-170, 2011.

HERRMANN, Miriel Bilhalva. **Pelos caminhos da lã**: uma etnografia do artesanato crochê em Jacquard feito por mulheres em Jaguarão/RS. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7431>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

IARED, Valéria G. OLIVEIRA, Haydee T. de. O Walking Ethnography para a compreensão das interações corporais e multisensoriais na educação ambiental. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. 20, n. 3 n p. 99-116, 2017.

INGOLD, Timothy. **The perception of the environment**: essays in livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, n. 1, v. 33, p. 6-25, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777>. Acesso em: 4 mar. 2020.

INGOLD, Timothy. Trazendo às Coisas de Volta à Vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>. Acesso em: 3 fev. 2020.

INGOLD, Timothy. **Ambientes para la vida**: conversaciones sobre humanidad, conocimiento y antropología. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012b.

INGOLD, Timothy. Repensando o animado, reanimando o pensamento. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10, 2013.

INGOLD, Timothy. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KOSBY, Marília Floôr; SILVA, Liza Bilhalva Martins da. INRC: lidas campeiras na região de Bagé/RS: inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no pampa. **Revista Perspectivas Sociais**, Pelotas, ano 2, n. 1, p. 2-14, 2013.

KOSBY, Marília Floôr. Entre araganas e iguarias: as cabritas na região do quilombo de Palmas, em Bagé/RS. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 30., 2016, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

KOSBY, Marília Floôr. **ALMA-CAROÇO**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 2017. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017

KOSBY, Marília Floor. Mulheres, vacas e partos nas pecuárias do extremo sul do Brasil: relações transespecíficas a partir do encontro entre antropologia e epistemologias feministas. **Revista Tessituras de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 7, n.1, 2019.

KUPLICH, Tatiana M.; CAPOANE, Viviane; COSTA, Luis Fernando F. O avanço da soja no bioma Pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell, 1991.

LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (des) caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. 2020. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7426>. Acesso em: 20 out. 2021.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-90. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 30 jan. 2020.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LONG, Norman.; PLOEG, Jan Douwe Van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. *In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (org.). Os atores do desenvolvimento rural*: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. p. 21-48.

MARRAS, Stelio. Virada animal, virada humana: outro pacto. **Scientiae Studia**, v. 12, n. 2, p. 215-260, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662014000200002>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARTINS, Rodrigo C.; ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. Colonialidade e efeitos de verdade sob a perspectiva ambiental. **Contemporânea**, vol. 8, n. 1, p. 83-109, 2018. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/657/245>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARTINS, Michelle; RAGUSE, Eduardo. A experiência de construção do comitê de combate à megamineração no Rio Grande do Sul: na luta contra o avanço da nova fronteira

mineral. *In*: ALVES, Murilo da Silva; CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; TROCATE, Charles; ZONTA, Marcio (org.). **Mineração: realidades e resistências**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

MATTE, Alessandra. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul**, Brasil. 2017. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/178171>. Acesso em: 14 maio 2020.

MATOS, Eduardo. Oito anos depois justiça condena 15 em processo da Operação Concutare. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2021/03/oito-anos-depois-justica-federal-condena-15-em-processo-da-operacao-concutare-ckmy020mk009v016uz66mhhui.html>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MAZURANA, Juliana. DIAS, Jaqueline Evangelista. LAUREANO, Lourdes Cardozo. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana e Diaconia, 2016.

MEDEIROS, Renato Borges de. FOCHT, Telmo. Invasão, prevenção, controle e utilização do capim-anoni-2 (*Eragrostis plana* Nees) no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha**, Porto Alegre, v.13, n.1-2, p.105-114, 2007. Disponível em: <http://revistapag.agricultura.rs.gov.br/ojs/index.php/revistapag/article/view/259>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P.; MAGNO, Lucas; WANDERLEY, Luiz J. M.; MANSUR, Maíra S.; GIFFONI PINTO, Raquel; GONÇALVES, Ricardo J. A. F.; COELHO, Tádzio P. A estratégia corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos: Textos para discussão PoEMAS**, v. 2, n. 2. 2018. Disponível em: 10.13140/RG.2.2.17430.60483. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

MILANEZ, Bruno; MANSUR, Maíra S.; WANDERLEY, Luiz. J. M. Financeirização e o mercado de *commodities*: uma avaliação a partir do setor de mineral. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo, ano 15, n. 1, p. 104-125, 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2019-Financeiriza%0c3%a7%0c3%a3o-e-o-mercado-de-commodities.pdf> Acesso em 30 de janeiro de 2021.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. **Relicários da paisagem pastoril: uma geografia do Pampa remanescente no Brasil**. 2021. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360201042_Paisagem_pastoril_expressao_cultural-agraria_do_Pampa. Acesso em 3 de março de 2022.

MORAIS, Marcilio Machado; ROSSETO, Vanessa. Reflexões sobre a mineração em Três Estradas, Lavras do Sul, RS. *In*: COMITÊ DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PAMPA E FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA (org.) **Manifesto sobre as violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto `Fosfato Três Estradas` (RS)**. 2019. Disponível em:

https://comitepampa.com.br/media/2019/05/Anexo-2_artigo_reflexoes-sobre-mineracao-Tres-Estradas.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

MOREIRA, Juliana. MATTE, Alessandra. CONTERATO, Marcelo A. E esses campo são bom: a percepção dos pecuaristas sobre a atividade pecuária diante do crescimento das lavouras de soja no bioma Pampa. *In: SIMPÓSIO DA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO*, 6., 2018. Porto Alegre. **Anais [...]**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

MOREIRA, Juliana G. **Transformações produtivas no Pampa brasileiro**: as mudanças na bovinocultura de corte diante do avanço da soja. 2019, 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/197665>. Acesso em 30 de junho de 2020.

NESKE, Márcio. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. *In: WAQUIL, Paulo D.; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Z.; BORBA, Marcos F. S. (org.) Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.131-148.

NUNES, Juliana dos Santos. **“Pra fora também é a lagoa”**: uma etnografia poética das águas na fronteira Brasil-Uruguay”. 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021. Disponível: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8159>. Acesso em: 5 mar. 2023.

OLIVEIRA, Letícia de Cássia Costa de. **Lã crua, fios da memória: mulher, artesanato e Patrimônio Cultural no Rio Grande do Sul**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/203242>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Anabela Silveira de; PONTES, Rodrigo Corrêa; ROBAINA, Luis Eduardo de S. TRENTIN, Romário. The Cactaceae family in the Santa Maria river basin (Rio Grande do Sul, Brazil). **Phytotaxa**, v. 542, n. 2, p. 153–166, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11646/phytotaxa.542.2.3>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PAIM, Paulo Sérgio Gomes. Minas do Camaquã, RS - Marco da história da mineração de cobre no Brasil. *In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. L.C. (org.). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002. p. 501-510

PAREDES PEÑAFIEL, Adriana. Relações do alimentar e relações que alimentam: El Tambo e a Mamacocha no norte do Peru. **Revista Tessituras**, v. 3, n.2, p. 219-241, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/tes.v3i2.5943>. Acesso em 30 de maio de 2020.

PINHEIRO, Sebastião. **Agroecologia 7.0**: bombeiro agroecológico: farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar, agrohomenopatia e sideróforos. Rio Grande do Sul, Brasil: UFRGS/Fundação Juquira Candiru Satyagraha/Plataforma Catarse, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263-274. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Acesso em 30 de maio de 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO GONÇALVES, C. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGUSE, Eduardo Quadros. Rio Grande do Sul, Minas Gerais. **Democracia e Direitos Fundamentais**, 21 mar. 2021. Disponível em <https://direitosfundamentais.org.br/rio-grande-do-sul-minas-gerais/#> . Acesso em 18 de novembro de 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do Sensível: estética e política**. 2. ed. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo; Editora 34, 2009.

REDE CAMPOS SULINOS, 2020. **A agonia do Pampa: um panorama atual sobre a supressão da vegetação nativa campestre**. Contribuição de pesquisadores da Rede Campos Sulinos. 19 p. Disponível em http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Agonia_do_Pampa.pdf. Acesso em 20 de junho de 2023

REYNA -JIMÉNEZ, Óscar F. Peyote, Ontopolítica y Territorio: hacia la práctica política de afectos compartidos. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 94-116, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revpgdr/article/view/93056/pdf>. Acesso em 30 de junho de 2020.

RIBEIRO, Cláudio Marques. O modo de vida dos pecuaristas familiares no Pampa brasileiro. *In*: WAQUIL, Paulo D.; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Z.; BORBA, Marcos F. S. (org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 87-108.

RIGOTTO, Raquel. Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará – Brasil. *In*: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

RIETH, Flávia Maria Silva; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Eric. “Lida brabíssima”: A cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 2, 2016.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. Etnografia da pecuária: o modo de vida campeiro no Pampa brasileiro. *In*: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (org.). **Olhares sobre o Pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 196-207

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. Manejos pecuários: ofícios e saberes artesanais. *In*: DAVID, Cesar de; VARGAS, Daiane Loreto de (org.). **Saberes artesanais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 87-103.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. RODRIGUES, Vagner B. HERRMANN, Miriel B. “Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros”: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 7, n. 1. p. 49-68, 2019.

RIETH, Flávia; CARLE, Cláudio; OLIVEIRA, Cícero. Lima, Daniel Vaz. RODRIGUES, Vagner Barreto. NUNES Juliana dos Santos. BARBOSA, Luciene. **Os saberes e modos de fazer pecuários no município de Lavras do Sul/RS**. Relatório do Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã. Pelotas, março de 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/files/2020/05/Relatorio-Lavras-do-Sul-atualizado.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec., 1996.

SANTOS, Rodrigo S. P. A nova governança corporativa da Vale S.A.: um percurso político em direção à “true corporation”. **Versos**, v.1, n. 4, 2017.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics II**. Minneapolis: University of Minnesota, 2011.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Argentina, n. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/6451/CONICET_Digital_Nro.6853_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em 6 de julho de 2020.

TSING, Anna. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VARGAS, Daiane Loreto de. FIALHO, Marco Antonio Verardi. Aspectos de gênero e saberes no processo artesanal em lã: contexto da comunidade rural da Vila Progresso em Caçapava do Sul. *In*: DAVID, Cesar de; VARGAS, Daiane Loreto de (org.). **Saberes artesanais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 104-124.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

WESZ, Valdemar João. O Mercado da Soja no Sudeste de Mato grosso (Brasil): uma Análise das Relações entre Produtores Rurais e Empresas a partir da Sociologia Econômica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n.1, p. 1-36, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582019170>. Acesso em 30 de julho de 2020.

WETHERELL, Margaret. **Affect and emotion**: a new social science understanding. London: Sage, 2012.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-461

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013. p. 75-108.